



56



MAIO 2020 – AGOSTO 2020



Revista da Sociedade
Brasileira de Economia Política

www.revistasep.org.br

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

ALAN FREEMAN LONDON METROPOLITAN UNIVERSITY
ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM
ARTURO HUERTA UNAM
FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA
FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII
FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE
LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS
ANITA KON PUC-SP
ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (IN MEMORIAM)
CESARE GIUSEPPE GALVAN CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO
ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO USP
FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA
GUIDO MANTEGA FGV-SP
JOÃO ANTÔNIO DE PAULA UFMG
JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP
LEDA MARIA PAULANI USP
LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO UNICAMP
MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO UNB
MÁRIO DUAYER UFF
NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU
PAULO NAKATANI UFES
PAUL SINGER USP (IN MEMORIAM)
PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA UFRGS
REINALDO CARCANHOLO UFES (IN MEMORIAM)
ROSA MARIA MARQUES PUC-SP
THEOTÔNIO DOS SANTOS UFF (IN MEMORIAM)

PAUL SINGER (USP) PRESIDENTE DE HONRA (IN MEMORIAM)
MAURÍCIO DE SOUZA SABADINI (UFES) PRESIDENTE
JOÃO LEONARDO GOMES MEDEIROS (UFF) VICE-PRESIDENTE

DIRETORES

Bruno Martarello De Conti UNICAMP
Ellen Lucy Tristão UFVJM
Gustavo Moura de Cavalcanti Mello UFES
João Policarpo Rodrigues Lima UFPE
José Rubens Damas Garlipp ANGE
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo UNB
Marina Machado de Magalhães Gouvêa UNILA
Marisa Silva Amaral UFU
Roberto Meurer ANPEC

COMITÊ EDITORIAL

EDITORES CIENTÍFICOS

Adriano Lopes Almeida Teixeira UFES
Daniel Pereira Sampaio UFES
Henrique Pereira Braga UFES
Gustavo Moura de Cavalcanti Mello UFES

EDITORES ASSISTENTES

Arnon Manhães Ceolin PPGPS/UFES
Giovanna Borges Bortotto PPGPS/UFES

**ENDEREÇO PARA
CORRESPONDÊNCIA**

**Faculdade de Economia
Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá - BLOCO F - Sala 519
Niterói, RJ
CEP 24.240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br
www.revistasep.org.br**

**REVISÃO TEXTUAL E
ESTILÍSTICA**

Renake Bertholdo David das Neves

**EDITORAÇÃO
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Mayra Mello – **NK&F Arquitetos Associados 2020**
nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill.

NÚMERO 56
MAI 2020 – AGO 2020

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

7 Homenagem a Wilson Cano

15 Apresentação

ARTIGOS

**21 As categorias classes sociais e estado no livro primeiro de
*O Capital***

Paulo Henrique Furtado Araujo

**48 O “salto mortal” da mercadoria, a contradição em
processo do capital e os sentidos do novo nacionalismo
autoritário no século XXI**

Daniel Augusto Feldmann

**83 O capital e a cultura: elementos de economia política da
cultura em Marx**

Bruno Borja

**110 Celso Furtado, Caio Prado Júnior e a história do
pensamento econômico na década de 1950**

Roberto Pereira Silva e Janaína Fernanda Battahin

**142 Financeirização na educação superior privada: uma
análise do fenômeno nos governos Lula e Dilma**

Lucas Bressan

176 **Lukács e a crítica dialética ao capitalismo - Moishe Postone**

Fábio Pitta, Allan Rodrigo de Campos Silva E Artur Attarian Cardoso Camarero (tradutores). Daniel Manzione Giavarotti (revisor)

RESENHA

212 **CLAPP, J.&ISAKSON, S. R. Speculative Harvests: financialization, food and agriculture. Halifax: Fernwood Publishing, 2018. 182p. ISBN: 978-1-77363-023-6.**

Igor Palma Barbosa

HOMENAGEM

WILSON CANO (1936-2020): UMA VIDA DEDICADA À PESQUISA, À DOCÊNCIA E À UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

O professor doutor Wilson Cano, eminente colega do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), formador de centenas de alunos de graduação e pós-graduação e amigo generoso, faleceu no dia 3 de abril deste ano.

Mais que lembrar minuciosamente o currículo muito extenso de um professor e pesquisador, a quem foi outorgado o destacado prêmio de Pesquisador Emérito do CNPq (2008), permitimo-nos manifestar aqui um sentimento de gratidão para com o professor Wilson. Gratidão pelo notável trabalho de professor, pesquisador, militante em múltiplos foros, amigo e conselheiro.

O professor Wilson foi um FORMADOR, em sucessivos degraus: i. sua defesa, no ensino de graduação, da responsabilidade do economista em países subdesenvolvidos; ii. a amplitude e interdisciplinaridade de seus cursos de pós-graduação; iii. como pesquisador, o caráter imperioso da opinião fundada, da observação pessoal, do trabalho metucioso com a informação.

O exame dos livros e artigos de periódicos da lavra do professor Cano permite que se destaque grande diversidade temática: desde logo, plano

nacional de desenvolvimento, questões regionais e urbanas, São Paulo em particular (múltiplos aspectos), Campinas e Região Metropolitana de Campinas, e avaliações sobre a América Latina em diferentes épocas (inclusive em periódicos internacionais). Sua obra escrita e a concepção programática de suas aulas são referência nacional e largamente utilizados em cursos de Economia Brasileira, Desenvolvimento Econômico e Economia Regional e Urbana por todo o Brasil e no exterior.

Outros resultados de sua docência, eminentemente formativa, foram as orientações de mais de sessenta pós-graduandos, afora a participação em bancas na Unicamp e em outras instituições brasileiras. Dito de outra forma, e sem forçar expressão, do Amazonas ao Rio Grande do Sul encontram-se alunos seus, orientando aos quais ajudou a sistematizar quadros analítico-históricos das economias desses estados. Profissionais que – vários deles – estabeleceram ou fortaleceram programas e disciplinas nas áreas de Economia Regional e Urbana em instituições de suas regiões.

A história da trajetória do professor Wilson na Unicamp, iniciada em 1968, confunde-se com a história de nossa Universidade. Nesse ano, era implantado o Departamento de Planejamento Econômico e Social no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), e Wilson Cano participava de um grupo de professores que buscava agregar visões renovadoras para questões basilares relacionadas com a economia brasileira, como também sonhava com um curso de economia que transmitisse aos jovens outra visão de Brasil e América Latina, cujos complexos problemas demandavam categorias de análise críticas, para a sua adequada caracterização e para a formulação de políticas públicas. O que significava também um esforço de denúncia da economia política dos “milagres” econômicos latino-americanos nos anos sessenta e setenta.

O forte compromisso do professor Wilson com a história e os valores da Unicamp estiveram presentes, em anos recentes, em duas engajadas participações – na primeira delas, com a Comissão da Verdade e Memória “Oktávio Ianni”; na segunda, com a “Comissão Unicamp Ano 50”, que foi

responsável por grande riqueza de atividades acadêmicas e culturais a partir de outubro de 2015.

Como economista, Wilson Cano encabeçou o “Movimento de Renovação dos Economistas” nos anos oitenta; ajudou a consolidar, defendeu e colaborou com o Conselho Federal de Economia, o Conselho Regional de Economia/SP, a Associação dos Economistas de Campinas. Na Unicamp, na ADunicamp e em outros foros defendeu a importância da universidade pública e de sua autonomia para a sociedade brasileira.

Ao longo de anos, sua palavra voltava sempre a ser ouvida nos debates políticos, em jornais militantes, na subscrição de manifestos, onde imperavam sua retidão, coragem pessoal, manutenção de posições progressistas e de defesa nacionalista de um Brasil soberano. Em sua sala de trabalho, muitos o procuravam para entrevistas, com frequência, e por telefone.

Do alto de seus oitenta e dois anos, e após dois episódios clínico-cirúrgicos muito graves, o guerreiro não se abatia. Ofereceu à comunidade acadêmica nacional não só o acesso digitalizado ao acervo de seus livros, artigos, palestras, como também a possibilidade de interagir com seus leitores, através de uma página na Internet (www.wilsoncano.com.br).

Não deixemos de lembrar, igualmente, as facetas descontraídas de mestre Wilson, das conversas nos bares e pizzarias – os históricos Giovanetti I, Sancho Pança, Coxinha em Campinas, locais onde o sangue espanhol podia eventualmente ferver se o Corinthians, seu time de coração, fosse criticado.

Em mais de um de seus escritos, o professor Wilson afirmou que Celso Furtado – a quem muito admirava – era um eminente BRASILEIRO, SERVIDOR PÚBLICO e ECONOMISTA, com letras maiúsculas. Cremos ser esta a adjetivação talhada também para o eminente professor.

O sonho de uma escola alternativa de formação de economistas

A circunstância feliz – em um momento de repressão política – da implantação de uma universidade pública em Campinas permitiu que um curso

alternativo de economia se encaixasse no projeto que desenhara pelo então reitor, professor Zeferino Vaz, de um Departamento de Planejamento Econômico e Social (Depes). Implantado em 1968, o Depes viria a integrar o IFCH e a formar o Instituto de Economia em 1984.

Os primeiros anos do Depes somaram os fundadores vindos da CEPAL: Wilson Cano, Ferdinando Figueiredo, Roberto Gamboa; e de São Paulo: Luiz Gonzaga Belluzzo, João Manuel Cardoso de Mello, Carlos Gonçalves, Osmar Marchese e Fausto Castilho. Novas incorporações foram se sucedendo: Éolo Pagnani, Antonio Barros de Castro, Carlos Lessa, Maria da Conceição Tavares e Jorge Miglioli. Mais à frente, vieram Luciano Coutinho, Paulo Baltar, José Carlos Braga, Frederico Mazzuchelli, Carlos Alonso Barbosa Oliveira, Carlos Kurkinewa, Liana Aureliano e Sérgio Silva.

Em “anos de chumbo”, o economista crítico não poderia se constringer à docência e à pesquisa. Avultava, então, o homem público Wilson Cano, assessorando a frente política de oposição, produzindo textos partidários, participando da campanha pelas Eleições Diretas, encabeçando o Movimento de Renovação dos Economistas e apoiando o Fórum Empresarial Gazeta Mercantil.

A economia brasileira e os desequilíbrios regionais do país

Tanto pelos cursos de Economia Brasileira a seu cuidado, quanto pela discussão com os colegas de trabalho, certificava-se que a investigação da “questão regional” era de suma importância. Entregou-se ao estudo aprofundado das raízes fundamentais do processo de concentração industrial em São Paulo e seu papel na dinâmica inter-regional do país. Os resultados dessa investigação de doutorado formaram o livro *Raízes da concentração industrial em São Paulo*.

Prosseguindo seu projeto maior, o professor Cano passou a estudar a questão regional brasileira, através do exame do processo de integração do mercado nacional, nele destacando-se a análise do setor industrial. Subdividiu o período 1930-1970 em dois subperíodos: 1930-1955, quando se altera o padrão

de acumulação de capital e o país ingressa no processo de industrialização “restringida”, e 1956-1970, quando o padrão se altera pela implantação dos setores industriais produtores de bens de produção e de consumo durável, a chamada industrialização “pesada”.

Nos anos pós-1930, a integração do mercado nacional se intensificou, de sorte que os diferentes espaços regionais passaram a sofrer a ação de dois movimentos: “o antigo, decorrente da manutenção de uma estrutura primário-exportadora; o novo, decorrente da ação comandada pelo centro dominante nacional, via dominação dos mercados e do processo de acumulação de capital”. Concluía então que, nesta economia agora nacional, não era adequado pensar as economias regionais, enquanto espaços regionalizados, dada a superposição daqueles dois movimentos. Os resultados foram materializados em sua tese de livre-docência, publicada no livro *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970*.

Sempre atento à sua área de pesquisa, o professor Cano completou sua trilogia em 2009, publicando “Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005”. Nessa obra ele apresentou como a desconcentração produtiva espacial se manifesta no país, de forma positiva, entre 1970 e 1980, e de forma espúria, a partir dessa data.

América Latina, Brasil e a nova ordem internacional

Escreveu Wilson Cano em 1992: “Minhas preocupações com o desenvolvimento econômico brasileiro já estavam presentes durante os anos do ‘Milagre Brasileiro’ (1967-1974) e da tentativa do II PND, pois as excepcionais taxas de crescimento da renda não escondiam, para nós, suas inevitáveis sequelas que a inflação, o desequilíbrio cambial, o endividamento externo e a política salarial causariam à macroeconomia brasileira e à regressiva distribuição da renda do país. A ‘crise da dívida’, a partir de 1979-1983, encerrar-se-ia de explicitar essas sequelas”.

Com a imposição crescente das políticas neoliberais ao país, do governo Collor ao governo de Fernando Henrique Cardoso, o professor Cano passou

a defender a produção de um consenso político nacional que permitisse a formulação de uma estratégia alternativa para o país. Dizia que era necessária a imediata e simultânea remoção de uma série de constrangimentos internos e externos que impediriam, e impedem, a retomada do crescimento brasileiro com justiça social. Produziu então o longo ensaio “Reflexões para uma política de resgate do atraso social e produtivo do Brasil na década de 1990”, de larga repercussão.

Com os acontecimentos políticos europeus entre 1989 e 1991, o professor Cano partiu para os Estados Unidos e para a Europa Ocidental, a fim de estudar, em princípio, as possibilidades da retomada do investimento direto estrangeiro e a expansão das exportações brasileiras. Realizadas meia centena de entrevistas e colhido grande volume de documentos, outros assuntos foram se adicionando, como o desemprego elevado, o tratamento da questão regional, o papel das pequenas e médias empresas. Os ensaios decorrentes dessa estadia foram agregados em *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*, de 1993.

Em 1997/98, o professor Cano coordenou um amplo projeto de estudo sobre o impacto das políticas neoliberais na América Latina. Resultou o alentado volume *Soberania e política econômica na América Latina*, no qual se encontram informação retrospectiva desde 1930 (até antes) e análise aguda dos anos noventa no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru, Venezuela e Cuba.

A crise brasileira é estrutural

O professor Wilson Cano sempre insistiu que a crise brasileira é estrutural, por isso, não pode ser explicada apenas por indicadores abrangentes de alguns poucos anos atrás, mas, sim, por processos cruciais que se acumularam desde os anos oitenta do século passado.

Havendo apontado questões graves e restrições fortíssimas ao desenvolvimento nacional, Cano não deixou de acreditar em soluções para o Brasil, mas sem apelo a políticas que acobertam arraigados interesses

patrimonialistas-rentistas. Tendo em vista as circunstâncias internacionais, Cano só conseguia vislumbrar saídas de médio e longo prazos, feitas com competência técnica, mas, sobretudo, com muita articulação política. Ele nunca descartou o desafio que se mostrará imperioso no futuro de rompimento do país com várias das amarras impostas pelo regramento internacional.

Nos últimos anos, junto aos colegas do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE), vinha mantendo frequente colaboração, participando dos seminários da área de Desenvolvimento Regional e Urbano e ministrando suas aulas de Desenvolvimento Econômico no programa que leva o mesmo nome desta disciplina na pós-graduação do IE, além de organizar seu acervo pessoal e intelectual.

Importância multidisciplinar de sua obra

O reconhecimento acadêmico de sua obra é amplo. Em 1977, recebia o prêmio Visconde de Cayru, do Instituto Roberto Simonsen, pela obra *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Nos anos 1990, foi convidado para *Visiting Fellow* na Universidade de Sussex (I.D.S.), e na Universidade de Oxford (*St. Antony's College*) em 1992; *Professeur Invité*, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, Paris, em 1992; e, novamente, conferencista na sede da CEPAL, no Chile, em 1997. Em 2001, sua obra *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil* recebeu menção especial no II Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional”, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Seguiu-se, em 2007, o Prêmio Jabuti para dois livros nos quais participara com capítulos: *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*, organizados por Emir Sader e Ivana Jinkings, e *Celso Furtado e o século XXI*, organizado por João Saboia e Fernando J. Cardim de Carvalho. O livro *Desconcentração produtiva regional no Brasil* recebe o Prêmio Brasil de Economia do Conselho Federal de Economia (2009) e

foi-lhe concedida, ainda, a distinção de Personalidade Econômica de 2014 pelo Conselho Federal de Economia.

Seus últimos escritos trataram de temáticas que procuram sintetizar toda a sua carreira intelectual. Desde a coletânea *Ensaio sobre a crise urbana do Brasil*, de 2011, publicado pela Editora da Unicamp, passando pelo balanço crítico da economia brasileira no artigo “Brasil – construção e desconstrução do desenvolvimento”, publicado em agosto de 2017 na *Revista Economia e Sociedade*, do Instituto de Economia, e sua última reflexão de fôlego, o artigo “(Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento”, publicado em 2018 nos *Cadernos do Desenvolvimento*, revista do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, já era patente seu descontentamento com os rumos da economia e da sociedade brasileira.

O professor Wilson lecionou até dezembro de 2019, mês em que também completava 83 anos de idade. Ao adentrar a sala de aula, demonstrava o gosto pela reflexão interdependente e sempre tinha uma palavra de incentivo a seus alunos: “manter o espírito crítico que fundou o Instituto de Economia”. Sua última missão, ele mesmo sintetizaria:

É, modestamente, contribuir com maior acesso ao conhecimento de nossa economia nacional, de seu subdesenvolvimento, da explosiva e má formação de suas economias urbana e regional e dos crassos erros cometidos em suas políticas públicas, fatos que hoje têm sido pouco e mal debatidos no país, notadamente na universidade, no sindicato e na mídia. (CANO, 2019, s.p.¹)

Certamente, ter a oportunidade de conviver com o professor Wilson Cano foi uma imensa honra para gerações de professores, estudantes e funcionários em cinco décadas do Instituto de Economia da Unicamp.

Autoria: Claudio Maciel (IE-Unicamp)

Revisão: Humberto Miranda (IE-Unicamp).

¹ CANO, Wilson. Apresentação. Prof. Wilson Cano. 2019. Retirado de: <<http://www.wilsoncano.com.br>>. Acesso em 13 jul 2020.

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o número 56 da *Revista da SEP* em um momento de grande preocupação com os rumos sociais, políticos e econômicos no mundo e, em especial, no Brasil, os quais foram agravados por um novo contexto sanitário, que levou à deflagração de uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020. O contexto sanitário colocado pelo surgimento de uma nova doença, a Covid-19, provocada pelo vírus SARS-CoV-2, atingiu milhões de pessoas, causando, até o momento, mais de meio milhão de mortes, sendo os Estados Unidos o país mais afetado, enquanto o Brasil ocupa o nada honroso segundo lugar. Nossos sentimentos às famílias afetadas pela nova enfermidade e nossos cumprimentos a todos/as trabalhadores/as que estão na linha de frente no combate à pandemia, seja na prestação de serviços essenciais, seja na área médica e hospitalar, seja na pesquisa aplicada de forma séria na busca de uma cura para a Covid-19. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), trata-se do maior desafio da humanidade desde a Segunda Guerra Mundial.

A economia global já se apresentava com baixo desempenho antes da deflagração da pandemia. A atual situação agravou o quadro e tem levantado a questão da retomada do protagonismo do Estado para salvar o funcionamento do sistema. O principal instrumento é a continuação das políticas de *quantitative easing*, utilizadas desde a crise de 2008. Ela se expressa, muitas vezes, por meio da expansão do capital fictício, como, por exemplo, elevação da dívida pública. Não é por outra

razão que a Organização das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2020) mostrou-se preocupada com o resultado de um mapeamento que fez das políticas econômicas de combate à pandemia, pois apenas um quarto de aproximadamente US\$ 5 trilhões dos programas de auxílio dos governos realmente teria efeitos para promover o combate à crise. Esse breve esboço do quadro internacional reforça o Estado como funcional à garantia da reprodução do capital (em crise) em escala global na atual fase da financeirização. Longe de promover a defesa, propagada por Keynes, à eutanásia do rentista, tal quadro confirma sua retroalimentação, utilizando-se principalmente do elemento da expansão da dívida pública.

No Brasil, a situação de crise do crescimento econômico, crise política, opção pela austeridade fiscal e agravamento do quadro social também já estavam colocados anteriormente à pandemia. As projeções para o resultado do Produto Interno Bruto para o ano de 2020 já alcançam uma expressiva redução de 6,5% e a taxa de desemprego acima de 15%; observam-se também recordes no desmatamento, escalada autoritária – fatos que consolidam o argumento de que a década de 2010 será, infelizmente, mais uma “década perdida”. Se, por um lado, autoridades políticas parecem ainda não entender a gravidade da crise sanitária, por outro, a política econômica responde de forma tímida às necessidades da sociedade a condições mínimas de subsistência. A preocupação maior parece acentuar o discurso e continuar a propor políticas com vistas à diminuição do papel do Estado na economia, ao aumento da flexibilização do trabalho e da concorrência como mecanismo de mediação social, elementos natos da agenda neoliberal. A despeito dos limites ao financiamento na ciência e tecnologia nacional, em virtude da agenda de austeridade, dentre outros institutos de pesquisa, cabe nosso reconhecimento aos profissionais do Instituto Butantã e da Fiocruz, que, a partir de parcerias internacionais, estão engajados em busca de vacinas para o combate à Covid-19.

Os movimentos sociais têm reconhecido a importância do isolamento social como medida de prevenção e controle do contágio da Covid-19, mas não

assistem passivos ao rolo compressor do neoliberalismo. Em meio à crise sanitária, protestos nos Estados Unidos contra o racismo e a brutalidade policial ganharam força e se espalharam por outros países após o assassinato bárbaro de George Floyd por um policial. No Brasil, entregadores de aplicativos realizaram uma greve nacional em busca de melhores condições de trabalho. Esses são sinais de esperança em meio à imposição de um projeto societal marcado pela barbárie.

Aproveitamos a oportunidade para lamentar as partidas dos mestres Carlos Lessa (UFRJ), Ruy Fausto (USP) e Wilson Cano (Unicamp), que ocorreram ao longo do primeiro semestre de 2020. Trata-se de grandes perdas para o pensamento crítico latino-americano. Nossa maior homenagem, a estes e outros grandes mestres que já nos deixaram no período recente, será buscar continuar com a análise crítica da realidade social.

Dado o quadro brevemente esboçado, que desperta grandes preocupações, o comitê editorial da *Revista da SEP* convida a todas e todos para a leitura das reflexões deste número que é composto por seis artigos e uma resenha.

A seção de artigos deste número é aberta com o texto “As categorias Classes Sociais e Estado no Livro Primeiro de *O Capital*”, escrito por Paulo Henrique Furtado Araújo. Nesse artigo, o autor aborda a questão da “presença/ausência” das classes sociais e do Estado em *O Capital* – Livro I a partir de uma leitura detida deste livro, amparada pelas interpretações da obra madura de Marx formuladas por Moishe Postone e por György Lukács.

Na sequência, encontra-se o artigo “O ‘salto mortal’ da mercadoria, a contradição em processo do capital e os sentidos do novo nacionalismo autoritário no século XXI”, de Daniel Feldmann. Nele, o autor analisa a relação entre o autoritarismo e o neoliberalismo, com especial atenção para as experiências autoritárias recentes.

O terceiro artigo deste número é intitulado “O capital e a cultura: elementos de uma economia política da cultura em Marx”, redigido por Bruno Borja.

No artigo é resgatada a contribuição de Marx para os estudos culturais, de forma a mostrar a relação entre o capital e a cultura.

O debate sobre a história do pensamento econômico é o tema do quarto artigo deste número, intitulado “Celso Furtado, Caio Prado Júnior e a história do pensamento econômico na década de 1950”, de autoria de Roberto Pereira Silva e Janaína Fernanda Battahin. O texto nos brinda com a análise das investigações de Celso Furtado e Caio Prado Jr., mostrando sua relação com a discussão destes autores sobre os fundamentos da teoria econômica e, a partir dela, suas formulações de política econômica.

O penúltimo artigo versa sobre o sistema universitário brasileiro. Intitulado “Financeirização na educação superior privada: uma análise do fenômeno nos governos Lula e Dilma”, Lucas Bressan realiza uma análise empírica desse setor, mostrando as principais características do seu movimento de financeirização, com especial destaque para o crescente número de estudantes cuja condição de acesso ao ensino superior é o endividamento, bem como para o papel ativo do Estado nesse processo.

A seção de artigos fecha com a tradução do artigo “Lukács and the Dialectical Critique of Capitalism”, de autoria de Moishe Postone, publicado pela primeira vez na coletânea de textos editada por Robert Albritton e John Simoulidis, intitulada *New Dialectics and Political Economy* (2003). A tradução desse artigo para o português brasileiro resgata a leitura crítica de Postone do clássico ensaio de György Lukács, “A reificação e a consciência do proletariado”, publicado originalmente no livro *História e consciência de classe* (2003), cuja primeira versão foi publicada em 1923. Nesta leitura crítica, Postone aponta as insuficiências e a potência do ensaio de Lukács para repensar a teoria social crítica contemporânea, em particular diante da flagrante inépcia das teorias sociais pós-estruturalistas e pós-modernas de explicarem a sociedade contemporânea e suas transformações.

Finalmente, na seção de resenhas, publicamos as considerações de Igor Palma Barbosa a respeito do livro *Speculative Harvests: financialization, food and agriculture*, de autoria de Jennifer Clapp e Isakson S. Ryan. Publicado em

2018, o livro é uma importante contribuição para o debate contemporâneo sobre o lugar da financeirização nos sistemas alimentares contemporâneos.

Comunicamos aos/às leitores/as mudanças no comitê editorial da Revista da SEP, com as entradas de Gustavo Moura de Cavalcanti Mello (editor), Arnon Manhães Ceolin (editor-assistente) e Giovanna Borges Bortotto (editora-assistente), e a saída de Henrique Pereira Braga (Editor). Nossas boas-vindas aos novos editores! Agradecemos imensamente a Henrique Pereira Braga pelas contribuições à Revista da SEP nos números 53, 54, 55 e 56.

Em tempos de cortes públicos significativos no financiamento nas áreas da educação e da ciência e tecnologia brasileira, convém frisar a importância de algumas instituições que são decisivas para a produção e divulgação acadêmico-científica. Assim, registramos nossos agradecimentos à Coordenação para Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que contribuíram com apoio financeiro para a realização da presente edição da *Revista da SEP*, como subproduto do XXV Encontro Nacional de Economia Política.

Agosto de 2020,

Os editores

Referências:

ARAÚJO, Paulo Henrique Furtado. “As categorias classes sociais e Estado no livro primeiro de O Capital” *Revista da SEP*, n. 56, maio-agosto 2020.

BARBOSA, Igor P. “Speculative Harvests: financialization, food and agriculture,” de Jennifer Clapp e Isakson S. Ryan, *Revista da SEP*, n. 56, maio-agosto 2020.

BORJA, Bruno. “O capital e a cultura: elementos de economia política da cultura em Marx”, *Revista da SEP*, n. 56, maio-agosto 2020.

BRESSAN, Lucas. “Financeirização na educação superior privada: uma análise do fenômeno nos governos Lula e Dilma”, *Revista da SEP*, n. 56, maio-agosto 2020.

FELDMANN, Daniel. “O ‘salto mortal’ da mercadoria, a contradição em processo do capital e os sentidos do novo nacionalismo autoritário no século XXI”, *Revista da SEP*, n. 56, maio-agosto 2020.

LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

POSTONE, Moishe. “Lukács e a crítica dialética ao capitalismo”. Tradução de Fábio Teixeira Pitta, Allan Rodrigo de Campos Silva, Artur Attarian Cardoso Camarero e Daniel Manzione Giavarotti. *Revista da SEP*, n. 56, maio-agosto 2020.

_____. Lukács and Dialectical Critique of Capitalism. In: ALBRITTON, Robert & SIMOULIDIS, John. (coord). *New dialectics and political economy*. Nova York: Ed. Palgrave Mcmillan, 2003, pp. 60-78.

SILVA, Roberto Pereira & BATTAHIN, Janaína Fernanda. “Celso Furtado, Caio Prado Júnior e a história do pensamento econômico na década de 1950”, *Revista da SEP*, n. 56, maio-agosto 2020.

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. *The Covid-19 shock to developing countries: toward a “whatever it takes” programme for the two-thirds of the world’s population being left behind*. Trade and Development Report Update. Genebra: UNCTAD, março de 2020, 13 fls.

PAULO HENRIQUE FURTADO ARAUJO

AS CATEGORIAS CLASSES SOCIAIS E ESTADO NO LIVRO
PRIMEIRO DE *O CAPITAL*

Recebido em 15/08/2019

Aprovado em 15/09/2019

AS CATEGORIAS CLASSES SOCIAIS E ESTADO NO LIVRO PRIMEIRO DE *O CAPITAL*

Resumo

O artigo trata da presença/ausência das categorias classes sociais e Estado no Livro Primeiro de *O Capital* e o faz considerando o método duplo de pesquisa e exposição de Marx e a crítica ontológica da economia política que o autor realiza com a instauração de sua teoria crítica do valor. De tal maneira que o valor é a categoria que estrutura, modela, molda as classes sociais e o Estado moderno, o que nos leva à hipótese desses dois últimos serem categorias derivadas da primeira. Ao longo da exposição destacamos outros aspectos inerentes à categoria valor, que só existe na sociedade em que domina o modo de produção capitalista, e que revela o que há de específico nessa forma de sociabilidade estruturada segundo o constrangimento lógico do valor em expansão: as relações sociais são indiretas, intermediadas pelo valor; a forma específica da riqueza é abstrata – o próprio valor que só pode existir e se reproduzir ampliando-se, ou seja, enquanto capital; a forma específica de dominação é abstrata – a dominação das mercadorias portadoras de valor sobre a humanidade, portanto, a dominação abstrata do valor.

Palavras-chave: Marx; *O Capital*; classes sociais; Estado; valor; dominação abstrata.

PAULO HENRIQUE FURTADO ARAUJO

Graduado em Economia pela UFRJ, Mestre em Economia pela UFF e Doutor em Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura pelo CPDA/UFRRJ. Atualmente é Professor Associado da Faculdade de Economia da UFF, Chefe do Departamento de Economia da UFF, Coordenador do GEPOC-UFF e membro do NIEP-MARX-UFF.

E-mail: phfaraujo@id.uff.br

<https://orcid.org/0000-0003-1454-4888>

Abstract

The article deals with the presence / absence of the categories social classes and state in the first book of *Capital*. It does so considering Marx's dual method of research and exposition and the ontological critique of Political Economy that the author conducts with the introduction of his critical theory of value. In such a way that value is the category that structures, models, shapes social classes and the modern state, which leads us to the hypothesis of the latter two being categories derived from the former. Throughout the exhibition, we highlight other aspects inherent to the value category, which exists only in the society where the capitalist mode of production dominates, and which reveals what is specific in this form of structured sociability according to the logical constraint of expanding value: relations are indirect, intermediated by value; the specific form of wealth is abstract – the very value that can only exist and reproduce itself by enlarging itself, that is, as capital; the specific form of domination is abstract – the domination of commodities carrying value over humankind, and hence the abstract domination of value.

Keywords: Marx; Capital; social classes; state; value; abstract domination.

I. Introdução

Com Marx, entendemos que o capital é uma relação social que instaura uma forma específica de sociabilidade na qual a dominação social ocorre primeiramente sob uma forma abstrata, quase-objetiva: trata-se da dominação dos produtos do trabalho humano sobre os produtores. O Capital instaura uma forma específica de constrangimento social que domina a todos os homens, aprisionando a humanidade numa lógica de produção pela produção e impedindo o devir humano do ser humano¹. Necessariamente associada a essa causalidade estruturante de sua própria sociabilidade, a lógica do capital envolve a relação entre proletário e capitalista, a exploração do primeiro pelo segundo, as classes sociais com seus interesses antagônicos, a propriedade privada dos meios de produção, o Estado moderno enquanto forma política necessária à contínua autoexpansão do valor, etc.

No entanto, o desvelamento do constrangimento lógico do capital ao longo do Livro Primeiro de *O Capital* é feito de uma forma peculiar. Marx, no conhecido Posfácio da Segunda Edição de 1873, adverte que o seu modo de investigação é diferente do seu modo de exposição. De maneira tal que, ao expor os resultados de sua investigação ele parte das abstrações razoáveis,

¹ Para Lukács (2013), o trabalho entendido enquanto sociometabolismo ser humano e natureza, portanto, o trabalho produtor de valores de uso, da riqueza material, é fundante do ser social. De forma brilhante o autor demonstra que o trabalho é a protoforma do agir humano, trazendo em si um conjunto categorial que irá se explicitar na medida em que a sociabilidade se desenvolva, afastem-se as barreiras naturais e se multipliquem os laços sociais. O trabalho, portanto, é momento fundante da própria reprodução social e a partir do trabalho humano diferencia-se o ser puramente biológico do ser social, sem que a base biológica seja eliminada. O trabalho exige o domínio crescente sobre a natureza e produz, ao longo da história da espécie, a generalização das relações sociais, dos laços sociais, da sociabilidade, articulando de forma cada vez mais próxima o indivíduo ao gênero humano. Como são os agires singulares dos seres humanos, a partir da práxis do trabalho, que ao se generalizarem se tornam socialmente genéricos e viabilizam a reprodução societária, Lukács pode falar de uma substância social, humana, que é permanência na mudança e que também se modifica na medida em que se manifesta em formas específicas de organização societária: a substância em questão é o próprio devir ser humano do humano no processo permanente de socialização. Na sociedade do capital, o trabalho universal/geral é sobredeterminado, o ato de produzir valores de uso é, ao mesmo tempo, ato de produzir valor. E tem que ser assim, pois o valor é a forma de mediação social nesta formação social na qual os laços sociais entre os humanos são indiretos, intermediados pelas coisas que eles produzem (mercadorias) e não mais manifestos, diretos. Desse modo (POSTONE, 2014), na sociedade do capital, o que o trabalho objetiva é a própria relação social, que só pode se apresentar de forma alienada, ou como a dominação específica dessa sociedade, a dominação abstrata.

tomadas do próprio objeto de estudo, e reconstitui a totalidade do objeto enquanto essência e aparência, evidenciando os momentos causais explicativos do movimento do todo complexo. A reconstituição é feita na exposição e nela as categorias tomadas do real (por exemplo, a mercadoria enquanto forma elementar em que aparece a riqueza nas sociedades onde domina o modo de produção capitalista), que expressam formas aparentes (no exemplo, da riqueza) e que foram decompostas² na busca de suas determinações essenciais (os dois fatores da mercadoria: valor de uso e valor), são sobredeterminadas, concretizadas paulatinamente, até retornarem à aparência e serem reconstituídas de modo a explicar suas características e o devir mais geral do ser social. Nesse processo, é preciso reter que Marx parte das sociedades em que domina o modo de produção capitalista, ou seja, ele não trata de uma economia mercantil pré-capitalista para, posteriormente (a partir do capítulo 4 do Livro Primeiro de *O Capital*), tratar da economia capitalista.

Por isso, as categorias apresentadas na primeira Seção de *O Capital* são categorias da sociedade capitalista. Logo, postas no texto em sua abstração, têm como pressuposto um conjunto categorial mais concreto que só comparecerá posteriormente no próprio texto e de maneiras diversas, de acordo com as necessidades expositivas do processo de reconstrução lógica da totalidade.

A correta compreensão da presença/ausência das categorias Estado e luta de classes tem que partir dessas constatações.

2. Classes e luta de classes no Livro Primeiro de *O Capital*

Marx, no primeiro capítulo do Livro I de *O Capital* nos diz que a riqueza nas sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias e a mercadoria aparece como sua

² Tal decomposição é um movimento de captura e exposição de abstrações razoáveis e que são ontologicamente determinantes na explicação categorial das referidas formas aparentes.

forma elementar. Em seguida se movimenta para além dessa forma da aparência e passa a analisar a própria mercadoria, capturando o par antitético constitutivo de sua essência – valor de uso e valor. A contradição entre valor de uso e valor exterioriza-se no ato da troca, de tal maneira que o valor de troca é a expressão, a manifestação do valor. Marx, ao longo do primeiro capítulo da referida obra, demonstra logicamente que os limites das formas simples e desdobrada do valor levam à necessidade da forma geral ou universal, e a passagem dessa forma para a forma dinheiro se dá pela eleição, realizada pelo próprio mundo das mercadorias, de uma mercadoria especial para operar como equivalente geral dentro do mundo das mercadorias. Ela passa a ter o monopólio social dessa representação, pois há uma fusão social entre a sua forma natural e a forma equivalente (MARX, 2013, p. 145).

Na sequência de sua exposição ele demonstra logicamente a necessidade da transformação do dinheiro em capital, pois a circulação das mercadorias em sua concretude só pode vir a ser na presença do dinheiro, ou ainda, o dinheiro é a contraparte necessária da circulação de mercadorias. A forma específica de circulação mercantil sob a lógica do capital (D-M-D), mesmo sem considerarmos a expansão do valor ($D' > D$), indica que o objetivo dos que negociam não é o valor de uso, mas a posse de valor. No entanto, só faz sentido logicamente terminar a circulação com um *quantum* maior de dinheiro (representante do valor) do que iniciou o processo. Em suma, o capital (valor em expansão), enquanto relação social fundada na compra da mercadoria força de trabalho pelas personificações da lógica do capital, tem por determinação causal ontológica a produção de mercadorias em larga escala. E a mercadoria é o que é no mundo do capital por ser produto do trabalho proletário, dado que esse é portador de um duplo caráter (produtor de valor de uso e valor simultaneamente). A mercadoria põe-se como forma mediadora social e forma automeiadora e é um momento fundamental no processo de expansão do valor.

A compreensão marxiana das categorias constitutivas da totalidade social do modo de produção capitalista exige a apreensão adequada do

trabalho proletário produtor de valor e de mercadoria e momento central e causal-estruturante desse todo. Além disso, exige a atenção adequada para a categoria mais-valor relativo. A extração de mais-valor relativo, de forma generalizada e enquanto forma predominante de extração de mais-valor, só pode ocorrer a partir do predomínio da grande indústria enquanto forma específica de produção capitalista. Com ele a lógica do capital impulsiona uma constante transformação das formas de produção de mercadorias, dos valores das mercadorias e do padrão de tempo constitutivo das mercadorias. De tal maneira que tudo é revolucionado constantemente de modo a garantir a reprodução do mesmo: da sociabilidade do capital e dos seus constrangimentos humanos-societários.

Importante destacar que essa apreensão dos constrangimentos impostos à nossa espécie pela lógica do capital (lógica constituída por nossa própria espécie humana) marcou época no pensamento de Marx. De tal maneira que podemos falar de uma crítica marxiana ontológica do econômico e que é a terceira grande crítica ontológica que realiza Marx (após as críticas ontológicas da política e da filosofia)³. No entanto, é preciso ter em mente que essa última crítica altera a compreensão que Marx tinha da dinâmica societária do mundo do capital. Ou ainda, é preciso considerar que há uma alteração em sua compreensão da possibilidade da emancipação do homem. Mais precisamente, a crítica ao capital implica uma crítica ao trabalho proletário, portanto, uma crítica à forma específica de dominação por ele instaurada: a dominação das coisas exteriorizadas pelos produtores sobre os próprios produtores, uma dominação abstrata, quase objetiva. Agora a política enquanto momento intelectual do mundo dos homens

³ Com Chasin (2009) entendemos que Marx realiza uma ruptura ontológica com seu passado de hegeliano ao afirmar, em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* e na *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* que o importante não é buscar a coisa da lógica mas a lógica da própria coisa (essa era a pretensão de Hegel, que inclusive lança contra Schelling a mesma crítica que Marx lança sobre o próprio Hegel). De modo que, o ser em si adquire centralidade na explicação do mundo dos homens e os momentos epistemológicos e gnosiológicos se tornam submetidos à essa prioridade do ontológico. Nos textos posteriores a esses dois citados, Marx prossegue com a crítica ontológica da filosofia e a política e após os *Grundrisse* e *O Capital* realiza a crítica ontológica do econômico e completa sua apreensão materialista do mundo dos homens.

perde importância para Marx. Ou, dizendo o mesmo de outra maneira, sua apreciação primeava, apresentada na *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* e em textos imediatamente posteriores, da revolução política enquanto momento necessário, mas não suficiente da revolução radical (a que emancipa a humanidade), adquire uma nova envergadura. O centro da crítica não se encontra mais na propriedade privada, na divisão social e técnica do trabalho, no mercado enquanto instância mediadora das relações sociais, nas classes sociais e na luta de classes, mas naquilo que estrutura esse conjunto categorial: capital e trabalho proletário. Não significa dizer que esse conjunto categorial não tenha importância ou que não tenha que ser atacado e supra-sumido no processo da revolução radical. Lógico que isso é necessário, mas o ataque a eles individualmente ou mesmo em conjunto é insuficiente se não se tem por *télos* a eliminação do trabalho proletário e de sua contraparte, o capital.

Advogamos, com Postone (2014, p. 363ss.), o entendimento de que a classe social em *O Capital* é uma categoria relacional: ela “delineia uma relação social moderna, mediada pelo trabalho de maneira aparentemente objetiva”. Ou seja, a prioridade ontológica é do tipo de trabalho produtor da riqueza específica (valor) do capitalismo: trabalho proletário. Por isso a luta de classes “é estruturada e incorporada nas formas sociais da mercadoria e do capital”. Dessa maneira, ao contrário do que usualmente se entende no âmbito do marxismo, a luta de classes não é a força motriz da mudança histórica do capitalismo. A força motriz, e relação mais fundamental, radica em um nível mais essencial, constitutivo da totalidade dinâmica da sociedade do capital: na própria mediação social constitutiva dessa sociabilidade. De todo modo, é necessário elucidar a relação entre essa dinâmica e as classes sociais no constructo teórico marxiano.

Postulamos, ainda com Postone (2014), que a principal crítica de Marx ao capitalismo e à lógica do capital não é a da exploração da força de trabalho, pois ao apreender a especificidade do excedente nesse modo de produção enquanto mais-valor, Marx descobre uma dinâmica social específica a ele e

totalmente enraizada em relações sociais reificadas, alienadas. Ou dizendo o mesmo de outro modo, em Marx a luta entre capitalistas e proletários na sociedade capitalista é importante não apenas porque a exploração é central em sua teoria, mas principalmente “porque as relações de exploração de classe são um elemento importante da dinâmica de desenvolvimento da formação social como um todo” (POSTONE, 2013, p. 366). Mas, ressaltamos, a luta de classes não é a relação causal original do desenvolvimento dinâmico do todo societário. Essas relações de exploração de classe contribuem para essa dinâmica apenas “na medida em que são constituídas e incorporadas nas formas de mediação social” (*ibidem*) específicas da sociabilidade do capital.

Para Postone (2014), a forma como Marx introduz a luta de classes em *O Capital* esclarece essa contribuição. Enquanto ação social coletiva, a luta de classes, nos diz Postone, pode se referir a um grande espectro de situações. Duas dessas se destacam: a luta de classes enquanto ação social coletiva revolucionária e enquanto ação social coletiva que age no cotidiano. Em *O Capital*, Marx ao tratar das formas de extração de mais-valor, apresenta esse último tipo de ação “como um momento intrínseco do capitalismo” (2014, p. 366). De tal maneira que o conflito é intrínseco às relações entre proletários e capitalistas, pois são elas constituídas, em boa medida, pela troca de mercadorias na qual se defrontam dois direitos iguais. E, nos diz Marx, entre direitos iguais quem decide é a força. A troca da mercadoria força de trabalho por salário não impõe, por sua natureza mesma, barreira alguma à duração da jornada de trabalho, à intensidade do trabalho ou à extração de mais-valor. A luta de classes pela regulamentação da intensidade do trabalho e da duração da jornada de trabalho demonstra que um sistema social estruturado pelas trocas de mercadorias e a própria luta de classes “não se baseiam em princípios opostos; essa luta não representa uma perturbação em um sistema de outra maneira harmonioso. Pelo contrário, ela é inerente a uma sociedade constituída pela mercadoria como forma totalizante e totalizada” (POSTONE, 2014, p. 367). Por isso, conclui Postone

na sequência da citação anterior, é que “a luta de classes está enraizada de várias maneiras nessa forma aparentemente objetiva de mediação social”.

Marx, prossegue Postone, demonstra que as determinações da relação entre proletários e capitalistas, no que diz respeito ao consumo da mercadoria força de trabalho por parte dos últimos, não são dadas *a priori*, não são o resultado do uso direto da força. Pelo contrário, são objetos de negociação e conflito e, com isso, evidencia que são relações constituídas de forma indireta, intermediada, na qual a mercadoria atua como mediação social entre os homens. Postone (2014, p. 368) acrescenta que essa relação de classes envolve um permanente conflito, pois a forma do antagonismo social (acima descrito) “é, em si, tanto uma determinação da subjetividade social como da objetividade social”. Ela é uma contradição objetiva e, ao mesmo tempo, “uma determinação da autoconcepção das partes envolvidas”. No contexto social estruturado pela forma de mediação social que é a mercadoria, a luta de classes entre proletários e capitalistas “está enraizada nas formas específicas pelas quais as necessidades e as exigências são compreendidas e articuladas [...], isto é, como consciência social e concepções de direitos associados a uma relação estruturada dessa forma” (POSTONE, 2014, p. 368). Essas autoconcepções são constituídas historicamente e não de forma automática e o seu conteúdo é “resultado do modo de mediação social determinado pela mercadoria” (POSTONE, 2014, p. 368).

Através da ação coletiva o proletariado pode obter algum controle sobre a mercadoria força de trabalho. Em Marx, a mercadoria, enquanto forma de mediação social estruturante da sociedade capitalista, envolve as conexões quase-objetivas entre as singularidades humanas e, ao mesmo tempo, enforma as instituições sociais coletivas. Portanto, assinala Postone (2014, p. 368), “não há oposição ou tensão entre o desenvolvimento de formas coletivas, em si, e as relações sociais estruturadoras da sociedade capitalista”. Basta lembrar que, no Livro 1 de *O Capital*, o capítulo VIII (A jornada de trabalho) é o penúltimo⁴ capítulo antes da Seção 4 (A produção do

⁴ O último é o capítulo IX (Taxa e massa de mais-valor).

mais-valor relativo). Ou seja, Marx apresenta a luta da classe trabalhadora inglesa pela limitação da duração da jornada de trabalho e por uma intensidade do trabalho aceitável e, na sequência, demonstra como a lógica do capital constitui formas mais aperfeiçoadas de extração de mais-valor que já não precisam acionar o aumento da jornada de trabalho ou da intensidade do trabalho. Ainda que após a implantação do novo processo produtivo que permite a extração de mais-valor relativo, as personificações do capital utilizem todos os mecanismos possíveis para a extração de valor e mais-valor. A ação coletiva do proletariado viabiliza e estimula a produção de mais-valor relativo e assim acicuta as “inter-relações determinadas entre produtividade, mais-valor, riqueza material e a forma de produção [fundada na grande indústria]” (POSTONE, 2014, p. 369). Nessa moldura necessariamente dinâmica, o antagonismo subjacente às relações de classe apresenta-se como conflitos constantes, e esses devêm momentos essenciais no desenvolvimento da totalidade dessa sociabilidade: “Eles se tornam aspectos intrínsecos da vida cotidiana na sociedade capitalista” (POSTONE, 2014, p. 239).

Outro aspecto a ser destacado é que os conflitos entre proletários e capitalistas são mediados por uma forma totalizante, de tal maneira que sua importância ultrapasse os limites do espaço local, pois a produção e circulação de capital se põem de tal forma que um conflito em um setor ou área geográfica específica atinge outros setores e/ou áreas. Em outras palavras, a luta de classes do cotidiano torna-se um estimulante para o desenvolvimento da sociabilidade do capital.

Todavia, é preciso destacar que a luta de classes entre proletários e capitalistas, ainda que seja um acicate da expansão e da dinâmica do capitalismo, não cria a totalidade integradora da sociabilidade do capital e, tampouco, engendra sua trajetória. Essas são explicadas pela forma de mediação social específica (quase-objetiva e dinâmica) dada pelo valor. A sociedade capitalista enquanto totalidade apresenta uma dinâmica direcional que lhe é intrínseca e que Postone caracteriza como dialética da transformação e

reconstituição. Tais características da sociedade do capital não podem ser engendradas pela referida luta de classes, “essas lutas só têm o papel que têm por causa de formas de mediação específicas desta sociedade. Ou seja, a luta de classes só é uma força propulsora de desenvolvimento histórico do capitalismo porque está estruturada e incorporada nas formas sociais da mercadoria e do capital” (POSTONE, 2014, p. 370). Mais uma vez, na sociedade do capital, a luta de classes entre proletários e capitalistas em torno da apropriação do excedente econômico, é uma força impulsionadora da história devido às formas de mediação específicas de sua constituição.

É evidente que a categoria classe social em Marx é relacional, ou seja, classes se determinam em relação a outras classes. Além disso, a contradição entre produtores de excedente e apropriadores do excedente, que tem por cerne suas relações com os meios de produção, é axial para a análise marxiana de classe. De todo modo, essas constatações não interdita a especificação da noção de classe a partir das formas de mediação social acima destacadas. Ainda que o conflito entre produção e apropriação seja uma característica imanente à relação entre proletários e capitalistas, tal conflito sozinho não os constitui enquanto classes. Segundo Postone (2014, p. 371):

Na análise de Marx, a estrutura dialética das relações sociais capitalistas é de importância central; ela totaliza e dinamiza a relação antagonica entre trabalhadores e capitalistas, constituindo-a como luta de classes entre trabalho e capital. Esse conflito, por sua vez, é um momento constituinte da trajetória dinâmica do todo social. As classes, de fato, são categorias relacionais da sociedade moderna. Elas são estruturadas por formas determinadas de mediação social como momentos antagonicos de uma totalidade dinâmica e, portanto, em seu conflito, tornam-se dinâmicas e totalizadas.

No Livro I de *O Capital* a luta de classes entre proletários e capitalistas é um momento da dinâmica totalizadora da forma específica de mediação da formação social capitalista. No entanto, seu antagonismo não é a “contradição estrutural fundamental da formação social [capitalista]” (POSTONE, 2014, p. 376). Aí as classes referidas “não são entidades, mas estruturas da

prática e da consciência sociais que, em relação à produção de mais-valor, são organizadas de forma antagonica; elas são constituídas por estruturas dialéticas da sociedade capitalista e impulsionam o seu desenvolvimento, o desenrolar de sua contradição básica” (POSTONE, 2014, p. 372).

A análise de Marx não elimina que outros grupos sociais ou estratos sociais desempenhem papéis histórica e politicamente importantes (por exemplo: grupos religiosos, étnicos, nacionais, de gênero, etc.). Contudo, o conflito de classes entre proletários e burgueses tem, em Marx, um papel central na análise da trajetória histórica da sociedade do capital.

Com Postone, ressaltamos que o acima exposto tem por objetivo indicar que a relação entre proletários e capitalistas no Livro I de *O Capital* deve ter por parâmetro a forma específica de relação social e forma de dominação abstrata presente na sociedade do capital. Portanto, nesse nível de abstração, não é possível desvelar os processos específicos “pelos quais uma classe se constitui social, política e culturalmente em um nível mais concreto, ou, com relação a isso, a questão da ação coletiva social e política” (POSTONE, 2014, p. 372). De todo modo as determinações de classe, como as que ocorrem com o proletariado, que ao mesmo tempo é o proprietário da mercadoria força de trabalho e é, ele próprio, objeto do processo de valorização, não são posicionais. Pelo contrário, essas determinações são tanto da objetividade social quanto da subjetividade social. Portanto, Marx, no Livro I, não está definindo objetivamente a classe social a partir de sua posição dentro da estrutura social e, feito isso, buscando determinar como essa classe se constitui subjetivamente. Se assim o fizesse, a articulação entre objetividade e subjetividade social seria extrínseca à dinâmica em si da mediação social do valor e teria por fundamento a noção de interesse.

Postone (2014, p. 373) destaca que a “dimensão subjetiva de uma determinação de classe em particular deve ser distinta da questão das condições sob as quais muitas pessoas agem como membros de uma classe”. Além disso, a dimensão subjetiva da classe, já em seu nível mais abstrato, não pode “ser entendida apenas diante da consciência dos interesses coletivos se as

concepções particulares desses interesses, bem como a noção de interesse em si, não são compreendidas no contexto social e histórico”. A consciência, para Marx, nunca é um simples reflexo das condições objetivas. Na verdade, sublinha Postone, há a reafirmação de que as formas de mediação básicas e específicas do capitalismo, e que se fundam sobre a mediação da mercadoria, tramam as formas de consciência enquanto momentos intrínsecos de formas do ser social. Mais uma vez: para Marx as determinações de classe envolvem “formas de subjetividade determinadas social e historicamente [...] que estão enraizadas nas formas de mediação social como constituem diferencialmente uma classe em particular” (POSTONE, 2014, p. 373). Portanto, a categoria de classe é constitutiva de uma estrutura teórica que visa desvelar “a determinação histórica e social de várias concepções e necessidades sociais, bem como de formas de ação” (POSTONE, 2014, p. 373).

Por outro lado, a classe social, que é estruturada pelas formas de mediação social e pelo movimento de autoexpansão do valor – que, por sua vez, impõe uma dinâmica expansiva e direcional à totalidade do mundo dos homens –, é uma forma do ser social estruturadora de sentido e consciência social. O que não significa que todas as singularidades individuais, que podem ser posicionadas de maneira semelhante, tenham as mesmas crenças e, tampouco, que a ação social e política seja determinada diretamente pelo cariz da classe social. Em verdade, a ação social e as formas de subjetividade em sua especificidade histórica e social podem ser reveladas em termos da noção de classe. Postone (2014, p. 373-374) nos diz que: “A natureza das exigências sociais e políticas, ou das formas determinadas das lutas associadas a tais exigências, por exemplo, pode ser compreendida e explicada social e historicamente em relação à classe, contanto que a classe seja compreendida com referência às formas categoriais”. Aprender a subjetividade a partir de determinações mais gerais dadas pelas formas de relações sociais é fazê-lo social e historicamente. Ou seja, como as mesmas categorias são a base explicativa da estrutura dinâmica da sociedade do capital e da subjetividade própria à essa sociedade, é possível analisar criticamente as

formas subjetivas “diante da adequação da sua autocompreensão e [d]a sua compreensão da sociedade” (POSTONE, 2014, p. 374). Portanto, as questões que permitirão um maior grau de concretização da categoria classe social (por exemplo: constituição social, política e cultural, ação coletiva, autoconsciência, etc.) deverão ser tratadas a partir desse arranjo estruturante acima exposto.

A proposta interpretativa de Postone, que esboçamos rapidamente, modifica a forma tradicional pela qual é apreendida as relações de exploração e os conflitos de classes no capitalismo. A luta de classes aparece como elemento impulsionador do desenvolvimento capitalista devido ao dinamismo das relações sociais constitutivas dessa sociedade, pois o conflito entre produtores diretos e proprietários dos meios de produção, por si mesmo, não a constitui. Além disso, nega a ideia de que a luta entre proletários e capitalista seja a luta entre a classe dominante no capitalismo e a classe que é a encarnação do socialismo; assim, essa luta não aponta, por si mesma, para além do capital. A luta de classes, para o proletário, apresenta-se, no cotidiano, enquanto mecanismo de manutenção e melhoria de sua condição de membro do proletariado. Cabe destacar que essas lutas ao longo dos últimos 150 anos foram decisivas para a colocação de travas na máquina de sucção de valor que é o capitalismo, de modo que permitiram o aumento da participação na democracia formal das massas trabalhadoras e estimularam o surgimento de um tipo de capitalismo organizado para o qual o Estado cumpre um papel cada vez mais importante no processo de acumulação de capital. O constructo teórico de Marx surge, então, como negação de que a trajetória do capitalismo engendre uma possibilidade futura (na sociedade emancipada) da afirmação do proletariado e de seu trabalho. Na verdade, aponta para a possível e necessária abolição do trabalho proletário na sociedade emancipada. Mais uma vez, a sociedade comunista (mesmo em sua fase inferior) não possibilita a realização plena do proletariado, antes há de se verificar o seu desaparecimento. Finalmente, com Postone (2014, p. 376): “Assim, embora desempenhe um papel importante na dinâmica do desenvolvimento capitalista, o antagonismo entre a classe capitalista e a

classe trabalhadora não é idêntico à contradição estrutural fundamental da formação social [...]”.

Retomando a compreensão de que as classes sociais em Marx são relacionais, constatamos que, além disso, a classe se põe a partir do *locus* que ocupa no processo de reprodução do capital, o que exige a consideração das formas de propriedade que codeterminam as classes sociais e das formas de renda que elas recebem de acordo com a propriedade que possuem. Examinando, portanto, as “três grandes classes da sociedade moderna” (MARX, 2017, p. 948) – proletários, capitalistas e proprietários de terra –, e suas formas de renda – salário, lucro e renda da terra –, constatamos que elas não se apresentam na seção I do Livro Primeiro. Contudo, o fato de não estarem postas no texto não significa que o autor as despreze. Ele as toma como pressupostas, pois são as formas reais mais concretas que se manifestam na aparência da sociedade do capital e que estão abstraídas nos primeiros momentos da exposição. Nos três primeiros capítulos, Marx expõe a sociabilidade entre produtores mercantis livres, sem tratar de capitalistas e proletários, mas pressupondo os mesmos. No capítulo 4, ao expor a transformação do dinheiro em capital, ele sobredetermina aquela sociabilidade e apresenta as duas classes fundamentais para a reprodutibilidade do valor e que se determinam reciprocamente: proletários e capitalistas. Nesse nível da exposição destacamos que os indivíduos são tomados como personificações da lógica econômico-social e pertencem à uma determinada classe, preliminarmente, por personificarem essa lógica. Contudo, a propriedade, seja de força de trabalho, seja de dinheiro que passa a operar como capital, sobredetermina essa primeira aproximação e comparece explicitamente no texto.

Nos capítulos subsequentes, Marx irá apontar para as gradações constitutivas das duas classes. Assim ele irá apresentar a figura do pequeno patrão ou pequeno burguês no capítulo 9 (Taxa e massa de mais-valor), irá diferenciar o trabalho produtivo do improdutivo, esclarecendo que ser produtivo é valorizar valor e isso é o que determina o ser proletário. E que, portanto, nada

muda se o trabalhador que valoriza valor o faz numa fábrica de salsichas ou como mestre-escola (capítulo 14 – Mais-valor absoluto e relativo). No capítulo 23, nota de rodapé 70, ele define o que é ser proletário: “Por ‘proletário’ deve-se entender, do ponto de vista econômico, apenas o assalariado que produz e valoriza ‘capital’ e é posto na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização do ‘*Monsieur Capital*’ [...]” (2013, p. 690). Sem deixar de mencionar que, para Marx, ser proletário não é sorte, mas azar (2013, p. 578), pois é ser explorado. De todo modo, não podemos esquecer que, no capítulo 13 (Maquinaria e grande indústria), ele descreve a subsunção real do trabalhador à máquina, ao capital constante, ao trabalho morto, demonstrando a desefetivação do homem que trabalha valorizando valor (2013, p. 492-499).

Ainda no capítulo 23, Marx apresenta a categoria de exército industrial de reserva produzido pelo próprio processo de acumulação de capital e ressalta que esse é parte constitutiva do proletariado. Para além da grande forma que assume devido à própria flutuação do ciclo industrial, o exército industrial de reserva assume três formas: flutuante, latente e estagnada. Além dessas, Marx fala do sedimento mais baixo da superpopulação relativa que habita a esfera do pauperismo, desconsiderando aqui o lumpemproletariado (vagabundos, delinquentes, etc.). Em suma, há um detalhamento das frações constitutivas da classe proletária e que são determinadas pela própria acumulação em espiral do valor.

Relembrando que, no capítulo 4 (A transformação do dinheiro em capital), Marx explica que o mais-valor não é produzido na circulação, no mercado. Portanto, os trabalhadores assalariados do comércio não são produtivos, não valorizam valor – ainda que componham a totalidade dos trabalhadores assalariados, mas não o proletariado nos termos econômicos de Marx.

Ao contrário de outros livros e artigos de Marx, em *O Capital*, e no Livro Primeiro em particular, além das classes serem pressupostas de início e posteriormente concretizadas e postas no texto, elas operam de forma inercial (FAUSTO, 1987). Ou seja, elas aparecem quando se torna necessário o

desvelamento de algum aspecto específico da dinâmica da ampliação do valor. Elas se movem na explanação dessa dinâmica, mas não com a totalidade constitutiva de sua concretude conforme se manifesta na forma da aparência. Em suma, sua presença no texto não conta com a descrição, análise e entendimento de suas formas específicas de organização, seu aparato ético-moral, seus representantes e lideranças com seus conflitos e interesses políticos e econômicos. O que pode ser constatado em materiais como *Lutas de classe em França*, *O dezoito brumário*, *Guerra civil em França*, etc.

É dessa forma que, por exemplo, Marx aborda a luta da classe trabalhadora inglesa pela delimitação da jornada de trabalho no capítulo 8 (A jornada de trabalho), enquanto conjunto de lutas reativas à rapacidade do capital e de suas personificações, mas sem descrever em toda a riqueza de detalhes as formas de luta e as singularidades que se punham à frente da classe. Portanto, o enfoque é para a reação da classe trabalhadora ao exacerbamento da exploração. Ela age e se mantém em movimento após o influxo de uma força (a lógica do capital) sobre ela. Ela luta o que acima chamei, com Postone, de luta de classes do cotidiano. Buscando evitar a espoliação de sua mercadoria força de trabalho, reduzir a exploração e, portanto, vender por um melhor preço a sua propriedade no mercado, de modo a poder consumir mais mercadorias ao final e ao cabo do processo.

3. O Estado no Livro Primeiro de O Capital

As observações feitas anteriormente sobre categorias postas e pressupostas ao longo de *O Capital* valem para a categoria Estado. Contudo, ao contrário do que se verificou para as classes sociais, sequer há um início de apresentação do Estado aqui (FAUSTO, 1987, p. 287). Antes de tratar especificamente desse aspecto, é necessário lembrar que, para Marx, capital é contradição em processo. Desde seus microfundamentos até seus aspectos macro e globais, essa sociabilidade engendrada pelo capital é atravessada por profundas contradições. Diante disso, torna-se bastante evidente a necessidade de uma instância reguladora, reparadora dos danos provocados

pela contradição em processo. Uma instância que garanta a unidade da totalidade que é necessariamente cindida. Em outras palavras, estamos diante de um tipo de sociabilidade que só pode se reproduzir modelando a objetividade do mundo (Estado, instituições, etc.) conforme os seus desígnios. Sem esquecer que ao mesmo tempo em que estrutura essa objetividade ela enforma a subjetividade das singularidades.

Dizendo o mesmo de outro modo: capital e Estado moderno são os dois lados da mesma moeda, são irmãos siameses para os quais a vida de um depende da manutenção da vida do outro. O valor em expansão modela o Estado moderno e esse retroage sobre o valor em expansão garantindo as condições de sua reprodutibilidade. Por isso, o Estado não é a superestrutura da sociedade civil. Ambos são modelados pelo valor em expansão e se põem em uma relação de complementariedade, cabendo ao Estado moderno o uso da violência enquanto conteúdo real das várias formas (aparências) que ele possa vir a assumir. De modo que, para Marx, não se trata de aperfeiçoar o Estado, suas formas de gestão, as formas de participação ou da radicalização da democracia. A tarefa é a eliminação simultânea do Estado moderno e do capital.

Voltando nossa atenção para o Livro Primeiro de *O Capital*, constatamos de imediato que, na Seção I (Mercadoria e dinheiro), o Estado está pressuposto, pois, na circulação mercantil simples (mercadoria – dinheiro – mercadoria), os produtores individuais de mercadoria trocam mercadorias entre si, o que já põe a categoria de propriedade e essa, por sua vez, não pode prescindir do Estado. Além disso, o Estado regula e fiscaliza os contratos entre os que comercializam, mas ainda temos o Estado pressuposto. Ele aparecerá brevemente no capítulo I, no momento em que Marx demonstra logicamente que dinheiro é uma mercadoria que, escolhida pelo movimento das próprias mercadorias, adquire o monopólio social de operar como equivalente geral. E em seguida, demonstra que em nada muda o fato desse dinheiro passar a ser emitido por um Estado nacional, a única diferença é que agora estamos diante de outra categoria: moeda. Todavia, o Estado

aparecerá com maior consistência no capítulo 3 (Dinheiro ou circulação de mercadorias), item C (Moeda signo do valor), quando Marx trata em detalhes da atuação do Estado para padronizar o dinheiro como medida de valores e meio de circulação, emitindo seu próprio dinheiro e transformando-o em moeda nacional. Lembrando que a forma de exposição do capítulo 3 segue o exato processo de sobredeterminação categorial a que nos referimos anteriormente. Assim, parte de uma função mais abstrata do dinheiro – medida dos valores –, que pressupõe a função meio de circulação e que não existe sem essa. Assim como ambas têm por pressuposto a função meio de pagamento, que traz consigo o crédito. Sendo que, com a exposição dessa função, o dinheiro enquanto dinheiro está reconstituído de forma explicada. E com ele a necessidade do Estado enquanto instituição garantidora em última instância dos contratos e das operações de crédito entre os cidadãos. O capítulo finda com “dinheiro mundial”, situação na qual a moeda nacional perde importância e o dinheiro na forma ouro volta a dominar as transações entre os países. O que nos chama atenção para a situação atual na qual temos um dinheiro mundial que não é dinheiro, é uma forma de quase-dinheiro, pois é uma moeda nacional que cumpre tal função, no caso, o dólar americano.

Na Seção 3 (A produção do mais-valor absoluto), o capítulo 8 (A jornada de trabalho) põe o Estado com um grau um pouco maior de concretude. Nele as lutas e disputas que ocorrem na sociedade civil se refletem no Estado (sociedade política), pois a legislação acompanha, confirma e regula as vitórias obtidas pelo proletariado inglês em suas lutas de classe do cotidiano. Em outras palavras, o Estado inglês do século XIX, segundo Marx, apresenta-se como um Estado permeável às disputas. Ou seja, possui espaços através dos quais a luta de classes se manifesta. Espaços que favorecem a formação de formas consensuais de dominação para além da dominação através da violência. O que é a exata negação dos que advogam que Marx possuía uma concepção restrita do Estado moderno, ou seja, um Estado que se restringiria ao uso da força e da violência.

Como já dissemos acima, o capítulo 8 é um marco no entendimento de que as lutas do cotidiano não ameaçam a reprodução ampliada do valor. Pois ele é o penúltimo capítulo da seção 4. O primeiro capítulo da seção 5 (A produção de mais-valor absoluto e relativo) é o capítulo 10 (O conceito de mais-valor relativo), e aqui Marx descreve como o imperativo lógico do capital atua de modo a compensar os limites jurídico-políticos instaurados a partir da constatação dos livre-cambistas ingleses do dano que jornadas de trabalho de duração excessiva provocavam sobre as condições de sobrevivência e reprodução do proletariado inglês e das lutas vitoriosas do proletariado inglês contra essas jornadas excessivas. Nesse capítulo há a descrição do acionamento da extração de mais-valor relativo a partir da extração de mais-valor extra nos setores produtores de mercadorias que compõem a cesta de consumo do proletariado, o que implica redução do valor da mercadoria força de trabalho e redução do tempo de trabalho necessário a se produzir um valor equivalente ao valor da força de trabalho. Isso resulta no aumento do tempo de trabalho excedente ou não pago, em suma, no aumento do mais-valor. Dessa forma, a própria lógica do capital se adapta aos limites jurídico-políticos e tudo muda, para tudo continuar como estava: o valor continua se valorizando em espiral.

Na última Seção do Livro Primeiro, a Seção VII (O processo de acumulação de capital), o capítulo 24 (A assim chamada acumulação primitiva) explicita a importância do Estado moderno no processo de consolidação inicial do modo de produção capitalista. Trata-se de um momento em que a categoria Estado é posta efetivamente no texto e que traz pistas para o entendimento da atuação do Estado ao longo do desenvolvimento deste modo de produção.

No capítulo anterior, Marx havia explicado que, uma vez posta em movimento, a acumulação de capital reiniciava-se a partir do valor produzido pelo trabalhador contratado e trabalhando. Ou seja, o valor a mais, a riqueza abstrata específica dessa sociabilidade, uma vez que a acumulação esteja operando, não tem por origem o comportamento parcimonioso do

capitalista. Ao contrário, para que ela permaneça é necessário que este gaste. E a riqueza abstrata, produzida pelo proletário, nada mais é do que seu tempo de trabalho não pago. Contudo, tal constatação não respondia a questão sobre o início desse processo de acumulação: aquele ponto zero, no qual não havia trabalho proletário produzindo riqueza abstrata, mas que, ainda assim, viabilizou o início do processo de acumulação. O capítulo 24 é a explicação lógica e histórica para esse momento. Nele podemos perceber que o Estado moderno se estrutura no mesmo instante em que a sociabilidade do capital começa a se tornar dominante no mundo dos homens. Quando a produção manufatureira capitalista suplanta a produção das corporações de ofício medievais, a legislação que regulamentava a produção também se modifica. Tal mudança foi acompanhada pela superação do Estado feudal e pelo advento de novas formas jurídicas garantidoras das igualdades formais entre os homens. Desta maneira, o trabalhador, que até então não podia dispor de si próprio como homem livre frente ao senhor feudal, ganhou independência, liberdade jurídica. Ao mesmo tempo ele se viu livre dos meios de produção. Ou dizendo o mesmo de outro modo, os meios de produção aos quais antes ele tinha acesso direto (terra, instrumentos de trabalho, etc.) agora são propriedade privada dos capitalistas. Tais formas de propriedade são reguladas juridicamente pelo Estado moderno. Agora, na sua condição de homem duplamente livre é que ele, antigo vassalo, encontra-se na obrigação de vender a única mercadoria de que dispõe: sua força de trabalho.

Nesse processo de expropriação do trabalhador da terra e dos instrumentos de trabalho, o Estado moderno cumprirá um papel fundamental. É isso o que Marx ilustra com o caso inglês de expropriação da terra originalmente pertencente à população rural. Nesse caso, entre os séculos XIV e XIX, a atuação do Estado inglês foi decisiva para o cercamento dos campos (*enclosures*), paraprivatizar as terras comunais e expulsar os trabalhadores rurais para as cidades. Naturalmente, as manufaturas capitalistas emergentes não eram capazes de absorver essa massa de trabalhadores transformados em proletários e que chegavam aos centros urbanos. O resultado é a conversão

de parte substancial dessa população recém-chegada ao espaço urbano em vagabundos, mendigos e delinquentes. Nesse instante, o Estado se apresenta no texto pois surge toda uma legislação voltada para tratar desse problema. Marx descreve a legislação sanguinária que culpava e punia essa parcela da população que não era absorvida pelas manufaturas. Além disso, como nesse período a subsunção do trabalho ao capital era formal e não real, a existência de uma legislação que regulamentasse os salários e obrigasse a população a se submeter à disciplina necessária ao sistema de produção assalariada era uma necessidade para a lógica do capital. O Estado moderno cumpriu esse papel de regular os salários, de proibir a associação dos trabalhadores e domesticar esses trabalhadores através da violência extraeconômica para as exigências do trabalho proletário. A consolidação do período manufatureiro na Inglaterra tornou supérflua a legislação que regulava os salários e os capitalistas passaram a regular suas produções através de uma legislação privada. As leis inglesas anticondições dos trabalhadores começam a cair parcialmente em 1825.

Na medida em que a produção agrícola passa a ser organizada tendo por base o uso da maquinaria, ou seja, quando a agricultura passa a sentir os efeitos da revolução industrial, do advento da grande indústria, não só se acelera a dispensa de trabalhadores rurais que irão se incorporar ao exército industrial de reserva, como há a criação de um mercado interno para o capital industrial enquanto efeito retroativo da revolução agrícola sobre a indústria. Em outras palavras, o trabalhador rural apartado da terra também se encontra apartado dos seus meios de subsistência. O que antes era produção para autoconsumo, agora é parte constitutiva do valor do capital variável. E o novo proletário, do campo e da cidade, tem que gastar seu salário para ter acesso ao que necessita para sua sobrevivência. Esse processo constitui o mercado interno nacional com a amplitude exigida pela acumulação de capital e não pode prescindir da presença do Estado moderno garantidor da unidade nacional em questão.

Por fim, o Estado se faz presente nesse capítulo quando Marx desvela o processo de gênese do capitalista industrial. Em primeiro lugar ele destaca

que essa gênese não teve o mesmo ritmo vagaroso que a verificada para o capitalista arrendatário de terras, pois as necessidades do mercado mundial recém-constituído pelas descobertas marítimas do século XV/XVI exigiam um ritmo muito mais acelerado. Como as formas antediluvianas do capital (de comércio e usurário), que existiam na Europa por toda a Idade Média e só não se transformaram em capital industrial por conta da impeditiva legislação medieval. Tais limites caíram com o desaparecimento dos feudos e a expulsão dos trabalhadores rurais do campo para as cidades e a instalação das novas manufaturas em portos marítimos voltados para a exportação ou em áreas do campo não mais sujeitas à legislação feudal.

A descoberta de ouro e prata nas Américas, com a simultânea escravização e extermínio das populações autóctones, a conquista e saque das Índias Orientais, a transformação da África em campo de caça de escravos negros, são os processos idílicos fundamentais para a acumulação primitiva de capital (MARX, 2013, p. 821). A esses processos se seguem as guerras comerciais entre as então potências europeias (Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra). No caso inglês,

[...] no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema de dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica. (MARX, 2013, p. 821)

Em todos esses momentos a presença do Estado era fundamental e decisiva. A categoria Estado é determinante na exposição do capítulo 24. O sistema colonial com seu pacto colonial só pode funcionar mediante a intervenção do Estado metropolitano exercendo o poder jurídico e militar sobre as suas colônias. Esse sistema foi decisivo para a garantia de um mercado

consumidor cativo e de uma área fornecedora de matéria-prima de baixo custo. O sistema de dívida pública que existia na Europa por toda a Idade Média ganha impulso com a necessidade dos Estados nacionais estruturarem e defenderem seus sistemas coloniais, organizando frotas navais e armadas, realizando guerras comerciais, etc. O financiamento de tais gastos amplifica a dívida pública e essa atribui força criadora ao dinheiro até então entesourado, improdutivo. Esse se torna capital sem ter que se envolver com os esforços e riscos da aplicação de capital industrial e usurária. Na prática o credor do Estado nada dá ao Estado, pois o montante emprestado se converte em títulos de dívida pública que continuam a operar como dinheiro. Com a consolidação e ampliação do sistema de dívida pública, há a constituição de uma classe de rentistas ociosos, de financistas que fazem a intermediação entre o governo e a nação, há a necessária organização moderna do sistema tributário com seus coletores de impostos, há o beneficiamento de comerciantes e industriais privados que têm agora no empréstimo estatal um capital criado do nada. Além disso, o sistema de dívida pública impulsionou o jogo da Bolsa de valores, a moderna bancocracia, e instaurou o sistema internacional de crédito.

Por fim, o sistema protecionista, que operava com a pesada intervenção do Estado nacional em suas economias, foi decisivo para abreviar a transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Ele “foi um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios de produção e de subsistência nacionais” (MARX, 2013, p. 826) – e de eliminar violentamente toda indústria dos países vizinhos e que dela dependiam.

4. Considerações Finais

A presença/ausência das categorias classe social, luta de classes e Estado no Livro Primeiro de *O Capital* só pode ser entendida a partir da correta compreensão da forma de pesquisa e de exposição que Marx adota. Além disso, é fundamental a percepção de que Marx descobre e revela a categoria

estruturante de toda a sociabilidade do capital: o valor. Sendo o valor forma de mediação social, forma específica da riqueza do capitalismo – riqueza abstrata, forma de dominação abstrata, também específica do capitalismo e forma social autome-diadora (que realiza dação de forma tanto da objetividade quanto da subjetividade do mundo dos homens dominado pela sociabilidade do capital). Em suma, é fundamental entender que essa categoria, em sua dinâmica autoexpansiva, modela as classes, suas lutas e o Estado moderno.

Ao longo do Livro Primeiro, o Estado pressuposto atua regulando e garantindo a propriedade dos produtores mercantis da circulação simples, atua posto no texto agindo sobre as relações entre capitalistas e trabalhadores assalariados e, por fim, enquanto agente econômico. Em suma, o Estado tem por conteúdo a violência garantidora da reprodutibilidade do valor, mas apresenta formas de manifestação com espaços para disputa pela luta de classes. Ele não é um simples comitê executivo da burguesia e tampouco uma superestrutura da sociedade civil, que seria assim a estrutura do edifício social. Ambos, Estado e sociedade civil, são modelados pelo valor.

As classes surgem pressupostas quando da análise da circulação mercantil simples, depois postas quando dinheiro se transforma em capital. Em seguida são postas agindo de forma inercial, nas lutas pela delimitação da duração da jornada de trabalho. Além disso, são caracterizadas como relacionais, por exemplo, com a determinação recíproca entre proletários e capitalistas. E com a explicitação de que não são monolíticas, mas multifacetadas: trabalhadores assalariados improdutivos e produtivos (proletários), o proletariado que incorpora o exército industrial de reserva. E este, por sua vez, é também fracionado. O capitalista é tomado como a personificação do capital, numa abordagem que ultrapassa a mera propriedade jurídica dos meios de produção e localiza o indivíduo capitalista, pertencente à classe dos capitalistas, de acordo com sua adequação a esse constrangimento lógico que é o capital. E, por fim, a identificação de tipos específicos de capitalistas, que refletem o lócus em que se dá a valorização do valor: capitalista industrial, arrendatário, usurário/bancário, comerciante.

Referências

- ARAUJO, P. H. F. “Notas Críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando *O Estado e a Revolução*” In: *Anais do 22o. Encontro Nacional de Economia Política da SEP*.
- _____. “Marx: Capital, Estado e política: notas”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 43, p. 37-62, 2016.
- _____. “Lukács, socialismo e democracia: comentários críticos”, *Revista Novos Rumos*, v. 1, p. 76-89, 2014.
- _____. “Capitalismo, Estado e política: notas a partir de Chasin e do Gramsci de Carlos Nelson Coutinho”, *Revista Katálysis*, v. 16, p. 26-36, 2013.
- _____. “Superação do capitalismo a partir da lógica humano-societária do trabalho? Postone, Lukács e Chasin se encontram”, *Verinotio: revista on-line de filosofia e ciências humanas*, v. 8, p. 26-42, 2012.
- CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009, 253p.
- DUAYER, M. & ARAUJO, P. H. F. “Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuições de Lukács e Postone”, *Revista Em Pauta*, v. 13, p. 15-36, 2015.
- FAUSTO, R. *Marx, lógica e política*, tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987, 331p.
- LUKÁCS, G. *Para uma Ontologia do Ser Social*, v. II. São Paulo: Boitempo, 2013, 845p.
- MARX, K. H. *O Capital: crítica da economia política: livro 3: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017, 980p.
- _____. *O Capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013, 894p.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011, 788p.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014, 483p.

DANIEL AUGUSTO FELDMANN

O “SALTO MORTAL” DA MERCADORIA, A CONTRADIÇÃO EM PROCESSO DO CAPITAL E OS SENTIDOS DO NOVO NACIONALISMO AUTORITÁRIO NO SÉCULO XXI

Recebido em 01/05/2019

Aprovado em 22/12/2019

O “SALTO MORTAL” DA MERCADORIA, A CONTRADIÇÃO EM PROCESSO DO CAPITAL E OS SENTIDOS DO NOVO NACIONALISMO AUTORITÁRIO NO SÉCULO XXI

Resumo

Pretendemos analisar a conexão entre a sociabilidade neoliberal e a nova onda de governos e movimentos autoritários pelo mundo. Parte-se da hipótese de que, dados os limites do capital enquanto relação social, perde-se a relativa capacidade que houve no passado de se mitigar e de se sublimar os efeitos do “princípio de competição” nos termos que formulou Horkheimer. Com isso, a sociedade se aproxima cada vez mais da dinâmica da guerra civil. Daí justamente a ascensão de governantes como Trump, Salvini, Duterte e Bolsonaro: eles não se propõem a, nem mesmo retoricamente, conter o potencial de guerra civil latente na sociedade burguesa, mas sim governar com e através de tal potencial de violência.

Palavras-chave: crise do capital; crítica da economia política; relações internacionais; teoria crítica; Karl Polanyi

DANIEL AUGUSTO FELDMANN

Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Professor permanente do programa de Pós Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

E-mail: dafeldbr@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-2048-5749>

Abstract

We intend to analyze the connection between neoliberal sociability and the new wave of authoritarian governments and movements around the world. It starts from the hypothesis that, given the limits of capital as a social relationship, the relative capacity that existed in the past to mitigate and sublimate the effects of the “competition principle”, in the terms that Horkheimer formulated, is lost. As a result, society is increasingly approaching the dynamics of civil war. Hence the rise of government officials like Trump, Salvini, Duterte and Bolsonaro: they do not propose, even rhetorically, to contain the potential of latent civil war in bourgeois society, but to govern with and through such potential for violence.

Keywords: capital crisis; Critique of Political Economy; international relations; critical theory; Karl Polanyi

I. Apresentação

Nosso ponto de partida é o artigo de Dardot e Laval, “Anatomia do novo neoliberalismo”, que sustenta a tese de que a virada política em curso no mundo hoje, com a ascensão de um novo nacionalismo autoritário, cujo marco fundamental é a eleição de Trump em 2016 – mas que também se expressa na ascensão recente ao poder de outros como Salvini, Orbán, Kurz, Duterte e Bolsonaro–, deve ser refletida a partir de um quadro mais amplo e geral marcado pela imbricação entre neoliberalismo e autoritarismo. Para Dardot e Laval (2018, s/p):

Esta matriz estratégica das transformações econômicas e sociais, bastante próxima de um modelo naturalizado de guerra civil, encontra uma outra tradição, mais autenticamente militar e policial, que faz da “segurança nacional” a prioridade de todos os objetivos governamentais. Neoliberalismo e deriva securitária do Estado fizeram cedo uma boa fusão.

Buscaremos desenvolver as causas e consequências de tal imbricação, partindo de certas premissas e análises. Em primeiro lugar (seção 2), apoiando-nos em certas categorias da crítica da economia política marxiana, sugerimos que a guerra civil é algo sempre latente e constitutivo da própria dinâmica capitalista, ao mesmo tempo que avançamos a hipótese de que as transformações em curso nesse século XXI tendem justamente a elidir os freios que, em outros momentos históricos, puderam travar ou conter a eclosão de tal guerra. Em seguida (seção 3), resgatando de forma crítica a importante contribuição de Karl Polanyi, pretendemos mostrar que as condições históricas que no século XX permitiram certas formas de limitação e controle social consciente da esfera econômica estão superadas, ensejando uma crescente heteronomia do processo político e social, assim como um aumento substantivo de um processo de individualização e atomização, que são essenciais para a apreensão da conjuntura em que vivemos. Na seção 4, sustentamos que tal intensificação da incontrollabilidade e da dessocialização recoloca de forma cada vez mais forte o fantasma da guerra civil e é indissociável de um processo de crise permanente do capital, processo este

que buscamos iluminar a partir do conceito de “contradição em processo” presente nos *Grundrisse* de Marx. Por fim, na seção 5, tentamos descortinar os sentidos dos novos nacionalismos autoritários, indicando que eles têm em comum o fato de levarem ao extremo e com eficácia certas tendências que já estavam contidas a partir da disseminação da dinâmica de limites internos do capital e da racionalidade neoliberal que dela se desdobra.

2. Modernidade capitalista e o fantasma da guerra civil

Para clarificarmos o que chamaremos aqui de “fantasma da guerra civil” é necessária uma breve digressão. A separação entre o que veio a ser denominado de esfera política e de esfera econômica é produto da modernidade capitalista. Afinal, é o capitalismo que, ao instituir a generalização da mercadoria e do valor como forma indireta de mediação entre os indivíduos, produz tal autonomização do econômico uma vez que destitui a antiga fusão da reprodução da vida material com costumes, tradições e relações de poder diretas e pessoais entre os indivíduos. Contudo, tal cisão, cuja contraface é o surgimento do sujeito econômico cioso de seus interesses e imerso na concorrência em mercados e do sujeito político que configura o cidadão moderno, deve ser apreendida no quadro de uma unidade sem a qual não poderia desenvolver-se a sociedade capitalista. Sem abordar todas as diferentes dimensões que se desdobram desta relação entre o econômico e o político, selecionamos aqui apenas uma dessas dimensões, que é essencial para nossa tese. A introjeção, pelos indivíduos, dos imperativos abstratos da valorização do capital cria por si mesma uma dinâmica disruptiva e de virtual guerra civil. E isso não apenas devido ao fato de que as relações sociais no capitalismo precisam aparecer na forma de coisas como mercadorias e dinheiro. Mais importante ainda é o fato de que uma sociabilidade fetichista “pura” – isto é, sem quaisquer outras formas de mediação social – só poderia levar à lógica de destruir o outro para sobreviver. A violência direta da mercadoria sem qualquer controle levaria diretamente à guerra civil. Sem a constituição de uma esfera política separada, aquilo que Marx

chamou do “salto mortal” da mercadoria¹ – isto é, a necessidade imperiosa da mercadoria ser realizada se transformando em dinheiro, ao ser transposto de forma nua e crua para as relações humanas no seu conjunto–, tornaria estas últimas simplesmente impraticáveis. Destarte, a metáfora do “salto mortal” de Marx pode, sim, ir muito além de uma simples metáfora.

É neste prisma que é lícito ver o Estado e a esfera política não numa mera relação de exterioridade com a dinâmica do mercado e da concorrência, mas, sim, precisamente como a estrutura de ligação social que permite a reprodução dessa dinâmica. Assim, caberá ao Estado não apenas a criação de uma institucionalidade correspondente à sociabilidade da mercadoria e do capital – direito abstrato, contratos, normas, etc. – como também o papel de mitigar o potencial sempre latente de violência e de conflitualidade generalizada que está contido na lógica concorrencial. Evidentemente, isso não anula o fato de que a própria violência, em diferentes formas – interna ou externa ao quadro de cada um dos diferentes Estados nacionais –, tenha sido sempre uma marca decisiva dessa modernidade capitalista. O que nos interessa mais aqui, por ora, é sugerir que existe um potencial de explosão e guerra civil que se desdobra da própria forma reificada instituída pela categoria econômica do valor, quenecessita, de alguma forma, ser contido, pois, do contrário, o caos e a incontrolabilidade social colocariam em risco a própria continuidade dos pressupostos da valorização infinita do capital como fim em si. É precisamente dentro desta tensão constitutiva que o Estado deve aparecer como regulador das relações econômicas, como produtor de controles e de contrapesos para a lógica dessocializante da concorrência generalizada, como “árbitro” de determinados conflitos entre os distintos interesses particulares, e não menos importante, como organizador da integração – material, institucional e simbólica – do espaço territorial da nação. Vale dizer que essa mesma tensão constitutiva suscita uma contradição moral que também cinde a sociedade burguesa. Dado que tal

¹ “O salto que o valor da mercadoria realiza do corpo da mercadoria para o corpo do ouro [...] é o salto mortal da mercadoria. Se [...] dá errado, não é a mercadoria que se esborracha, mas seu possuidor” (MARX, 1985, v. I, p. 225).

sociedade reduz os contatos entre seres humanos a uma sempre renovada e feroz competição, é preciso erigir, como ideal ético, a repressão e a contenção de tal agressividade egoísta que a própria estrutura social desencadeia. Como aponta Horkheimer (1982, p.14), para que se consiga, de fato, a mitigação e a sublimação de tal agressividade, também cabe à esfera política e ao Estado favorecer a difusão de valores opostos ao individualismo sem limites:

A necessidade de uma moralidade idealista decorre da situação econômica da burguesia. [...] medidas muito abrangentes do Estado foram necessárias para que o todo social fosse capaz de reproduzir a si mesmo em tais circunstâncias [...]. Uma das causas da moralidade burguesa se situa na necessidade de restringir o princípio de competição justo na época dominada por tal princípio.

Por outro lado, e isso é central, a capacidade do Estado em dirimir tal tensão constitutiva jamais pode ser ilimitada. O próprio Estado é sujeito a imperativos e restrições que lhe escapam, imperativos e restrições que são o produto de uma lógica tautológica, que, não raro, impede qualquer coordenação racional. Como fórmula Vincent (1979, p.39):

Não há descontinuidade absoluta entre a acumulação de capital e a produção de normas e valores próprios ao Estado, como ordem, segurança, formalismo da igualdade, mas, ao contrário, há descontinuidade relativa, dialética sutil da exclusão e da inclusão. De um lado, o Estado se apresenta como a sublimação das relações sociais imediatas, como se ele reestabelesse aos indivíduos da sociedade capitalista uma sociabilidade da qual eles foram despojados. De outro lado, o Estado está intimamente ligado à socialização-privatização da vida capitalista.

Vincent aponta aqui para o fato de que esta socialização encarnada no Estado e nas instituições políticas é, ao mesmo tempo, privatizante, posto que ela mesma também recoloca o atomismo generalizado uma vez que torna as pessoas em suportes individualizados de uma dinâmica capitalista que as escapa. Os indivíduos passam a estar estreitamente interligados, mas trata-se de uma interligação centrada ela mesma na concorrência e no

afrontamento. Assim, a mesma socialização política capitalista que produz a unificação dos indivíduos num mesmo quadro social que se busca estável, também assenta as bases para o prosseguimento da sua exclusão e separação conflitiva, ou seja, de uma crônica instabilidade. Tal instabilidade não pode ser simplesmente suspensa indefinidamente, pois o Estado, longe de bloquear a reprodução fetichista da sociedade em que “a independência recíproca das pessoas se complementa num sistema de dependência reificada universal” (MARX, 1985, p.96), deve ser apropriada mediação política que corresponde a esta “dependência reificada” de que fala Marx. Destarte, dentro desta dialética de unificação e separação, de socialização e de privatização mediada pelo Estado, cria-se uma dinâmica em que as medidas que vão no sentido de uma ordenação consciente da reprodução social não conseguem nunca abolir a incontornabilidade e o caráter errático de tal reprodução. Aliás, como no capitalismo a mediação política estatal não é um fim em si, mas, sim, o quadro político que permite o desenvolvimento da valorização do capital como fim em si, a própria atuação controladora do Estado só pode preparar novas formas de descontrolo mais à frente. O afã organizador e “pacificador” do Estado ajuda a reinstaurar elementos desorganizadores, imprevisíveis e conturbados. Destarte, a mesma totalidade que confere certa autonomia ao Estado, reitera de forma incessante sobre ele a sua subordinação, a sua heteronomia, o seu constrangimento³.

Isto posto, voltemos à nossa hipótese: a nova conjuntura histórica está marcada por uma crescente falência neste papel de balizamento, ordenação, sublimação do egoísmo agressivo e relativo controle social e econômico exercido pelo Estado-nação e suas instituições, falência esta que, buscaremos mostrar, é o pano de fundo das novas formas de nacionalismo autoritário que têm se desenvolvido. Numa conjuntura marcada pela crise do capital, dentro dos pares contraditórios em que se desdobra a tensão constitutiva da sociabilidade capitalista – socialização-individualização,

² Não por outros motivos o mesmo Vincent (1979, p. 40) irá criticar a ilusão voluntarista de se “superestimar as possibilidades de ação do Estado e de lhe atribuir capacidades de intervenção muito além dos limites que lhe determinarão o processo de valorização”.

inclusão-exclusão, unificação-separação, organização-desorganização –, estaríamos diante de uma dominância em escala ascendente do segundo termo destes pares. Com isso, sobressai uma sociabilidade que cada vez mais se confunde com a lógica nua e crua da mercadoria e do valor, e que, por isso mesmo, está se aproximando perigosamente de uma guerra civil aberta. Perante esse quadro explosivo e com consequências imprevisíveis, a política e a atuação do Estado enquanto tais mudam de qualidade. Ao invés de se proporem a mitigar e limitar a violência potencial, a luta dessocializante de todos contra todos e a desagregação social, tratam agora de assumir, cada vez mais, tais características como realidades cristalizadas e de se governar com e através delas.

3. A atualidade e o anacronismo de Karl Polanyi

Ora, a apreensão da tensão constitutiva de que tratamos na seção anterior não pode ser tratada em abstrato, isto é, desencarnada da realidade concreta e da história. Nesse sentido, é bastante útil retomarmos aqui a leitura da crise do liberalismo do início do século XX feita por Polanyi (2000). Esse autor produziu uma leitura original sobre a “*Grande Transformação*” que marcaria o século XX, a saber, o surgimento de instituições que buscariam, de diferentes formas, “reenquadrar” o econômico dentro de determinadas formas de controle e limitações pela sociedade. O ponto central de seu livro de 1944, e que se reveste de candente atualidade, é o fato de que a redução de todas as esferas da vida ao mecanismo de mercado, a transformação de todas as atividades humanas num jogo cego de oferta e demanda, seria insustentável. Não poderia existir uma verdadeira sociedade ao se deixar a relação do homem com a natureza ao sabor do mero ganho pecuniário, ao transformar o trabalho humano numa mera mercadoria que pode ser descartada e jogada no desemprego à qualquer momento, ao fazer com que o dinheiro deixe de ser um meio de troca controlado pela sociedade para se tornar em objeto da mais pura especulação como num cassino. Terra, trabalho e dinheiro seriam, para ele, falsas mercadorias, ou mercadorias

“fictícias” na sua terminologia, no sentido de que jamais poderiam ser deixadas a flutuar ao sabor anárquico de mercados desregulados.

Foi justamente contra esta “obsoleta mentalidade de mercado”, nos termos de Polanyi, mentalidade absolutista e intransigente, que a sociedade não apenas desejou – com foi obrigada a – responder. As intenções puramente econômicas de ganho, a precificação total das atividades humanas, não poderiam planar livres e soltas, pois isso perverteria o próprio sentido do que seria a vida em comum dos indivíduos. Assim, o “contramovimento” no sentido de reenquadrar o econômico fugidio para diferentes formas de controle social era inevitável. Existiria uma repulsa automática, um verdadeiro imperativo de contestação diante da tentativa de se reduzir o mundo aos desmandos dos motivos puramente mercantis. Por outro lado, é fundamental notar que tal reação obrigatória da sociedade estava longe de garantir por si uma saída positiva e civilizatória para a questão. Afinal, para Polanyi, o “contramovimento” poderia, por um lado, tanto permitir o fortalecimento de um novo quadro institucional que reduzisse a associalidade, ao mesmo tempo preservando a liberdade das pessoas, como também, por outro lado, a recuperação do econômico pelas instituições políticas e sociais poderia se dar na forma de uma intensificada repressão, fascismo e ditaduras, como atesta a história do século XX.

Ao mesmo tempo, não por acaso também o “contramovimento” polanyiano sempre esteve umbilicalmente ligado ao nacional. A invocação do nacional no século XX, seja na forma direta de nacionalismos modernizadores, ou ao menos então na forma de coordenação e mecanismos de planejamento econômico e social-nacionais, era uma constante. Numa via de mão dupla, propunha-se a integração e coesão social através da armadura do Estado-nacional, ao mesmo tempo que este último postulava sua razão de ser justamente por via desta integração e coesão. Mesmo que, nos fatos, tal integração e coesão – em especial na periferia do capitalismo – fosse, em muitos aspectos, farsesca, pois, na verdade, a dinâmica social era mantida com enormes doses de exclusão e violência. Era sempre o “nacional como

projeto” que inspirava e legitimava – nas ditaduras e democracias, e da esquerda à direita – a mobilização do progresso e a perspectiva de um devir harmonioso diante do desafio posto pela modernização. Parafraseando Anderson (2008), mesmo que as “comunidades imaginadas” nacionais ficassem em certa medida só mesmo no imaginário, elas eram o esteio da ordenação que se buscava.

Daí que a transposição da tese polanyiana para este século XXI é atravessada por uma contradição conspícua. De um lado, ela é muito atual, no sentido de que existe uma reação inegável da sociedade contra os efeitos da subordinação total e cega aos mercados que a dinâmica neoliberal pretende impor. Persiste o mal-estar com a globalização e também cresce a revolta difusa com a dinâmica social disruptiva em curso. Entretanto, há uma mudança de qualidade notável no caráter deste “contramovimento” polanyiano em relação ao que ele fora ao longo do século XX. Ao contrário do passado, não estão em curso processos que logrem reenquadrar a esfera econômica para o controle da sociedade a partir de suas instituições. A insatisfação generalizada não consegue ser mobilizada politicamente – à esquerda e à direita – contra os processos que recolocam em escala ampliada a associalidade, a individualização e a mercantilização profunda da sociedade. Justamente a terra, a natureza, o trabalho e o dinheiro, que, para Polanyi, deveriam ser preservados e coordenados socialmente, têm se transformado em objetos de desarraigada desregulação, mercantilização e especulação. Assim, o que salta aos olhos é o fato de que o novo nacionalismo em curso neste século XXI não possa mais ser equiparado com os nacionalismos e projetos nacionais do passado pautados na administração política e na contenção do que Polanyi chamava de “moinhos satânicos” do mercado.

Justamente o que faltava na análise de Polanyi era a percepção que a possibilidade de moldar, através de instituições e freios, o ímpeto dissolvente dos mercados e da precificação sem limites da vida precisa ser historicizada. Sobretudo a partir do momento em que o capital, como relação social,

impõe-se de forma pervasiva no mundo, eliminando ou remodelando os resquícios pré-modernos em todo globo, o caráter das esferas social, políticas e cultural não pode ser poupado da dinâmica fetichista do capitalismo. Fetichismo esse, bem entendido, que não deve ser compreendido no sentido de uma subordinação simplista aos automatismos e imperativos do valor e do capital, como se os indivíduos fossem quase como marionetes, desprovidos de qualquer agência. Na realidade, precisamente a força do fetichismo na contemporaneidade reside, em boa medida, numa subordinação consciente e desejada das pessoas a uma forma de dominação abstrata e impessoal que acaba por submeter a todos, posto que tal dominação direciona e limita o escopo das iniciativas e ações individuais. Isso revela, a nosso ver, a pertinência e atualidade de um diagnóstico de Marcus e sobre os países desenvolvidos, ainda nos anos 1960. Para ele, a formulação original da análise das práticas fetichizadas capitalistas feita por Marx deveria ser atualizada, pois ao mesmo tempo que tais práticas indicavam uma sociedade encerrada em sua própria impotência e heteronomia, elas não deixavam de ser, ao mesmo tempo, o produto de uma adesão aberta dos indivíduos e manifestamente insuflada pelas instituições e cultura em vigor³.

De toda e qualquer forma, cremos que a releitura da obra de Polanyi, tanto na sua força como em suas debilidades, pode dar pistas valiosas para pensar o atual momento. Wolfgang Streeck tem uma contribuição valiosa nesse sentido, mas que, ao mesmo tempo, não deixa de ter suas deficiências. Para Streeck (2014), estaríamos diante do fim do capitalismo, não por certo como uma queda repentina, mas, sim, como um processo longo e sem volta de inviabilização e desestruturação dos liames que historicamente permitiram a sua manutenção. Mais precisamente, e aqui seguindo a pista de Polanyi, Streeck sugere que não apenas os freios institucionais aos mercados desregulados permitiam um mínimo de coesão social ao capitalismo,

³ Sobre os processos fetichistas, Marcuse (1967, s/p) afirmará então que “Marx acreditava que eles se produziam ‘atrás das costas’ dos indivíduos; já nas sociedades avançadas de hoje, isso é verdade somente com fortes qualificações. Engenharia social, gerência científica da empresa e relações humanas, e manipulação das necessidades instintivas são praticadas no nível da feitura das políticas e são testemunha do grau de consciência em meio à cegueira generalizada.”

como também eram as diferentes expressões de oposição ao capitalismo que, em grande medida, conferiam-lhe vitalidade. Não por acaso, Streeck nos lembra de que é justo no período do pós-guerra que os sindicatos de trabalhadores, assim como a ameaça soviética, eram fortes, que as regulações keynesianas e o apoio explícito dos investimentos públicos teriam permitido a fase de maior crescimento do capitalismo. Nessa perspectiva, seriam as limitações, ameaças e constrangimentos impostos ao capital do exterior, e mesmo, até certo ponto, as relativas vitórias dos trabalhadores na luta de classes, que garantiam a estabilidade e ordem social sem as quais a acumulação de capital não poderia se desenvolver de forma adequada no longo prazo. Já hoje em dia, o anterior jogo virtuoso entre vitalidade e oposição teria terminado, fazendo com que a aparente vitória total do capitalismo fosse, no fundo, o prenúncio do seu fim. Para Streeck, estagnação econômica, redistribuição oligárquica, pilhagem do setor público, corrupção e anarquia global seriam sintomas desta crise profunda. E na origem dessa crise estaria o fato de que “a desordem mundial [...] é hoje uma outra coisa: o resultado de um veloz e bem-sucedido ataque dos mercados a um amplo leque de instituições e atores, herdados do passado ou construídos em longas lutas políticas, que por algum tempo conteve o avanço do capitalismo em limites socialmente aceitáveis” (STREECK, 2014, s/p).

A tese de Streeck é sedutora, mas deixa perguntas cruciais não respondidas. Porque agora, diferentemente do passado, este ataque dos mercados consegue ser tão abrangente e totalitário? Ou ainda, porque a desordem mundial se impõe como padrão e impede formas de controle social consciente que, no passado, puderam impor os freios necessários para enquadrar, de algum modo, o capitalismo dentro de certos arranjos? A questão central é que, se de um lado, Streeck chama atenção, com razão, para aspectos fundamentais do capitalismo de hoje – crise econômica permanente, concentração da riqueza, totalitarismo dos mercados, aumento da anarquia e da heteronomia das ações dos indivíduos e Estados, etc. –, de outro lado, ele deixa um tanto no ar a explicação das causas e da historicidade desses mesmos aspectos. Em outras palavras, as virtudes da análise de Streeck não

o isentam de uma certa tautologia ao explicar a força do capital em destruir as suas barreiras exteriores... pela própria vitória (de Pirro) do capital e dos mercados. Em contrapartida, sugerimos, diferentemente de Streeck, que o quadro institucional das sociedades não apenas não é exterior, como também se amolda às vicissitudes da finalidade última do modo de produção vigente: o movimento de “valorização do valor”, que está na base do capital como relação social. Isso nos conduz a buscar nos limites internos do capital os motivos e consequências do atual bloqueio do “contramovimento” de Polanyi, bem como tentar situar, a partir daí, os contornos do novo nacionalismo.

4. A contradição em processo no século XXI

A heteronomia crescente e a flagrante incapacidade dos Estados nacionais em manter qualquer tipo de controle da esfera econômica, no sentido polanyiano do termo, são um traço marcante das últimas décadas. O caráter impressionante desse fenômeno é tanto maior quando contrastamos nosso tempo com o padrão global vigente após a Segunda Guerra Mundial, em que o “contramovimento” preconizado por Polanyi teve seu ápice. A despeito de diferenças importantes entre as diversas regiões do mundo, e também a despeito da rivalidade proclamada entre os distintos modelos econômicos de então, havia, por outro lado, traços comuns, uma similitude marcante por trás da retórica que proclamava a diferença absoluta. Afinal, seja no Primeiro Mundo, com o modelo fordista-keynesiano, no Segundo Mundo, com o chamado “socialismo real”, ou no Terceiro Mundo, com as experiências de modernização desenvolvimentistas, as práticas de planejamento, controle e regulação apoiadas no Estado faziam-se presentes de forma conspícua. De distintas formas, estava em vigor a ideia de que se poderia modelar o desenvolvimento econômico num dado sentido. Como chama a atenção, com razão, Postone (2006), o fato de que tais práticas e conformações estruturais do pós-guerra tenham hoje perdido sobremaneira seu lugar, de forma tão abrangente, não pode ser visto como algo fortuito,

como se fosse o advento de uma mera contingência histórica. Tampouco a avalanche neoliberal a partir dos anos 1980 pode ser atribuída, como é comum se dizer, meramente a uma conjunção de superpoder e astúcia das elites, que, em nome de seus privilégios e ganância, teriam consciente e planejadamente remodelado e dobrado toda a sociedade aos seus desígnios, abafando todas as resistências para firmar a atual ordem oligárquica. Esta superestimação da agência e coordenação das elites não apenas confunde as causas com as consequências do processo, mas também deixa sem explicar a resiliência e a profundidade das transformações vigentes. Pois ao reduzir a questão ao eterno problema da correlação de poder e força, a uma configuração hegemônica desfavorável que se espera passageira, o pensamento que se pretende crítico permanece preso à promessa de uma virada de jogo que, implícita ou explicitamente, flerta nostálgicamente com o retorno do afã condutor e modelador do Estado, que já virou passado e não pode mais voltar⁴.

Portanto, a emergência da sociabilidade neoliberal contemporânea, bem como das políticas e das instituições que a acompanham, não pode ser lida como uma ruptura total com o momento que o antecedeu, como se fosse um raio em céu azul. As exigências próprias do processo de acumulação de capital, assim como a incessante difusão da racionalidade instrumental – legitimada pela ideia de modernização e progresso onipresente nos três

⁴ Tal sobrevalorização retrospectiva do arranjo do segundo pós-guerra nos três mundos elide o fato de que já então estavam em curso processos que se voltavam contra o “contramovimento” polanyiano e já preparavam, de alguma maneira, a volta do “moinho satânico” da ilimitação dos mercados. Seja no Primeiro Mundo, com sua aliança tácita entre capital e trabalho, que incluiu de forma relativamente favorável os trabalhadores nos circuitos de produção e consumo, seja no Segundo e Terceiro Mundos, com os seus esforços de modernização recuperadora de suas economias e sociedades, esteve um curso um processo em que a imposição da lógica e dos imperativos do capital se generalizou e ganhou força. As dinâmicas modernizantes do segundo pós-guerra, a despeito do espírito dominante de coordenação dos processos econômicos, ou talvez por isso mesmo, ajudaram a universalizar e aprofundar o afã da produção pela produção, a busca ilimitada por acumulação, a internacionalização da concorrência, o consumismo como manipulação dos desejos, a destruição de formas pré-capitalistas de vida, a dominância dos motivos puramente econômicos e a eleição do dinheiro e da forma valor como mecanismos todo-poderosos de mediação social (inclusive nos países do “socialismo real”). Ao liberar forças que se julgava estarem sob controle, as premissas de contenção e administração política que buscavam ordenar a integração e a coesão dos indivíduos no plano nacional reforçaram - intencionalmente ou não - a dinâmica de “socialização privatizante” fetichista potencialmente desintegradora e instabilizante que mencionamos mais acima.

mundos do pós-guerra –, tiveram grande responsabilidade para pavimentar a situação em que ora nos encontramos. Num olhar retrospectivo podemos afirmar que uma espécie de “astúcia da irrazão” do capital voltou a se recolocar. Assim, a relativa margem de manobra e o horizonte de alternativas e projetos nacionais integradores que se abriam (ou pareciam se abrir) no período do segundo pós-guerra impulsionaram uma dinâmica que já continha, em larga medida, as sementes da sua própria negação. Daí que, para além das utopias e projeções que marcaram – e marcam até hoje – o olhar de tal fase mais estatista do capitalismo, nela já estava em germe uma maior homogeneização da vida em torno dos critérios abstratos de rentabilidade e concorrência, mesmo que para grande parte da humanidade isso implicasse – e certamente hoje implica ainda mais – a sua transformação em “*sujeitos monetários sem dinheiro*”, segundo a expressão de Kurz (1993).

Por outro lado, a argumentação que sustentamos até aqui, ainda é insuficiente para enfrentar adequadamente o problema do porquê e do como, nas últimas décadas, há, de forma irresistível, um aprofundamento do neoliberalismo em todos os planos, bem como uma escalada na heteronomia e no descontrolo no Sistema-Mundo capitalista. Avancemos neste ponto. Se é inegável que a mundialização comercial, produtiva e financeira da atualidade mina a própria antiga noção de espaços econômicos nacionais e debilita o tipo de coordenação estatal que se praticava outrora – sem falarmos ainda das chantagens e dos vetos a políticas nacionais que os “mercados globais” têm conseguido exercer –, não será a mundialização, *per se*, que pode explicar plenamente o sentido dos fenômenos que se desenrolam. É preciso aqui, obrigatoriamente, incorporar a vigência dos limites internos do capital como relação social. Ou, melhor dizendo, é preciso ter na devida conta que a mundialização – que, retomando os termos de Marx, acentua a interdependência “*reificada universal*” – interliga, de forma cada vez mais caótica, uma totalidade que é atravessada por tais limites. Limites que aqui são entendidos como a concretização cada vez mais visível da hipótese já aventada por Marx nos *Grundrisse*, a partir do que ele chamou de contradição em processo do capital, isto é, da sua tendência, posta pela lógica

concorrencial, de transformar o trabalho vivo em obsoleto para a produção de riqueza material, ao passo que o mesmo capital prossegue exigindo a extração de mais-trabalho como pressuposto de sua própria valorização⁵. É precisamente no cruzamento entre, de um lado, o anacronismo histórico da forma valor como pressuposto da existência material e, de outro lado, as exigências cada vez mais brutais do capital de moldar a sociedade sob tal forma, que se encontra uma chave decisiva para a compreensão da crescente irracionalidade e da aceleração da vida na contemporaneidade. A diretriz absoluta da valorização como fim em si, ao subordinar o conjunto da produção social, escancara paradoxos gritantes, como a perspectiva de colapso ambiental em meio à possibilidade de uma relação harmônica com a natureza, a miséria em meio à abundância, a exploração e a precarização crescentes do trabalho em meio à sua potencial redução substancial, ou mesmo sua abolição, para a obtenção da maioria dos bens necessários à vida. Se as consequências da contradição em processo, que tornam aquilo que Marx chamava de “intelecto geral” – isto é, a ciência e tecnologia avançadas – o fator decisivo de produção, já estavam postas em marcha com o advento da Terceira Revolução Industrial décadas atrás, elas só tendem a se agudizar hoje com as inovações – em curso ou potenciais – que acompanham a Quarta Revolução Industrial e suas novas formas de produzir, como na chamada Indústria 4.0. A realidade de uma crise profunda no trabalho e nos empregos⁶, que agora engloba inclusive ocupações tidas como mais qualificadas e de classe média⁷, torna-se cada vez mais difícil de ser negada. Por outro lado, o que é bem menos discutido, a nosso ver, é o fato de que a crise do trabalho é também a crise do próprio capital e, com as devidas

⁵ “O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza.” (MARX, 2012, p. 28).

⁶ Botelho (2016, p. 18), apoiado em dados da OIT, aponta que atualmente “63 % da força de trabalho global atual está em situação de desemprego, desencorajada (desistiu de procurar emprego) ou se trata de “empregados vulneráveis”, isto é, trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem rendimento, membros de cooperativas de produtores etc.”.

⁷ Sobre isso, ver uma convincente análise em Collins (2013).

mediações, é também a crise do próprio Estado-nação. Sendo a criação de mais-valia através da extração de trabalho produtivo o motor do sistema, não é de surpreender que este último esteja há décadas patinando com baixo crescimento, crises recorrentes, incapacidade da retomada de um padrão de acumulação sustentável e retração substancial dos investimentos produtivos de longo prazo. Nada menos que a reprodução sistêmica capitalista passa a afundar quando, como bem frisou Gorz (2007, s/p), “a produção de mercadorias [...] é por demais estreita e poupadora em trabalho humano por permitir à superabundância de capital de se valorizar”. Ou ainda, dito de outra forma, tomando como válida a hipótese avançada por Chesnais, tem-se que o limite do capital torna-se intransponível “à medida que a penúria de mais-valia se enraíza, se torna estrutural” (CHESNAIS, 2017, s/p)⁸. Eis que emerge então o paradoxo – apenas aparente – de que quando o capital atinge os seus limites, ele passe a exigir – e impor de forma cada vez mais ilimitada – a adesão de indivíduos, instituições e Estados à sua dinâmica. Pois diferentemente do que sugere Streeck, a relativa autonomia do passado que a esfera política tinha em manejar os processos sociais e de impor certos controles frente aos aspectos mais perniciosos da lógica dos mercados não significava propriamente – ou ao menos não principalmente – erigir barreiras exteriores ao capital. Justo ao contrário, tal autonomia ganhava corpo pelo próprio papel da esfera política em assentar e impulsionar a própria dinâmica expansiva da valorização de capital, assim como essa dinâmica expansiva retroagia no sentido de aumentar a margem de ação da esfera política. Chame-se isso de “modernização” ou de “desenvolvimento”, os controles estatistas do segundo pós-guerra eram insubstituíveis para assegurar certos pressupostos essenciais que a mera iniciativa privada não queria ou não conseguiria jamais instituir, como, por exemplo, superar certos resquícios sociais atávicos quando necessário; proteger e consolidar mercados nacionais; estabelecer a infraestrutura e

⁸ Sem mencionar aqui o aumento recente de formas de trabalho improdutivo que, além de não criarem valor, absorvem quantidades crescentes de mais-valia. Para uma discussão detalhada sobre este ponto e com dados empíricos sobre a economia estadunidense nas últimas décadas, ver Paitarides e Tsoulfidis (2018).

diferentes mecanismos de apoio para o avanço da produção e circulação de mercadorias; para não falar da própria criação violenta de um proletariado nas regiões de capitalismo mais tardio. Assim, não seriam tanto as oposições e os limites institucionais sobre o capital que teriam lastreado o seu sucesso em tal período, como sustenta Streeck. Ao contrário, seria precisamente o horizonte, que ainda se fazia presente, de uma expansão ampliada da acumulação do capital – expansão que era favorecida pelas mediações estatais nacionais, mas que também aumentava o escopo e a amplitude destas últimas – o fator principal que permitia tal modelagem das instituições políticas sobre a lógica econômica.

Ora, quando são atingidos os próprios limites internos do capital, quando está em questão a própria expansão sistêmica – que, mesmo falsamente, ainda acendia no passado a promessa de um “progresso” a ser conquistado a duras penas e sacrifícios –, é evidente que o antigo papel do Estado entre em curto-circuito. O que se produz então é um esvaziamento dos controles outrora possíveis sobre a esfera econômica. E posto que a crise em curso não tem apontado até aqui para uma outra forma de sociabilidade para além do capital e da mercadoria, a forma concreta pela qual os processos sociais e econômicos se desenrolam só pode ser a subordinação direta e sem contrapesos a uma concorrência cada vez mais brutal, que desencadeia processos dessocializantes e insensíveis a quaisquer outros sentidos e finalidades sociais que não sejam a rentabilidade contábil abstrata. Dito de outro modo, o bloqueio da valorização embutido na contradição em processo do capital não implica a suspensão da lei do valor. Justo ao contrário, a lei do valor torna-se, na realidade, ainda mais implacável, colonizando todas as instituições e âmbitos da vida justamente porque se torna escassa a sua “matéria-prima”. Se, como já dizia Cervantes, “o melhor tempero é a fome”, a insaciabilidade e a incontrolabilidade inerentes ao próprio conceito de capital só podem crescer quando se torna mais rara a possibilidade efetiva de novas frentes sustentáveis e perenes de valorização. Isto não significa, por outro lado, que o Estado-nação saia de cena ou que tenha a sua importância reduzida. Trata-se muito mais de uma mudança de qualidade e de sentido

na sua atuação: ele transita da sua antiga função de suporte e gerente de uma dinâmica ascendente – em termos capitalistas, bem entendido – para a atual situação em que ele mesmo se adapta e busca impor a adaptação total da sociedade aos riscos, imprevisibilidade e percalços oriundos de uma crise estrutural sem fim.

As transformações daí decorrentes não são de pouca monta, pois uma marca indelével dos nacionalismos e dos projetos nacionais do segundo pós-guerra era a conciliação, até certo ponto regulada, da expansão da valorização dos capitais com a integração de suas populações pelo trabalho. O horizonte que dava sentido à própria ideia do nacional era o de uma sociedade salarial, material, institucional e simbolicamente ordenada pelo Estado, seja na mediação das relações entre capital e trabalho, seja tendo-se o próprio Estado como empregador privilegiado por via de seus investimentos e empresas. Há, portanto, uma ruptura de fundo hoje, quando o trabalho não pode aparecer mais como o elo que liga os esforços individuais a uma ordenação coletiva ou nacional, e o fantasma da superfluidade pesa como uma espada tanto sob os já supérfluos como sobre os que temem cada vez mais cair nesta condição.

Mas como tal superfluidade crescente do trabalho não abole a sua obrigatoriedade para a vida dos indivíduos sob o capitalismo, instala-se uma disputa cada vez mais cruenta no mundo do trabalho. Uma disputa que, ademais, é cada vez mais individualizada e em que proliferam a informalidade, a alta rotatividade, a flexibilidade, o tornar-se “empresa de si mesmo”, sem falar do crescimento da oferta de serviços pessoais para os mais abastados – sintoma combinado da desigualdade em alta com a carência de empregos. A escassez de empregos minimamente estáveis e perenes pavimenta a submissão ilimitada, mas também o culto à concorrência. Como bem metaforiza Böttcher (2018), vive-se a “pedalar para manter a sua posição, na escada rolante em movimento descendente”. Nesse sentido, a racionalidade neoliberal – insuflada pelos governos que não cessam de eliminar direitos e garantias trabalhistas, mas que também é interiorizada

pelos indivíduos – pode muito bem ser lida como um modo de governo que corresponde a um mecanismo de seleção perfeitamente adequado para uma conjuntura em que o capital atinge seus limites internos. O caráter abstrato dessa racionalidade, isto é, o fato de uniformizar a avaliação de cada indivíduo a partir do critério único da rentabilidade quantitativa, passa a ser erigido como mecanismo de seleção e exclusão, de premiação e de punição. A autocoisificação dos indivíduos, a sua busca constante por autovalorização – que encontra na exaltação do conceito de “capital humano” sua perfeita expressão –, indica uma captura ainda mais profunda das pessoas pelo fetichismo do capital. Produz-se então uma dinâmica perversa de compensações, em que, diante da atrofia do valor, busca-se a todo custo a valorização dos “capitais humanos” individuais, assim como, diante de uma heteronomia em escalada e da ausência de qualquer estabilidade, faz-se a apologia da autonomia e da independência dos indivíduos. As consequências psicossociais disso dificilmente podem ser exageradas. Como muito bem descreve Jappe (2017), tal subjetivação extremada da forma valor em seu momento de crise suscita uma devastadora alternância de sensações de sucesso e potência absoluta com sensações de fracasso, autoculpabilização e vazio absoluto. Portanto, se relermos a citação de Horkheimer da nossa primeira seção à luz da atualidade, a dinâmica social não apenas não pode mais inibir os aspectos mais perniciosos, agressivos e egoísticos do “princípio de competição”, como passa ela mesma a estimulá-los deliberadamente. Assim, é dissolvida a antiga sublimação que restringia tais aspectos pela via de uma moralidade limitadora, a qual, por mais hipócrita e contraditória que pudesse ser, era a base de uma institucionalidade que buscava administrar a tensão constitutiva da sociedade burguesa. Livre de tais limites, a violência do “salto mortal” da mercadoria, violência sempre latente mas antes recalcada, tende a transcender o seu caráter de mera metáfora, libertando os fantasmas da guerra civil.

Dardot e Laval (2016b) mobilizam o conceito de subjetivação financeira para pensar as consequências de uma sociabilidade em que os indivíduos, induzidos a se comportar como se fossem “capital humano”, adotam para

si mesmos a lógica do capital portador de juros e do capital fictício. Pois está embutida na lógica do capital humano uma crença de que cada um pode “valorizar o seu valor” ao longo do tempo a partir da mera posse de determinados atributos, interiorizando assim a lógica do capital financeiro, que aparenta se valorizar e produzir frutos por sua mera posse. “Investir em si mesmo” na expectativa de uma rentabilização posterior é o discurso dominante, inclusive para os que ainda são assalariados formais relativamente mais estáveis. Assim como o conceito de capital portador de juros expressa o fato de que “o capital enquanto capital se torna uma mercadoria” (MARX, 1985, v. 4, p.255), o “capital humano” expressaria a situação que os indivíduos enquanto tais, e não apenas a sua força de trabalho, projetam-se como mercadoria. Ademais, tem-se aí, como na lógica do capital fictício, um processo de valorização e desvalorização baseado em expectativas e antecipações sempre cambiantes e arriscadas sobre o futuro. O conceito e a análise de Dardot e Laval aqui são muito pertinentes, mas cremos que é crucial acrescentar o fato de que, precisamente por causa da vigência de um bloqueio à expansão do trabalho produtivo e do valor no presente, tal subjetivação financeira é o corolário da dinâmica objetiva do capitalismo contemporâneo, toda ela eixada em apostas cada vez menos críveis em torno de tais expectativas e antecipações futuras. A hipertrofia da financeirização contemporânea, o aumento irrefreável de uma dinâmica de bolhas de ativos e de crescente endividamento das empresas, o crédito alargado aos consumidores – tanto para compensar a renda fragilizada das famílias – como para criar demanda para a obsolescência planejada das mercadorias – expressam nada menos do que uma tentativa de fuga para a frente, dados os limites internos alcançados pelo capital. Como bem salienta Chesnais (2017b), “a financeirização é a *consequência* (grifo do autor) e não a causa da situação de bloqueio da acumulação”. Mas como a montanha de capital fictício que circula hoje não pode se autonomizar por completo de uma efetiva valorização real que possa vir a acontecer um dia (quando?), trata-se de uma fuga para frente crescentemente precária e irrealista, e que por isso

mesmo exige doses cada vez mais fortes de um suposto remédio que só pode tornar o sistema econômico ainda mais errático e explosivo.

Não por outro motivo tem-se, nas últimas décadas, uma procissão de crises financeiras cada vez mais abruptas. Paulatinamente, nos próprios breves momentos em que de fato há uma expansão da acumulação produtiva real, esta última tende a ser induzida por bolhas de imóveis, de ações ou do preço de certas *commodities* juntamente com o crédito aumentado que as acompanha. A expressão “capitalismo invertido”, de Trenkle (2018), descreve bem o processo em que, muitas vezes, não é mais a perspectiva de valorização produtiva que orienta a direção da finança, mas, sim, a perspectiva de acumulação financeira de curto prazo – ao inflar artificialmente certos ativos – que acaba dando algum fôlego para certos investimentos produtivos. O fato de que tal lógica “invertida” tenha inclusive se intensificado sobremaneira após a grande crise de 2008 revela que ela tende se tornar nos fatos o próprio *modus operandi* do capitalismo mundial⁹. É nesse pano de fundo, intrinsecamente frágil, que se reproduz a economia global. O incontável aumento das dívidas públicas e a crise fiscal do Estado são ao mesmo tempo causas e consequências da arquitetura de castelo de cartas em que está preso hoje o capitalismo. Em primeiro lugar, sem frentes de valorização produtiva sustentáveis, o Estado – que não cria valor por si mesmo – vê

⁹ A ideia de que o crescimento chinês e o seu modelo econômico particular poderiam contradizer tal lógica não se sustenta nos fatos. Ao contrário, trata-se muito mais de uma exceção que confirma a regra. Se é inegável, por um lado, que nas últimas décadas a China tornou-se uma enorme fábrica de mercadorias e de mais-valia para o capitalismo global, a sua própria expansão exportadora já fora largamente condicionada pela demanda oriunda do aumento exponencial do crédito e do “efeito riqueza” das bolhas imobiliária e de ativos do resto do mundo, em especial dos EUA (BRENNER, 2003, p. 264). Na realidade, a funcionalidade da ascensão da China para o Sistema-Mundo capitalista, para além de mitigar provisoriamente a ausência de fronteiras de valorização produtiva de capitais e também para além de induzir, por certo período, *booms de commodities* nos países periféricos, residiu precisamente no fato de que a aplicação de seus saldos comerciais nos títulos estadunidenses tenha ajudado os EUA a prosseguirem como principal motor da economia global, com sua criação desmedida de capital fictício. Assim, a exceção chinesa não deixou de ser a confirmação de uma regra mais geral ditada pela dinâmica da contradição em processo do capital. Regra esta, diga-se de passagem, que também não deixa de se manifestar hoje na própria dinâmica interna da economia chinesa, cujo proletariado industrial já está se reduzindo em termos absolutos em meio à maior robotização do mundo, e cujo crescimento econômico - mesmo que ainda supere em muito a média global - tem dependido cada vez mais da dinâmica de intenso endividamento e de uma bolha imobiliária inédita, que não poderá perdurar sem choques futuros. Ver ainda sobre isto, Feldmann (2019) e Shih (2019).

erodida a sua fonte de recursos. Ao mesmo tempo, dada a dinâmica “invertida” do capitalismo, a recorrente socialização das perdas para se tentar evitar uma desvalorização arrasadora dos capitais acumulados torna-se o único modo de adiar um bloqueio total da máquina econômica. No mesmo sentido devem ser entendidas as pressões para as isenções fiscais aos capitalistas, como, por exemplo, a que foi recentemente realizada pelo governo Trump, cujo resultado tem sido menos retomar fortemente investimentos produtivos e mais inflar – ou ao menos evitar o afundamento – da acumulação fictícia das empresas (CHESNAIS, 2018). A flagrante injustiça social deste favorecimento a minorias privilegiadas que daí decorre torna-se ainda mais gritante à medida que, para lidar com tal dinâmica, a austeridade atinge em cheio os serviços e bens estatais coletivos. Austeridade seletiva e elitista esta, mas que, simultaneamente, é reflexo de uma contradição insolúvel, a saber, o fato de que no mesmo passo em que os Estados são chamados a despendar ou abrir mão de recursos para que a acumulação fictícia continue, o crescimento do endividamento estatal ameaça a credibilidade do último “porto seguro” até aqui desta mesma acumulação que são os títulos públicos. Os temores cada vez mais alardeados de que uma nova crise global em grandes proporções não poderá ter mais o seu apaziguamento a partir do suporte do Estado – ou ao menos não na intensidade necessária tal qual houve após a crise de 2008, posto que as taxas de juros já são muito baixas nas principais economias e uma nova expansão geral das dívidas públicas é temerária – pesam como séria ameaça sobre as diferentes moedas e a riqueza nelas denominadas. A própria confiança no dólar como pivô infalível do sistema financeiro mundial é erodida, para não falar do fato de que, em virtude das divisões geopolíticas de hoje, é improvável que se repitam, no mesmo grau, ações internacionais coordenadas entre os governos como as que ocorreram em resposta à crise de 2008. Em todo e qualquer caso, a ausência de qualquer base crível que oriente minimamente o longo prazo impele as decisões capitalistas e os Estados nacionais a um arraigado curto-prazismo.

Não é de se espantar também que o estreitamento da valorização produtiva, posto pela contradição em processo do capital nesse século XXI, acentue mecanismos de expropriação que meramente redistribuem uma riqueza já existente – em linha com o que Harvey (2010) chama de “acumulação por espoliação” –, isto é, privatizações, aquisições predatórias de empresas, expropriação e especulação imobiliária e fundiária, monopolização da propriedade intelectual e de *commodities*, para não falarmos da corrupção sistêmica.

5. Os sentidos do novo nacionalismo

Dada a falência do nacional como instrumento de controles sociais conscientes sobre a lógica do mercado e como suporte do “contramovimento” polanyiano, o crescimento dos novos nacionalismos poderia, num primeiro olhar, aparecer como um estranho anacronismo, como uma espécie de atavismo que, a despeito de tudo, continua de forma fantasmagórica produzindo seus efeitos de sentido e conformando uma dada lógica social. A pista não é totalmente errada, desde que se tenha claro que o recurso ao passado torna-se atual e vivo precisamente porque o futuro aparece bloqueado. A sociabilidade que corresponde ao aprofundamento da contradição em processo do capital exige a repetição acelerada e a subordinação aguda a um presente que desmorona progressivamente, no mesmo passo em que a esfera política – que sempre carregou em si alguma visão ou esperança de futuro – é amputada dos meios que poderiam transformar de forma substantiva esse mesmo presente. Sugerimos que é por esse ângulo que é possível melhor apreender porque a mobilização da ideia de nação volta a ganhar proeminência¹⁰.

¹⁰ Certamente, a sobreposição de temporalidades, a utilização e funcionalização de avatares do passado para contextos atuais muito diferentes dos quais eles foram formados, não são em si nenhuma novidade. Horkheimer (1982) já mostrara com propriedade que esse processo é recorrente em toda a história da modernização. A questão que surge, portanto, é a de buscar destriçar aqui as especificidades de um nacionalismo num quadro de crise permanente, de um nacionalismo que molda e ao mesmo tempo é moldado pela conjuntura contemporânea de limites internos do capital.

Um primeiro passo nesse sentido é ter em mente que, mesmo que a mundialização capitalista pudesse entregar aquilo que seus apologetas prometem – prosperidade, difusão das democracias e dos valores liberais, pacificação dos conflitos internacionais pela via das trocas econômicas e culturais, etc. –, tal hipotética integração benéfica não resolveria o problema da separação política do mundo em soberanias político-nacionais opostas entre si. Wood (2014) captou muito bem essa dimensão: para uma economia cada vez mais transnacionalmente integrada, não há nenhuma estrutura política transnacional correspondente. Se nos permitem aqui usar a terminologia marxista clássica, haveria uma incongruência entre uma infraestrutura capitalista que transcende o Estado-nação e uma superestrutura que o reafirma, dada a impossibilidade de se superar a divisão política do Sistema-Mundo capitalista. Assim, Wood levantava uma questão simples, porém fundamental: quem poderá estabelecer – e como – uma ordem harmônica e mutuamente consentida em meio à fragmentação do mundo em centenas de Estados dotados de estruturas políticas, assim como forças militares próprias em diferentes graus? Ou ainda, nas regiões do mundo em que nem sequer existem mais propriamente Estados, mas, sim, disputas entre milícias e senhores da guerra, alguém poderá produzir tal tipo de ordem? A resposta negativa a tais questões seria a prova de que a narrativa de uma possível harmonia trazida pela mundialização do capital seria nada mais que uma quimera. Haveria, pelo contrário, um potencial de violência – real ou como ameaça – e de anarquia sempre presentes, assim como a possibilidade efetiva de recaídas nacionalistas a qualquer momento¹¹.

Ao mesmo tempo – e essencial para os nossos propósitos aqui – é possível partir da constatação de Wood para refletir sobre um outro plano. A resiliência “atávica” das estruturas nacionais abre espaço para que elas possam

¹¹ Tal diagnóstico de Woods, feito no contexto pós 11/9 quando os EUA tentavam afirmar com suas guerras seu papel de “polícia mundial” em nome de uma suposta “ordem”, é ainda mais relevante hoje no pós-crise de 2008 e em que não existe mais nem a sombra da coordenação das relações internacionais que parecia existir sob o comando dos EUA logo após o fim da Guerra Fria. A recente ascensão política e militar da Rússia, à despeito de sua relativa debilidade econômica, seria arquetípica desta “inadequação” entre o político e econômico que reacende nacionalismos.

ser empenhadas não apenas na arena internacional, como também para que elas sejam redimensionadas e ressignificadas para a dinâmica da crise econômica, social e política interna em cada um dos países. Essa refuncionalização da ideia nacional, mesmo que guarde pontos em comum com os nacionalismos e o fascismo que se fizeram presentes na crise dos anos 1930, consiste num fenômeno inédito e bastante diferente dos exemplos passados. O nacionalismo sempre comporta geneticamente uma ideia de diferenciação em relação ao outro, e nesse sentido ele sempre foi uma relação com seu “fora de si”, com seu exterior. Daí que, na história, ensejar a nação – independentemente se tomarmos esse ato como civilizatório ou bárbaro – sempre foi instituir uma delimitação que unifica um dado conjunto exatamente porque ele exclui o outro. Os novos nacionalismos de hoje, tal qual as formas reacionárias de nacionalismo do passado, sem dúvida se baseiam nessa promoção de um dado conjunto nacional em detrimento de seu exterior, apoiando-se na sensação real de desamparo e de ressentimento vigente. Mas há aqui um aspecto novo e crucial na onda nacionalista contemporânea, que é o fato de que, na ausência de bases materiais concretas que unifiquem qualquer conjunto como no passado, a ideia de nação não possa mais ser mobilizada no sentido de uma contenção ou limitação do atomismo e da dessocialização. Daí tem-se a situação bizarra, mas cada vez mais presente, da busca por uma certa identidade política deste conjunto nacional disforme não através da promessa de uma transformação profunda das instituições sociais e econômicas, mas por meio da promoção e da simbolização “patriótica” da lógica autofágica da luta de todos contra todos que já está em curso há tempos na sociedade. Diga-se de passagem, essa é uma das razões de fundo para o fato de que, diferentemente dos nacionalismos que alcançavam o poder outrora quase sempre a partir de profundas rupturas institucionais – revoluções, guerras, contrarrevoluções –, no caso presente não há necessidade de tal grau de ruptura. A própria adequação, nas últimas décadas, do Estado e da esfera política aos imperativos totalitários dos “mercados” e da concorrência sem freios – lógica essa que ao mesmo tempo tem desmoralizado há tempos o que um dia se chamou de

democracia – propicia que o autoritarismo em curso possa se desdobrar das próprias instituições já existentes, o que lhe permite, inclusive, melhor se cacifar dentro de uma aura de “legitimidade”.

Consolida-se, portanto, o seguinte encadeamento: diante de uma crise irreversível do capital, a tecnologia de governo neoliberal é alçada como forma de administração dos indivíduos, ou, ainda como formulam Dardot e Laval (2016b), o neoliberalismo torna-se uma forma de governar pela crise. Mas como essa tecnologia de governo consiste num mecanismo quantificador de seleção das pessoas em função de uma rentabilidade individual cada vez mais difícil de obter, dados os limites da própria valorização capitalista, ela produz uma verdadeira fábrica social de indiferença, medo e ódio. Indiferença: pois a interiorização redobrada do fetichismo exigida pela sociabilidade em curso induz ao desprezo a todos os valores humanos e qualidades sensíveis e concretas que não sirvam diretamente à obtenção do valor monetário abstrato. Medo: pois a precariedade e a insegurança quanto ao futuro viraram a norma inelutável. E, por fim o ódio (dos outros e de si mesmo): posto que o culto à concorrência sem contrapesos, ao mesmo tempo que torna as demais pessoas em potenciais inimigos mortais, também normaliza a crença de que os fracassos de cada um são de responsabilidade e culpa exclusiva dos próprios indivíduos, ou então de certos bodes expiatórios. Temos, portanto, os ingredientes de um agudo sofrimento social. Uma vez que tal sofrimento social não é racionalizado em função de suas verdadeiras causas – determinadas pela heteronomia de uma sociabilidade que só pode se reproduzir levando ao extremo compulsões incontroláveis –, ele só pode se tornar cada vez mais difuso e indeterminado, clamando por compensações emocionais, por “respostas concretas”, por “atitudes de impacto” e por “culpados”, que criam um terreno fértil para a demagogia do populismo nacionalista. Se entendermos o neoliberalismo não como uma mera ideologia ou política específica, mas como um modo de governo da vida capitalista em crise permanente, os novos nacionalismos autoritários não são menos neoliberais que o hoje desbotado cosmopolitismo “democrático”. Aliás, os novos nacionalismos são inclusive mais adequados para

levar até o fim as consequências de tal neoliberalismo. Dado que o horizonte de vida das pessoas é um curto-prazismo alucinante, é o esticar cada vez mais a corda de um presentismo total, esfuma-se a política tradicional, pautada em promessas cada vez mais abstratas e cada vez menos críveis sobre o futuro. Se fantasiando no espetáculo de um suposto diálogo social, que na verdade é um monólogo cujo resultado quase sempre já se sabe de antemão, a política tradicional aparece como um “luxo” moroso e ineficaz e falso, abrindo assim espaço para propostas políticas que prometem “força” e “agilidade”. Mais ainda, enquanto o cosmopolitismo “democrático” tenta ocultar ou minimizar a realidade dura da indiferença, do medo e do ódio, os novos nacionalismos populistas tomam a sério este sofrimento social, não porque pretendem acabar com ele, mas, ao contrário, porque se propõem a canalizá-lo, dar-lhe formas concretas e a governar através dele. Horkheimer (1982) foi muito perspicaz quando, já nos anos 1930, notara que a politização da agressividade latente na sociedade burguesa não era apenas uma forma de jogar a raiva das massas contra oponentes que ameaçavam de fato as bases do poder estabelecido. Mais relevante e atual é o fato de que tal politização da agressividade seria uma forma odiosa, porém eficaz, de equalização social. Ao direcionar a raiva e a frustração para aqueles que aparecem como estranhos, como ameaçadores, como fora do padrão ou ainda para aqueles que parecem relativamente imunes às compulsões sociais em curso, os demagogos conseguem produzir a sensação de que ninguém poderá escapar à destrutividade geral. Com isso, o que se tem em vista é um nivelamento, não evidentemente no sentido de uma igualdade substantiva, mas, ao contrário, um nivelamento para todos da infelicidade e do desprezo socialmente produzidos, que gratifica perversamente os indivíduos justamente por mostrar-lhes que não há a alternativa de uma vida melhor e diferente da mediocridade cotidiana, facilitando assim que tudo continue como está.

Isto permite melhor iluminar o fato de que os novos nacionalismos, ancorando-se num discurso “antissistêmico”, podem ser tão ou mais eficazes para realizarem as exigências do sistema e da racionalidade neoliberais,

mesmo que seus líderes não tenham sido apoiados – ao menos não de início – pela maioria do establishment de seus países. As linhas de demarcação entre diferentes ideologias são cada vez mais tênues, e tem-se aí uma conjunção cada vez mais explícita entre neoliberalismo e nacionalismo autoritário¹². E tal conjunção só pode mesmo ganhar proeminência à medida que a lógica securitária e repressiva aparece como único esteio possível das formas de sociabilidade vigentes. A apologia da “ordem” e da “autoridade” e da “segurança”¹³ soma-se a um esforço de moralização pautado na combinação da meritocracia neoliberal com valores atávicos como família e religião. O medo, o ódio e a indiferença, que são os sintomas da individualização generalizada e do caráter cada vez mais abstrato dos contatos sociais, não podem, por outro lado, serem digeridos apenas individualmente. Eles precisam de uma forma coletiva de extravasamento, de alguma forma de corporização de seu caráter difuso. Expressado e promovido pela ideia de pátria nacional, como o “*America first*” de Trump ou o “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” de Bolsonaro, esse trabalho é facilitado na figura de inimigos internos e externos a serem contidos e reprimidos. De um lado, legitima-se a demanda de que o Estado seja duro e violento com os supostos inimigos da nação. No caso brasileiro, diga-se de passagem, o fato de que as populações indígenas tenham sido escolhidas entre tais inimigos nacionais vai ao pleno encontro da lógica hodierna de “acumulação

¹² Já comentamos aqui as isenções fiscais de Trump para as grandes empresas, mas podemos falar ainda do seu ataque à assistência de saúde (o *Obamacare*), como podemos acrescentar a reforma trabalhista de Orbán, que é acusada por seus opositores justamente de ser uma forma de semiescravidão, assim como mencionar também a coalizção no poder na Itália, dentro da qual o Movimento 5 Estrelas chegou a colocar em seu programa de governo a proposta de um “Ministério para a promoção da meritocracia”, isso tudo para não falar na radicalização do neoliberalismo do programa econômico de Bolsonaro. Mas também é muito significativo o fato de que mesmo o governo Macron, que se apresenta como campeão de um cosmopolitismo “democrático” e como arauto de um empreendedorismo individualista que pretende transformar a França numa “*start-up nation*”, tenha cinicamente mobilizado os sentimentos nacionalistas e xenófobos contra os imigrantes no discurso em cadeia nacional que fez em resposta ao movimento dos *Gilets Jaunes*. Ou ainda, de forma semelhante, que o Ministro do Interior da outrora tida como tolerante Alemanha tenha declarado recentemente que a questão dos refugiados é a “mãe de todos os problemas”.

¹³ É por isso que, diferentemente da austeridade que se impõe aos serviços públicos em geral, os orçamentos militares e securitários têm, ao contrário, crescido de forma geral. Para uma análise detalhada da questão no caso francês, ver Serfati (2018).

por espoliação”, demolindo-se qualquer veleidade ecológica ou humanista que poderia obstaculizá-la. De outro lado, quando esse mesmo Estado, no caso de Trump e Bolsonaro, propõe-se a legalizar o armamento para todos os cidadãos, ele acaba por ilustrar a própria razão neoliberal levada ao seu extremo de agressividade: a individualização e privatização dos próprios meios de violência. Se o preço a se pagar pela tentativa de se equiparar a própria existência humana à lógica do capital em crise é a generalização da guerra civil e a supressão do caráter dialógico da política, como temos insistido, o nacionalismo autoritário está mais equipado do que suas ideologias concorrentes para conduzir tal equiparação, tanto discursivamente como na prática.

Ademais, a onda autoritária também aparece como mais adequada para lidar com a superfluidade estrutural que acompanha a contradição em processo do capital. Se a modernização nacional no passado nunca deixou de produzir seus excluídos, aos quais quase sempre se pedia que esperassem para o dia em que, enfim, o “progresso” e o “desenvolvimento” os abraçá-los-iam, agora fica cada vez mais explícito que diante da corrida de “seleção” e “exclusão” neoliberal é cada vez maior o número de pessoas que fica para trás, ou que nem mesmo tem condições de dar a partida na corrida. O que fazer então com aqueles cuja mão de obra não é mais explorável e que tampouco podem sequer simular sua autovalorização como “capitais humanos”, mas que, por outro lado, são privados de qualquer outra forma de existência que não seja aquela eixada no dinheiro e no valor? Num capitalismo que, diante de seus limites, intensifica ainda mais o culto da produção pela produção e o culto ao trabalho – mesmo que na forma individualizante de empresas de si –, aqueles que não podem, nem mesmo potencialmente, entrar no jogo de abstração e equalização do valor como mercadorias, só podem ser vistos com estranheza, como diferença absoluta e, portanto, como ameaças. Daí que se intensifica a administração repressiva e criminalizante dos supérfluos, daqueles descartáveis dadas as condições econômicas e sociais vigentes, o que permite ao novo nacionalismo adquirir mais um de seus sentidos. Em nome dos “valores nacionais”,

decreta-se como “incompatíveis”, “inassimiláveis” ou mesmo diretamente como “escória humana” tanto a ameaça externa, como, por exemplo, o caso da imigração e dos refugiados, como também a ameaça interna, como, por exemplo, o caso dos jovens sem quaisquer perspectivas de emprego nas periferias das cidades. A comunidade nacional passa então a ser imaginada como sendo daqueles que ainda de alguma forma permanecem – ou parecem permanecer – integrados, projetando em si mesma uma suposta vitória diante de seres humanos “derrotados”, posto que indesejáveis pelo capital. No entanto, isso não pode ocultar o fato de que, como Mbembe (2014) mostra, a descartabilidade e a vulnerabilidade tendem a se tornar uma condição universal dos seres humanos. Assim, a repulsa que recai sobre aqueles marcados pela exclusão é também a exteriorização de um fantasma que ronda aqueles cuja inclusão parece ter um caráter cada vez mais provisório e incerto. De toda forma, é nesse processo de desumanização mortífera e de separação forçada que os populismos autoritários forjam suas identidades, ao mesmo tempo que pretendem dar continuidade, com maior eficácia, aos dispositivos de controle físico dos seres humanos que já vinham sendo desenvolvidos por todo lugar, a despeito do governo de plantão.

Por fim, se as perspectivas para aqueles que buscam combater tal quadro e caminhar numa direção emancipatória se afiguram como extremamente difíceis, sem embargo, a própria dureza da conjuntura atual pode ajudar, mesmo que de forma negativa, a buscar novos caminhos e a desmistificar práticas e ideias que aprisionam o pensamento crítico. Em especial, a crítica do novo nacionalismo de direita pelo viés da defesa de um “verdadeiro e popular” nacionalismo de esquerda, ou ainda de um “populismo de esquerda”¹⁴, não apenas erra o alvo como acaba por legitimar, malgrado as intenções, o mesmo quadro de referências que deve ser criticado. Tais posições, ao mesmo tempo que fazem o fetiche da política, ignoram a dinâmica fetichista de fundo que tem bloqueado a política tal como se conheceu um dia. Daí que a lógica soberanista de disputa do Estado-nacional como tal,

¹⁴ Como, por exemplo, tem proposto Mouffe (2018).

independentemente do significado que ela possa ter tido no passado e das emoções que ela ainda possa mobilizar hoje, só pode levar hoje ao beco sem saída de se prontificar a oferecer formas diferentes de administrar a mesma crise do capitalismo. É justamente pelo fato de que o Estado-nacional perdeu todo sentido estruturador de um “projeto” e de que ele se aproxima cada vez mais de ser o último recurso de mediação de um colapso, que o fenômeno precisa ser denunciado e tematizado para que seja possível buscar alternativas efetivas. Do contrário, a luta por hegemonia torna-se, na melhor das hipóteses, uma abstrata e a-histórica avaliação desgastante das correlações de forças (para fazer o que exatamente?), e, na pior das hipóteses, tende a aproximar, de forma transversal e perigosa, a esquerda da demagogia populista de direita. Se há ainda algum sentido no conceito de hegemonia para pensar a luta pela superação do estado de coisas existente, ele passa obrigatoriamente pela crítica negativa das categorias estruturantes do capital – a mercadoria, o valor, o trabalho abstrato, assim como o Estado – para que, na batalha por sua superação, possamos propor novas formas de vida e existência em comum. Sem minimizar a adversidade do contexto em que todos estamos enredados e tendo a ciência de tratar-se de uma tarefa ainda a ser ainda desenvolvida num esforço coletivo, creio ser esta a única forma de dar coerência e inteligibilidade para os desafios que continuam e continuarão, inclusive para os mais imediatos desses desafios.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BOTELHO, Maurílio Lima. “Crise do trabalho hoje: desenvolvimento tecnológico, instabilidade do emprego e crise do capitalismo”, *Acesso Livre*, n. 5, p. 6-24, 2016.
- BÖTTCHER, Herbert. “Alguma coisa segue seu curso ou: o apito final que ninguém quer ouvir.” *In: http://www.obeco-online.org/herbert_bottcher3.htm*. 2018. Acesso em 24 de julho de 2019.
- BRENNER, Robert. *O boom e a bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CHESNAIS, François. “Le capitalisme a-t-il rencontré des limites infranchissables?” *In: <http://alencontre.org/laune/le-capitalisme-a-t-il-rencontre-des-limites-infranchissables.html>*, 2017, acesso em 24 de julho de 2019.
- _____. “Les dimensions financières de l’impasse du capitalisme” *In: <http://alencontre.org/economie/les-dimensions-financieres-de-limpasse-du-capitalisme-i.html>*. 2017b. Acesso em 24 de julho de 2019.
- _____. “Etats-Unis. Les vantardises de Trump” *In: <https://alencontre.org/ameriques/americanord/usa/etats-unis-les-vantardises-de-trump-or-une-nouvelle-crise-financiere-guette.html>*. 2018. Acesso em 24 de julho de 2019.
- COLLINS, Randall. “The end of middle class work: no more escapes” *In: WALLERSTEIN, Immanuel (org.). Does capitalism have a future?*, Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 37-69.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. “Ce Cauchemar qui n’en finit pas. L’étrange victoire. Comment le néolibéralisme défait la démocratie”, *La Découverte*, Paris, 2016b.
- _____. *Anatomie du nouveau néolibéralisme*. Avant-propos pour la traduction anglaise de Ce Cauchemar qui n’en finit pas (à paraître). 2018.
- FELDMANN, Daniel. “A crise contemporânea do capitalismo: reflexões a partir de um debate com as abordagens sistêmicas de Arrighi, Fiori e Wallerstein”, *Economia e Sociedade*, v. 28, n. 2, p. 339-364, Campinas, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GORZ, André. *Ecologica*. Paris: Éditions Galilée, 2007.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2010.
- HORKHEIMER, Max. “Egoism and the freedom movement: on the anthropology of the bourgeois era”, *Telos Critical Theory of the Contemporary*, n. 54, p. 10-60, 1982.
- JAPPE, Anselm. *La société autophage*. Paris: La Découverte, 2017.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARCUSE, Herbert. “Aggressiveness in Advanced Industrial Society” *In: <https://www.marxists.org/reference/archive/marcuse/works/aggressiveness.htm>*. 1967. Acesso em 24 de julho de 2019.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 5v., (Coleção Os Economistas), 1985.
- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MOUFFE, Chantal. “Diante do avanço do populismo de direita, ‘o único caminho é desenvolver um populismo de esquerda’” In: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584930rda-entrevista-com-chantal-mouffe>. 2018.

PAITARIDES, Dimitris & TSOULFIDIS, Lefteris. “Capital intensity, unproductive activities and the Great Recession in the US economy”, *Cambridge Journal of Economics*, v. 43, n.3, p. 623-647, 2019.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POSTONE, Moishe. “History and Helplessness: Mass Mobilizations and Contemporary Forms of Anticapitalism” In: https://platypus1917.org/wp-content/uploads/readings/postonemoishe_historyhelplessness.pdf, 2006. Acesso em 24 de julho de 2019.

SERFATI, Claude. “La défense, un avantage compétitif de la France dans l’Union européenne” In: <https://www.contretemps.eu/defense-armee-france-europe/>. 2018. Acesso em 24 de julho de 2019.

SHIH, Victor. “China credit conundrum”, *New Left Review*, n.115, 2019. In: <https://newleftreview.org/issues/1115/articles/victor-shih-china-s-credit-conundrum>. Acesso em 24 de julho de 2019.

STREECK, Wolfgang. “Como vai acabar o capitalismo? O epílogo de um sistema em desmantelo crônico” In: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/como-vai-acabar-o-capitalismo/>, 2014. Acesso em 24 de julho de 2019.

TRENKLE, Norbert. “The Crisis of Labor and the Limits of Capitalist Society” In: <http://www.palim-psao.fr/2018/08/workout-the-crisis-of-labor-and-the-limits-of-capitalist-society-by-norbert-trenkle.html>. 2018. Acesso em 24 de julho de 2019.

VINCENT, Jean Marie. *Les mensonges de l’État*. Paris: Le Sycomore, 1979.

WOOD, Ellen. *Império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRUNO BORJA

O CAPITAL E A CULTURA: ELEMENTOS DE ECONOMIA POLÍTICA DA CULTURA EM MARX

Recebido em 16/05/2019

Aprovado em 24/10/2019

O CAPITAL E A CULTURA: ELEMENTOS DE ECONOMIA POLÍTICA DA CULTURA EM MARX

Resumo

Embora Marx não tenha escrito nenhum trabalho específico sobre cultura, é possível vislumbrar em sua obra elementos de estudos culturais pela perspectiva da crítica da economia política. O ponto de partida do artigo é a diferenciação de duas dimensões específicas da cultura: a cultura enquanto modo de vida particular e a cultura enquanto produção cultural. Em ambas a intenção é perceber as peculiaridades da cultura quando apropriada pelo capital. Neste sentido, serão percorridos alguns dos escritos de Marx para extrair os pontos de contato entre o capital e a cultura, isto é, como a relação social de produção dominante no modo de produção capitalista se coloca como determinante também para o campo da cultura. Por este caminho, serão apresentados alguns elementos de economia política da cultura em Marx.

Palavras-chave: Marx; cultura; capital; modo de vida; produção cultural.

BRUNO BORJA

Professor do Departamento de Ciências Econômicas do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (DPCE/IM/UFRRJ). Pesquisador do Coletivo Marxista da Rural (MAR/UFRRJ).

E-mail: borja.bruno@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4813-7001>

Abstract

Although Marx has not written any specific work on culture, it is possible to glimpse in his work elements of cultural studies from the perspective of the critique of political economy. The starting point of the paper is the differentiation between two specific dimensions of culture: culture as a particular way of life and culture as cultural production. In both, the intention is to perceive the peculiarities of culture when appropriated by capital. In this sense, some of Marx's writings will be covered to extract points of contact between capital and culture, specifically how the dominant social relation of production in the capitalist mode of production is also determinant for the cultural field. Thus, some elements of the political economy of culture in Marx will be presented.

Keywords: Marx; culture; capital; way of life; cultural production.

I. Introdução

Marx não escreveu nenhum trabalho específico sobre cultura. No entanto, é possível vislumbrar em sua obra elementos de análise da cultura pela perspectiva da crítica da economia política. Neste sentido, percorro alguns de seus escritos para extrair deles os pontos de contato entre o capital e a cultura, isto é, como a relação social de produção dominante no modo de produção capitalista coloca-se como determinante também para o campo da cultura. Deste modo, busco apresentar alguns elementos de economia política da cultura em Marx.

O ponto de partida é a diferenciação de duas dimensões específicas da cultura: a cultura enquanto modo de vida particular e a cultura enquanto produção cultural. Em ambas a intenção é perceber as peculiaridades da cultura quando apropriada pelo capital. Na medida em que a relação social do capital se difunde na sociedade e se afirma o modo de produção capitalista, observa-se uma mudança cultural de grande impacto, trazendo novas contradições sociais, que se expressam também na cultura.

Na seção “**modo de produção, modo de vida**” traço um paralelo entre a definição de Marx do modo de produção da vida material e sua formulação enquanto um modo de vida particular. Partindo da produção dos meios de subsistência e do trabalho como mediação universal entre ser humano e natureza, forma-se uma cultura. No entanto, esta cultura não está isenta de contradições. A transição ao modo de produção capitalista promove a difusão da relação social do capital e instaura contradições específicas no seio da cultura, formando diferentes classes sociais, cada qual com sua cultura de classe. No caso da classe trabalhadora, essa cultura de classe envolve tanto a cultura laboral, quanto o modo de vida fora do espaço de trabalho, elementos importantes na dinâmica da luta de classes.

A seção “**produção cultural, produção capitalista**” trata da progressiva apropriação das artes pelo capital. A princípio, o trabalho artístico é visto por Marx como uma práxis potencialmente libertadora, um momento

de autorrealização, autoconhecimento e autodesenvolvimento do ser humano. No entanto, ao cair sob o domínio do capital, o trabalho artístico vai se transformar em seu oposto: alienação, exploração e subsunção ao capital – um trabalho produtivo para a acumulação de capital. Isso enseja a formação da indústria cultural, com a introdução da maquinaria e a produção em massa de mercadorias culturais, objeto privilegiado de estudo da economia política da cultura.

2. Modo de produção, modo de vida

São bem conhecidas as preocupações de Marx quanto à produção dos meios de subsistência dos seres humanos vivendo em sociedade. A produção da vida material se apresenta como o ponto de partida de sua análise sobre o modo de produção capitalista, elemento distintivo do materialismo histórico enquanto método. Aqui tento extrair algumas implicações da análise da produção dos meios de subsistência para a formulação de sua crítica da economia política. Particularmente, interessa apresentar as conexões entre modo de produção e modo de vida, donde é possível vislumbrar alguns elementos de economia política da cultura em Marx, traçando uma relação entre o capital e a cultura.

O método de Marx não fecha as questões econômicas, isolando-as das outras dimensões da sociedade. Ao contrário, a perspectiva de totalidade busca conectar dialeticamente as diferentes esferas do ser social. O pressuposto materialista do método coloca a necessidade de tomar como núcleo da análise a produção da vida material, isto é, como os seres humanos vivendo em sociedade conseguem se reproduzir materialmente. Este seria o primeiro ato histórico: a produção e reprodução da vida material. “O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral.” (MARX, [1859] 1977, p. 24).

Daí deriva uma compreensão muito particular do trabalho, entendido enquanto atividade prática, transformadora da realidade e forma universal de

mediação entre ser humano e natureza. Todo ato de intervenção humana sobre a natureza e a realidade social é considerado trabalho. E este se apresenta como elemento central da reprodução social, gozando de prioridade ontológica, logo, categoria central de análise para Marx¹. “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza.” (MARX, [1867] 2013, p. 255).

Independente da formação social em análise, o trabalho, esta prática social determinante, coloca-se como elemento central da vida humana². A conformação de um modo de produção da vida material surge, assim, de uma perspectiva ampla sobre a relação entre ser humano e natureza, colocando-se como um modo de estar no mundo, um modo de ser, um modo de vida.

Esse modo de produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada da atividade desses indivíduos, de uma forma determinada de exteriorizarem a sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos. Como exteriorizam a sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, *com o que* produzem e também *com o como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção. (MARX & ENGELS, [1845-1846] 2009, p. 24-25; grifos no original)

Ao ressaltar a forma determinada desta atividade, Marx e Engels nos apontam os constrangimentos históricos e sociais que atuam sobre a forma de exteriorização dos seres humanos em sua produção da vida material. Destacam também a necessidade de investigar o que produzem e como produzem, encaminhando a determinação das forças produtivas e das relações

¹ Sobre a prioridade ontológica da produção da vida material e a centralidade do trabalho, cf. Lukács (2018).

² “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição da existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.” (MARX, [1867] 2013, p. 120).

sociais de produção sobre a ação dos seres humanos em sociedade. Aqui é possível estabelecer uma conexão entre modo de produção e modo de vida, uma dimensão da cultura³.

Terry Eagleton, em *A ideia de cultura* (2000), mostra-nos como se desenvolve o conceito de cultura como modo de vida. Segundo ele, as primeiras formulações derivam do iluminismo do século 18, em que cultura aparece como sinônimo de civilização, ou seja, ser culto ou ter cultura se identificava com ser civilizado ou pertencer a uma civilização. A expansão colonial e imperialista da civilização burguesa europeia e seu domínio sobre outros povos teria feito surgir um interesse especial pelas características culturais destes povos, de modo que a antropologia viria a pesquisar a cultura do “outro”. No século 19, então, surgiria uma distinção entre civilização e cultura, na qual a cultura seria referida aos outros povos que possuíam um modo de vida particular, mas que não teriam constituído uma civilização – com um nítido viés imperialista do conceito.

Ainda segundo Eagleton (2000), ao final do século 19, ocorreria uma mudança importante no conceito de cultura a partir da crítica cultural alemã. A cultura seria imbuída de um sentido crítico de resistência ao processo civilizatório, uma crítica romântica que vislumbrava formas de impedir a difusão do capitalismo através da defesa das culturas tradicionais ainda não incorporadas, numa disputa entre tradição e modernidade. Por esse caminho foi se delineando um dos sentidos modernos de cultura, tal como a define Raymond Williams, em *Palavras-chave*: cultura seria “[...]um modo particular de vida, quer seja de um povo, um período, um grupo ou da humanidade em geral [...]” (WILLIAMS, 2007, p. 121).

Marx foi influenciado pelo romantismo alemão, mas neste ponto se coloca uma grande diferença entre a crítica romântica e a crítica de Marx ao

³ Como bem disse Thompson (2012, p. 254): “Não estou pondo em dúvida a centralidade do modo de produção [...]. Estou colocando em questão – e os marxistas, se quiserem abrir um diálogo honesto com os antropólogos, devem colocar em questão – a ideia de ser possível descrever um modo de produção em termos ‘econômicos’ pondo de lado, como secundárias (menos ‘reais’), as normas, a cultura, os decisivos conceitos sobre os quais se organiza um modo de produção”.

capitalismo: se a crítica romântica pretendia restringir a expansão do modo de produção e da civilização burguesa a partir de fora, como crítica externa ao capitalismo, Marx buscava fazer uma crítica imanente ao capitalismo, a partir de dentro do modo de produção e da civilização burguesa, vislumbrando em suas contradições internas a possibilidade de sua superação, a partir da luta entre suas classes fundamentais.

Vejamos então como Marx interpreta a formação histórica do capitalismo e suas contradições internas, também em termos culturais. Ao tratar da transição do feudalismo para o capitalismo na Inglaterra, na chamada acumulação primitiva ou originária, Marx afirma a historicidade dos modos de produção, apresentando a gênese histórica do capitalismo. Especialmente importante é sua análise da formação das classes sociais e dos mercados. Apresenta a acumulação primitiva, marcada pela expropriação violenta, como o processo de dissociação entre trabalhadores e meios de produção de sua subsistência, concretizado no cercamento dos campos.

Esta separação está na raiz da formação do mercado de trabalho e do mercado interno, além de caracterizar uma transmutação das classes fundamentais do feudalismo, com a formação das classes burguesa e trabalhadora: proprietários e não-proprietários dos meios de produção. A dissociação entre o trabalhador e a terra, principal meio de produção da subsistência, marca a mutação da servidão em assalariamento, e instaura o capital como relação social de produção. O trabalhador livre, nos dois sentidos – juridicamente livre e também “livre” dos meios de produção –, vai se desvincular da terra e a relação social de produção passará a ser mediada pelo dinheiro, com o assalariamento.

A expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno.

De fato, os acontecimentos que transformam os pequenos camponeses em assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital, criam para este último, ao mesmo tempo, seu mercado

interno. Anteriormente, a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e matérias-primas que ela mesma, em sua maior parte, consumia. Essas matérias-primas e meios de subsistência converteram-se agora em mercadorias [...]. (MARX, [1867] 2013, p. 818)

A impossibilidade de produzir sua subsistência e a expulsão de parte da população rural para as cidades serão os elementos de constituição do mercado de trabalho e do mercado interno, transformando a força de trabalho em mercadoria e impondo a necessidade de comprar os itens básicos de sua subsistência: alimentação, moradia, vestimenta etc. Daí a importância dos mercados como núcleo da sociabilidade burguesa, com suas relações sociais mediadas pelo dinheiro.

A migração para as cidades é característica do desenvolvimento capitalista, e aos poucos vai se afirmando o predomínio do modo de vida urbano frente à vida rural. Esse predomínio intensifica-se muito com a industrialização, promovendo a concentração urbana. A transformação da sociedade agrária em sociedade urbano-industrial é um ponto comum do desenvolvimento capitalista e uma mudança na totalidade do modo de produção em suas várias dimensões, inclusive na sua relação com o território.

A urbanização, portanto, apresenta-se como um fenômeno social amplo, sendo determinado pelas – e determinante para – dimensões econômica, social, política e cultural. O predomínio da vida urbana significa uma grande mudança cultural, abarcando elementos como: moradia, alimentação, laços de sociabilidade, identidades de grupo, ritmo de vida, processo de trabalho etc. Temos, desta maneira, uma mudança no modo de vida, na relação das pessoas entre si e na sua relação com o meio físico, características da dimensão cultural.

Todavia, este processo de mudança cultural não ocorre sem contradições. A instauração do capital, a relação social de produção fundada no assalariamento, pressupõe a força de trabalho transformada em mercadoria. Uma mercadoria especial, dirá Marx, cujo valor de uso é a capacidade de criar valor. Por outro lado, esta mercadoria especial tem um valor determinado,

não na esfera do mercado, mas na esfera de sua própria produção e vale o quanto de trabalho socialmente necessário lhe foi dedicado. Seguindo a economia política clássica, Marx vai argumentar que o valor da mercadoria força de trabalho será determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários à sua produção e reprodução.

O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. [...] Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. (MARX, [1867] 2013, p. 245)

Observa-se, novamente, a centralidade conferida por Marx à produção da vida material, em que os meios de subsistência determinam o valor da força de trabalho – a mercadoria mais importante do modo de produção capitalista. Pode-se perceber a seguinte articulação: a força de trabalho se torna mercadoria, pois o trabalhador é expropriado dos meios de produção de sua subsistência; forma-se um mercado de trabalho no qual a força de trabalho é vendida e alienada em benefício do capitalista; o valor da mercadoria força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários à sua produção e reprodução; esses meios de subsistência, por sua vez, também são transformados em mercadoria e constituem o mercado interno.

Ou seja, a produção dos meios de subsistência é elemento determinante da análise de Marx, afirmando-se como elo central na formação do capitalismo, suas classes sociais e seus mercados. Isso, no entanto, adquire importância mais ampla para a cultura na medida em que captamos como Marx vai conceituar estes meios de subsistência, entendidos como meios de vida, logo, essenciais para o modo de vida dos trabalhadores enquanto classe, ou seja, para sua cultura de classe.

A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida. As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também depende, entre outros fatores, de sob quais condições, e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida se formou a classe de trabalhadores livres num determinado local. Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral. (MARX, [1867] 2013, p. 246)

A conceituação de meios de subsistência adotada por Marx é ampla e conta com componentes de caráter histórico, moral e, também, cultural⁴. Assim, de acordo com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas forças produtivas, o valor da mercadoria força de trabalho depende das condições de vida e da cultura da classe trabalhadora, com seus costumes, hábitos e tradições elaborados em sua formação histórica enquanto classe.

O modo particular de vida da classe trabalhadora, sua cultura de classe, coloca-se como elemento determinante do valor dos meios de subsistência e, logo, da mercadoria força de trabalho. A quantidade e a qualidade dos meios de subsistência necessários à produção e reprodução da classe trabalhadora são condicionadas por seu modo de vida, costumes, hábitos e tradições. Esses se afirmam como fatores de resistência dos trabalhadores ao rebaixamento dos salários imposto pelos capitalistas e, assim, afirmam-se como fatores de extrema importância na dinâmica da luta de classes.

Aqui temos um elemento cultural de crítica ao capitalismo, uma crítica imanente, de dentro do próprio modo de produção. O desenvolvimento capitalista vai destruindo e modificando a cultura e as condições de vida da classe trabalhadora, que, por sua vez, resiste na luta de classes, defendendo seu modo de vida particular. Podemos desdobrar este componente cultural

⁴ Lukács (2018, p. 311) dirá que estes são “momentos extraeconômicos da realização da lei do valor”.

da luta de classes em dois momentos: primeiro, a cultura laboral, saber produtivo, formação profissional, costumes e tradições ligados ao processo de trabalho; segundo, as condições de vida em geral, como moradia, alimentação, estrutura familiar, educação, religião, usos do tempo livre, lazer etc.

Começando pelo processo de trabalho e pelas modificações impostas pelo domínio do capital na esfera da produção, podemos acompanhar como Marx analisa a progressiva expropriação do saber produtivo do trabalhador pelo capital. Um processo interligado de alienação, exploração e subsunção, no qual ocorre uma modificação da cultura laboral do trabalhador. A passagem do artesanato à manufatura e à grande indústria se coloca como momento determinante da produção do mais-valor relativo, com a queda do valor da força de trabalho concomitante ao aumento da produtividade.

Marx descreve a perda de autonomia do trabalhador frente a seu trabalho, caminhando da subsunção formal à subsunção real ao capital. O artesão plenamente qualificado para a produção de uma mercadoria vai se transformando no trabalhador parcial, fragmentado pela divisão capitalista do trabalho e especializado em uma única função do processo produtivo. Esse trabalhador parcial ainda retém saberes e práticas da cultura laboral artesã, mas vai reduzindo seu campo de ação. Isso ganha nova dimensão quando a maquinaria é introduzida, substituindo instrumentos manuais e passando a fazer a mediação entre trabalhador e objeto de trabalho. Com o sistema de máquinas da grande indústria, o trabalhador perde controle sobre o processo de trabalho, sendo progressivamente conduzido pelo ritmo da máquina⁵.

Na condição de trabalhador parcial, a força de trabalho sofre uma queda em seu valor, reduzindo seu custo de formação profissional. O trabalhador perde conhecimento e saber produtivo, agora incorporado à maquinaria enquanto elemento do capital. No entanto, a especialização eleva a produtividade do trabalho em sua função parcial e, do conjunto dos trabalhadores

⁵ Tanto Gramsci ([1934] 2001), em “Americanismo e fordismo”, quanto Thompson ([1967] 1998), em “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, abordam essa temática fazendo a conexão entre cultura e crítica da economia política.

parciais, surge uma força coletiva nova que é inteiramente apropriada pelo capital. Assim, a mutilação do trabalhador parcial e a expropriação de sua cultura laboral pelo capital se convertem em uma alavanca da exploração capitalista, com aumento do mais-valor relativo. “A unilateralidade e mesmo a imperfeição do trabalhador parcial convertem-se em sua perfeição como membro do trabalhador coletivo.” (MARX, [1867] 2013, p. 423).

Fora do espaço de trabalho também podemos observar como o modo de vida da classe trabalhadora é importante para a produção do mais-valor relativo, que é, essencialmente, uma redução do tempo de trabalho necessário frente ao aumento do tempo de trabalho excedente na composição da jornada de trabalho. Além da fragmentação do trabalhador parcial, outro meio de extração do mais-valor relativo apontado por Marx é a redução do valor da força de trabalho através da redução do valor de seus meios de subsistência. Assim, aumentos de produtividade nos ramos de produção dos meios de subsistência dos trabalhadores teriam impacto no valor da força de trabalho.

Convém observar, no entanto, que, sendo o valor da força de trabalho determinado por componentes culturais, também o rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores apresenta-se como um meio de produção do mais-valor relativo, na medida em que reduz o valor da força de trabalho. Tanto o aumento de produtividade quanto a mais brutal deterioração das condições de vida dos trabalhadores podem ser meios de produção do mais-valor relativo, reduzindo o valor dos meios de subsistência dos trabalhadores e, logo, o tempo de trabalho necessário na jornada de trabalho.

Marx aborda este tema em *O Capital*, ao tratar da lei geral da acumulação capitalista, apontando uma tendência ao pauperismo da classe trabalhadora. Faz uma investigação sobre o modo de vida dos trabalhadores ingleses⁶, observando suas condições de moradia, alimentação, educação,

⁶ Esta é uma das grandes influências de Engels sobre Marx. Engels já havia antecipado esse estudo sobre as condições de vida dos trabalhadores ingleses ao publicar, em 1845, o livro *A situação da classe trabalhadora inglesa*, amplamente referido por Marx em *O Capital*.

organização familiar, taxas de natalidade e mortalidade, expectativa de vida etc. Assim, Marx adentra o terreno oculto da produção da mercadoria força de trabalho e, neste âmbito, conclui que há uma polarização: de um lado a riqueza e o desenvolvimento cultural da burguesia; de outro, a pobreza e o rebaixamento cultural dos trabalhadores⁷.

O pleno desenvolvimento do capitalismo traria consigo a redução do valor de todas as mercadorias, dentre elas, a força de trabalho. O aperfeiçoamento do trabalhador enquanto força produtiva teria o revés de degradar o trabalhador enquanto ser humano, deteriorando seu modo de vida, sua cultura. Esse fato apresenta-se como um dos fundamentos da necessidade da organização da classe trabalhadora para a luta política.

Os interesses, as condições de vida no seio do proletariado homogeneízam-se cada vez mais, à medida que o maquinismo oblitera as diferenças do trabalho e quase em toda a parte reduz os salários a um nível igualmente baixo. [...] Cada vez mais, conflitos isolados entre operários e burgueses assumem o caráter de conflitos entre duas classes. (MARX & ENGELS, [1848] 2007, p. 38-39)

O reconhecimento das condições de vida em comum, de costumes em comum, de uma cultura de classe, seria um momento importante da tomada de consciência para a organização política, embora não a garanta de partida⁸. A conjunção destes dois componentes culturais – a cultura laboral no processo de trabalho e o modo de vida particular – coloca-se como uma condição de classe, fundamento da consciência de classe possível e um ponto de partida para a organização da luta contra o capital.

⁷ “Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital.” (MARX, [1867] 2013, p. 721).

⁸ “Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe.” (MARX, [1852] 2011, p. 143). Essa condição de classe afirma-se como um potencial de organização para a luta, porém não há determinismo aqui. Em *O 18 de brumário* de Luís Bonaparte, este argumento vai em sentido oposto e Marx vê na cultura camponesa, em seu modo de vida, um limite para a tomada de consciência e a organização de classe.

3. Produção cultural, produção capitalista

A cultura apresenta-se como uma esfera complexa da realidade social, com diferentes definições conceituais. Após ter explorado sua dimensão de modo de vida, gostaria de tratar agora de sua dimensão vinculada à produção cultural. Talvez esta seja a forma mais tradicional de entendimento da cultura, uma categoria que “descreve as obras e as práticas da atividade intelectual e, particularmente, artística. Com frequência, esse parece ser hoje o sentido mais difundido: *cultura* é música, literatura, pintura, escultura, teatro e cinema.” (WILLIAMS, 2007, p. 121; grifo no original)

Trata-se, então, de abordar a cultura pela dimensão das artes. No entanto, a abordagem aqui pretendida não se refere propriamente ao campo da estética, embora mantenha um diálogo com ela. A tentativa empreendida vai no sentido de abordar a produção cultural pelo viés da crítica da economia política, ou seja, buscar em Marx elementos que nos permitam analisar a arte enquanto processo produtivo, mais especificamente, enquanto produção de mercadorias culturais sob o domínio do capital.

Se já observamos como o desenvolvimento capitalista implica mudança cultural no modo de vida, podemos agora analisar a produção artística inserida na produção em geral da sociedade, isto é, a produção de literatura, música, teatro, cinema, artes plásticas e demais linguagens artísticas está inserida no contexto mais amplo do modo de produção da vida material em sua totalidade⁹. É preciso produzir arte. Logo, a arte é um trabalho de transformação da realidade, criando produtos materiais e imateriais antes inexistentes.

Assim, a arte está condicionada pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas e requer um processo de trabalho específico, utilizando meios de produção específicos para criar produtos específicos. O trabalho artístico se coloca como uma práxis, uma prática orientada para um fim determinado

⁹ “Religião, família, Estado, direito, moral, ciência, arte etc., são apenas formas *particulares* da produção e caem sob a sua lei geral.” (MARX, [1843-1844] 2004, p. 106; grifo no original)

(FREDERICO, 2016). Para realizar esta prática, o trabalhador artista utiliza meios de produção próprios, instrumentos de trabalho que se tornam cada vez mais especializados, quanto mais se desenvolve o processo produtivo. E ao final obtém-se um produto específico, seja material ou não.

Marx vai entender este processo de trabalho como um momento de autorrealização humana, em que os seres humanos exteriorizam-se em sua produção, objetivando sua essência, refletindo a si mesmos e à sociedade no produto artístico. Essa objetivação seria também um momento de autoconhecimento: ao se exteriorizar em práticas e objetos artísticos, os seres humanos reconheceriam a si mesmos, tomando consciência de si e da sociedade. Daí o caráter gnosiológico da arte, uma forma de conhecimento. Por fim, o trabalho artístico, como o processo de trabalho em geral, teria um caráter de formação, pois, ao realizar as práticas de trabalho, o ser humano, além de produzir um produto, também produz a si mesmo, desenvolve suas potências, sua sensibilidade e seus sentidos¹⁰.

No entanto, este processo de trabalho aparentemente livre e libertador vai ganhando outras características na medida em que se constitui enquanto produção de mercadorias sob o domínio do capital¹¹. O processo de trabalho passa, então, a ser subordinado ao processo de valorização, sendo o trabalho artístico alienado em benefício do capital, subsumido ao capital, que lhe toma o controle. Como consequência, o produto do trabalho será agora propriedade do capital, aparecendo ao trabalhador como uma força estranha: a objetivação do trabalho não surge mais como autorrealização, autoconhecimento e autodesenvolvimento, tornando-se seu oposto: alienação, estranhamento e atrofiamento das potências humanas¹².

¹⁰ Sobre as características do trabalho artístico e da estética em Marx, ver: Konder (1967), Lifschitz (2010) e Lukács (2009).

¹¹ “Este regime, porém, instaura uma ruptura deletéria entre o trabalho e o livre desenvolvimento dos homens.” (LIFSCHITZ, 2010, p. 56).

¹² “Este fato nada mais exprime, senão: o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal, é a *objetivação* do trabalho. A efetivação do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico com *desefetivação* do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento*, como *alienação*.” (MARX, [1843-1844] 2004, p. 80; grifos no original).

Isso decorre da condição capitalista da propriedade privada, em que o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, mas ao proprietário dos meios de produção. Uma vez que a esfera da produção cultural vai sendo apropriada pelo capital, sua lógica se altera e passam a vigorar as leis de funcionamento do modo de produção capitalista. O processo de trabalho vai ser dominado pelo processo de valorização, o valor de uso dos produtos artísticos vai ser dominado por seu valor de troca, o trabalhador vai ser dominado pelo capitalista.

O artista perde sua condição de artesão autônomo e se transforma em trabalhador assalariado na relação social do capital¹³. E, como tal, está sujeito à alienação, à exploração e à subsunção ao capital. Ao estabelecer o capital como relação social também na esfera da produção cultural, o capitalista transforma o artista em trabalhador produtivo para o capital. Marx vai fazer uma diferenciação entre trabalho produtivo num processo simples de trabalho, que gera um produto com valor de uso socialmente útil, e o trabalho produtivo no processo capitalista de produção, que gera mais-valor, valorização do valor e, sob a exploração do capitalista, promove a acumulação de capital. Também o trabalho artístico será capturado pela lógica do capital.

O escritor é um trabalhador produtivo não porque produz ideias, mas porque enriquece o editor que publica as suas obras; conseqüentemente, é produtivo enquanto trabalhador assalariado de um capitalista.

O valor de uso da mercadoria em que se materializa o trabalho de um trabalhador produtivo pode ser totalmente insignificante. Esta característica do trabalho não está vinculada à sua propriedade de ser produtivo que, ao contrário, expressa somente a relação social e concreta da produção. Temos aqui uma determinação do trabalho que não deriva do seu conteúdo ou de seu resultado, mas da sua forma social concreta. (MARX, 2010, p. 152)

¹³ “A burguesia despojou de sua aura todas as atividades até então consideradas com respeito e temor religioso. Transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem da ciência, em assalariados por ela remunerados.” (MARX & ENGELS, [1848] 2007, p. 28).

Portanto, o que vai determinar o caráter produtivo do trabalho no modo de produção capitalista será sua subordinação à relação social do capital. Em *O Capital*, Marx argumenta que, sob o capitalismo, o conceito de trabalho produtivo sofre ao mesmo tempo uma ampliação e um estreitamento. Se a condição do trabalho produtivo em geral era a produção de um valor de uso, no processo de produção capitalista essa condição amplia-se na medida em que o trabalhador produtivo não precisa mais produzir uma mercadoria por inteiro, mas simplesmente executar uma função parcial dentro da cooperação do trabalho coletivo. O trabalhador parcial é produtivo por ser um órgão do trabalhador coletivo – e este, sim, produzirá uma mercadoria. Por outro lado, o conceito de trabalhador produtivo sofre um estreitamento, na medida em que não basta produzir uma mercadoria com valor de uso socialmente válido – é necessário estar subsumido ao capital. Ou seja, o trabalhador que produz um valor de uso de forma independente do capital não se coloca como um trabalhador produtivo no capitalismo. Em *Teorias da mais-valia*, Marx argumenta neste sentido para qualificar o trabalho artístico como produtivo ou não.

[...] o literato-proletário que, por encomenda do seu editor, produz livros (por exemplo, manuais de economia política), é um *trabalhador produtivo*, pois a sua produção se encontra, desde o começo, subsumida ao capital e é realizada exclusivamente para aumentar o seu valor. Uma cantora que vende seu canto por conta e risco próprios é uma *trabalhadora improdutiva*. Mas a mesma cantora levada a cantar por um empresário que quer ganhar dinheiro com seu canto é uma *trabalhadora produtiva* porque produz capital. (MARX, 2010, p. 152-153; grifos no original)¹⁴

No que toca diretamente à produção cultural, Marx irá esboçar uma reflexão pertinente, porém inconclusa, sobre a distinção entre os tipos de trabalho artístico que podem ser apropriados pela produção capitalista enquanto trabalho produtivo para o capital. Levanta duas hipóteses de investigação:

¹⁴ Esta citação – assim como a anterior e a próxima – é uma passagem de *Teorias da mais-valia*. Utilizo aqui a tradução compilada na edição dos textos escolhidos de Marx e Engels sobre *Cultura, arte e literatura*.

1) o trabalho artístico que produz um objeto palpável que pode ser comercializado, separando o ato de produção do ato de consumo; 2) o trabalho artístico que não gera propriamente um objeto, mas que depende da *performance* ao vivo do artista, o qual Marx chama de artista executante, quando não há separação entre o ato de produção e o de consumo.

1. Pode resultar em *mercadorias*, em valores de uso que assumam uma forma própria, independente tanto do produtor quanto do consumidor – que, portanto, possa existir um intervalo de tempo mediando a produção e o consumo e que neste período possam utilizar-se como *mercadorias vendáveis* –; é o caso, por exemplo, dos livros, dos quadros, e de todas as obras de arte que existem independentemente da atividade de quem as cria. Neste caso, a produção capitalista se aplica em escala muito limitada [...].

2. O produto produzido é inseparável do próprio ato de produzir, como ocorre no caso dos artistas executantes, oradores, atores, professores, médicos, padres etc. Também aqui o modo de produção capitalista tem uma margem de aplicação muito reduzida e, pela própria natureza dos objetos, pode estender-se em apenas alguns setores. [...] Aqui, o ator se relaciona com o público como artista, ainda que seja, para seu empresário, um *trabalhador produtivo*. Essas manifestações da produção capitalista, neste domínio, se comparadas à produção em seu conjunto, são tão pouco significativas que não podemos dedicar-lhes maior atenção. (MARX, 2010, p. 153-154; grifos no original)

Estas são hipóteses pouco desenvolvidas por Marx, como o mesmo afirma. No entanto, abrem caminhos interessantes de pesquisa para a economia política da cultura. Convém observar a imprecisão conceitual de Marx ao tratar o produto dos artistas executantes enquanto um objeto. Raymond Williams aborda essa questão no artigo *Base e superestrutura na teoria da cultura marxista*. Ali argumenta: “Creio que a verdadeira crise da teoria da cultura, em nossa época, esteja entre esse ponto de vista da obra de arte como objeto e a visão alternativa da arte como uma prática.” (WILLIAMS, 2011, p. 65)¹⁵.

¹⁵ Sobre a distinção entre objetos e práticas na perspectiva do materialismo cultural, ver Cevasco (2003).

Assim, teríamos uma análise das práticas artísticas transformadas em mercadoria, seja esta mercadoria um objeto palpável ou não. Retornamos, desta forma, ao ponto central da questão: como as práticas artísticas são alienadas e fogem ao controle do trabalhador artista. Conclui Williams (2011, p. 67): “o que estamos ativamente buscando é a prática efetiva que foi alienada em um objeto e as verdadeiras condições desta prática”¹⁶. No caso da produção cultural enquanto produção capitalista, isso significa buscar as condições em que o trabalho do artista é alienado, subsumido e explorado pelo capital no intuito da valorização do valor e da acumulação de capital.

Evidentemente que o desenvolvimento histórico do capitalismo não havia colocado certas questões da produção cultural ao tempo de Marx. Ainda não havia chegado o momento da *obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, tal como definiu Walter Benjamin¹⁷, com a reprodução em massa de mercadorias culturais. Nem muito menos o momento da *sociedade do espetáculo*, tal como a caracterizou Guy Debord¹⁸, com os artistas executantes produzindo mercadorias plenamente apropriadas pelo capital. Daí, ao seu tempo, Marx afirmar serem essas manifestações da produção capitalista pouco significativas, não lhes dedicando muita atenção.

O desenvolvimento capitalista não se processa de forma homogênea, ao contrário, o capital se apropria progressivamente das diferentes esferas do ser social, gerando um desenvolvimento desigual (LUKÁCS, 2018). A dinamização do processo de troca e a expansão dos mercados possibilitam maior divisão social do trabalho, autonomizando aos poucos as diferentes esferas da produção enquanto produtoras de mercadorias independentes, diretamente levadas ao mercado para satisfazer novas necessidades.

¹⁶ Esta abordagem está em total acordo com o próprio Marx quando afirma: “Examinamos o ato do estranhamento da atividade humana prática, o trabalho, sob dois aspectos. 1) A relação do trabalhador com o *produto do trabalho* como objeto estranho e poderoso sobre ele. [...] 2) A relação do trabalho com *ato da produção* no interior do *trabalho*. Esta relação é a relação do trabalhador com sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele [...] O *estranhamento-de-si*, tal qual acima o estranhamento da *coisa*.” (MARX, [1843-1844] 2004, p. 83; grifos no original).

¹⁷ Walter Benjamin ([1935-1936] 1994), “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”.

¹⁸ Guy Debord ([1967] 1997), *A sociedade do espetáculo*.

Talvez a mercadoria seja o produto de um novo modo de trabalho, que se destina à satisfação de uma necessidade recém-surgida ou pretende ela própria engendrar uma nova necessidade. O que até ontem era uma função entre muitas de um e mesmo produtor de mercadorias, hoje pode gerar uma nova modalidade particular de trabalho, que, separada desse conjunto, autonomizada, manda seu produto ao mercado como mercadoria independente. (MARX, [1867] 2013, p. 180)

Assim, o domínio do capital sobre a produção vai alastrando-se de forma desigual, autonomizando certas esferas da produção enquanto produtoras de mercadorias e atribuindo-lhes importância destacada. Esta é, em si, uma contribuição importante de Marx à reflexão sobre a produção cultural, na medida em que é preciso captar a dinâmica do desenvolvimento capitalista em geral para precisar o desenvolvimento desigual da esfera cultural e de suas diferentes linguagens. “Se esse é o caso na relação dos diferentes gêneros artísticos no domínio da arte, não surpreende que seja também o caso na relação do domínio da arte como um todo com o desenvolvimento geral da sociedade.” (MARX, [1857-1858] 2011, p. 63).

O desenvolvimento desigual do capitalismo se concretiza no domínio desigual do capital sobre as diferentes esferas da produção, tendo sua expressão mais acabada num processo de industrialização também desigual. No caso da revolução industrial inglesa, analisada por Marx em *O Capital*, sua primeira manifestação ocorre na indústria têxtil, espalhando-se depois para a produção de carvão, ferro e aço e para a produção de máquinas, avançando também sobre outras esferas, como transportes e comunicações (ferrovias, navios a vapor, telégrafo). O capital busca espaços de acumulação, seja ocupando espaços já existentes, seja criando novos espaços abertos pelo desenvolvimento capitalista.

O aumento dos meios de produção e de subsistência, acompanhado da diminuição relativa do número de trabalhadores, leva à expansão do trabalho em ramos da indústria cujos produtos – como canais, docas, túneis, pontes etc. – só trazem retorno num futuro mais distante. Eles se formam, seja diretamente sobre a base da maquinaria, seja em consequência da

revolução industrial geral que ela provoca, como ramos inteiramente novos da produção e, portanto, como novos campos de trabalho. O espaço que lhes corresponde na produção total não é de modo algum significativo, mesmo nos países mais desenvolvidos. [...] Atualmente, podem-se considerar como indústrias principais desse tipo as usinas de gás, o telégrafo, a fotografia, a navegação a vapor, e o sistema ferroviário. (MARX, [1867] 2013, p. 517)

O avanço progressivo do capitalismo, difundindo a relação social do capital e desenvolvendo suas forças produtivas, tende a abarcar a produção da vida material em sua totalidade. Daí que também alcance a esfera da produção cultural, promovendo a transição capitalista do processo de trabalho artístico, passando do artesanato à manufatura e desta à grande indústria. Interessante notar que, mesmo considerando esta produção ainda pouco significativa, Marx já aponte a fotografia como uma indústria estabelecida, contando, segundo o censo de 1861, com 2.366 trabalhadores na Inglaterra e no País de Gales. (MARX, [1867] 2013)

Isto ganha maior significado ao vermos que Benjamin ([1935-1936] 1994, p. 167) considera o desenvolvimento da fotografia como o primeiro momento em que “no processo de reprodução da imagem, a mão foi liberada das responsabilidades artísticas mais importantes, que agora cabiam unicamente ao olho”. Assim, a máquina fotográfica supera a base técnica artesanal da manufatura e instaura na produção cultural a base técnica da indústria, fundada na maquinaria, permitindo o aumento de produtividade na produção e reprodução de imagens.

Além disso, a especialização do trabalho implica também uma especialização do instrumento de trabalho, com aperfeiçoamento da maquinaria. Dirá Marx ([1867] 2013, p. 485): “os aperfeiçoamentos da maquinaria de trabalho, ao mesmo tempo que aumentam sua velocidade e eficácia, diminuem seu tamanho”. O caso da máquina fotográfica é emblemático, pois foi o progressivo aperfeiçoamento da técnica de captação, reprodução e projeção de imagens que deu origem ao cinema, tido como a indústria cultural por excelência, objeto de estudo de Benjamin, Adorno e Horkheimer.

O desenvolvimento das forças produtivas no campo da imagem leva ao extremo a possibilidade de transformar os artistas executantes em mercadorias objetificadas em imagens, numa fusão das duas formas diferentes de mercadorias culturais apontadas por Marx anteriormente. O cinema – e posteriormente a televisão – será uma radicalização da tecnologia da imagem, com a transformação da imagem em mercadoria. Isto provocará uma alteração profunda na sociedade, a qual Debord conceituará como *sociedade do espetáculo* por apresentar relações sociais mediadas por imagens¹⁹.

Seguindo a interpretação geral de Marx sobre a grande indústria, podemos refletir sobre a introdução da maquinaria na indústria cultural, transformando o processo produtivo do fazer artístico. A maquinaria promove o desenvolvimento das forças produtivas, com aumento de produtividade do trabalho, ao transformar o trabalho artesanal do artista em trabalho industrial. Altera os meios de produção artística, seu processo de trabalho e, conseqüentemente, o produto final deste trabalho. A produção e reprodução em massa de mercadorias culturais acabam por gerar mudanças estéticas, padronizando o que era antes feito de forma única e artesanal²⁰.

O processo de trabalho artístico será radicalmente alterado com a introdução da maquinaria, havendo progressiva subsunção real da força de trabalho ao capital. A multiplicação das máquinas-ferramenta operadas pelo trabalhador permite a superação dos limites físicos do trabalho manual de origem artesanal, consolidando a base técnica da grande indústria no campo cultural.

O salto de produtividade do trabalho é gigantesco, havendo queda progressiva no valor das mercadorias e aumentando muito a escala de produção, consolidando uma produção capitalista de mercadorias culturais para consumo de massa. Essa produção em larga escala, por sua vez, tem

¹⁹ “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens.” (DEBORD, [1967] 1997, p. 14)

²⁰ Conforme Theodor Adorno e Max Horkheimer ([1947] 1985), em *Dialética do esclarecimento*, mais especificamente no capítulo “A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”.

a necessidade de um mercado cultural de grandes proporções para realizar suas mercadorias. Marx argumenta que produção, distribuição, troca e consumo são partes integrantes de um mesmo sistema em que a produção condiciona as formas de consumo, criando inclusive novas necessidades e moldando seu consumidor.

A necessidade que o consumo sente do objeto é criada pela própria percepção do objeto. O objeto de arte – como qualquer outro produto – cria um público capaz de apreciar a arte e de sentir prazer com a beleza. A produção, por conseguinte, produz não somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto. Logo, a produção produz o consumo, na medida em que 1) cria o material para o consumo; 2) determina o modo de consumo; 3) gera como necessidade no consumidor os produtos por ela própria postos primeiramente como objetos. Produz, assim, o objeto de consumo, o modo de consumo e o impulso de consumo. (MARX, [1857-1858] 2011, p.47)

Pelo desenvolvimento das forças produtivas, pela expansão dos mercados, pela maior divisão social do trabalho e pela autonomização da produção cultural enquanto produção capitalista, consolida-se o sistema industrial no campo cultural, com um sistema integrado de produção e consumo de massa. A produção em massa de mercadorias culturais engendra nas pessoas a necessidade de seu consumo, formando seu mercado. Do mesmo modo, a formação da indústria cultural coloca a necessidade da produção em massa, com a padronização dos produtos culturais.

Uma vez consolidada a indústria cultural, passam a vigorar no campo da cultura as leis de tendência da acumulação capitalista apontadas por Marx. O modo de produção especificamente capitalista apresenta, dentre outras, a tendência à alteração da composição orgânica do capital, com aumento do capital constante aplicado em máquinas e infraestrutura, e as tendências à concentração e à centralização do capital, gerando uma indústria cultural dominada pelas grandes corporações com alto capital. A produção cultural passa a operar plenamente enquanto produção capitalista.

4. Conclusão

Feita esta tentativa de buscar na obra de Marx elementos de análise da cultura pela perspectiva da crítica da economia política, cabe agora concluir fazendo uma síntese dos elementos levantados. A distinção entre duas dimensões da cultura – o modo de vida particular e a produção cultural – abriu caminho no sentido de fazer uma aproximação entre modo de produção e modo de vida, por um lado, e, por outro, entre produção cultural e produção capitalista.

No campo da cultura enquanto modo de vida, busquei em Marx argumentos que permitam traçar um paralelo entre o modo de produção da vida material e a conformação de um modo de vida particular, em que a produção dos meios de subsistência se coloca como elemento determinante. O trabalho surge assim como a mediação universal entre ser humano e natureza, e a produção dos meios materiais de subsistência assume centralidade na formação de uma cultura.

A instauração do capital como relação social de produção dominante significa, em Marx, a consolidação do modo de produção capitalista. Essa transição ao capitalismo é também uma transição a outro modo de vida, com profundas mudanças culturais. Particularmente, o capitalismo traz em si novas contradições sociais, que se expressam também no campo da cultura. A formação das classes sociais e dos mercados está alicerçada na expropriação e mercantilização dos meios de subsistência dos trabalhadores. Inclusive o valor da mercadoria força de trabalho será determinado pelo valor dos meios de subsistência, que para Marx contém também um elemento cultural.

Assim, pudemos ver como a formação das classes sociais traz em si a formação de culturas de classe, condicionando o modo de vida particular das classes. No caso da classe trabalhadora, a cultura de classe se coloca como um fator de luta pela manutenção do valor da força de trabalho. Seja defendendo sua cultura laboral no processo de trabalho, seja defendendo seu

modo de vida particular fora do espaço de trabalho, a cultura de classe torna-se um ponto chave para a dinâmica da luta de classes. A cultura de classe e as condições de vida em comum homogeneízam os interesses e as pautas em disputa, favorecendo a organização da classe para a luta.

Outra dimensão da cultura abordada é a da produção cultural, a análise do campo das artes pela perspectiva da crítica da economia política. Sendo a arte um trabalho produtivo específico, Marx compreende o trabalho artístico como uma práxis, uma prática orientada para um fim determinado, com a produção de valores de uso socialmente válidos. Aí teríamos uma prática de trabalho libertadora, que possibilita a autorrealização, o autocohecimento e o autodesenvolvimento do ser humano. No entanto, a esfera da produção cultural vai sendo apropriada pelo capital, transformando o produto artístico e a força de trabalho do artista em mercadorias.

Pelo viés da economia política da cultura, a arte surge em Marx como uma produção particular dentro da produção em geral da sociedade, condicionada pelo modo de produção capitalista. Isto significa que a relação social do capital se instaura no seio da produção cultural, operando uma completa transformação no processo de trabalho artístico, transformando-o em trabalho produtivo para o capital, isto é, para sua valorização. O trabalhador artista fica sujeito, então, à alienação, à subsunção e à exploração pelo capital no intuito de gerar mais-valor e acumulação de capital.

O desenvolvimento desigual do capitalismo se expressa num processo de industrialização desigual das diferentes esferas da produção da vida material. Por esse caminho se forma a indústria cultural, com a progressiva acumulação de capital impondo a produção em massa de mercadorias culturais. A introdução da maquinaria no processo de trabalho artístico determina tanto o aumento de produtividade do trabalho quanto sua subsunção real ao capital. O desenvolvimento das forças produtivas consolida a indústria cultural, que passa a ser regida pelas tendências da acumulação de capital apontadas por Marx. Assim, a produção cultural se afirma plenamente como produção capitalista.

Referências

- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, [1947] 1985.
- BENJAMIN, W. "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica". In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CEVASCO, M. E. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1967] 1997.
- EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, [1845] 2010.
- FREDERICO, C. "A arte em Marx: um estudo sobre os *Manuscritos econômico-filosóficos*". In: _____. *Ensaio sobre marxismo e cultura*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.
- GRAMSCI. "Americanismo e fordismo". In: _____. *Cadernos do cárcere*, v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1934] 2001.
- KONDER, L. *Os marxistas e a arte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- LIFSCHITZ, M. "Prólogo". In: MARX, K. & ENGELS, F. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*. Org. de José Paulo Netto e Miguel Yoshida. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LUKÁCS, G. "Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels". In: _____. *Arte e sociedade: escritos estéticos (1932-1967)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- _____. *Para uma ontologia do ser social*, v.I. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, [1843-1844] 2004.
- _____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, [1852] 2011.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, [1857-1858] 2011.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, [1859] 1977.
- _____. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, [1846] 2009.
- _____. *Manifesto do partido comunista*. Porto Alegre: L & PM, [1848] 2007.
- _____. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*. Org. de José Paulo Netto e Miguel Yoshida. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- THOMPSON. "Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial". In: _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das letras, [1967] 1998.
- _____. "Folclore, antropologia e história social". In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Org. de Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- WILLIAMS, R. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007
- _____. "Base e superestrutura na teoria da cultura marxista". In: _____. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ROBERTO PEREIRA SILVA
JANAÍNA FERNANDA BATTAHIN

CELSO FURTADO, CAIO PRADO JÚNIOR E A HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO NA DÉCADA DE 1950

Recebido em 29/06/2019
Aprovado em 19/11/2019

CELSO FURTADO, CAIO PRADO JÚNIOR E A HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO NA DÉCADA DE 1950

ROBERTO PEREIRA SILVA

Professor adjunto do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA-Unifal-MG) e do Programa de pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).

Email: robertopereirasilva@outlook.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8194-5086>

JANAÍNA FERNANDA BATTAHIN

Doutoranda em Economia na UNESP/FCLAr. Graduada em Economia com Ênfase em Controladoria na UNIFAL/MG e Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp (IE-UNICAMP).

Email: janainabattahin@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8828-8728>

Resumo

O trabalho investiga as incursões de Celso Furtado e Caio Prado Júnior na história do pensamento econômico na década de 1950. Nossa hipótese central é que estareleitura da história do pensamento econômico faz parte de um esforço para discutir os fundamentos das teorias econômicas e, ao mesmo tempo, justificar diagnósticos e propostas de política econômica dos dois autores. Compreendemos o interesse nesse campo de estudos como uma resposta aos debates sobre política econômica dos anos 1950, uma arena de disputas entre diversas correntes do “pensamento econômico brasileiro”, envolvendo economistas de filiações socialistas, liberais e desenvolvimentistas. Finalmente, discutimos como essa preocupação com a história do pensamento econômico articula-se aos interesses mais gerais de Celso Furtado e Caio Prado Júnior.

Palavras-chave: Celso Furtado; Caio Prado Júnior; história do pensamento econômico; desenvolvimentismo.

Abstract

The article investigates the incursions of Celso Furtado and Caio Prado Júnior in the History of economic thought in the 1950. Our central hypothesis is that this reading of the economic's history thought is part of an effort to discuss the fundamentals of economic theories and, at the same time, to justify diagnoses of the present and proposals of economic policy of the two authors. We understand the interest in this field of study as a response to the economic policy debates of the 1950, an arena of disputes between diverse currents of "Brazilian economic thought", involving economists of socialist, liberal, and developmental affiliations. Finally, we discuss how this interest in the economic's history thought articulates with the more general interests of Celso Furtado and Caio Prado Júnior.

Keywords: Celso Furtado; Caio Prado Júnior; History of economic thought; developmentalism.

Introdução

O trabalho investiga as incursões de Caio Prado Júnior e Celso Furtado na história do pensamento econômico, compreendendo-as no âmbito dos debates e disputas sobre política econômica no Brasil nos anos de 1950. Pressupomos que os debates sobre os rumos da economia brasileira se deram em uma arena de confrontos por projetos políticos diversos e a compreensão das propostas em jogo deve ter como horizonte interpretativo a implantação de políticas econômicas e, ao mesmo tempo, a refutação de visões alternativas e concorrentes, buscando, para tanto, interpretações da conjuntura teoricamente orientadas, para as quais a história do pensamento econômico foi eleita como um dos campos privilegiados por Caio Prado Júnior e Celso Furtado.

No livro *A economia brasileira (contribuição à análise do seu desenvolvimento)*, publicado em 1954, Celso Furtado examina, no último capítulo, a história do pensamento econômico, tópico que será ampliado em 1961, com a publicação de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, no qual acrescenta um item sobre a economia política de Marx. Desde então, as referências à história do pensamento econômico serão uma constante em seus trabalhos.

Caio Prado Júnior, por sua vez, publica, em 1957, um volume inteiro dedicado ao assunto, *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*, no qual elabora uma leitura horizontal da história do pensamento econômico, buscando compreender os fundamentos da análise econômica e a relação entre teoria e prática¹, na junção entre as teorias econômicas e as realidades históricas que pretende explicar.

O principal objetivo do artigo é indicar a importância dessa incursão em um território aparentemente distante das lutas e das disputas pelos rumos da economia brasileira, como pode parecer a história do pensamento

¹ A relação entre teoria e prática é elemento essencial no marxismo de Caio Prado Júnior. Ver, sobre isso, Novais (2003), Grespan (2008) e Lumatti (2007).

econômico². Ou seja, em que medida o esforço reflexivo aberto pelos autores reportar-se-ia às discussões mais prementes do tempo, como a industrialização, o planejamento econômico e a inflação, para ficarmos em alguns dos problemas mais amplamente discutidos no período?³

Nossa hipótese é que a escolha da história do pensamento econômico foi uma forma de intervenção no debate econômico brasileiro: sem enfrentar diretamente propostas e diagnósticos para a economia, a incursão dos autores significou examinar as bases da teoria econômica como estratégia para fundamentar suas visões sobre os problemas enfrentados pelo país, confrontando as visões em debate pela via da discussão teórica, buscando minar oposições dentro dos debates econômicos. Ao mesmo tempo, ao discutir os fundamentos da teoria econômica, os autores explicitavam a inadequação destes para explicar a particularidade da economia brasileira.

Nossa argumentação irá dividir-se em uma breve retomada das principais correntes de debate no pensamento econômico brasileiro, ressaltando os aspectos conflitivos e as disputas entre elas enquanto um caminho para delinear as linhas de análise de Celso Furtado e Caio Prado Júnior. Em seguida, examinaremos a leitura da história do pensamento econômico feita pelos autores – primeiramente, Celso Furtado, em seguida, Caio Prado Júnior –, buscando destacar em que medida seus procedimentos e opções metodológicas implicavam uma refutação ou problematização das teorias econômicas. Concluímos considerando o desdobramento dessas reflexões no conjunto da obra dos autores, destacando campos de pesquisa que permanecem abertos.

² A formulação é provocativa e levanta questões que ainda não podemos responder, mas cuja enunciação já permite alguns avanços. Ora, se tomarmos as reflexões de Ricardo Bielschowsky sobre o pensamento econômico brasileiro, temos que, para o período 1930-1964, “não teria sentido descrever a produção teórica brasileira no campo da ciência econômica”. Dito de outra forma, “o aspecto fascinante desta história intelectual não provém de eventuais contribuições à teoria econômica, mas sim da riqueza e criatividade das ideias associadas aos contextos históricos” (BIELSCHOWSKY, 1997). Ou seja, num ambiente de pouca envergadura teórica para elaborar contribuições para a teoria econômica (subentendendo-se esta como um corpus formalizado e abstrato), abordar a história do pensamento econômico nos anos de 1950 teria caráter didático e de atualização de conhecimentos, ou transfigura-se em pedra de toque para a crítica da teoria econômica tradicional?

³ Estes temas foram longamente examinados por Ricardo Bielschowsky (2004), a partir do posicionamento das correntes do pensamento econômico brasileiro.

As disputas no pensamento econômico brasileiro na década de 1950

Ricardo Bielschowsky (1997; 2004) detecta cinco correntes de pensamento econômico no Brasil no período entre 1930 e 1964. Estas, antes de representarem divisões teóricas estanques, formavam um “pensamento econômico politicamente envolvido pelo debate sobre o processo de industrialização brasileiro” (BIELSCHOWSKY, 1997, p. 72), movimentando-se ao redor de um núcleo duro, o desenvolvimentismo: o reconhecimento da necessidade de industrialização carreada pelo planejamento estatal que orienta e distribui funções entre a iniciativa privada e o setor público (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 7). Bielschowsky distingue cinco correntes: “três variantes do desenvolvimentismo (desenvolvimentismo do setor privado, desenvolvimentismo ‘não nacionalista’ do setor público e desenvolvimentismo ‘nacionalista’ do setor público); o neoliberalismo (a direita do desenvolvimentismo) e a corrente socialista (a sua esquerda)” (*ibidem*, p. 73).

O neoliberalismo brasileiro, uma das vertentes mais atuantes no período, tinha como principais propostas: a redução da intervenção do Estado na economia, prioridade ao equilíbrio monetário e financeiro e, finalmente, certa resistência às políticas industrializantes (*ibidem*, p. 77). Seus principais representantes eram Eugênio Gudin e Octávio Gouveia de Bulhões.

Por sua vez, as correntes desenvolvimentistas aglutinavam-se em um “projeto de desenvolvimento de estabelecer um capitalismo industrial moderno no país, e [n]a convicção de que para isso era necessário planificar a economia e praticar distintas formas de intervenção governamental.” (*ibidem*, p. 79). Bielschowsky encontra uma importante distinção entre estes desenvolvimentistas nos setores nos quais atuam, ou seja, o setor privado e o público⁴. No que se refere àqueles que atuam no setor público, a parcela

⁴ A distinção traz implícita a assertiva de que os economistas orientam suas propostas de política econômica não apenas através da racionalidade e da objetividade, mas que há importantes elementos sociais a serem considerados na análise do pensamento econômico brasileiro. Voltaremos a isso mais adiante, mas já podemos introduzir uma das hipóteses do trabalho: disputando projetos de política econômica cujas premissas e objetivos podem ser lastreados no locus de atuação destes profissionais, não teriam os argumentos teóricos ou, em nosso caso, a fundamentação econômica buscada na história da disciplina, um papel importante para fortalecer ou desqualificar argumentos contrários?

dos “não-nacionalistas”, como Roberto Campos e Lucas Lopes, admitiam a utilização do capital estrangeiro, mesmo em setores de infraestrutura, e aceitavam a planificação e a intervenção do Estado somente quando a iniciativa privada nacional e estrangeira não demonstrasse interesse nos investimentos. Assumiam posição contrária ao setor “nacionalista” – representado por autores como Celso Furtado e Rômulo Almeida, por exemplo –, que reivindicava a planificação, a intervenção do Estado e o monopólio público em setores básicos e estratégicos para o desenvolvimento e a manutenção da soberania nacional⁵. Já os desenvolvimentistas do setor privado, tais como Roberto Simonsen, Heitor Ferreira Lima e João Paulo de Almeida Magalhães, estavam aglutinados em torno da defesa de um projeto de industrialização planejada e na proteção do capital privado nacional. Finalmente, um terceiro ponto de divergência entre os desenvolvimentistas refere-se às políticas econômicas para o tratamento de um dos problemas mais importantes do Brasil, a inflação. Os “não-nacionalistas” tendiam a apontar soluções de estabilização monetária; já o “setor privado” preocupava-se, sobretudo, com a manutenção do nível de crédito para a indústria; enquanto os “nacionalistas”, embora sensíveis ao problema do custo de vida, reconheciam a necessidade de capitalização e a garantia do poder de investimento estatal. Finalmente, outro ponto importante para os nacionalistas foi a interpretação estruturalista da inflação, cuja origem e formulação devem-se à inspiração cepalina⁶.

A última corrente, por sua vez, pensava os temas econômicos sob a perspectiva da revolução socialista e encontrava pontos de convergência com os desenvolvimentistas nacionalistas do setor público. De fato, os socialistas apoiavam a industrialização, a planificação, a forte presença do Estado na economia e o controle sobre o capital estrangeiro enquanto estratégias revolucionárias discutidas dentro do Partido Comunista Brasileiro. Ricardo Bielschowsky destaca, ainda, o papel da corrente em trazer à

⁵ Ver, sobre isso, Bastos(2012).

⁶ Sobre a teoria estruturalista da inflação, ver Boianovsky(2009) e a bibliografia citada no trabalho.

tona a questão das “relações de produção”, enfatizando as formas de emprego e de exploração da força de trabalho dentro da economia brasileira, especialmente no campo.

Essas considerações sobre as correntes do pensamento econômico brasileiro – justamente por orbitarem ao redor do tema do desenvolvimento econômico sob perspectiva da industrialização, do planejamento e da intervenção do Estado – precisam ser complementadas por uma compreensão das formas de disputa e da relação entre os projetos econômicos e suas correlações mais amplas com os atores sociais⁷.

O pensamento econômico brasileiro sofreu uma inflexão importante com a Revolução de 1930 e a ampliação das atividades e funções do Estado brasileiro, não apenas para enfrentar a crise econômica mundial de 1929, mas também para modificar as bases econômicas do país através de apoios à expansão e intensificação da produção industrial. Neste sentido, a nova organização do Estado e o esforço de sistematizar e veicular de forma mais coerente os objetivos do setor industrial são elementos que nos auxiliam a compreender a centralidade do pensamento econômico no Brasil no período e elucidar por que ele se manifesta em diversas correntes em disputa.

De fato, as medidas de política econômica após 1930 direcionaram-se para um esforço de reunião de informações, mapeamento e coordenação das distintas atividades econômicas nacionais. Nesse sentido, surgiram, dentro ou ao redor do Estado, diversos órgãos consultivos, corporativos, executivos, além de comissões internacionais, que buscaram responder à necessidade de uma maior intervenção econômica. Pode-se destacar, sem ser exaustivo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Superintendência da Moeda

⁷ Como aponta Maria Rita Loureiro (1997, p. 32), “desenvolvimento econômico, nacionalismo, protecionismo, defesa contra o capital estrangeiro, intervenção estatal, planejamento etc., todos os temas recorrentes nos debates políticos ideológicos dos anos 40-60 foram igualmente marcos definidores de clivagens no meio social nascente dos economistas, onde as questões teóricas se misturavam com as disputas políticas, superpondo-se oposições entre, de um lado, a direita ‘entreguista’, monetarista ortodoxa e, de outro, a esquerda nacionalista, estruturalista heterodoxa”. Ver, também, sobre os temas de debate nas décadas de 1940 a 1960, Curi (2019).

e do Crédito (SUMOC), a Carteira de Exportação e Importação (Cexim) do Banco do Brasil, o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação Nacional das Indústrias (FNI), a Comissão Abbink e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), entre muitos outros.

Neste quadro, é importante sublinhar como as correntes econômicas, e o próprio saber econômico, têm sua origem “não apenas no âmbito acadêmico das escolas de economia, mas sobretudo nos órgãos governamentais e nas instituições de pesquisa aplicada” (LOUREIRO, 1997, p. 23). Por sua vez, esse saber técnico, ou seja, “este conhecimento em suas dimensões tanto teóricas quanto instrumentais, não é consensual, mas objeto de disputas entre diferentes grupos de economistas” (*ibidem*, p. 24). Assim, as novas funções do Estado e seus órgãos de planejamento e, também, de formação econômica, têm papel fundamental na explicação das divergências e das disputas por projetos de política econômica.

Para Maria Rita Loureiro, os debates econômicos nos anos de 1950 não podem ser explicados exclusivamente sob o ponto de vista de filiações teóricas nem, tampouco, de interesses pessoais/sociais. Em sua análise, a controvérsia também é influenciada pela atuação dos economistas em posições-chave de governo, nas instituições de ensino, no acesso aos canais de divulgação do conhecimento científico e na circulação desses economistas em organismos e instituições internacionais.

Contudo, sem deixar de notar a relevância dessas considerações, os debates econômicos aconteciam em torno de problemas concretos da economia brasileira e tinham como principal objetivo a proposição de políticas econômicas que respondessem aos problemas nacionais. Nesse sentido, as disputas econômicas implicariam, entre os debatedores, três instâncias de discussão e de posicionamento frente aos principais dilemas da economia brasileira.

Primeiramente, o debate pressupunha *acorreta interpretação da conjuntura econômica*, ou seja, os argumentos econômicos em disputa encontravam sua

validade na capacidade de explicar adequadamente a realidade brasileira. Um exemplo desse tipo de debate pode ser verificado na questão da inflação entre monetaristas e estruturalistas, pois ambas as visões discutiam, de fato, qual o mecanismo causador da inflação, utilizando, para isso, argumentos de cunho monetário ou de desequilíbrios produtivos entre os setores industriais e agrícolas. O que estava em jogo, contudo, é a explicação mais completa do problema inflacionário brasileiro⁸.

Uma segunda instância do debate, relacionada à primeira, refere-se ao fato de que o *diagnóstico do presente traz consigo uma sugestão de política econômica* para combater os problemas identificados. Nesse patamar aparece o caráter mais conflituoso entre as correntes, pois é na proposta de política econômica que se revela o projeto econômico de cada grupo, sendo uma instância importante para a compreensão das posições em jogo.

Em terceiro lugar, nem o diagnóstico nem a proposição de política econômica podem prescindir de *uma teoria econômica que dê coerência e veracidade à argumentação*, sendo um elemento fundamental para a legitimação dos projetos econômicos⁹. É esse terceiro aspecto que nos interessa, pois a incursão de Caio Prado Júnior e Celso Furtado na história do pensamento econômico pode ser lida como uma estratégia de examinar e de minar os fundamentos das interpretações concorrentes no âmbito do debate econômico brasileiro. Argumentamos que a análise dos fundamentos da teoria econômica empreendida pelos dois autores tem como uma de suas finalidades a discussão das bases dos argumentos clássicos e neoclássicos (e, por extensão, liberais), sobretudo em questões como a regulação econômica pela mão invisível, o pressuposto de que o mercado pode alocar os recursos econômicos de forma a garantir o maior bem-estar para o conjunto da sociedade e, também, a possibilidade da teoria econômica fornecer uma ferramenta de uso universal, que promoveria o desenvolvimento econômico

⁸ Para o debate sobre inflação no Brasil, nos anos de 1950, ver Nunes(2005) eBoianovsky(2009).

⁹ Para uma discussão sobre essas três instâncias de discussão a respeito dos rumos da política econômica na obra de Celso Furtado, ver Silva(2015).

no Brasil. Além disso, interessa-nos examinar como esses autores abordaram a capacidade da teoria econômica em explicar experiências históricas específicas, diversas daquelas que lhes deram origem.

Diante disso, cabe-nos identificar o papel da história do pensamento econômico na obra de Celso Furtado e de Caio Prado Júnior, sobretudo em relação a dois tópicos: 1) o papel das teorias econômicas para explicar a realidade concreta na qual surgiram e sua possibilidade de generalização para situações sociais e temporais diversas; 2) o exame da economia política clássica e as bases para uma política econômica orientada para apreender realidades históricas específicas.

Celso Furtado e a história do pensamento econômico

A primeira incursão de Celso Furtado na história do pensamento econômico ocorre em seu livro *A economia brasileira (contribuição à análise do seu desenvolvimento)*, publicado em 1954. Trata-se da reunião de suas reflexões sobre a economia brasileira, desde a época colonial até os primeiros anos da década de 1950. Esse livro tem recebido crescente atenção por parte dos intérpretes, a começar pela notícia bibliográfica de Tamás Szmeracsányi publicada em 2003 no boletim da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), em que ressalta a importância da obra no conjunto da trajetória intelectual de Celso Furtado, sobretudo pelo que anuncia de *Formação Econômica do Brasil*. Esse talvez seja o motivo pelo qual considere que a “importância historiográfica desse livro vincula-se fundamentalmente a seus primeiros quatro capítulos” (SZMERACSA NYI, 2003, p. 1), omitindo, portanto, o sexto, que aborda justamente a revisão da história do pensamento econômico.

Mais recentemente, Mauricio Coutinho (2018), em trabalho específico sobre *A economia Brasileira*, destaca o aprofundamento teórico que o livro representou para Celso Furtado. Sua visão histórica seria acrescida de “um conhecimento refinado de macroeconomia, relações econômicas internacionais, fluxo de renda” (COUTINHO, 2018, p. 40). Para ele, esse trabalho

é um avanço no projeto furtadiano de aplicar a análise econômica para interpretar o desenvolvimento histórico do Brasil, elaborando a estrutura e o funcionamento dos sistemas econômicos que marcaram a evolução histórica do país. Contudo, preocupado em rastrear precisamente como a obra é um instante decisivo na construção da perspectiva de análise histórica e econômica de Celso Furtado, não se detém na questão da retomada da história do pensamento econômico feita pelo economista paraibano, ainda que essa revisão, como argumentaremos, seja importante para justificar os instrumentos e os conceitos econômicos com os quais Celso Furtado desenvolveu sua análise da economia brasileira.

Com isso, parece-nos justificado um exame mais aprofundado da leitura sobre a história do pensamento econômico que Celso Furtado apresenta em *A Economia Brasileira*. É para isso que Luiz Carlos Bresser-Pererira chama atenção, ao considerar que “talvez menos analisada seja sua contribuição à teoria econômica e à relação dela com as grandes correntes do pensamento econômico” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 225). Ele está entre os autores que ressaltam a importância – dentro do projeto furtadiano de elaboração de uma teoria do subdesenvolvimento que incorpore elementos históricos e abstrados – das discussões a respeito da teoria econômica e de seus fundamentos (*ibidem*, p. 231).

Nessa direção interpretativa, é novamente Mauricio Coutinho que destaca o papel de Furtado entre os economistas brasileiros para a “difusão do pensamento econômico no país” (COUTINHO, 2009, p. 520). Ele teria exercido o “papel de opositor das prescrições ortodoxas de política econômica para as economias latino-americanas” (COUTINHO, 2007, p. 409), pois criticou a teoria econômica ortodoxa e suas recomendações de política econômica. Portanto, a releitura da história do pensamento econômico é uma instância fundamental para a criação de uma justificativa teórica e prática para as propostas de desenvolvimento econômico defendidas por Furtado. Segundo Ricardo Bielschowsky, uma das contribuições essenciais de Celso Furtado teria sido

“consolidar, entre os desenvolvimentistas nacionalistas brasileiros, um entendimento minimamente homogêneo da problemática do subdesenvolvimento do país, equipando-os com arma teórica para combater as análises e propostas das correntes adversárias” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 133).

Examinemos agora como a releitura da história do pensamento econômico aparece em *A Economia Brasileira*. O livro traz um capítulo de fechamento intitulado “Formulação teórica do problema do crescimento econômico”, dividindo-se, por sua vez, em duas partes: um exame dos mecanismos do desenvolvimento econômico em países periféricos e uma revisão da história do pensamento econômico, intitulada “A teoria do desenvolvimento na ciência econômica”¹⁰. No conjunto da obra, esse capítulo possui um claro viés de sistematização e formulação de questões antes abordadas sob perspectiva histórica, ao longo dos cinco primeiros capítulos. Ou seja, a própria organização do livro mostrava uma preocupação em partir do concreto para o abstrato, refletindo sobre a relação entre as peculiaridades históricas e a teoria econômica. Dito de outra forma, expressava uma reflexão sobre as relações entre história e teoria econômica, direcionada pela possibilidade de generalização da experiência história brasileira (e por extensão, latino-americana) em um modelo de desenvolvimento econômico. Essa problemática teria levado Celso Furtado a revisar a história do pensamento econômico para apreender como, no desenvolvimento da disciplina, essa relação entre história e teoria econômica foi equacionada e se seria possível erigir uma teoria do desenvolvimento econômico válida para os países da periferia valendo-se das reflexões acumuladas pela teoria econômica nos últimos dois séculos. Sua incursão na história do pensamento econômico, portanto, antes de uma revisão ou uma reconstrução histórica, é um esforço de

¹⁰ Outras análises sobre o livro *A economia brasileira*, além das mencionadas: Szmeracsányi (2003), Vieira (2007) Mallorquin (2005) e Silva (2015). Parte desse capítulo sobre a história do pensamento econômico foi republicado, em 1956, em *El Trimestre Económico*.

interrogar a reflexão econômica passada para encontrar um caminho de pesquisa¹¹.

A análise de Celso Furtado sobre a construção de uma teoria do desenvolvimento econômico tem como primeiro passo a subtração do conteúdo histórico analisado nos outros capítulos do livro para “reter tão somente a mecânica geral do processo econômico do desenvolvimento” (FURTADO, 1954, p. 191). É preciso distinguir, na análise da teoria do desenvolvimento, dois componentes: um plano abstrato – a descrição formal dos mecanismos de crescimento de uma economia – e um plano histórico – no qual “tem lugar o estudo crítico, em confronto com a realidade, das categorias básicas utilizadas na análise abstrata”. Ou seja, “não basta construir um modelo abstrato e explicar como ele funciona. É indispensável, ademais, criticar em termos de realidade histórica, as variáveis estratégicas desse modelo” (*ibidem*, p. 211). Com isso, Celso Furtado reconhece o caráter formal, teórico, abstrato da teoria econômica, mas coloca, como condição de validade desse saber, o confronto com a realidade histórica.

Essa verificação merece tanto mais atenção já que, “o problema da natureza abstrata ou histórica do método com que trabalha o economista não é independente, destarte, da natureza dos problemas que o preocupam”. Nesse sentido, “o desenvolvimento econômico é essencialmente um fenômeno histórico” (*ibidem*, p. 213). Portanto, Celso Furtado descarta a possibilidade de uma aplicação automática das teorias econômicas à realidade brasileira, pois os problemas do desenvolvimento econômico só podem ser examinados em uma perspectiva histórica e concreta, testando a teoria econômica.

¹¹ Esse esforço de interrogação poderia dar origem a críticas de anacronismo, já que os autores da economia política e, depois, da revolução marginalista e seus desdobramentos no século XX não se propunham a responder aos problemas do desenvolvimento econômico, surgidos após a Segunda Guerra Mundial. Contudo, é preciso chamar atenção ao fato de que outros importantes economistas fizeram interrogações semelhantes, como é o caso de Gunnar Myrdal, cujo *Aspectos Econômicos da Teoria Política* teve sua primeira tradução na Inglaterra em 1955, um ano depois da *História da Análise Econômica* de Schumpeter. Em ambos os livros, mesmo com objetivos diversos, a teoria econômica do passado é uma fonte para respostas de problemas do presente. Este aspecto também é discutido por Maurício Coutinho (2009, p. 522) e Bresser-Pereira (2008, p. 231).

Tendo assentado esse pressuposto, o fio condutor da análise da história do pensamento econômico feito por Celso Furtado é responder: em que medida a teoria econômica, desde Adam Smith, pensou o problema do desenvolvimento, entendendo-o enquanto “um aspecto da teoria da produção” ou, em outras palavras, “ao formularem a teoria das variações a longo prazo da produção os economistas estariam, portanto, subministrando-nos uma teoria do desenvolvimento econômico” (*ibidem*, p. 215).

É a partir desta problemática que examina a chamada Economia Política Clássica, sobretudo Smith, Ricardo, Say e Mill. Para Furtado, Smith dedicou certo espaço para examinar os problemas da produção. Segundo o escocês, o crescimento de uma economia está relacionado à divisão do trabalho, que proporciona “aumento da destreza no trabalho, economia de tempo e possibilidade do uso de máquinas”. Porém, o aumento de produtividade decorrente da especialização tem limite no tamanho dos mercados e, portanto, “caímos num círculo vicioso, pois a capacidade para comerciar deveria refletir o nível de produtividade, o qual é dado pelo grau de divisão do trabalho” (*ibidem*, p. 216).

Já Ricardo ocupou-se, sobretudo, com os problemas de distribuição, uma vez que “procurava acima de tudo encontrar argumentos para combater os latifundiários de sua época” (*idem ibidem*). Assim, por não discutir diretamente a produção, Celso Furtado dá pouco espaço ao autor de *Princípios de economia política e tributação*.

A Jean-Baptiste Say é atribuída a classificação dos elementos da produção em terra, capital e trabalho, sendo o último destes a origem de todo o valor. Nesse ponto, Furtado ressalta a colocação segundo a qual a quantidade de trabalho empregada é determinada pelo montante de capital acumulado e, em consequência, “o nível dos salários reais não era arbitrário, [...] dependendo da oferta de trabalho e da capacidade de emprego da economia” (*ibidem*, p. 217). Dessa forma, a acumulação de capital assume grande importância para a explicação do desenvolvimento econômico, pois modificações nessa variável seriam responsáveis por aumentar o nível de produção

e a renda da economia. Contudo, é justamente nesse ponto que Celso Furtado encontra o principal problema da Economia Clássica, e coloca em xeque seus argumentos para a construção de uma teoria do desenvolvimento econômico:

com a acumulação o uso de equipamento tendia a aumentar, vale dizer, a proporção capital fixo teria que crescer, o que acarretaria uma maior dose de capital por operário e, portanto, uma menor quantidade de “valor” criado por unidade de capital aplicado. Essa tendência da taxa de lucro a cair desestimularia a poupança e indiretamente reduziria o ritmo de acumulação de capital. (*idem ibidem*)

Assim, o que pareceria ser a chave de uma teoria do desenvolvimento econômico para Furtado, foi interpretado pelos economistas clássicos como uma “tendência ao estado estacionário”, na formulação de J. S. Mill. Formulação tanto mais importante já que o progresso técnico teria a função de unicamente retardar “a vinda do estado estacionário, mas não evitá-la, pois a pressão para a baixa dos lucros seria cada vez maior” (*ibidem*, 218). A questão do progresso técnico, por sua vez, também é examinada por Ricardo, mas em sua análise, conquanto a elevação da produtividade aumente os custos da produção e dos salários, o principal resultado da crescente incorporação de equipamentos é aumentar a renda da terra, impedindo sua distribuição para os trabalhadores.

Dessa forma, Furtado destaca, nos economistas clássicos, os conceitos fundamentais para o desenvolvimento econômico. Ao problematizar a divisão do trabalho, o aumento de produtividade, o progresso técnico, e ao inquirir como os economistas utilizaram esses conceitos, sobretudo em uma teoria da distribuição, Furtado deixa implícito que os fundamentos da economia clássica não explicam o crescimento e o desenvolvimento das economias europeias ao longo do século XIX, mas restringem-se a uma operacionalização de conceitos abstratos, deixando de confrontá-los com as realidades históricas que pretendiam descrever.

O valor trabalho é outro tema examinado por Celso Furtado, que enfatiza como a economia clássica percebeu a existência de um excedente de produção originado do trabalho assalariado que não retornava aos trabalhadores. Os neoclássicos, por sua vez, “ignoram a existência de qualquer excedente e procuram demonstrar que cada fator recebe exatamente a ‘sua’ parte do produto”, ou seja, “a estrutura da produção estaria determinada pela disponibilidade relativa de fatores”, sendo possível o pleno emprego desde que os trabalhadores aceitassem o “salário correspondente à produtividade do seu trabalho” (*ibidem*, p. 222). Essa concepção, segundo Furtado, elimina a possibilidade do excedente econômico, conceito fundamental para o desenvolvimento. Nesse sentido, a crítica aos neoclássicos também explicita uma ausência de correlação e de confronto com a realidade histórica. Nas palavras de Furtado,

essa construção tão abstrata e tão longe da realidade num mundo de desemprego como era o século XIX, surgiu aos economistas neoclássicos como a verdade científica mais irrefutável. Desaparecia totalmente a incômoda ideia dos clássicos – à luz da nova ciência econômica transformada em superstição – de que eram de natureza distinta a remuneração do trabalho e a do capital. (*ibidem*, p. 223)

Ou seja, Celso Furtado capta o surgimento de uma teoria do pleno emprego no momento em que o desemprego abunda na Europa, enfatizando, assim, sua preocupação em examinar a história do pensamento econômico a partir do confronto entre as teorias econômicas e as realidades históricas. Dessa forma, percebemos que os fundamentos das teorias clássicas e neoclássicas – valor-trabalho, acumulação de capital, excedente econômico, incorporação de progresso técnico e aumentos de produtividade – não apareceram enquanto elementos capazes de explicar o processo histórico de aumento da produtividade, elevação do produto real e o desemprego europeu, ou seja, não explicavam as transformações pelas quais passavam a economia durante o século XIX. Para Celso Furtado, a formulação de uma teoria do desenvolvimento econômico que apontasse caminhos para a adoção de políticas econômicas no Brasil e na América Latina pressupunha

uma nova formulação conceitual, abandonando a construção teórica da economia ao longo do século XIX. Escusado dizer, conseqüentemente, que políticas econômicas formuladas tendo por base o instrumental clássico e neoclássico teriam pouca validade enquanto soluções para o problema do desenvolvimento econômico.

Em sua concepção, as livres forças de mercado não teriam condições de conduzir o processo de industrialização brasileira, sendo necessária a intervenção do Estado para viabilizar a criação de indústrias, ampliar a estrutura produtiva e, com isso, estimular a passagem da agricultura de subsistência para uma agricultura com maior produtividade, como forma de diminuir o custo real dos salários. Esse conjunto de medidas resultaria em um aumento da produtividade social da economia e uma distribuição do excedente econômico, realimentando os investimentos industriais, única forma de superar a tradição primário-exportadora da economia brasileira.

Dessa forma, somente a elaboração de uma teoria econômica que incorporasse a realidade dos países periféricos seria capaz de explicar seus problemas e apontar soluções de política econômica baseadas na compreensão histórica dos países da América Latina.

Assim, a incursão de Celso Furtado na história do pensamento econômico permite identificar sua preocupação com o desenvolvimento econômico e os caminhos para sua implantação no Brasil. De fato, sua leitura, longe de ser didática, interroga os autores do passado com uma problemática do presente, evidenciando que os dilemas contemporâneos exigiam uma solução criativa. Nesse sentido, a leitura de Celso Furtado sobre o pensamento econômico brasileiro é parte da mesma preocupação que o fez perscrutar o passado colonial brasileiro para compreender as raízes do subdesenvolvimento no Brasil.

Desse modo, destacamos em sua análise a abordagem da economia clássica e neoclássica, pois nela estão os pressupostos do liberalismo econômico e dos automatismos das forças de mercado, argumentos que serão mobilizados – evidentemente de forma mais refinada – pelos liberais para

restringir a intervenção estatal, garantir que a iniciativa privada e o sistema de preços sejam os principais responsáveis pela alocação de recursos e investimentos e, finalmente, assegurar que a validade da teoria das vantagens comparativas do comércio internacional não seja ameaçada por indústrias artificiais. Diante desse quadro, parece-nos, a leitura da história do pensamento econômico foi motivada pelas discussões do presente.

Cabe destacar, ainda, que essa revisão será cada vez mais aprofundada na obra de Celso Furtado, sempre em constante diálogo com os diagnósticos do presente e com as (re)formulações da teoria do subdesenvolvimento. Com efeito, essa reflexão será mantida no livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), com a adição de um item sobre a teoria econômica marxista. Nas edições posteriores desse livro, sob o título de *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967), esse procedimento continuou sendo ampliado, demonstrando a estreita relação estabelecida entre formulação de uma teoria do desenvolvimento econômico e a reflexão sobre as bases do conhecimento econômico.

Caio Prado Júnior e a história do pensamento econômico

Segundo Fernando Novais (1983), a problemática básica da obra de Caio Prado Júnior consiste na “identidade nacional” e nas “mudanças inscritas no processo histórico”. Em decorrência disso, é comum que a maioria dos estudos sobre Caio Prado Júnior enfatize o papel de *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) no conjunto de sua obra, dada sua evidente relevância teórico-metodológica (IUMATTI, 2007, p. 17-18). Porém, pouco se discute o papel que o autor atribuiu à teoria econômica e à história do pensamento econômico em certo momento de sua trajetória intelectual. A primeira obra que trouxe essa discussão foi *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, publicada em 1954, evidenciando a preocupação e a insatisfação de Caio Prado Júnior em relação à inadequação das teorias econômicas convencionais nos países subdesenvolvidos. Essa obra consiste na tese escrita para concorrer à cadeira de Economia Política da Faculdade de Direito da

USP e volta e meia é citada pelos intérpretes de Caio Prado. Embora seja a primeira a discutir o tema, posteriormente, em 1957, publicou *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*, obra ainda pouco debatida no âmbito dos estudos sobre Caio Prado Júnior. Trata-se, contudo, de um trabalho crucial para compreender a intervenção do autor na discussão sobre política econômica no Brasil, tema que ganha espaço em sua obra nos anos 1950 e 1960, ao lado das reflexões sobre os problemas agrários e a denominada “Revolução Brasileira”. Além disso, a reflexão econômica irá reaparecer no final da década de 1960, com o livro *História e desenvolvimento* (1968). Esse último livro, resultado da Tese de Livre-Docência para a Cátedra de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ajuda a lançar luz sobre a perspectiva do desenvolvimento e as críticas às teorias econômicas, já que nele Caio Prado aponta a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. Contudo, por se tratar de uma obra publicada na década de 1960, não analisamos nesse trabalho, mas referências podem ser encontradas em Battahin (2016)¹².

Os estudos sobre Caio Prado Júnior, no entanto, enfatizam, sobretudo, sua militância política e sua produção historiográfica, sem levar em conta o papel que a economia/ crítica à teoria econômica representou em suas intervenções nos debates sobre o desenvolvimento econômico. Muitos são os trabalhos sobre a trajetória política e o marxismo de Caio Prado Júnior (PERICÁS, 2018 ; FERNANDES, 1995; IUMATTI, 2007; COUTINHO, 2007; RICUPERO, 2000; SECCO, 2007). Esses trabalhos relatam que Caio Prado ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1931, buscando apoiar a classe trabalhadora, pois sempre esteve ligado a movimentos marxistas em defesa do operariado. Seu caráter militante foi reforçado quando, em 1935, torna-se vice-presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Ao lado

¹² Battahin (2016, pp. 19-20) aponta a hipótese de que Caio Prado conclui em *História e Desenvolvimento* a análise que iniciou em *Esboços dos Fundamentos da Teoria Econômica*. Em 1968 foi além de elucidar que não existe uma teoria pronta para países como o Brasil e salientou a necessidade da interpretação histórica dos problemas brasileiros explicados pelo passado e desconsiderados pelas teorias clássicas que nos foram impostas.

dessas discussões, encontramos pesquisadores como Paulo Teixeira Iumatti, que dedicou, em 2007, uma obra para discutir a trajetória intelectual de Caio Prado Júnior. Interrogando-se sobre a relação entre a trajetória intelectual e biográfica de Caio Prado, deparamo-nos com um silêncio a respeito das discussões colocadas pela obra *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. Para o autor, nos anos 1950 e 1960, “Caio Prado Jr. manteve a geografia como uma de suas principais áreas de interesse e de pesquisa” (IUMATTI, 2007, p. 165).

Para Renato Perim Colistete (1990), a obra de 1957 consiste basicamente na crítica de Caio Prado Júnior aos modelos abstratos de desenvolvimento, principalmente ao modelo da CEPAL. A importância da abordagem histórica do desenvolvimento econômico é evidenciada, porém não há um direcionamento à importância da teoria econômica.

João Antônio de Paula (2006, p. 3-4), por sua vez, ao discutir o surgimento, nos anos 1950, de perspectivas críticas que “apontavam os limites do pensamento econômico convencional” e a busca por “uma economia política dos países subdesenvolvidos”, destacou *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, de 1954, porém, nenhuma alusão é feita à obra de 1957.

Dessa maneira, reiteramos a necessidade de abordar a obra *Esboço dos fundamentos da teoria econômica* (1957) enquanto instância importante das discussões levadas a cabo por Caio Prado Júnior nas décadas de 1950 e 1960, sobretudo suas considerações sobre teoria econômica e história do pensamento econômico. Trata-se de uma análise aprofundada da gênese do capitalismo, indo da troca de bens até o processo de mercantilização desses bens, aí incluída a força de trabalho. Ao esmiuçar a evolução das relações econômicas, Caio Prado Júnior examinou a forma como os economistas analisaram e interpretaram o sistema capitalista e como essas análises traduzir-se-iam posteriormente em normas de política econômica, a saber, a escola clássica, a socialista e a keynesiana.

Ao realizar essa discussão, Caio Prado Júnior permanece próximo do vocabulário e arcabouço de análise marxista, que busca interpretar a economia

sob o ponto de vista do proletariado, visando à transformação e destruição do sistema capitalista (PRADO JÚNIOR, [1957] 1961, p. 59). Isso fica evidente no exame da lei do valor e do funcionamento do sistema capitalista, que, segundo o autor, consiste na passagem constante da produção ao consumo e do consumo à produção. Há, então, uma troca da força de trabalho por meios de subsistência: o salário. Porém, “o valor de troca da produção realizada é superior ao valor de troca dos bens ou mercadorias que se invertiram na produção”, ou seja, “a força de trabalho adquirida pelo capitalista produziu mais que os meios de subsistência pelos quais foi trocada”. No sistema capitalista a produção – que em outros modos de produção significava o suficiente para a subsistência – passa a ser maior devido ao progresso tecnológico, superando em muito o valor para a subsistência. Nesse processo, contudo, a força de trabalho acrescentou um excedente à “massa de bens invertidos na produção” graças às características específicas de produção, e esse acréscimo é retido pelos capitalistas na forma de mais-valia (*ibidem*, p. 48-49).

Caio Prado se refere à abordagem de Adam Smith e David Ricardo como “teoria econômica clássica, ortodoxa ou vulgar”. Essa teoria tem um caráter “praticista” e se inspira na “experiência e nas necessidades teóricas imediatistas da classe dominante dos capitalistas e empresários da produção” (*ibidem*, p. 70).

Para Caio Prado Júnior, as condições favoráveis que impulsionaram o progresso capitalista e que permitiram uma condição de bem-estar econômico da sociedade ficaram no passado, já que a história, diferentemente do que a teoria ortodoxa prega, é transitória e não permanente (*ibidem*, p. 78). Ainda segundo o autor, nem a teoria clássica e nem “sucessores mais recentes do chamado neoclassicismo” levam em conta as profundas transformações sofridas pelo sistema capitalista e ambos pautam a maioria de suas análises na primeira fase do capitalismo. O capitalismo do século XX passou a apresentar diferenças, principalmente estruturais, que precisam

ser consideradas para que a economia política não se distancie do mundo real, transformando-se em algo abstrato (*ibidem*, p. 139).

Esta não deve reproduzir ou basear-se em uma fase passada do capitalismo, mas considerar o “capitalismo trustificado”, que já não apresenta mais, principalmente nas nações subdesenvolvidas, “os atrativos e a força irresistível que o acompanhava em sua fase histórica em que não encontrava ainda substituto e se impunha como vanguardeiro do progresso” (*ibidem*, p. 187).

Assim, a originalidade de *Esboço dos fundamentos da teoria econômica* foi avançar em aspectos já discutidos e intuídos em sua obra: o uso inadequado de teorias econômicas desenvolvidas e formuladas nos países capitalistas em economias periféricas, com características específicas. A teoria econômica do capitalismo, quando transportada para os países subdesenvolvidos, evidencia o caráter periférico e complementar dos mesmos, tendo como fundamento os interesses privados representados pelos grandes trustes internacionais (*ibidem*, p. 189-194). Ou seja, a transposição da teoria econômica serviria para garantir os interesses dos conglomerados estrangeiros. Nesse sentido, ao criticar as bases e os fundamentos da teoria econômica, ao demonstrar que essas foram elaboradas para explicar uma realidade diferente daquela dos países periféricos, Caio Prado Júnior indica a necessidade de uma nova economia política, de uma nova teoria econômica, erigida das características e peculiaridades da formação história do Brasil e, por extensão, da América Latina. Se em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) os dilemas do presente foram examinados em perspectiva histórica, dialética, neste momento, o corolário básico de sua obra, a construção de uma Nação moderna, passa pela elaboração de uma teoria econômica ou de uma economia política que incorpore em seus pressupostos teóricos a realidade história da formação nacional peculiar do continente latino-americano.

Dessa maneira, Caio Prado Júnior, assim como Celso Furtado, aborda a história do pensamento econômico com a preocupação de compreender em que medida essas teorias expressavam ou não a realidade para a qual foram elaboradas. No cerne dessa discussão está a interrogação sobre a

possibilidade de utilização das teorias econômicas elaboradas no século XIX, em países periféricos como o Brasil, sem a mediação de qualquer análise das condições históricas e sociais específicas de cada país.

A incursão de Caio Prado Júnior pela história do pensamento econômico teve como objetivo evidenciar a relação intrínseca entre a formulação da economia política clássica e a conjuntura em que viviam, por exemplo, Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx. Assim, o problema da periferia é que ela não deu origem a uma teoria econômica apropriada para sua realidade, mas se valeu de teorias elaboradas em outro contexto histórico e social. Portanto, o esforço do autor é escrever as bases para uma teoria econômica do subdesenvolvimento (PRADO JÚNIOR, [1957] 1961, p. 211-224).

Caio Prado Júnior denuncia a presumida universalidade da teoria econômica, enfatizando que não existe uma ciência econômica que tenha princípios e leis aplicáveis de forma absoluta. A acumulação de capital e sua reprodução condicionam e promovem o desenvolvimento capitalista e o progresso tecnológico no centro. Já a acumulação, nos países subdesenvolvidos, impulsiona atividades alheias, não havendo nenhum estímulo interno. Em consequência, a formação de capitais nesses centros periféricos é destinada ao exterior através das importações que sugam o poder aquisitivo interno, desequilibrando produção e consumo (*ibidem*, p. 211-224).

A falta de produção interna faz com que o investimento, além de depender da acumulação, dependa também da disponibilidade de recursos em moeda internacional, gerando uma situação especial no funcionamento das economias subdesenvolvidas, questões essas que não estão presentes nas teorias econômicas tradicionais. O processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, no que diz respeito à acumulação e à inversão, possui aspectos peculiares que as teorias econômicas correntes não consideram – aspectos como a especialização na produção de gêneros primários destinados à exportação de algumas necessidades, como as manufaturas via importação (*idem ibidem*).

Ora, nessa discussão, podemos ver a preocupação com as bases sociais, com as características históricas dos países dependentes e, porque não, do sentido da colonização. A proposta de Caio Prado é produzir uma nova teoria econômica que poderia ser aplicada nesses países com características peculiares, levando em conta suas especificidades. Os países periféricos não devem deixar de ser considerados participantes do sistema capitalista, mas integrados ao mesmo, estruturando-se numa economia própria e nacional. Como colocado por Caio Prado Júnior,

uma nova teoria econômica que leve em conta as circunstâncias específicas das economias subdesenvolvidas, a par das perspectivas que se abrem para a sua evolução, considerará esses países não como participantes do sistema internacional do capitalismo, nele necessariamente integrados e sofrendo-lhe as contingências, e sim do ângulo de sua libertação desse sistema e da estruturação neles de uma economia própria e nacional. (*ibidem*, p. 224)

Assim, *Esboço dos fundamentos da teoria econômica* faz uma leitura/ reflexão aprofundada da teoria econômica. Essa obra é, podemos dizer, uma “ruptura” em relação às publicações de grande fôlego dos anos 1930 e 1940¹³, que trabalham na reconstituição e análise da “história da formação social no Brasil” alicerçadas sob preceitos metodológicos marxistas (NOVAIS, 2005, p.284). A obra de 1957 parte de uma metodologia completamente diferente: admite-se que há uma passagem da preocupação com a formação social brasileira para a reflexão econômica, esta última enquanto alicerce para uma compreensão e transformação do presente. Dessa forma, a discussão sobre a formação da Nação e os dilemas sociais brasileiros, que até os anos 1930 e 1940 eram elemento-chave para diagnosticar o presente e sugerir mudanças, passa a receber uma reflexão a partir do instrumental econômico para propor formas de superação do passado colonial, em consonância com a conjuntura político-econômica da década de 1950.

Essa passagem do social para o econômico pode ser explicada pelos debates intelectuais dos anos 1950, período de grandes disputas sobre a implantação

¹³ Pensamos, sobretudo, em *Evolução política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)* (1942) e *História econômica do Brasil* (1945).

de políticas econômicas, como vimos acima, tornando-se a economia o principal instrumental de conhecimento para compreender o presente, ao contrário da análise social que predominou nos anos de 1930 e 1940, nos quais a chave de acesso para se compreender a realidade brasileira era através das ciências sociais (MELLO E SOUZA, 1984, p. 27- 36)¹⁴.

Em nossa interpretação, Caio Prado Júnior teve como objetivo na obra *Esboço dos fundamentos da teoria econômica* abordar a teoria econômica, e com isso, a história do pensamento econômico, com o intuito de pensar a nação, ou seja, de fortalecer a ideia de que é necessário criar uma teoria econômica que leve em consideração as especificidades dos países subdesenvolvidos¹⁵. Mesmo com uma publicação voltada ao debate da teoria econômica, Caio Prado não abandona a perspectiva histórica. Como afirma Novais (2005, p. 293), “sua obra vai se desdobrando na reflexão filosófica, na análise econômica e no ensaísmo político, mas, a nosso ver, mantendo sempre o primeiro referencial”, ou seja, os “desvios” buscam novas fontes para enriquecer sua visão de historiador. Foi isso o que o autor fez em 1957: buscou um novo arcabouço teórico a partir da revisão e da crítica aos fundamentos da teoria econômica.

Conclusões

Buscamos abordar um aspecto pouco estudado pela bibliografia de Celso Furtado e de Caio Prado Júnior: as incursões na história do pensamento econômico como uma importante ferramenta argumentativa para os debates que ocorriam na década de 1950 na economia brasileira. Chamamos atenção não apenas ao conteúdo de tal reflexão, mas em como ela reitera

¹⁴ Uma reflexão sobre a passagem das reflexões dos chamados intérpretes do Brasil, da geração de 1930, para as reflexões dos anos de 1950, quando a sociologia acadêmica e a economia ganham importância, foi examinada em Arruda (2001) e em Alencastro (2009).

¹⁵ “Em outras palavras, o que se propõe aos países subdesenvolvidos é superar o estatuto em essência e fundamentalmente colonial de sua economia, e se reestruturarem em bases propriamente nacionais. Mas para realizarem isso, impõem-se uma política econômica inspirada em concepções em que eles hoje se acham. O que requer uma nova teoria econômica” (PRADO JÚNIOR, [1957] 1961, p. 212).

procedimentos metodológicos presentes no conjunto da obra dos autores. Ademais, resgatamos dois livros que apenas recentemente vêm sendo incorporados à análise da obra destes autores.

No caso de Celso Furtado, por exemplo, seu capítulo sobre a história do pensamento econômico foi ampliado ao longo do tempo. Ele é mantido em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), acrescido de um novo item, mais denso, sobre a teoria econômica marxista e terá atualizações e revisões nas sucessivas edições de *Teoria e política do Desenvolvimento econômico*, a partir de 1967. Podemos aventar, portanto, que a investigação sobre a história do pensamento econômico é um objeto permanente de sua reflexão sobre a teoria do desenvolvimento. Não é fortuito que esse ainda seja o caso para *Prefácio à nova economia política*, de 1976. Rastrear as nuances, as retomadas e os acréscimos que cada uma dessas obras apresenta sobre a história do pensamento econômico não cabe nos limites deste artigo, mas é um tema de pesquisa que nos parece frutífero.

Também Caio Prado Júnior desdobrou suas reflexões sobre a história do pensamento econômico passando de uma análise histórica da economia brasileira para uma análise das teorias econômicas em *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. Seu intuito foi explicitar o papel inapropriado das teorias econômicas no contexto brasileiro, exibindo seu incômodo em relação aos modelos teóricos que não contemplavam essa realidade. Nesse projeto, estava incluída, também, uma crítica ao tipo de desenvolvimento que se processava no período.

Celso Furtado abordou a história do pensamento econômico com uma interrogação muito precisa: o que os economistas do passado podem nos ensinar sobre o desenvolvimento econômico. Com isso, as inquietações do presente brasileiro estimularam sua reflexão sobre o passado. Esforço somente aparentemente anacrônico, para usarmos a linguagem do historiador, pois, para Celso Furtado, o seu projeto ainda está inserido justamente na construção de uma teoria econômica, específica para os países

subdesenvolvidos, dada a insuficiência teórica que encontrou nos trabalhos de seus predecessores.

De forma semelhante, Caio Prado Júnior procurou nos trabalhos dos economistas do século XIX motivações para compreender o funcionamento da economia brasileira, como uma forma de encontrar mecanismos para superar sua herança colonial. Considerado por Fernando Novais (2005, 2012) o historiador que mais se preocupou em evitar o anacronismo em história, interroga o pensamento econômico como uma herança a ser superada na construção de uma economia política para os países periféricos. Sua constatação da incapacidade de seus predecessores em responder aos dilemas do presente o levou a buscar uma nova economia política.

Ambos os autores identificaram a impossibilidade da teoria econômica explicar a realidade histórica dos séculos XIX e XX, enfatizando como as interpretações dos clássicos da economia política emergiram de um arcabouço conceitual que não descrevia a realidade econômica vivida. Daí que ambos tenham enfatizado, também, a necessidade de criação de uma nova economia política e uma nova teoria do desenvolvimento econômico, baseada na realidade dos países periféricos, coloniais ou subdesenvolvidos. A própria reiteração da necessidade de uma teoria econômica específica para essas nações trazia consigo um forte conteúdo combativo, impugnando teorias abstratas e não comprometidas com a explicação das realidades históricas. Essa preocupação, por sua vez, demonstra a estatura e o calibre de duas das mais importantes figuras da vida intelectual do período, e seu empenho em balizar suas propostas em uma reflexão radical sobre o conhecimento econômico, algo que não foi tentado por outros debatedores do período. Ao negarem os fundamentos da teoria econômica clássica, os dois autores intervinham no debate econômico brasileiro justamente ao minar as bases e os alicerces dos economistas liberais, estes, sim, inspirados na regulação pelo mercado, na teoria das vantagens comparativas, na vocação agrária do país.

Nesta análise, também, é possível perceber as divergências entre os autores. Celso Furtado discutiu conceitos mais próximos às teorias do

desenvolvimento econômico que surgiam nos anos de 1950: excedente, progresso técnico, acumulação de capital. Já Caio Prado Júnior, ainda que tenha se valido de um vocabulário da teoria do desenvolvimento econômico e mesmo da CEPAL, fez uma leitura mais próxima de Marx, enfatizando a teoria do valor-trabalho e os caminhos e descaminhos que ela sofreu ao longo do século XIX. Além disso, ambos tinham visões particulares sobre a formação da economia brasileira e dos problemas do presente, cujas nuances e diferenças merecem estudo exclusivo.

Finalmente, um diálogo mais direto sobre a teoria do desenvolvimento econômico entre os dois autores não ocorreu na década de 1950. A despeito de Caio Prado Júnior levantar críticas à obra de Keynes neste livro de 1957, é somente em 1961 que Celso Furtado irá publicar sua crítica à teoria marxista. Por sua vez, Caio Prado Júnior também fez incursões na teoria do desenvolvimento econômico: em 1954, com *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, e depois, em *História e desenvolvimento*, de 1968. Contudo, há poucas referências diretas entre eles, e a reconstituição de um diálogo crítico permanece uma tarefa para futuras pesquisas. Com isso, reiteramos a necessidade de investigações que considerem as controvérsias e as disputas em torno do desenvolvimento do país enquanto uma instância fundamental para compreendermos a dinâmica do pensamento econômico brasileiro.

Referências

- ALENCASTRO, Luís Felipe. "Introdução". In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa: 50 anos. Organização de Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura*. São Paulo no meio século XX. Bauru: EDUSC, 2001.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A construção do nacionalismo econômico de Vargas. In: BASTOS, P. P. Z. & FONSECA, P. C. D (orgs.). *A Era Vargas*. Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- BATTAHIN, J. F. "Caio Prado Júnior e a crítica à teoria econômica: uma análise de Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica". In: 6ª Conferência Internacional de História Econômica & VIII Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, 2016. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/uploads/Textos%20Encontro%20P%C3%B3s%20ABPHE%202016/janaina_battahin.pdf>. Acesso em 25 de janeiro de 2020.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. "Ideologia e desenvolvimento: Brasil, 1930-1964". In: LOUREIRO, Maria Rita. *50 anos de ciência econômica no Brasil*. Pensamento, instituições, depoimentos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.
- _____. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BOIANOVSKY, Mauro. "Celso Furtado and the structuralist-monetarist debate on economic stabilization in Latin America". In: Anais do XXXVII Encontro Nacional de Economia, Foz do Iguaçu, 2009.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. "Celso Furtado e a Teoria Econômica". In: FURTADO, Celso. *Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2008 (Arquivos Celso Furtado, v. 2), p. 225-246.
- CANO, Wilson. "Crise de 29, soberania na política econômica e industrialização". In: BASTOS & FONSECA (orgs.). *A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.
- COLISTETE, Renato P. *O desenvolvimentismo e seus críticos: as ideias da CEPAL e de Caio Prado Jr. sobre a internacionalização econômica nos anos 50*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990, 310f.
- COUTINHO, Maurício Chalfin. "Celso Furtado e a crítica da teoria econômica". In: SABOYA, João. *et alli* (orgs.). *Celso Furtado e o século XXI*. Rio de Janeiro, Manole, 2007a, p. 409-429.
- _____. "Incurções Marxistas". In: SZMERACSÁNYI, T. & COELHO, F. S. *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007b.
- _____. "Fortuna Crítica". In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa: 50 anos. Organização de Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 519-544.
- _____. "A Economia Brasileira (1954), de Celso Furtado", *História e Economia - revista interdisciplinar*. Brazilian Business School. v.18, n. 1, p. 39-61, São Paulo/Lisboa, 2017.
- CURI, Luiz Felipe Bruzzi. "Planejamento, industrialização e desenvolvimento na historiografia do pensamento econômico brasileiro: notas preliminares". In: COSENTINO, D. DO V. & GAMBÍ, T. F. R. (org.). *História do pensamento econômico: pensamento econômico brasileiro*. Niterói-São Paulo: Eduff-Hicitec, 2019, p. 247-281
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. "Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930". In: BASTOS, P. P. Z. & FONSECA, P. C. D (orgs.). *A era Vargas*. Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.

FURTADO, Celso. *A economia brasileira*. (Contribuição à análise de seu desenvolvimento). Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.

_____. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa: 50 anos. Organização de Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GRESPLAN, Jorge. "A teoria da história em Caio Prado Jr.: dialética e sentido", *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 47, p. 57-74, set. 2008.

IUMATTI, Paulo. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LOUREIRO, M. R. *Economistas no governo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. [1993] São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido. "A revolução de 30 e a cultura". In: *idem. A educação pela noite e outros estudos*. São Paulo: Ática, 1984.

MORAIS, Reginaldo. *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as ideias da Cepal*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

NOVAIS, Fernando Antônio. "Caio Prado Jr., Historiador", *Novos Estudos CEBRAP*, v. 2, p. 66-70, São Paulo, jul. 1983.

_____. "Sobre Caio Prado Júnior". In: *idem. Aproximações*. Estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

_____. "Entrevista". In: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo* (Colônia). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NUNES, Antônio José Avelãs. *Industrialização e desenvolvimento: a economia política do modelo brasileiro de desenvolvimento*. São Paulo : Quartier Latin do Brasil, 2005.

PAULA, João Antônio de. "Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro", *Revista Pesquisa & Debate*, vol. 17, n. 1, p. 1-19, São Paulo, 2006.

PERICÁS, Luiz Bernardo. "Breve esboço sobre a trajetória política do militante comunista Caio Prado Júnior". Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/09/L-Peric%C3%A1s-CPjr.pdf>>. Acesso em 17 de junho de 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, [1957] 1961.

_____. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo* (Colônia). São Paulo: Brasiliense, [1942] 2011.

REIS, José Carlos. "Anos 1960: Caio Prado Jr. e 'A Revolução Brasileira'", *Revista Brasileira de História*, vol. 19, n. 37, p. 245-277, São Paulo, 1999.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000.

SECCO, Lincoln. "O Marxismo de Caio Prado Jr.", 2007. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2007/09/01/o-marxismo-de-caio-prado-jr/>>. Acesso em 17 de junho de 2019.

SILVA, Roberto Pereira. *Celso Furtado, entre a história e a teoria econômica (1948-1959): uma interpretação historiográfica*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas*. Desenvolvimento, estabilidade e populismo: São Paulo: Fapesp, Edusp, 1998.

SZMERACSÁNYI, Tamás. “Cinquentenário de A Economia brasileira de Celso Furtado”. In: *Boletim Informativo da ABPHE*, dezembro de 2003.

VIEIRA, Rosa Maria. *Celso Furtado: reforma política e ideologia (1950-1964)*. São Paulo: Educ, 2007.

LUCAS BRESSAN

FINANCEIRIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO
SUPERIOR PRIVADA: UMA ANÁLISE DO
FENÔMENO NOS GOVERNOS LULA E DILMA

Recebido em 29/10/2019

Aprovado em 15/11/2019

FINANCEIRIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA: UMA ANÁLISE DO FENÔMENO NOS GOVERNOS LULA E DILMA

Resumo

Esse artigo busca constatar e analisar a financeirização da educação superior privada brasileira nos governos Lula e Dilma, apurando suas principais características. É inicialmente realizada uma conceituação geral do fenômeno por meio de *sentidos* específicos, posicionando a questão abordada e a forma pela qual esse atualmente se manifesta no Brasil. Utilizam-se, então, os *sentidos* previamente definidos para apontar a financeirização ocorrida na educação superior privada em períodos recentes. Essa é apresentada por duas óticas: de um lado, um maior endividamento das famílias através de um crédito educacional subsidiado pelo governo, e, de outro, grandes conglomerados educacionais com atitudes de mercado altamente agressivas, em busca de uma valorização acionária rápida e constante. O papel do Estado é visto como fundamental nesse processo, tanto através de um custoso sistema de crédito educacional (FIES), quanto de um subsídio direto e expressivo às empresas educacionais (PROUNI). O que se encontra é um crescente número de alunos beneficiados e progressivamente endividados, anexo a uma forte mudança nesse setor, com grande número de fusões e aquisições, acompanhada de uma concentração de mercado *pari passu* a entrada dessas grandes corporações no mercado acionário. Essas características corroboram ao menos dois dos sentidos apresentados, permitindo uma conclusão crítica desse processo.

LUCAS BRESSAN

Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp e doutorando em Economia pela UFRJ.

E-mail: lucas.bressan@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2514-5911>

Palavras-chave: financeirização; política social; Brasil; educação superior; FIES; PROUNI

Abstract

This article aims to verify and analyze the financialization of Brazilian private higher education in Lula and Dilma governments, ascertaining its main characteristics. It is initially made a general conceptualization of the phenomenon through specific *meanings*, positioning the issue addressed and the way in which it currently manifests itself in Brazil. Therefore, the previously defined *meanings* are used to point out the financialization that occurred in private higher education in recent periods. This is presented from two perspectives: on the one hand, higher household indebtedness through government-subsidized educational credit, and on the other, large educational conglomerates with highly aggressive market attitudes, seeking fast and constant stock appreciation. The role of the state is seen as fundamental in this process, both through a costly educational credit system (FIES) and a direct and significant subsidy to educational enterprises (PROUNI). What is found is a growing number of benefited and progressively indebted students, attached to a strong change in this sector, with many mergers and acquisitions, accompanied by a market concentration *pari passu* the entry of these large corporations into the stock market. These characteristics corroborate at least two of the presented meanings, allowing a critical conclusion of the process.

Keywords: financialization; social policy; Brazil; higher education; FIES; PROUNI

I. Introdução

Considerando a atual configuração, *financeirizada*, do capitalismo contemporâneo, esse trabalho se propõe a analisar o fenômeno da financeirização da educação superior privada brasileira, sem a ambição de esgotar o tema, durante os governos Lula e Dilma (2003-2016). Parte-se da hipótese de que o processo de financeirização geral, ocorrido em escala mundial, expressa-se no Brasil de um modo específico, porém alinhado ao de outros países, tendo relevância crescente na política social, na qual o sistema de educação superior se destaca como elemento representativo. Buscar-se-á, então, apontar os indícios e a forma pela qual esses elementos interagem e, por suposto, expressam-se no caso brasileiro.

Tendo esse fim em mente, esse artigo se divide em duas partes. Na primeira é analisada, de forma geral, o conceito de *financeirização*. Busca-se demonstrar, através de uma rápida revisão bibliográfica, como os diversos autores enxergam esse fenômeno e como ele pode ser categorizado. Faz-se então breve observação do caso brasileiro e do papel da política social nesse processo. Isso permite a visão do fenômeno em três prismas específicos, capazes de sintetizar sua complexidade.

Na segunda é realizada uma análise com foco no caso emblemático da educação superior privada nos governos Lula e Dilma. Inicia-se com uma breve passagem pelas bases na qual esse fenômeno se solidificou, com destaque para as mudanças políticas e regulatórias. Segue-se então para um exame pautado na ótica da ampliação do endividamento dos alunos. Para isso, realiza-se, inicialmente, uma síntese do funcionamento do “Fundo de Financiamento Estudantil” (FIES), que é apontado como elemento central nesse processo. Uma gama de dados empíricos, de fontes diversas (primárias e secundárias), seguido de uma análise da evolução do setor, contribui para apontar os impactos sobre a vida dos alunos.

O exame da financeirização das empresas brasileiras de ensino superior dá continuidade a essa seção. O papel do “Programa Universidade para

Todos” (PROUNI) é destacado, apontando sua importância no processo de recuperação e incentivo a esse mercado. Esse movimento é intensificado através da complementaridade com o FIES, dando força a um processo de financeirização das corporações de ensino superior. Os componentes dessas transformações são analisados, com destaque para as mudanças na atuação das empresas desse setor e com uma breve menção as suas *performances* acionárias.

Chega-se, assim, às considerações finais, onde se procura resumir e articular o conteúdo exposto ao longo do trabalho. Indica-se como dois dos *sentidos* da financeirização aqui apresentados se ligam ao caso do ensino superior privado brasileiro, tanto por uma ótica dos alunos, quanto das grandes corporações desse setor, reforçando a hipótese da financeirização desse segmento.

2. O processo de financeirização e seus três *sentidos*

Compreender o capitalismo contemporâneo, e, especialmente, sua formatação em um país periférico como o Brasil, não é tarefa simples. As inúmeras transformações pelas quais a economia mundial passou nas últimas décadas acarretaram mudanças no regime de acumulação existente nas nações, no funcionamento das empresas e, de forma muito significativa, na organização social. É dessa busca pela compreensão e interpretação do novo que surge o conceito de financeirização. Este, quando transposto para a esfera nacional, adquire características próprias. É o caso do processo de financeirização da economia brasileira (BRUNO *et alii*, 2012; MIDIALDEA, 2010) e das políticas sociais no Brasil (LAVINAS, 2017), com destaque para o caso da saúde (SESTELO & BAHIA, 2013), da habitação (ROLNIK, 2013) e, especialmente, do ensino superior privado (CARVALHO, 2017; BRESSAN, 2018).

Gestada no campo da heterodoxia econômica, extensiva a outras áreas das ciências sociais, a ideia de financeirização apenas recentemente vem sendo incorporada pelo *mainstream* econômico. Os que se debruçaram sobre esse

conceito, desde os anos 1990, adotam sentidos diversos em suas análises (VAN DER ZWAN, 2014). De um lado, há aqueles que buscam enxergar o fenômeno como um novo regime de acumulação (AGLIETTA, 1995; KRIPPNER, 2005; CROTTY, 2005), liderado pelas finanças, com foco na obtenção de rendas financeiras, muitas vezes apartadas do lado puramente produtivo das empresas, do comércio e da produção industrial. De outro, há um conjunto de estudos apoiados no lado microeconômico, com uma análise voltada à financeirização da corporação moderna (LAZONICK & O’SULLIVAN, 2000; BLACKBURN, 2006), dominada por um novo *ethos* corporativo, baseado na valorização acionária.

Há ainda um terceiro prisma, de grande relevância, pelo qual o fenômeno pode ser analisado, compreendendo a subsunção da vida cotidiana pela financeirização (ERTURK *et alii*, 2007; LAVINAS, 2017). O mote da “*democratização das finanças*” se dá no surgimento do “*cidadão-investidor*”. Este, influenciado por uma nova “*subjetivação contábil e financeira*”, tem sua vida transformada em um “*ativo a ser administrado*” (MARTIN, 2002). Tal sentido é importante não só por sua capacidade de demonstrar a essência da nova organização social e individual, mas, especialmente, por apontar a forma pela qual os regimes de bem-estar foram sendo transformados e, ao mesmo tempo, forjaram na sua dinâmica essa nova configuração.

Transpostos para o caso brasileiro, tais prismas permanecem relevantes, mantendo especificidades. Aqui a compreensão adequada do fenômeno da financeirização passa por uma análise de como uma “*financeirização dos preços*” (BELLUZZO & ALMEIDA, 1990; CARNEIRO, 2002), observada na década de 1980, transforma-se, passado o momento mais agudo de crise e superada a alta inflação, em um novo modelo de financeirização, mais próximo ao existente nos outros países. Em seguida, são os juros elevados que se tornam os maiores protagonistas desse processo, substituindo a base inflacionária do momento anterior (BRUNO *et alii*, 2012; BRUNO, 2007; BRUNO *et alii*, 2009; MIDALDEA, 2010). No presente, uma dimensão a mais integra tal dinâmica, através da massificação do processo de financeirização (LAVINAS *et alii*, 2017).

É em meio a essa metamorfose nos processos de acumulação que vinga a penetração da financeirização nas formas clássicas de provisão social de bens e serviços, marcadas no século XX por uma tendência à desmercantilização (LAVINAS, 2017). Isso ocorre, entre outros fatores, no caso brasileiro, pela expansão dos benefícios sociais monetários, pela política de valorização do salário mínimo e pelo forte crescimento do emprego formal, quando, graças a um acesso inédito ao mercado de crédito, as famílias passam a se endividar em nível crescente, aderindo a uma nova lógica financeira e materializando o processo de financeirização.

Ao longo da década de 2000, observa-se aumento expressivo na quantidade de empréstimos para o consumo não só de bens duráveis, mas também de serviços, mesmo aqueles considerados básicos e garantidos universalmente na Constituição Cidadã de 1988. Grande parte dessas transformações ocorre de maneira indireta, em decorrência dos incentivos à expansão do mercado de crédito, que permitem a entrada de famílias notadamente de baixa renda numa espiral de endividamento e a ampliação na aposta do usufruto de ganhos futuros. Há, igualmente, a reprodução de uma lógica financeirizada nas empresas beneficiadas pelo surgimento de novos produtos financeiros (LAVINAS, 2017).

No caso da saúde, os anos recentes foram palco de um intenso crescimento dos grandes conglomerados do setor na oferta privada (SESTELO, 2017, cap. 2). Houve uma forte expansão dos planos de saúde, que, aproveitando-se da renda maior e mais regular dos trabalhadores, e da deterioração da provisão pública ofertada pelo SUS, canalizaram esse descontentamento para a criação de novos planos, entre eles os “populares”. Em sincronia com uma postura passiva dos órgãos reguladores, assiste-se à entrada de *players* internacionais nesse setor, engendrando uma postura mais agressiva de fusões e aquisições. A saúde, um dos mais importantes pilares da política social, torna-se, assim, um novo *locus* de acumulação típico do capitalismo financeirizado, com uma intensa atividade especulativa e uma governança corporativa voltada à valorização acionária (SESTELO & BAHIA, 2013).

A habitação é outro exemplo emblemático. Com a retomada do crescimento da economia nos governos do PT, o cenário de ausência de empréstimos para habitação popular se modifica e ocorre uma ampliação de crédito, somada a mudanças no marco regulatório (FIX, 2011). Há, assim, o início de um *boom* da construção civil, que se solidifica com a abertura de capital das grandes incorporadoras e construtoras em 2006/2007, permitindo uma maior participação de grandes fundos de aplicação financeira na composição acionária das empresas participantes desse mercado, com rápida e intensa valorização incentivada pela necessidade de satisfazer os investidores, muitos deles estrangeiros (SANFELICI, 2013). Nesse contexto, surge o programa “Minha Casa Minha Vida”, que veio a dar um impulso ainda maior à tentativa de expansão imobiliária, contribuindo para que as grandes empresas do setor fossem capazes de acessar uma nova fatia de um mercado ainda pouco explorado: os segmentos de baixa e média renda (FIX, 2011; ROLNIK, 2013).

Como será visto, a educação superior privada apresenta-se como caso de destaque. Nessa, de um lado há um maior endividamento das famílias através de um crédito subsidiado pelo governo, na busca por um maior grau de formação educacional. De outro, grandes conglomerados educacionais com atitudes de mercado altamente agressivas e pautados por uma valorização acionária constante, relegando o seu serviço oferecido a um segundo plano.

3. A financeirização na educação superior privada brasileira

3.1. As bases do processo

A educação superior brasileira passou por grandes mudanças nas últimas décadas, com períodos de forte expansão seguidos por estagnação. A Constituição de 1988, apesar de instituir a educação em nível fundamental como direito público, foi responsável, em conjunto com outras medidas governamentais, por dar início a uma série de reformas que contribuiriam para a expansão das instituições privadas. Ao regimentar o princípio de autonomia

para as universidades em seu artigo 207, permitiu maior liberdade das empresas educacionais e menor controle burocrático. Essas mudanças tornaram esse mercado mais flexível, garantindo possibilidades mais amplas para as empresas e menores riscos em seus investimentos (SAMPALHO, 2011). A “Constituição Cidadã” também foi responsável por institucionalizar, em seu artigo 213, a provisão de recursos públicos para instituições de ensino privadas¹ (CASTELLANO, 2016).

É no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que essas mudanças ganham forma mais clara, com uma forte guinada no direcionamento da política educacional superior, acabando por representar a consolidação da mercantilização do ensino superior brasileiro ao instituir de forma legal a existência de empresas educacionais puramente mercantis (CARVALHO, 2005; 2017). A nova “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (LDB), de 1996, promoveria formalmente a diferenciação institucional entre as empresas de educação privadas, com a criação da categoria de empresa educacional privada lucrativa. Surgiria, assim, uma nova divisão entre as instituições privadas: lucrativas e não lucrativas. Essas segundas passaram a ser classificadas como comunitárias, religiosas ou filantrópicas.

O governo Lula foi palco de um movimento ambíguo, de continuidade e ruptura com o modelo de educação superior (CARVALHO, 2011). Do lado do setor público, presenciou-se a retomada dos investimentos nas instâncias federais, especialmente com um forte aumento do gasto em infraestrutura e a criação de novas universidades e instituições federais de ensino superior. O número de vagas ofertadas foi ampliado, passando a atingir novas camadas da população, antes excluídas do ensino superior público. Medidas de auxílio aos estudantes mais carentes foram colocadas em prática, em conjunto com políticas que visavam a ampliação e o fortalecimento das instituições públicas, em especial o “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais” (REUNI).

¹ O artigo 213 da Constituição é bem abrangente nesse sentido, apenas abrindo a possibilidade legal de transferência de recursos públicos para instituições de ensino comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

Ao mesmo tempo em que fortalecia o sistema público, o governo Lula (2003) também buscou priorizar iniciativas capazes de ampliar e baratear a oferta privada de ensino superior, com foco especial nos alunos de mais baixa renda. Desses, destacam-se o “Programa Universidade para Todos” (PROUNI) e a renovação e ampliação do “Fundo de Financiamento Estudantil” (FIES)². Assim, esse governo valeu-se de uma estratégia que fortaleceu tanto o sistema de educação superior pública, quanto o sistema de educação superior privada. Essa política, cujos efeitos serão melhor analisados nas seções posteriores desse trabalho, teria continuidade no governo de sua sucessora. No primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (2011), observou-se a manutenção do PROUNI e do FIES como política de incentivo ao acesso ao ensino superior privado, com mudanças muito significativas nesse segundo. Esses programas seriam fundamentais para a processo de financeirização desse setor na economia brasileira.

3.2. O ensino superior privado e a financeirização do dia a dia no Brasil

A preocupação com o fornecimento de crédito estudantil é uma característica marcante de muitos países centrais, especialmente daqueles que contam com o predomínio de instituições de ensino superior privadas. Por conta do alto valor das mensalidades, o acesso ao ensino superior passa a estar atrelado ao uso de crédito de médio e longo prazo. No entanto, falhas de mercado³ tornam o crédito estudantil de difícil acesso, tanto por sua escassez, quanto pelas altas taxas de juros. A ação do governo nesse mercado é, então, justificada (BARR, 1987 [2012]) de forma mais amplamente aceita, refletindo-se em subsídios variados e programas públicos de financiamento estudantil⁴.

² O funcionamento de ambos os programas será detalhado nas seções seguintes.

³ A falha de mercado mais significativa aqui exposta é caracterizada pela incerteza de que o aluno irá completar o curso ou de que obterá remuneração compatível com seu grau de formação. Esse fator aumenta o risco de não pagamento da dívida de longo prazo contratada, sendo de difícil mensuração, elevando o custo e reduzindo a disponibilidade de crédito.

⁴ Para uma rápida listagem de diversos tipos de programas de financiamento estudantil em âmbito internacional, ver Nascimento (2015).

O resultado, em sua maior parte, é a existência de muitos jovens adultos que já começam sua vida produtiva altamente endividados. Nesse sentido, é possível vê-los como dependentes do mercado financeiro. Esse se torna não apenas um mecanismo fundamental para a obtenção de um maior grau educacional, mas também um elemento chave na vida dessa camada da população. É, assim, uma faceta da financeirização do *dia a dia*, tal qual apontada anteriormente, pela importância que o sistema financeiro adquire na vida de uma faixa considerável dos cidadãos.

No caso do Brasil, apesar de esforços dos sucessivos governos, o mercado de crédito estudantil foi historicamente incipiente. Diversos elementos contribuíram para esse cenário, como o modelo dual de educação público/privado e a relativamente baixa renda da população, em especial de parte do segmento mais presente no ensino privado⁵. Esses dois fatores eram prejudiciais ao mercado de crédito por gerarem um público alvo enxuto e com um baixo *rating* creditício.

Com o lançamento do CREDUC, no período militar, houve uma tentativa inicial de fomentar essa modalidade de crédito através do financiamento público. No entanto, o alto índice de inadimplência, que chegou a 84% (CASTELLANO, 2016), culminou em seu fracasso, levando à necessidade de uma iniciativa mais robusta, ao mesmo tempo efetiva e sustentável. Essa viria em 1999, com a criação do FIES, no mandato de FHC. Seu funcionamento se diferenciava do CREDUC ao colocar sob responsabilidade do governo a oferta de crédito, através de gestão exclusiva da Caixa Econômica Federal, e com uma maior preocupação com sua viabilidade financeira. Levando essa questão em consideração, a taxa de juros definida foi de 9% a.a. (33% superior à do programa anterior), o valor financiado foi limitado a 70% dos encargos educacionais e um fiador passou a ser exigido. Também era necessário pagar 50 reais a cada três meses para abatimento dos juros do financiamento (CARVALHO, 2011).

⁵ Outro ponto fundamental é o próprio baixo desenvolvimento do mercado de crédito em geral e, mais recentemente, as altas taxas de juros.

Diferentemente do CREDUC, as IES particulares não recebem mais de forma antecipada os recursos referentes às mensalidades escolares. Agora esses valores são repassados através de *títulos da dívida pública* (Certificados Financeiros do Tesouro série “E”, CFT-E) emitidos em favor do programa, que podem ser utilizados para o abatimento de dívidas com o Tesouro Nacional (contribuições previdenciárias e impostos federais). No entanto, esses também são passíveis de conversão em caixa por meio de leilões de títulos do Tesouro Nacional, caso a empresa entenda essa opção como a mais benéfica.

Esses títulos são emitidos na modalidade nominativa (com indicação do beneficiário) e mensalmente atualizados através do “Índice Geral de Preços – Mercado” (IGP-M) do mês anterior. Seu resgate pode ocorrer em parcela única, através da compensação dos tributos devidos, ou de forma antecipada, com a recompra do governo federal. Essas operações seguem um calendário pré-definido, podendo haver compensação dos valores dos títulos com tributos devidos pelas instituições de ensino superior. Nesse primeiro momento a Caixa Econômica Federal era tanto agente operador quanto financeiro do Fundo (FILHO & CHAVES, 2017).

Apesar das intenções do governo, a oferta de empréstimos acabou sendo muito limitada, oscilando ao longo dos anos restantes do mandato do governo FHC. Apenas 4% das matrículas privadas foram contempladas no primeiro ano do programa, número que se reduziria ainda mais nos períodos seguintes, até o último ano do mandato do presidente. A despeito dessa queda, a introdução do FIES significou uma recuperação nos valores despendidos com crédito educativo, que passaram a representar quase 10% do total das despesas do MEC com ensino superior (CARVALHO, 2011).

Com o governo Lula o programa seria mantido, passando, no entanto, por algumas transformações em 2007, ainda que conservando seus moldes originais. As taxas de juros foram reduzidas, indo para o patamar de 6,5% a.a.; os cursos superiores de tecnologia, licenciaturas em física, química, matemática e biologia, cursos de medicina, engenharia e geologia se tornaram

prioritários na seleção para obtenção do benefício; e passou a ser possível financiar até 100% da mensalidade. Em 2008 foram instituídas mudanças que permitiram o financiamento dos bolsistas parciais do PROUNI.

Após alcançar um número significativo de novos contratos em 2005, facilitado por sua relação de complementaridade com o PROUNI e a nova determinação de que os bolsistas parciais desse programa ocupassem a maior prioridade possível na obtenção de crédito, a quantidade de novos contratos voltaria a cair. A reversão desse movimento dependeria de uma atuação mais agressiva por parte do governo.

É apenas em 2010, no final do segundo governo Lula, que o FIES passa a ter maior relevância, tornando-se um mecanismo central, e mais robusto, de auxílio à permanência no ensino superior privado, permitindo a entrada de estudantes antes impossibilitados de acessar instituições privadas de ensino superior, por conta, em sua maior parte, de insuficiência de renda. O programa agora deixa de ser gerido integralmente pela Caixa Econômica Federal e é coadministrado pelo “Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação” (FNDE), com participação do Banco do Brasil⁶. Suas taxas de juros são reduzidas de forma muito significativa, para 3,4% a.a.⁷ (portanto, negativas em termos reais) e a solicitação de financiamento passa a ser possível em qualquer momento do ano (FILHO & CHAVES, 2017).

O período de amortização da dívida também sofre alteração, tornando-se três vezes o tempo de duração do curso mais 12 meses, com carência de 18 meses. A prioridade deixa de ser apenas estudantes de mais baixa renda, abrangendo estudantes com renda per capita de até 20 salários mínimos. A regra de pagamento de 50 reais trimestrais como juros do financiamento permanece inalterada.

Visando favorecer os estudantes de menor renda, os beneficiários do FIES matriculados em cursos de licenciatura, com renda familiar mensal de até 1,5 salário mínimo e bolsistas parciais do PROUNI passam a ter direito de acesso

⁶ Essa situação perduraria até 2013, quando o FNDE passaria a assumir o papel de agente operador de todos os contratos firmados no âmbito do FIES.

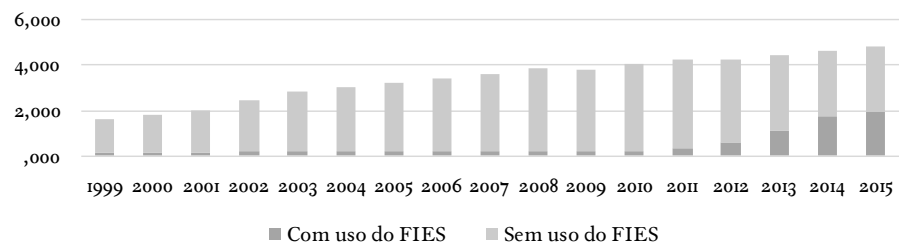
⁷ Essa nova taxa passou a valer também para o saldo devedor dos contratos antigos.

ao “Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo” (FGEDUC) como alternativa à fiança. Esse Fundo garantia 80% do risco relativo ao não pagamento, sendo 13% restantes cobertos com recursos do governo federal e apenas 7% por parte das mantenedoras (FILHO & CHAVES, 2017).

A nova configuração do programa logrou forte efeito expansivo, contribuindo para o aumento no montante de alunos beneficiados. O resultado foi uma aceleração no número de novos contratos em 2010, da qual se seguiu um rápido crescimento, culminando em um recorde de 733 mil novos contratos em 2014. No entanto, é importante destacar que nem todos esses contratos foram direcionados para novos alunos. Parte deles foi utilizado por estudantes já previamente matriculados e que se aproveitaram das novas condições do crédito para facilitar suas permanências nos cursos (MINISTÉRIO DA FAZENDA et alii, 2017).

Esse aumento no número de contratos fez crescer rapidamente o percentual de alunos matriculados em instituições privadas que contavam com o benefício. O gráfico I, abaixo, demonstra essa rápida e constante elevação. Partindo de apenas 5% das matrículas compostas por beneficiados pelo programa em 2010, esse número saltou para 40% em 2015. Tal elevação de quase 850% significou um total de aproximadamente 2 milhões de alunos beneficiados nesse último ano.

Gráfico 1. Número de matrículas em instituições privadas com e sem uso do FIES (em milhões) (1999-2015)



Fonte: Adaptado de Ministério da Fazenda et alii (2017, p. 4) e Bressan (2018), com dados do INEP, SisFies e Caixa.

Obs: Foram considerados os contratos em utilização entre 2010 e 2015 e calculados para os outros anos, retirando dos ativos o percentual de cancelamentos/conclusão observado nos últimos anos.

Já no final de 2014 e ao longo de 2015, com o ajuste fiscal implementado pelo governo Dilma, o FIES passaria por uma nova reforma, visando agora reduzir os gastos do governo federal com o programa. As taxas de juros voltaram ao patamar anterior, de 6,5% a.a., e os critérios de seleção tornaram-se mais rigorosos, devendo o aluno beneficiado ter uma nota mínima no ENEM⁸ e não possuir renda familiar mensal *per capita* maior que 2,5 salários mínimos. Esse último critério tornou o programa mais restrito, focalizando sua ação apenas nos estudantes de mais baixa renda⁹. O valor referente ao pagamento trimestral dos juros também foi elevado, passando a ser de 150 reais. Também houve uma maior preocupação com a qualidade do ensino ofertado e a priorização de cursos considerados estratégicos.

O custo total do programa é um tema complexo, por conta de sua extensa operacionalidade¹⁰, o que dificulta o cálculo do custo real que esse representa aos cofres públicos (MINISTÉRIO DA FAZENDA *et alii*, 2017). Levando em conta apenas os custos das emissões primária dos títulos CFT-E, da recompra dos títulos remanescentes pelas IES privadas e do repasse à “Comissão de Concessão de Garantia” (CCG)¹¹ do fundo FGEDUC, a despesa financeira do FIES cresceu mais de 950% desde 2011 (início do seu maior período de expansão), chegando ao patamar de R\$ 19.263.000.000 em 2016, sendo 64% desse valor originado da recompra de títulos públicos (*ibidem*).

No entanto, como argumentado por Ministério da Fazenda *et alii* (*ibidem*), esses valores ainda não representam o real custo do programa. Para encontrá-lo, é necessário também levar em conta os aportes realizados no FGEDUC, as despesas administrativas de custeio e administração e o subsídio implícito. Esse último item representa o impacto nas contas públicas que

⁸ Essa nota foi definida como 450 pontos (próxima à média do exame) e nota da redação diferente de zero.

⁹ Apesar disso, de acordo com Castellano (2016), entre 2010 e o primeiro semestre de 2015, 92% dos contratos foram realizados por alunos com até 2,5 s.m., não tendo essa limitação por renda, portanto, impactado de forma tão significativa a faixa de público do programa.

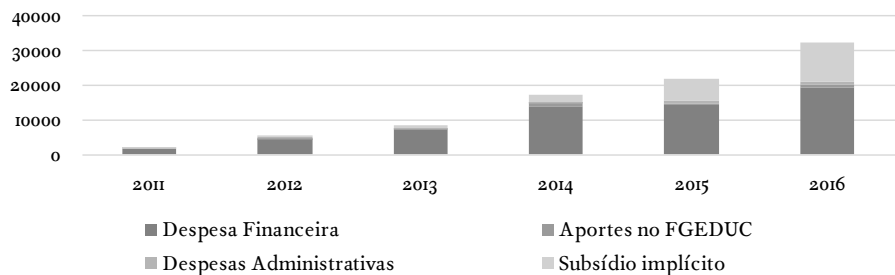
¹⁰ Para detalhes de seu funcionamento interno, ver Ministério da Fazenda *et alii* (2017).

¹¹ O FNDE retém à CCG 5,6%, ou 6,2% dos 90% do valor do financiamento estudantil devido às IES privadas (MINISTÉRIO DA FAZENDA *et alii*, 2017).

advém da diferença entre a taxa de juros que remunera os títulos do Tesouro Nacional (custo de oportunidade) e a taxa de juros efetivamente cobrada dos estudantes.

Como demonstra o gráfico II abaixo, em conjunto, esses novos elementos expandem em mais de 67% os gastos com o programa, chegando a um patamar superior ao de R\$ 32.261.000.000 em 2016. O subsídio implícito é responsável por 88% desse aumento e 35% do custo total. Para se ter uma ideia da dimensão desse valor, em 2016 o total pago pelo programa Bolsa Família foi de 28,6 bilhões de reais, inferior aos 32,3 bilhões de reais despendidos com o FIES (*ibidem*).

Gráfico II. Custo anual do FIES por origem (em milhões de reais) (2011-2016)



Fonte: Adaptado de Ministério da Fazenda et alii (2017, p. 9) e Bressan (2018), com dados do MF/STN e SEAE.

Obs: Ministério da Fazenda et alii (2017) não informam se os valores apresentados foram deflacionados.

Os dados apresentados da evolução do FIES tornam possível inferir que uma quantidade considerável de alunos foi beneficiada por alguma forma de financiamento estudantil, deixando claro que, para essa parcela da população, o acesso ao crédito se tornou um dos elementos mais importantes para sua ascensão social¹²: a obtenção de um diploma de ensino superior.

¹² Dados da PNAD Contínua indicam que, em 2016, trabalhadores com ensino superior completo tinham rendimento médio mensal quase três vezes maior do que aqueles somente com o ensino médio completo. (<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18377-desigualdade-de-renda-atinge-regioes-generos-cores-e-escolaridades.html>, acesso em dezembro de 2019)

Em 2014, no auge do programa, o endividamento médio dos beneficiários se situava em torno de 40 mil reais. Isso pode ser apontado como um fator preocupante, por conta do caráter cíclico que ele adquire. Com a redução do número de vagas de trabalho, ocasionada pelo arrefecimento econômico, a tendência é que esses jovens estudantes não se vejam capazes de honrar suas dívidas, ficando em uma posição fragilizada ainda no início de sua vida produtiva (CASTELLANO, 2016).

Considerando que, com as mudanças realizadas em 2010, o prazo de quitação do financiamento foi ampliado para três vezes o período financiado, acrescido de 12 meses, em um curso de duração de 4 anos, após a carência, o aluno levará 13 anos para amortizar a sua dívida. Isso significa que sua vida ficará mais de uma *década* sob uma lógica pautada na quitação de uma dívida financeira.

Esse fenômeno leva ao surgimento, no caso brasileiro, da “*subjetivação contábil e financeira*”¹³ em meio aos estudantes de escolas de ensino superior privadas: os alunos internalizam – agora de forma generalizada – a ideia de investidores de si mesmos, com um discurso de autoadministração e tomada de risco. O financiamento é encarado como uma aposta em um futuro melhor, que, caso não se realize, tanto por fatores internos quanto externos aos alunos, pode coloca-los em posição de ainda maior fragilidade social. Em outras palavras, uma parcela de suas vidas é financeirizada, em um movimento possibilitado e incentivado pelo próprio governo, por meio de um forte dispêndio público.

Os dados disponíveis parecem comprovar essa preocupação. De acordo com o Ministério da Fazenda (2017), na metade de 2017, 46,41% dos contratos do FIES em amortização¹⁴ se encontravam inadimplentes. Desses, basicamente metade se situava na classificação de risco mais elevada, com mais de 180 dias de atraso, o que implica crescimento acelerado da dívida.

¹³ Tal como definida anteriormente.

¹⁴ Por dificuldade na obtenção de dados, esse número se refere apenas aos contratos firmados a partir de 2010, o que indica que o número real pode ser ainda mais elevado.

Considerando o endividamento médio dos beneficiados, é possível inferir que uma quantidade considerável de alunos vê sua vida comprometida de forma significativa com esses débitos.

Outro fator importante que deve ser levado em consideração é a empregabilidade que esse endividamento realmente trará aos alunos. De acordo com dados da CGU (2017), no período de 2010 e 2016, entre os dez cursos mais financiados, apenas um se situava na área das ciências exatas (e, usualmente, com salários mais elevados), o de engenharia civil, representando 12% dos contratos nessa seleção. Os cursos de direito e administração aparecem como primeiro e segundo, respectivamente, mais acessados, o que representa uma significativa parcela de 38% do total destacado. Ou seja, cursos aparentemente com retorno incerto tanto em termos financeiros para os alunos, quanto para a sociedade em desenvolvimento produtivo.

É importante destacar que o FIES possui restrições em relação ao valor do curso financiado e ao comprometimento da renda familiar mensal bruta *per capita* do tomador do empréstimo. Aqueles que possuem até meio salário mínimo só podem comprometer no máximo 15% da sua renda *per capita*. No caso da renda familiar mensal bruta *per capita* ficar entre 2 e 2,5 s.m., esse comprometimento só pode alcançar até 38% da renda da família (CASTELLANO, 2016).

Ao mesmo tempo em que esses limites protegem as famílias mais pobres do endividamento excessivo, por outro lado, acabam reproduzindo as desigualdades de renda já preexistentes. Isso ocorre porque os mais pobres não serão capazes de ter acesso aos cursos mais concorridos (e normalmente com remunerações futuras mais elevadas), nem a faculdades de maior qualidade e mais bem vistas no mercado de trabalho, com mensalidades mais elevadas¹⁵ (*ibidem*). Apesar do PROUNI, como será analisado a seguir,

¹⁵ O que não exclui os efeitos negativos que um maior endividamento, especialmente dos mais pobres, terão sobre a vida das famílias, como exposto no eixo dessa seção em relação ao fenômeno da financeirização do dia a dia. Esse fato apenas ajuda a apontar as dificuldades que um aumento da inclusão pautado no acesso ao ensino superior pago geram no que concerne à redução das desigualdades sociais.

matizar esse efeito, ele ainda não é capaz de resolver a iniquidade gerada por um acesso em bases privadas, especialmente por conta de o número de benefícios concedidos ser consideravelmente inferior ao do FIES.

Assim, é possível afirmar que, no período analisado, a ampliação do acesso e da permanência aos cursos superiores privados, especialmente por parte da camada mais pobre da população, deu-se em grande medida através do endividamento. Esse ocorreu sob bases frágeis e incertas, comprometendo de forma significativa, no presente e no futuro, a vida dessa população já em posição fragilizada. A financeirização desse setor, no entanto, não se restringiu aos alunos, mas afetou de forma ainda mais profunda as empresas atuantes no ensino superior, como será visto em seguida.

3.2. As empresas brasileiras de ensino superior no processo de financeirização

As empresas de ensino superior brasileiras passaram por grandes transformações nas últimas décadas, com destaque para uma forte expansão iniciada no governo FHC e a grande metamorfose incentivada pelos subsídios do primeiro governo Lula, com o PROUNI e, posteriormente, a já analisada reformulação do FIES. Apesar de, historicamente, ser possível apontar uma preocupação constante dos governos com o desenvolvimento e as crises existentes no sistema de educação superior privada, é em 2005, com o governo Lula, que as instituições privadas tornar-se-iam diretamente grandes beneficiadas pelo sistema público, através do lançamento do PROUNI. Esse programa, focado na distribuição de bolsas parciais e integrais de estudo em instituições privadas, visava possibilitar o acesso de alunos de camadas sociais mais baixas, tendo como público-alvo estudantes carentes, portadores de deficiência e autodeclarados negros e indígenas. Também tinha como prioridade a formação de professores para a rede pública de educação básica.

De acordo com suas regras, bolsas integrais eram fornecidas a estudantes com renda *per capita* de até 1,5 s.m., enquanto que os com renda entre 1,5 e 3 s.m. contavam com bolsas parciais, que podiam variar entre 25% e 50%.

Os alunos participantes precisavam comprovar terem cursado o ensino médio em sua totalidade em escola pública ou privada com bolsa integral. A participação no ENEM era obrigatória, sendo a nota obtida nesse utilizada como critério de classificação para obtenção das bolsas.

Esse programa, no entanto, não tinha como objetivo auxiliar apenas uma parcela da população antes excluída do acesso ao ensino superior. Carvalho (2011) aponta que foi utilizado como forma de criar condições que permitissem a sustentação financeira dos estabelecimentos particulares, através de uma “fuga para frente”, benéfica para as instituições privadas de ensino superior. Essas se encontravam em risco pelo peso das vagas excessivas, criadas na grande expansão ocorrida ao longo do governo FHC, e não absorvidas pelo mercado. O PROUNI veio então amenizar as dificuldades desse período com o alto grau de inadimplência, desistência e evasão existente no sistema privado, fornecendo sustentação financeira para os estabelecimentos particulares já existentes. Parte das vagas ociosas foi assim preenchida por bolsas de estudo ofertadas pelo governo (de demanda inelástica enquanto da continuidade do programa, por conta de sua gratuidade), aliviando o problema. Criavam-se vagas de uso quase certo, por conta da ausência de restrições monetárias ao seu acesso (CARVALHO, 2011).

Para as entidades com ou sem fins lucrativos e não filantrópicas, foi determinada a concessão de uma bolsa integral para cada 10,7 alunos pagantes. Alternativamente, era possível a oferta de uma bolsa integral para cada 22 pagantes, com quantidades adicionais de bolsas parciais, entre 25% e 50%, até que se atingisse 8,5% da receita bruta. No caso das entidades filantrópicas, o percentual era de uma bolsa integral para cada 4 alunos pagantes (CARVALHO & LOPREATO, 2006).

Em troca da concessão dessas bolsas, as IES privadas passavam a ter o direito à isenção fiscal de quatro tributos, independente de qual fosse a sua categoria institucional (lucrativa, confessional, comunitária ou filantrópica)¹⁶.

¹⁶ Vale destacar como essa compensação difere substancialmente da existente no FIES, não existindo, aqui, nenhuma emissão de títulos públicos, mas, sim, uma isenção tributária total e direta.

A adesão ao PROUNI as tornava isentas do “Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas” (IRPJ), da “Contribuição Social sobre o Lucro Líquido” (CSLL), da “Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social” (COFINS) e da “Contribuição para o Programa de Integração Social” (PIS). Assim, as instituições são compensadas pelas bolsas ofertadas através de benefícios tributários. Em outras palavras, essa forma de “compra” de vagas nas IES privadas implica uma renúncia fiscal, acarretando em um ônus financeiro para o Estado. Esse subsídio, em última instância, resulta em perda de capacidade fiscal e redução do montante disponível para utilização em educação pública.

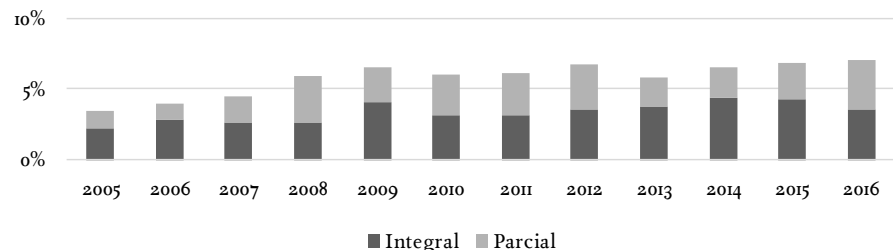
O surgimento do PROUNI também representou um forte incentivo à passagem das IES sem fins lucrativos (confessional/comunitária ou filantrópica) para um novo modelo com fins lucrativos. A nova política de isenção permitiu que as empresas do setor pudessem aderir a um novo modelo de atuação no mercado sem que isso implicasse um maior custo fiscal. Essa transformação seria essencial em seus projetos de expansão, ao possibilitar o recebimento de recursos externos com finalidade lucrativa, a abertura de capital e diversas outras práticas possíveis apenas para instituições comerciais. De acordo com dados do “Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira” (INEP), no período de 1999 a 2009 ocorreu uma elevação de 145% no número de alunos de graduação presencial nas instituições com fins comerciais. Entre 2005 e 2009¹⁷ essa expansão do setor lucrativo foi de 65%, acompanhada de uma redução de 43% nas outras instituições privadas.

Os resultados do Programa em termos de oferta são claros. Entre 2005 e 2016, há uma expansão de 193% no total das vagas ofertadas, sendo 56% dessas parciais (entre 25% e 50%). É possível estimar que esses valores representaram, em 2016, o equivalente a 7% das matrículas no ensino superior

¹⁷ A partir do ano de 2010 o INEP mudou a metodologia utilizada no questionário do Censo da Educação Superior, abolindo, por motivos desconhecidos, a distinção entre os tipos de instituições privadas. Isso impede uma análise mais recente dessas transformações.

privado, sendo aproximadamente metade desse percentual de bolsas integrais. O gráfico III a seguir mostra a evolução dessas proporções ao longo da vigência do Programa. Em termos de matrículas totais no ensino superior, público e privado, foram beneficiados 4% de todos os alunos matriculados em 2016, entre bolsistas parciais e integrais.

Gráfico III. Estimativa do percentual de matrículas na rede privada em cursos de graduação presencial em relação ao total de bolsas ofertadas pelo PROUNI (integrais e parciais) (2005-2016)



Fonte: Adaptado de Bressan (2018), com dados do SISPROUNI e Sinopse da Educação Superior.

Obs: Por limitações da base de dados, não foram considerados dentro do total de alunos aqueles que estão inscritos em cursos de EAD, mesmo que estejam incluídos no número de beneficiados do PROUNI. Ademais, o número geral de bolsas não utilizadas não é considerado na estimativa.

Em termos de custo, as despesas do governo com o programa cresceram em ritmo elevado entre 2005 e 2009, atingindo, após isso, um patamar mais estável, com pico em 2012 de R\$ 940.088.538 (REIS, 2017). Dividindo esse gasto pelo número de bolsas ofertadas a cada ano (integrais e parciais), é possível chegar ao valor médio anual aproximado de R\$ 2.900,64 ao longo dos 11 anos do programa aqui analisados.

Esses resultados tornam possível apontar que o PROUNI foi capaz de desempenhar um duplo papel no governo Lula. De um lado, proporcionou uma melhora na taxa de rentabilidade dos estabelecimentos educacionais, especialmente daqueles classificados como mercantis, por conta da redução de seus gastos tributários. De outro, permitiu uma ampliação do acesso das camadas mais pobres da população ao ensino superior. Em conjunto, esses dois fatores serviram como importantes sinalizadores aos acionistas e credores dessas empresas sobre a solidez de seus negócios, ao mesmo tempo em

que evitou uma desaceleração (e, em alguns momentos, recuperação parcial) mais significativa das matrículas por conta, em grande medida, das limitações de acesso ocasionadas por insuficiência de renda (CARVALHO, 2011).

É em 2010, no entanto, que surgiria o período de maior incentivo a esse mercado, solidificado nas modificações do FIES. Como demonstrado na seção anterior, a ampliação do alcance do FIES representou uma forte abertura de mercado para essas empresas, que passaram a contar não apenas com uma nova forma de subsídio, mas também com o acesso a novas faixas do mercado até então menos ou impossíveis de serem exploradas.

O caráter complementar existente entre o PROUNI e o FIES é um fator de grande importância. Como apenas parte das bolsas ofertadas cobria em sua totalidade as mensalidades dos cursos, o saldo restante podia ser completado através do financiamento subsidiado pelo governo, com prioridade no processo de seleção. Assim, o Estado arcava com parte das despesas restantes, complementando o benefício oferecido.

O gráfico IV a seguir fornece uma visão conjunta estimada do alcance desses dois programas. Como é possível observar, em relação ao total de matrículas do sistema privado, a soma dos beneficiados com bolsas integrais do PROUNI com os utilizadores do FIES representou um total aproximado de 44% dos matriculados em 2015 (mais de 2 milhões de alunos), em grande parte pela expansão intensa do FIES, já analisada anteriormente. Esse percentual é também muito elevado quando se considera a soma total das matrículas de graduação do ensino superior, chegando, também em 2015, a um montante de 32%, ou seja, mais de um quarto de todos os alunos de ensino superior do Brasil.

Gráfico IV. Estimativa da proporção de matriculados beneficiados em relação ao total de matrículas no sistema privado em cursos de graduação presencial (2005-2015)



Fonte: Adaptado de Bressan (2018), com dados de SISPROUNI, Sinopse da Educação Superior e Ministério da Fazenda (2016, p. 4).

Obs I: Os bolsistas parciais do PROUNI foram excluídos desse cálculo para evitar a ocorrência de dupla contagem. Ainda que isso leve a uma subestimação do total de alunos beneficiados, ponderando que há prioridade de acesso ao FIES por esses bolsistas, considera-se que esse número não é capaz de alterar as conclusões aqui observadas. Por limitações da base de dados, também não foram considerados dentro do total de alunos aqueles que estão inscritos em cursos de EAD, mesmo que estejam incluídos no número total de beneficiados do PROUNI. Ademais, o número geral de bolsas não utilizadas não é considerado na estimativa.

Obs II: No caso do FIES, foram considerados os contratos em utilização entre 2010 e 2015 e calculados para os outros anos, retirando dos ativos o percentual de cancelamentos/conclusão observado nos últimos anos.

Sendo resultado de uma pressão empresarial por auxílios ao setor (CARVALHO, 2011), somada a uma preocupação do governo em ampliar o acesso da população de mais baixa renda ao ensino superior, o PROUNI proporcionou um incentivo à sustentação e ao crescimento desse mercado, também favorecendo as empresas dispostas a se tornarem legalmente “lucrativas”, condição necessária para a abertura do capital dessas instituições e sua entrada em uma “*lógica financeirizada*”. Em conjunto com o FIES, que também buscou atender a uma pressão semelhante, representou a “compra” de vagas antes ociosas, contribuindo para a expansão e o fortalecimento das empresas do sistema privado.

Esses benefícios, repassados de forma indireta às instituições privadas¹⁸, compõem uma quantidade muito significativa do orçamento dessas empresas. Filho e Chaves (2017) utilizam o caso da universidade Estácio de Sá como exemplo, mostrando que, em 2015, as receitas com o FIES equivaliam a *quase metade*

¹⁸ Apesar de não ser diretamente direcionado às empresas, o FIES proporciona a possibilidade de permanência de alunos que, sem o benefício, não teriam como ocupar essas vagas por insuficiência de renda. Atua, assim, na visão desse trabalho, como benefício indireto às instituições privadas.

de sua receita líquida total. Considerando que esse valor não inclui o subsídio dos tributos proporcionados pelo PROUNI, é factível supor que os benefícios recebidos por essas empresas atinjam um patamar ainda mais elevado.

Assim, o momento de bonança da economia ao longo desses anos¹⁹ e os subsídios governamentais apresentados colaborariam para um momento de forte desenvolvimento dessas empresas, sendo possível afirmar que, sem os incentivos governamentais, o sistema de educação superior privada nunca teria sido capaz de alcançar o nível de expansão observado ao longo dos últimos anos. Essas empresas passariam a atrair capital e a ampliar suas reservas financeiras, permitindo sua entrada em um novo modelo de crescimento, em grande parte com características financeirizadas.

Embaladas por essas mudanças, em conjunto com esse momento econômico favorável, em 2007 as grandes empresas do setor deram início a um processo de abertura de seu capital na BM & FBOVESPA, tornando-se empresas de capital aberto, “Sociedades Anônimas”. Essa mudança de perfil ocorreu no meio dos mandatos do presidente Lula e teve como uma das principais implicações a já citada passagem de suas classificações como empresas sem fins lucrativos para empresas de cunho comercial, com finalidade lucrativa, passíveis de listagem na bolsa de valores (LAVINAS, 2017).

Beneficiando-se da ausência de maior regulamentação no setor que pudesse restringir participação estrangeira, boa parte delas passou a contar com o capital de grandes instituições e conglomerados internacionais. A atuação de fundos *private equity*²⁰ nesse mercado teve um papel de destaque nessa evolução (BASTOS, 2013). Esses possuem como foco não apenas a atuação dessas

¹⁹ O aumento real da renda verificado ao longo dos governos do PT, resultante tanto da ampliação do mercado formal de trabalho, quanto da política de valorização do salário mínimo, é, ao lado da demanda, outro fator central nessa expansão. Igualmente, a aceleração do crescimento do PIB observada nesse período também teve contribuição significativa para a dinâmica aqui apresentada.

²⁰ Fundos *private equity* têm como foco empresas já consolidadas em suas áreas, mas que precisam de recursos extras para conseguir abrir seu capital na bolsa ou realizar grandes transações. Apesar de menos comum, empresas de capital aberto também podem receber aportes desses fundos. Nesses casos esses recursos são voltados para mudanças de estratégia ou operacionais, como a compra de outras empresas, por exemplo. Tais fundos têm como objetivo o investimento em empresas com alto potencial de rentabilidade e crescimento no curto ou no médio prazo, muitas vezes visando sua venda posterior.

empresas no mercado educacional, mas também outras formas de ativos e patrimônios, especialmente seus bens imóveis (SAMPAIO, 2011). Usualmente investem em empresas que já atingiram maturidade operacional em termos de competição no mercado, exigindo altas taxas de retorno e realizando acordos com acionistas que lhes dão o direito de nomear administradores e de se opor a determinadas estratégias. Também contam com cláusulas de saída que os permitem realizar seus ganhos após determinado período de investimentos em uma companhia (ALMEIDA, 2012).

A importância dessa mudança é fator de destaque por corroborar a hipótese aqui apresentada da *financeirização* que ocorre nesse setor na economia brasileira. Como será observado, esse fenômeno apresentou muitas similaridades com o processo exibido na seção inicial do presente artigo, de mudança do *ethos* corporativo das empresas.

Esses fundos são capazes de fornecer grandes quantidades de capital no mercado educacional através de grupos fechados de especuladores nacionais e internacionais. São esses que impõem mudanças na administração das empresas do setor, com uma reestruturação baseada na redução de custo, na racionalização administrativa e profissionalização da administração, princípios da governança corporativa (CARVALHO, 2017).

Os resultados desse movimento de metamorfose foram rapidamente observados. Agora sob pressão dos investidores, essas empresas passaram a adotar uma postura agressiva tanto no seu ritmo de crescimento, quanto no de fusões e aquisições de empresas menores. Em uma busca por rápida valorização de seus ativos e ampliação de seu lucro, lançam mão de ações claramente especulativas. Entre essas, está a demissão constante de trabalhadores, que tem como objetivo permitir uma rápida mudança de estratégia, com o fechamento de unidades e cursos menos lucrativos no curto prazo²¹. A prioridade é

²¹ Entre muitos exemplos, é possível apontar a demissão de 1.200 docentes por parte do grupo Estácio, seguida por ação semelhante de outras grandes instituições da área. Essas demissões foram atribuídas não apenas às mudanças na legislação trabalhista, que passou a permitir maior flexibilidade nas contratações, mas também às mudanças no FIES e à expansão do EAD. (<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1943965-faculdades-preparam-demissoes-apos-corte-em-massa-da-estacio.shtml>, acesso em dezembro de 2019)

dada a atividades de valorização rápida e cursos com menor custo de implantação (como da área de humanidades). Assim, a alta flexibilidade com que esse setor é capaz de operar no Brasil o torna um locus propício à valorização acionária, e, conseqüentemente, à formação de um mercado tipicamente dominado por uma lógica das finanças (BASTOS, 2013).

Outro fator de redução de custos comumente utilizado por essas instituições está na demissão de professores com mestrado e doutorado, com a contratação de profissionais com menor experiência, e, assim, menores salários. O uso de apostilas no lugar de livros também representa uma forma de redução de custos e “massificação” do conteúdo das aulas, o que resulta em ganhos de escala importantes para essas instituições (CASTELLANO, 2016). Essa postura mais agressiva se refletiu também no tipo de curso oferecido. Já em expansão desde 2011, os cursos de EAD²² passaram a ganhar papel de destaque dentro da oferta dessas grandes companhias, em conjunto com a disponibilidade de cursos sequenciais.

Por fim, é importante destacar que, por conta de os títulos CFT-E emitidos pelo governo para o FIES serem negociáveis no mercado, esses ficam passíveis de especulação. Assim, tornam-se canal para ganhos puramente financeiros dessas empresas, descolando-as ainda mais profundamente da sua atividade central, a oferta de ensino (FILHO & CHAVES, 2017).

É possível apontar que esses dois instrumentos financeiros utilizados – a atuação dos fundos *private equity* e a abertura de capital na bolsa de valores – estabeleceram o comprometimento da administração dessas empresas com o interesse dos acionistas, levando ao que foi anteriormente designado de “maximização do valor do acionista”, o que incentivou a busca dessas instituições por alta lucratividade no curto prazo.

Quatro grandes empresas do setor que abriram seu capital passaram a se destacar: Kroton S.A, Estácio Participações S.A, Ser Educacional S.A e Anima Educação S.A.. As duas primeiras possuem a maior parte de suas ações

²² Aponta-se que esses cursos não são passíveis de financiamento pelo FIES.

sob posse de fundos globais de investimentos, enquanto que as outras têm em sua maioria a presença de investidores e fundos brasileiros (LAVINAS, 2017). Desse grupo, a pioneira²³ nessa movimentação foi a Estácio, que realizou sua IPO²⁴ em 2007, seguida pela Kroton, também em 2007, e pela Ser e pela Anima em 2013. No período de 2007 a 2016, essas tiveram uma *performance* na Bolsa que permite apontar a existência de um forte *boom* ocorrido nesse setor, com grau relativo de flutuação, indicando os impactos que tanto o PROUNI quanto o FIES tiveram nessa transformação²⁵ (BRESSAN, 2018). Em conjunto com um rápido processo de fusões e aquisições, que ampliaria a concentração desse mercado, fica clara a ocorrência da *financeirização* desse setor da economia.

4. Conclusão

Fenômeno complexo, a financeirização possui diversos *sentidos* pelos quais pode ser observada e analisada. Vista como um novo regime de acumulação, coloca-se no papel de sucessora de um sistema no qual a produção industrial era elemento dominante. Essa dá lugar ao setor financeiro, antes mais fortemente regulamentado e subordinado, adquirindo importância renovada em um capitalismo liderado pelas finanças. Outra faceta desse fenômeno, mais focada no *ethos* corporativo, é a valorização acionária como guia principal do comportamento das empresas. Os acionistas passam a ter maior influência dentro da lógica de funcionamento das corporações, pautando ações de mercado mais agressivas e focadas em ganhos muitas vezes de natureza especulativa e de curto prazo. Seus efeitos sobre a vida da sociedade também são notáveis. Especialmente nos países ricos, o cotidiano

²³ A primeira empresa educacional brasileira a abrir seu capital, em março de 2007, foi a Anhanguera Educacional, posteriormente absorvida pela Kroton Educacional.

²⁴ Do inglês, “*Initial Public Offering*”, é a oferta pública inicial de ações realizada pela empresa no momento de sua entrada na bolsa de valores.

²⁵ Esse crescimento é relevante mesmo dentro de padrões internacionais. Em 2013 a Kroton tornar-se-ia a maior empresa educacional do mundo em número de alunos, receita e capitalização de mercado (BRESSAN, 2018).

de parte considerável da população se vê sob maior influência do mercado financeiro. Esse incorpora novas esferas de “*cidadãos investidores*”, de classe média e pobres, em uma verdadeira “*democratização das finanças*”. Para muitos desses indivíduos, a vida se torna um “*ativo a ser administrado*” com apoio e incentivo de um Estado de Bem-estar Social transfigurado e adaptado a essa nova fase do capitalismo. O Brasil se apresenta nesse cenário com um processo de financeirização com características marcantes e que, na atualidade, tem papel relevante sobre e através da política social.

A educação superior privada brasileira é um dos exemplos mais claros desse fenômeno, especialmente através das instituições de ensino superior lucrativas de capital aberto. Esse se apresenta como realidade quando avaliado em sua totalidade, tanto no que diz respeito à possibilidade de início do curso, permanência e endividamento dos estudantes, quanto na composição das novas empresas do setor.

De um lado, observa-se maior endividamento das famílias através de um crédito subsidiado pelo governo, o FIES, na busca por um maior grau de formação educacional, em IES privadas de todas as categorias administrativas. Beneficiando milhares de estudantes, em nível significativamente superior ao do CREDUC, esse programa de financiamento ganha inicialmente maior destaque no governo Lula, que o transforma em instrumento de *inclusão* de uma população anteriormente impossibilitada de cursar um ensino superior. Caberia ao governo Dilma, alguns anos depois, realizar uma reforma expansiva, ampliando grandemente esse alcance, que, em seu ápice (2015), atinge quase 2 milhões de estudantes, com um custo total estimado de mais de 20 bilhões de reais. Ao ampliar o acesso à educação superior privada de alunos originalmente sem renda para consegui-lo, o governo Lula, e posteriormente Dilma, novamente encontra uma forma de incentivar o mercado e ampliar o acesso. O FIES emerge assim como um novo pilar da política educacional de ensino superior desses governos, ganhando, em pouco tempo, papel de protagonista.

De outro lado, há a presença de grandes conglomerados educacionais com atitudes de mercado altamente agressivas e pautados por uma valorização

acionária constante, relegando a sua atividade fundadora a um segundo plano e sendo auxiliados diretamente pelo Estado através do PROUNI. Com a criação do programa no governo Lula, em 2005, visando, além de expandir a presença de alunos de baixa renda no ensino superior, auxiliar na crise instalada no setor, acabou-se por beneficiar e incentivar a expansão dos grandes conglomerados da área. Em ritmo moderado de expansão, esse chegou a alcançar 7% de todos os alunos da rede privada em 2016, entre bolsas parciais e integrais, representando uma despesa financeira de quase 600 milhões de reais em desonerações.

Em conjunto, essa dupla de incentivos atingiria mais de 2 milhões de alunos em 2015, ou, aproximadamente, 44% de todos os matriculados na graduação presencial do sistema privado de ensino superior. Favorecidas por essas políticas públicas e por um cenário de bonança econômica, as grandes empresas do setor dariam início a um ritmo agressivo de expansão, com fusões e aquisições constantes, seguidas pela entrada na bolsa dos quatro grandes *players* do mercado nacional: Kroton S.A., Estácio Participações S.A., Ser Educacional S.A. e Anima Educação S.A.. Unidas em suas práticas, essas corporações adotariam características típicas de empresas *financeirizadas*, o que se refletiria em seu *benchmark* na bolsa de valores brasileira.

Assim, é possível apontar a ocorrência da financeirização no sistema privado de ensino superior brasileiro através, principalmente, de dois dos *sentidos* apresentados anteriormente. Em relação à *financeirização da vida cotidiana*, a crescente expansão do FIES torna o endividamento um elemento central na obtenção de um diploma de ensino superior, com um papel fundamental das finanças na realidade de estudantes recém-admitidos, criando, ainda no início de suas vidas produtivas, uma dívida que precisará ser quitada não apenas com esforço, mas também com a sorte de obter um emprego de qualidade e remuneração compatível. Isso acaba por internalizar uma “*subjetivação contábil e financeira*”, na qual suas vidas se tornam um “*ativo a ser administrado*”, tornando os alunos *investidores de si mesmos* (DARDOT & LAVAL, 2009 [2016]).

Da nova atitude das corporações do setor, expõe-se um “*ethos* corporativo” renovado. Esse pode ser visualizado no rápido e agressivo crescimento

dessas empresas, que, valendo-se de aportes de grandes fundos de *private equity*, adotam posturas especulativas focadas na valorização de suas ações e ativos, atitudes possivelmente ditadas por inclinações predatórias de seus acionistas. Ao mesmo tempo, deixam a preocupação com a sua atividade nascente, a oferta de ensino de qualidade, resultado de uma construção de médio e longo prazo, para uma atitude *curto-prazista*, típica da previamente mencionada “*corporação dispensável*”. Isso também se reflete em uma forte valorização acionária e rápida expansão da lucratividade, com aparente caráter especulativo, típico da financeirização.

No presente, observa-se, até o momento, um esgotamento do uso do FIES como instrumento de expansão desse mercado, especialmente pelo seu alto custo, que, como demonstrado, atingiu pico elevadíssimo em anos recentes. As próprias empresas já buscam alternativas ao sistema de crédito subsidiado pelo governo, ao mesmo tempo em que surgem sugestões de reformas que tornem possível uma redução do custo com educação superior pública, em prol de um sistema mais robusto e amplo de financiamento estudantil (BANCO MUNDIAL, 2017). No entanto, após crescer de forma tão intensa, as grandes empresas do mercado educacional, especialmente a Kroton, adquiriram capacidade financeira suficiente para ampliar seu escopo de atuação para fora da educação superior e com menor subsídio governamental, indo em direção à educação básica, em uma aparente tentativa de manter seus acionistas constantemente satisfeitos com retornos de curto prazo (ANTUNES, 2018).

No que diz respeito à provisão social, é impossível negar os avanços observados nos últimos anos. Especificamente, a ampliação do acesso ao ensino superior por parte de uma população antes excluída não pode ser tratada como pouco significativa. No entanto, faz-se mister uma visão crítica dessas transformações em meio a um capitalismo *financeirizado*, apontando, como se buscou realizar nesse trabalho, suas reais dimensões e resultados, com efeitos para o bem-estar dos alunos e da população, assim como na dinâmica da economia. Mais do que isso, é necessário pensar em alternativas factíveis, tanto do ponto de vista econômico, quanto político.

Referências

- AGLIETTA, Michel. *Macroeconomia financeira*. São Paulo: Editora Loyola, [1995] 2004.
- ALMEIDA, Wilson. *Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo socio-lógico com bolsistas do PROUNI na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH, USP, São Paulo, 2012.
- ANTUNES, André. “Kroton Educacional: ‘Em termos de educação pública nunca experimentamos um inimigo com uma força social tão concentrada como esse’”. *Instituto Humanitas UNISINOS*, 30 de abril de 2018. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/578444-kroton-educacional-em-termos-de-educacao-publica-nunca-experimentamos-um-inimigo-com-uma-forca-social-tao-concentrada-como-esse> (acesso em dezembro de 2019).
- BANCO MUNDIAL. *Um ajuste justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*. Grupo Banco Mundial, v. 1, 2017.
- BARR, Nicholas. *The Economics of the Welfare State*. Stanford (California): Stanford University Press, 1987 [2012].
- BASTOS, Paulo. “Financeirização, crise, educação”. *Texto para Discussão*, nº 217, Instituto de Economia da UNICAMP, 2013.
- BLACKBURN, Robin. “Finance and the Fourth Dimension”, *New Left Review*, n. 39, p. 39-70, 2006.
- BRESSAN, Lucas. *Financeirização na educação superior privada brasileira: permanência por endividamento, expansão por benefício público*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2018.
- BRUNO, Miguel. “Financiarisation et Accumulation du Capital Productif au Brésil: Les Obstacles Macro-Économiques à une Croissance Soutenue”, *Revue Tiers-Monde*, v. 189, p. 65-92, 2007.
- BRUNO, Miguel; ARAUJO, Eliane & PIMENTEL, Débora. “Financialization Against Industrialization: A Regulationist Approach of the Brazilian Paradox”, *Revue de la Regulation: capitalisme, institutions, pouvoirs*, v. 11, p. 1-39, 2012.
- CARVALHO, Cristina. *A política pública para a educação superior no Brasil (1995-2008): ruptura e/ou continuidade?*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2011.
- _____. “Capital Concentration and Financialization In Brazilian Private Higher Education”, *Academia*, v. 10, p. 56-78, 2017.
- CARVALHO, Cristina & LOPREATO, Francisco. “Finanças públicas, renúncia fiscal e o PROUNI no governo Lula”, *Impulso*, v. 16, n. 40, p. 93-104, Piracicaba, 2005.
- CASTELLANO, Nina. *Brasil: Proteção Social pelo Endividamento?* Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Instituto de Economia, UFRJ, 2016.
- CGU. *Relatório de Auditoria Anual de Contas. Unidade Auditada: FIES*. Controladoria Geral da União, 2017. Disponível em <https://auditoria.cgu.gov.br/download/10477.pdf> (acesso em dezembro de 2019).
- CHAVES, Vera. “Financeirização e expansão do ensino superior privado-mercantil no Brasil”, *FORGES*, 2016.
- CHESNAIS, François. *Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump*. Leiden, Boston: Brill, 2016.
- CROTTY, James. “The Neoliberal Paradox: The Impact of Destructive Product Market Competition and ‘Modern’ Financial Markets on Nonfinancial Corporation Performance in the Neoliberal Era”. In: EPSTEIN, Gerald A. (ed.). *Financialization and the World Economy*. Cheltenham, Glos: Edward Elgar, 2005.

ERTURK, Ismail; FROUD, Julie; JOHAL, Sukhdev; LEAVER, Adam & WILLIAMS, Karel. *Financialization at Work: Key Texts and Commentary*. London: Routledge, 2008.

FAJNZYLBER, Fernando. "Industrialização na América Latina: da 'caixa preta' ao conjunto vazio", *Revista de Economia Política*, v. 12, 1992.

FILHO, João & CHAVES, Vera. "O financiamento estudantil (FIES) e as implicações na financeirização de grupos educacionais". In: CHAVES, Vera & AMARAL, Nelson. (org.). *Políticas de financiamento da educação superior num contexto de crise*. Campinas: Editora Mercado de Letras, 2017.

FINE, Ben. "The continuing enigmas of social policy". *UNRISD Working Paper*, n. 2014-10, 2014.

FIX, Mariana. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2011.

IPEA. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento*. IPEA, 2014.

KRIPPNER, Gretta. "The financialization of the American economy", *Socio-Economic Review*, n. 3, p. 173–208, 2005.

LAVINAS, Lena. "21st Century Welfare", *New Left Review*, v. 84, November/December, 2013.

_____. "A financeirização da política social: o caso brasileiro", *Politika*, n. 2, p. 35–51, 2015a.

_____. "Bolsa-família e bolsa-banco: a financeirização do social", *Insight Inteligência*, v. 18, n. 70, p. 69-72, 2015b.

_____. "Brasil 2000: mais consumo, pouca redistribuição". In: SOUZA, Pedro (org.). *Brasil, sociedade em movimento*. São Paulo: Paz e Terra e Centro Internacional Celso Furtado, 2015c, p. 93-102.

_____. "How social developmentalism reframed social policy in Brazil", *desiguALdades.net Working Paper*, n. 94, 2016.

_____. *The Takeover of Social Policy by Financialization: The Brazilian Paradox*. New York: Palgrave Macmillan US, 2017.

LAVINAS, Lena; ARRAÚJO, Eliane & BRUNO, Miguel. "Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória". *Texto para Discussão*. 32, IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

LAZONICK, William & O'SULLIVAN, Mary. "Maximizing Shareholder Value: A New Ideology for Corporate Governance", *Economy and Society*, v. 29, n. 1, p. 13-35, 2000.

MARTIN, Randy. *Financialization of Daily Life*. Philadelphia: Temple University Press, 2002.

MIDIALDEA, Bibiana. *Subdesarrollo, Capital Extranjero y Financiarización: la Trampa Financiera de la Economía Brasileña*. Tese (Doutorado em Economia Aplicada I), Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *FIES: Diagnóstico e Propostas*. Ministério da Fazenda, Apresentação, 2017. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/76c79afe-6979-4492-ba4c-1bfc7ab51e10> (acesso em dezembro de 2019).

MINISTÉRIO DA FAZENDA; TESOURO NACIONAL & MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diagnóstico FIES*. Ministério da Fazenda, Junho de 2017. Disponível em http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/apresentacoes/arquivos/2017/diagnosticofies_junho2017.pdf (acesso em dezembro de 2019).

NASCIMENTO, Paulo. "Crédito educativo com amortizações contingentes à renda: uma alternativa para a reformulação do financiamento estudantil no Brasil", IPEA, *Radar*, nº 41, 2015.

REIS, Luiz. "Dívida pública, política econômica e financiamento das universidades federais nos Governos Lula e Dilma (2003-2014)". In: CHAVES, J. & AMARAL, N. (org.). *Políticas de financiamento da educação superior num contexto de crise*. Campinas: Editora Mercado de Letras, 2017.

ROLNIK, Raquel. "Late Neoliberalism: the Financialization of Homeownership and Housing Rights", *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 37.3, 2013.

SAMPAIO, Helena. "O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações", *Revista Ensino Superior UNICAMP*, nº 4, 2011.

SESTELO, José. *Planos e seguros de saúde no Brasil de 2000 a 2015 e a dominância financeira*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

SESTELO, José & BAHIA, Lígia. "Renovação na dinâmica de acumulação primitiva dentro do sistema de saúde do Brasil: o caso QUALICORP". In: *2º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde*, 2013.

TESOURO NACIONAL. *Gasto Social do Governo Central: 2002-2015*. Secretaria do Tesouro Nacional, 2016.

VAN DER ZWAN, Natascha. "Making sense of financialization", *Socio-Economic Review*, v. 12, p. 99–129, 2014.

FÁBIO PITTA

ALLAN RODRIGO DE CAMPOS SILVA

ARTUR ATTARIAN CARDOSO CAMARERO

DANIEL MANZIONE GIAVAROTTI

LUKÁCS E A CRÍTICA DIALÉTICA AO CAPITALISMO MOISHE POSTONE

Recebido em 12/05/2020

Aprovado em 26/06/2020

LUKÁCS E A CRÍTICA DIALÉTICA AO CAPITALISMO¹ - MOISHE POSTONE²

TRADUTORES

FÁBIO PITTA

Professor assistente do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Tem pós-doutorado em Geografia com um estudo sobre capital fictício e a crise econômica brasileira recente. Seus interesses de pesquisa passam pela interrelação entre capital fictício, crítica do valor e do trabalho e teoria da crise.

E-mail: pitta.fabio@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5460-9669>

ALLAN RODRIGO DE CAMPOS SILVA

Doutor em Geografia Humana (2018) pela Universidade de São Paulo (USP), com Mestrado em Geografia Humana (2013) também pela USP, ambas as pesquisas financiadas pela FAPESP. Bacharel em Geografia (2010) também pela USP. Tem experiência nas áreas de Geografia Econômica e Geografia da População. Trabalha com os temas: modernização, agroindústria avícola, relações de trabalho, migrações e refúgio. Traduziu para português o livro “Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência” de Rob Wallace.

E-mail: allanpos@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6077-1435>

Resumo

O artigo “Lukács e a crítica dialética do capitalismo” é a tradução inédita para o português de um texto de autoria de Moishe Postone, de 2003, originalmente publicado em inglês. O texto se debruça sobre o ensaio “A reificação e a consciência do proletariado” de Georg Lukács, apontando sua importância para o desenvolvimento de uma teoria crítica do capitalismo e da modernidade, porque desdobra da categoria de mercadoria de Marx. Não obstante tal reconhecimento, apresenta uma crítica fundamental ao pensamento de Lukács por este criticar a forma mercadoria a partir de um materialismo hegeliano, para o qual a dialética é entendida como própria do humano, diante da qual o trabalho adquire existência trans-histórica, e a superação do capitalismo figura como a realização da identidade sujeito-objeto na forma do proletariado. Ao contrário, a reinterpretação de Marx oferecida por Postone indica ser a dialética própria à sociabilidade capitalista, ao identificar o *Geist* ao capital, sendo a partir dela que se deve estruturar a possibilidade crítica desta sociabilidade entendida como crítica do próprio trabalho, de modo a não projetar a superação do capitalismo a partir da realização desta categoria.

Palavras-chave: Lukács; capitalismo; dialética.

¹ O presente texto foi originalmente publicado como capítulo do livro *New dialectics and political economy*, sob coordenação de Robert Albritton & John Simoulidis, Ed. Palgrave Mcmillan, Nova York, EUA, 2003. Além do trabalho de tradução e revisão dos autores listados, a presente tradução contou com revisão detalhada dos pareceristas anônimos da *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*.

² Moishe Postone (1942-2018) foi professor da cátedra *Thomas E. Donnelley* de História na Universidade de Chicago. Além disso, foi membro do *Center for Jewish Studies* e codiretor do *Chicago Center for Contemporary Theory* (3CT). No *College* da Universidade de Chicago, ensinou por décadas estudantes de graduação a sequência de cursos *Self, Culture and Society*. Dentre seus trabalhos mais conhecidos, listamos o livro *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*, Ed. Boitempo, São Paulo, 2014, e, em parceria com Eric L. Santner, *Catastrophe and meaning: the Holocaust and the twentieth century*, Ed. University of Chicago Press, Chicago, EUA, 2003.

Abstract

ARTUR ATTARIAN CARDOSO
CAMARERO

Mestre em Geografia Humana pela USP (2017), estudo com ênfase na mobilidade do trabalho dos imigrantes armênios na Metrópole Paulistana, bem como nas formas de representação da identitária de descendentes de armênios em diversas localidades visitadas durante o trabalho de campo da pesquisa, o que inclui a experiência de viver três meses na Armênia. Bacharel (2013) em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Em 2017 traduziu para o português o artigo *A Theoretical Model of Genocide, With Particular Reference to the Armenian Case*, de Vakhn Dadrian, publicado pela Revista HADES - Revista Interdisciplinar - UNIFESP.

E-mail: artur.attarian@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4962-1206>

REVISOR

DANIEL MANZIONE
GIAVAROTTI

Pós-doutorando no Programa de Pós-graduação em Filosofia da USP e atualmente pesquisa a incorporação das contribuições de Michel Foucault nos estudos sobre as periferias de São Paulo. Em seu doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da USP, realizou um sanduíche sob a supervisão de Moishe Postone na Universidade de Chicago, e se dedicou a pesquisar as transformações na forma de incorporação das populações periféricas ao circuito global do capital.

E-mail: manzione79@usp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0941-6179>

Translated into Portuguese for the first time, Moishe Postone's article "Lukács and the dialectical critique of capitalism" discusses Georg Lukács' essay named "The reification and the consciousness of the proletariat," in which Lukács points out the importance of the commodity category, as defined by Marx, for a deeper discussion of a critical theory of capitalism and Modernity. Notwithstanding his acknowledgement of Lukács' analysis, Moishe Postone presents critical objections to Lukács' concept of commodity, which approaches history from a Hegelian perspective. In that sense, the dialectic is understood as a human feature, labor is conceived as trans-historical, and in turn, the overcoming of capitalism becomes the manifestation of the subject-object identity in the form of the proletariat. Rather, Postone's reinterpretation of Marx's theory asserts the historical determination of the dialectic as attached to the capital, which, in turn, is identified with Hegel's Geist. Such inversion leads to the possibility of a critique of labor and suggests the need for it to be abolished, instead of realizing it, in order to overcome capitalism.

Keywords: Lukács; capitalism; dialectics.

A transformação histórica nas décadas recentes das sociedades industrializadas avançadas, o colapso da União Soviética e do comunismo e a emergência de uma ordem global capitalista neoliberal têm chamado atenção mais uma vez sobre a questão das dinâmicas históricas e as transformações globais. Essas mudanças históricas sugerem a necessidade de uma teoria renovada de acordo com o capitalismo, renovação essa que não pôde ser realizada adequadamente pelas teorias pós-estruturalistas e pós-modernas, hegemônicas nas décadas de 1970 e 1980.

O brilhante ensaio de Georg Lukács, “A reificação e a consciência do proletariado”, pode servir como um ponto de partida para tal renovação teórica (LUKÁCS, 2003, p. 193-411). Nesse ensaio, Lukács desenvolve uma rica e rigorosa análise crítica da modernidade capitalista. Aspectos da teoria de Lukács, entretanto, estão em desacordo com sua análise. Não obstante, como argumentarei, sua abordagem teórica, se apropriada criticamente, pode servir de base para uma sofisticada teoria da sociedade capitalista, relevante ainda hoje. Tal teoria poderia afastar muitos defeitos das críticas marxistas tradicionais ao capitalismo e recuperar a relação de teorias críticas do capitalismo para outras correntes maiores da teoria crítica social hoje.

O quadro conceitual do ensaio “Reificação” de Lukács difere significativamente da maior parte das abordagens do marxismo. Como uma intervenção política e teórica, o ensaio decisivamente rejeita o cientificismo e a fé no progresso histórico linear da ortodoxia do marxismo da Segunda Internacional. Tais posições, para Lukács, foram as bases teóricas profundas das falhas políticas e históricas mundiais da social democracia para prevenir a guerra em 1914 e trazer mudanças históricas radicais em 1918-1919. Lukács rompe teoricamente com o marxismo da Segunda Internacional reafirmando a dimensão hegeliana do pensamento de Marx, focando na importância da subjetividade e na centralidade da práxis. Seu ensaio recupera a crítica marxista à economia política como uma teoria social poderosa, uma teoria dialética da práxis.

No centro da teoria da práxis de Lukács está a sua apropriação das categorias da crítica madura de Marx, como a mercadoria. Na estrutura de sua abordagem categorial, a práxis não está simplesmente em oposição às estruturas, mas é também constitutiva delas³. Ao apropriar a teoria da práxis de Marx e situá-la no centro mesmo de sua análise crítica do capitalismo, Lukács defende energicamente a inter-relação intrínseca das dimensões subjetivas e objetivas da vida social. Ambas são constituídas por formas determinadas de práxis. Significa dizer, tal como as entende Lukács, que as categorias da crítica madura de Marx têm um significado que vai muito além de meras categorias econômicas; ele as interpreta como categorias das formas da vida social moderna – subjetivas, bem como objetivas⁴. Sob esse aspecto, sua abordagem tem paralelo com a de Marx, que, nos *Grundrisse*, refere-se às categorias como *Daseinsformen* (formas de ser) e *Existenzbestimmungen* (determinações de existência) (MARX, 2011, p.59).

Na base dessa apropriação categorial, Lukács desenvolve uma sofisticada teoria social da consciência e do conhecimento, que envolve uma crítica fundamental ao cartesianismo e ao dualismo sujeito-objeto. A sua teoria da práxis lhe permite sustentar que o sujeito é tanto produtor como produto do processo dialético (LUKÁCS, 2003, p.296). Consequentemente: “pensamento e existência não são idênticos no sentido de que eles ‘correspondem’ ou ‘refletem um ao outro, ‘correm paralelamente’ entre si, ou ‘coincidem’ um com o outro (todas as expressões dissimulam uma rígida dualidade)” (LUKÁCS, 2003, p. 403)⁵. Assim, na estruturada análise categorial

³ Para evitar mal-entendidos que o termo “categórico” pode ensejar; eu uso “categorial” para me referir à tentativa de Marx de apreender as formas da vida social moderna pelas categorias de sua crítica da economia política.

⁴ Assim, Lukács critica Ernst Bloch por perder a real dimensão do (que ele chama) materialismo histórico ao assumir que sua perspectiva é meramente econômica, com uma tentativa de “aprofundá-la” complementando-a com um pensamento utópico (religioso). Bloch, de acordo com Lukács, não percebe que o que ele chama de econômico se relaciona com um sistema de formas que define a real e concreta vida da humanidade (cf. LUKÁCS, 2003, p.382).

⁵ Considerando a reinterpretação da teoria crítica de Marx realizada por Moishe Postone, optamos por apresentar ao longo do texto nossas sugestões de tradução para as citações de Lukács extraídas por Postone da edição americana quando na tradução na edição brasileira do ensaio “A reificação e a consciência do proletariado”, de 2003, houver diferenças que nos pareçam significativas (N.T.).

de Lukács, “a consciência... é uma parte integral, necessária, imprescindível daquele processo (histórico) de devir” (*idem ibidem*)⁶. Ao analisar as inter-relações entre consciência e história, o principal interesse de Lukács é delinear a possibilidade histórica da consciência de classe revolucionária. Ao mesmo tempo, ele apresenta uma brilhante análise histórica e social da filosofia ocidental moderna. Tal pensamento, de acordo com Lukács, tenta lidar com os problemas gerados pelas peculiares formas abstratas devida características de seu contexto (capitalista), enquanto permanece limitado à imediatividade das formas de aparência desse contexto. Dessa forma, para o pensamento filosófico, os problemas gerados pelo seu contexto são equivocadamente tidos como trans-históricos e ontológicos (*cf.* LUKÁCS, 2003, p. 240-242). De acordo com Lukács, foi Marx quem primeiro analisou adequadamente os problemas enfrentados pela filosofia moderna. E o fez mudando os termos daqueles problemas, fundamentando-os social e historicamente nas formas sociais do capitalismo expressas por categorias tais como a mercadoria.

Recuperando esse modo de análise, Lukács formula uma crítica histórica e social do moderno pensamento filosófico e sociológico. Ao analisar tal pensamento social e historicamente, ele não o faz com referência a considerações de interesse de classe. Em lugar de focar na função do pensamento para um sistema social de dominação, como a dominação de classe, Lukács tenta fundamentar a natureza desse pensamento nas peculiaridades das formas sociais (mercadoria, capital) constitutivas do capitalismo. A análise de Lukács das formas sociais busca relacionar intrinsecamente os aspectos sociais e culturais da vida.

Essa apropriação da análise categorial de Marx rompe decisivamente com as clássicas concepções marxistas de base-superestrutura. Tais concepções são elas mesmas dualistas – a base sendo entendida como o nível mais fundamental da objetividade social, e a superestrutura sendo identificada como subjetividade social. A abordagem de Lukács também difere da

⁶ “consciência [...] é uma parte necessária e indispensável do processo [histórico] do vir-a-ser.” (N.T.).

concepção de outro grande teórico da práxis, Antonio Gramsci, uma vez que ele relaciona intrinsecamente formas de pensamento e formas sociais, e não trata sua relação como extrínseca ou de maneira funcionalista. Em outras palavras, a abordagem de Lukács pode servir como o ponto de partida para uma análise da natureza das próprias formas culturais capitalistas modernas. Ela não só elucidada a função hegemônica dessas formas, mas também delinea uma abrangente estrutura das formas de subjetividade historicamente determinadas em que ocorre a diferenciação relacionada à classe.

A abordagem que Lukács desenvolve no ensaio “Reificação” não apenas provê a base para uma sofisticada teoria histórica da subjetividade, mas também afasta implicitamente o foco da crítica do capitalismo das preocupações do marxismo tradicional. Sob esse aspecto, a análise de Lukács pode ser entendida como uma tentativa de desenvolver uma teoria crítica autorreflexiva da modernidade capitalista, que seria adequada às grandes mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais associadas ao desenvolvimento do capitalismo do século XX. E o faz de uma forma que responde às críticas ao marxismo formuladas pelos teóricos sociais clássicos.

Como se sabe, teóricos sociais importantes como Max Weber e Émile Durkheim argumentaram, na virada do século passado, que, ao contrário da visão crítica do marxismo tradicional clássico, a sociedade moderna não pode ser analisada adequadamente em termos do mercado e da propriedade privada. Os dois teóricos indicaram o que consideravam as características mais fundamentais da sociedade moderna – Durkheim enfatizando a divisão do trabalho, Weber focando no processo de racionalização e burocratização. Para ambos, a abolição do mercado e da propriedade privada não seria suficiente para transformar fundamentalmente a sociedade moderna. Na verdade, tal abolição simplesmente reforçaria seus aspectos mais negativos.

Embora essas teorias da modernidade possam ter sido reações aos movimentos e teorias socialistas, elas também procuraram enfrentar os problemas e

questões criados pela transformação histórica da sociedade capitalista – de uma configuração liberal, no século dezanove, para uma forma organizada burocraticamente, centrada no Estado, no século vinte. Visto dessa forma, a abordagem de Lukács pode ser entendida como uma tentativa de compreender as mudanças históricas com as quais teóricos como Weber e Durkheim estavam lidando, incorporando suas preocupações em uma teoria mais abrangente do capitalismo.

Mais especificamente, Lukács adota a caracterização de modernidade weberiana em termos de processos de racionalização e fundamenta esses processos historicamente ao se apropriar da análise de Marx da forma mercadoria como a forma social básica estruturante da sociedade capitalista. Assim, Lukács começa o ensaio “Reificação” argumentando que os processos de racionalização e quantificação que moldam as instituições modernas estão enraizados na forma mercadoria (LUKÁCS, 2003, p. 196-240). Seguindo Marx, ele caracteriza a sociedade capitalista moderna em termos da dominação dos seres humanos pelo tempo, e trata a organização fabril da produção como uma versão concentrada da estrutura da sociedade capitalista como um todo (*ibidem*, p. 203-204). Essa estrutura se expressa na natureza da burocracia moderna (*ibidem*, p. 219-222) e dá origem a uma forma de Estado e do sistema legal que lhe corresponde (*ibidem*, p. 214). Ao fundamentar o moderno processo de racionalização dessa maneira, Lukács procura mostrar que aquilo que Weber descreveu como a “jaula de ferro” da vida moderna não é uma consequência necessária de qualquer forma de sociedade moderna, mas é uma função do capitalismo. Portanto, ele pode ser transformado.

O ensaio de Lukács sobre reificação demonstra o poder e o rigor de uma teoria crítica da sociedade capitalista, categorialmente baseada, tanto como uma teoria da intrínseca relação entre cultura, consciência e sociedade, quanto como uma crítica do capitalismo. A sua crítica vai além de uma preocupação com o mercado e a propriedade privada – ou seja, com questões de dominação de classe e exploração. Ela procura apreender

criticamente e fundamentar socialmente os processos de racionalização e quantificação, assim como um modo de poder e dominação abstrato que não pode ser entendido adequadamente em termos de dominação concreta, pessoal ou de grupo. Ou seja, a concepção de capitalismo implicada pela análise de Lukács, portanto, é muito mais abrangente e profunda do que a tradicional: um sistema de exploração baseado na propriedade privada e no mercado. Na verdade, sua concepção implica dizer que, em última análise, essas podem não ser características mais básicas do capitalismo. Além disso, a análise de Lukács fornece um nível de rigor conceitual ausente na maior parte das discussões sobre modernidade. Ela indica que “sociedade moderna” é simplesmente um termo descritivo para uma forma de vida social que pode ser analisada com mais rigor como capitalismo.

Entretanto, Lukács não cumpre a promessa de realizar o tipo de crítica categorial que esboça. Embora o ensaio “Reificação” apresente uma crítica do capitalismo fundamentalmente mais rica e mais adequada que a do marxismo tradicional, no fim das contas a sua crítica permanece presa a algumas daquelas pressuposições teóricas fundamentais – falha que enfraquece a sua tentativa de formular uma crítica do capitalismo adequada ao século vinte.

I. Marxismo Tradicional

Por “marxismo tradicional” eu não me refiro a uma tendência histórica específica no marxismo, tal como o marxismo ortodoxo da Segunda Internacional, por exemplo. De maneira mais geral, refiro-me a todas as análises que entendem o capitalismo essencialmente em termos de relações de classe estruturadas por uma economia de mercado e pela propriedade privada dos meios de produção. As relações de dominação são entendidas principalmente em termos de dominação de classe e exploração. Nessa estrutura geral, o capitalismo é caracterizado por uma crescente contradição estrutural entre as relações sociais básicas dessa sociedade (interpretadas como

a propriedade privada e o mercado) e as forças produtivas (interpretadas como o modo de produção industrial).

O desdobramento dessa contradição dá origem à possibilidade de uma nova forma de sociedade, entendida em termos de propriedade coletiva dos meios de produção e planificação econômica em um contexto industrializado – ou seja, um modo de distribuição justo e conscientemente regulado adequado à produção industrial. A produção industrial é entendida como um processo técnico que, embora utilizada pelos capitalistas para seus fins particularistas, é intrinsecamente independente do capitalismo; poderia ser utilizada para o benefício de todos os membros da sociedade.

Essa compreensão está vinculada a uma determinada leitura das categorias básicas da crítica da economia política de Marx. A sua categoria de valor, por exemplo, foi geralmente interpretada como uma tentativa de mostrar que o trabalho humano sempre e em toda parte cria riqueza social e subjeta o como que automático [*quasi-automatic*] modo de distribuição mediado pelo mercado no capitalismo. A sua teoria do mais-valor, de acordo com tais visões, demonstra a existência da exploração ao mostrar que apenas o trabalho cria o produto excedente, que, no capitalismo, é apropriado pela classe capitalista. Desse modo, as categorias de Marx, nesse referencial geral, são essencialmente categorias do mercado e da propriedade privada (cf. DOBB, 1940, p. 70-71; COHEN, 1988, p. 208-238; ELSTER, 1985, p. 127; MEEK, 1956; SWEEZY, 1968, p. 52-53; STEEDMAN, 1981, p. 11-19).

No núcleo dessa teoria reside uma compreensão trans-histórica – e do senso comum – sobre o trabalho como uma atividade mediadora entre seres humanos e natureza, que transforma a matéria de maneira a alcançar um objetivo, e é uma condição da vida social. O trabalho, entendido dessa forma, é postulado como a fonte da riqueza em todas as sociedades e como o que constitui o que é verdadeiramente universal e social. No capitalismo, entretanto, o trabalho é impedido, por relações particularistas e fragmentárias, de ser realizado plenamente. “Trabalho”, entendido trans-historicamente, constitui o ponto de partida dessa crítica – tanto

teórica quanto socialmente. A emancipação é realizada em uma forma social na qual o “trabalho” trans-histórico, livre das amarras do mercado e da propriedade privada, emerge abertamente como o princípio regulador da sociedade (Essa noção, é claro, está vinculada à da revolução socialista como “autorrealização” do proletariado).

Deveria ser notado que, nessa estrutura geral, forma (relações capitalistas de produção ou, expresso categorialmente, valor e mais-valor) e conteúdo (produção industrial ou, mais geralmente, “trabalho”) estão relacionados apenas contingentemente. Uma sociedade futura estaria baseada no conteúdo se realizando, despojado das formas capitalistas distorcidas (Como veremos, entretanto, forma e conteúdo são intrinsecamente relacionadas na análise de Marx).

No interior desse referencial básico houve uma ampla gama de abordagens teórica, metodológica e politicamente muito diferentes. Não obstante, dado que tais abordagens compartilham as suposições básicas com relação ao trabalho e às características essenciais do capitalismo e do socialismo acima delineadas, elas permanecem vinculadas ao quadro daquilo que eu chamei de marxismo tradicional.

Em vista dessas considerações, há uma aparente tensão no pensamento de Lukács. De um lado, seu foco na forma mercadoria permite uma crítica do capitalismo que explode os limites do referencial marxista tradicional. De outro, quando ele trata da questão da possível superação do capitalismo, ele recorre à noção do proletariado como o sujeito revolucionário da história (LUKÁCS, 2003, p. 325-411). Essa ideia, entretanto, está ligada a uma concepção de capitalismo em que o trabalho é considerado o ponto de vista crítica. E é difícil ver como a noção de proletariado como sujeito revolucionário aponta para a possibilidade de uma transformação do caráter quantitativo, racionalizado e racionalizante das modernas instituições que Lukács analisa criticamente como capitalistas.

A teoria de Lukács do proletariado, na terceira parte de seu ensaio, parece, então, estar em tensão com a concepção do capitalismo mais profunda e

ampla apresentada na primeira parte do ensaio. Isso sugere que a teoria do proletariado de Lukács contradiz a sua análise categorial, ou que sua própria análise categorial é inadequada. Vale dizer, tal contradição levanta a questão de se o entendimento específico de Lukács das categorias da crítica de Marx fundamenta adequadamente o rico entendimento crítico do capitalismo que ele apresenta no ensaio “Reificação”.

Eu vou sustentar que o entendimento de Lukács das categorias é de fato problemático e é consistente com sua teoria do proletariado, uma teoria que outros autores criticaram como dogmática e mitológica (ARATO & BREINES, 1979, p. 140)⁷. Não obstante, suas concepções mais abrangentes de capitalismo e de uma análise categorial são separáveis de seu entendimento específico das categorias e sua teoria do proletariado. Todavia, a apropriação da primeira, a enorme contribuição teórica de Lukács, exige interrogar criticamente sua concepção da mercadoria, a suposta categoria fundamental da sociedade capitalista moderna.

Irei defender que Lukács basicamente apreende a mercadoria nos termos do marxismo tradicional e que, como resultado, sua análise categorial recapitula algumas das antinomias do pensamento burguês que ele critica. Apesar de sua crítica histórico-social do dualismo, a sua compreensão da mercadoria é dualista. Ela reproduz a oposição de forma e conteúdo que ele critica e, implicitamente, opõe práxis a estruturas sociais formalistas, de maneira que entram em desacordo com a compreensão dialética da práxis como estruturas constituintes, as quais, por sua vez, são constitutivas da práxis.

Outra compreensão da mercadoria permitiria uma crítica categorial do capitalismo que poderia realizar o rigor conceitual e poder analítico tanto sugeridos quanto minados pelo notável ensaio de Lukács. E eu devo sugerir que, apesar da brilhante apropriação de Lukács da crítica da economia

⁷ Não deixa de ser curioso que os autores elaborem uma crítica de Lukács em 1979, doze anos depois que Lukács escreve uma autocrítica, no mesmo sentido, no prefácio à reedição de *História e Consciência de Classe*, em 1967 (N.E.).

política de Marx, a análise da mercadoria deste último em *O Capital* difere fundamentalmente da de Lukács e fornece justamente a base para tal compreensão alternativa. Não obstante, a própria interpretação da análise de Marx que eu irei delinear é tributária da rica abordagem geral de Lukács, embora se contraponha à compreensão específica das categorias do último.

A fim de abordar as diferenças entre a compreensão da mercadoria de Marx e a de Lukács, analisarei brevemente como diferem, de maneira significativa, as suas interpretações críticas da concepção de *Geist* de Hegel, o sujeito-objeto idêntico da história (POSTONE, 2014, p. 92-104). A minha intenção não é simplesmente estabelecer que a interpretação de Marx é diferente da de Lukács, mas de começar a elaborar as implicações dessas diferenças para o entendimento da categoria fundamental de ambas as teorias críticas – a mercadoria. Ao elaborar essas diferenças, espero indicar a possível apropriação da força da abordagem de Lukács de modo a romper mais decisivamente com o marxismo tradicional e abrir a possibilidade de uma crítica mais adequada do capitalismo hoje.

2. Hegel, Lukács e Marx

Como se sabe, Hegel tentou superar a clássica dicotomia teórica entre sujeito e objeto com sua teoria de que a realidade, tanto natural quanto social, tanto subjetiva como objetiva, é constituída pela prática, pela prática objetivante do *Geist*, o sujeito histórico-mundial. O *Geist* constitui a realidade objetiva por meio de um processo de externalização, ou auto-objetivação, e no processo se constitui reflexivamente. Na medida em que objetividade e subjetividade são ambas constituídas pelo *Geist* enquanto este se desdobra dialeticamente, elas são da mesma substância, em lugar de necessariamente distintas. Ambas são momentos de um todo geral que é substancialmente homogêneo – uma totalidade.

Para Hegel, então, o *Geist* é simultaneamente objetivo e subjetivo; é o sujeito-objeto idêntico, a “substância” que é ao mesmo tempo “sujeito”: “A

substância viva é, ademais, aquele Ser que é [...] sujeito ou, o que é a mesma coisa, o que é [...] real apenas na medida em que é o movimento de pôr a si mesmo, ou a mediação do processo de devir diferente de si mesmo consigo mesmo” (KAUFMANN, 1966, p. 28)⁸.

O processo pelo qual essa substância/sujeito automovente, o *Geist*, constitui objetividade e subjetividade conforme se desdobra dialeticamente é um processo histórico fundamentado nas contradições internas da totalidade. O processo histórico de auto-objetivação, de acordo com Hegel, é também o processo da autoalienação, e, em última instância, conduz à reapropriação pelo *Geist* daquilo que foi alienado no curso de seu desdobramento. Em outros termos, o desenvolvimento histórico tem um ponto final: a autorrealização do *Geist* como um Sujeito totalizante e totalizado.

Em “Reificação e a consciência do proletariado”, Lukács apropria-se da teoria de Hegel em um estilo “materialista” com a intenção de situar a categoria de prática no centro de uma teoria social dialética. Ao traduzir o conceito de *Geist* de Hegel em termos antropológicos, Lukács identifica o proletariado de uma maneira hegeliana “materializada” como o sujeito-objeto idêntico do processo histórico, como o sujeito histórico, constituindo o mundo social e a si mesmo através de seu trabalho. Analogamente, Lukács analisa a sociedade como uma totalidade constituída pelo trabalho, tradicionalmente entendido. A existência dessa totalidade, de acordo com Lukács, é velada pelo caráter fragmentado e particularista das relações sociais burguesas. Ao derrubar a ordem capitalista, o proletariado autorrealizar-se-ia como o sujeito histórico; a totalidade que ele constitui realizar-se-ia plenamente. A totalidade e, conseqüentemente, o trabalho fornecem ponto de partida da análise crítica de Lukács da sociedade capitalista (LUKÁCS, 2003, p. 226-260, 282, 302, 312-316, 331, 352, 391-397).

A interpretação de Lukács das categorias e sua leitura de Hegel, em particular sua identificação do proletariado com o conceito de sujeito-objeto

⁸ cf. Hegel *apud* Postone (2014), p. 93 (N.T.)

idêntico, foram frequentemente identificadas com a posição de Marx (PICCONE, 1982, p. xvii). De fato, em *O Capital*, Marx tenta embasar social e historicamente o que Hegel buscou apreender com seu conceito de *Geist*. Uma leitura mais detida, entretanto, indica que a apropriação de Hegel feita por Marx em suas obras maduras difere fundamentalmente da de Lukács, que considera a totalidade afirmativamente, como o ponto de vista da crítica, e que identifica o sujeito-objeto idêntico de Hegel com o proletariado. O que, por sua vez, sugere algumas diferenças fundamentais entre suas análises categoriais.

Em seus primeiros escritos, como, por exemplo, *A sagrada família* (1845), Marx critica o conceito filosófico de “substância” e, em particular, a conceitualização de Hegel da “substância” como “sujeito” (MARX, 2003, p. 156-163). No início de *O Capital*, entretanto, o próprio Marx faz uso analítico da categoria de “substância”. Ele se refere ao valor como tendo uma “substância”, que ele identifica como trabalho humano abstrato (MARX, 1996, p. 168). Portanto, Marx não considera mais “substância” simplesmente uma hipóstase teórica, mas agora a concebe como um atributo do valor – *i.e.*, da peculiar forma de relações sociais mediada pelo trabalho que caracteriza o capitalismo. “Substância”, para Marx, é agora uma expressão de uma realidade social determinada. Ele investiga tal realidade social em *O Capital*, desdobrando logicamente as formas mercadoria e dinheiro de suas categorias de valor de uso e valor. Sobre essa base, Marx inicia analisando a complexa estrutura das relações sociais expressas por sua categoria de capital. Ele inicialmente determina o capital em termos de valor, como valor que se autovaloriza. Nesse ponto de sua exposição, Marx apresenta a categoria de capital de forma a claramente relacioná-la ao conceito hegeliano de *Geist*:

Ele [o valor/MP] passa constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento, e, com isso, transforma-se no *sujeito automático* [...] Na verdade, porém, o valor se torna, aqui, o sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera sua própria grandeza [...] como valor originário, valoriza a si mesmo. Pois o movimento em que ele adiciona mais-

valor é seu próprio movimento, sua valorização é, portanto, autovalorização [...] ele se apresenta, de repente, como uma *substância em processo*, que move a si mesma e para a qual mercadorias e dinheiro não são mais do que meras formas. (MARX, 2013, p. 229-230; grifos do autor)

Por conseguinte, Marx caracteriza explicitamente o capital como uma substância automovente que é sujeito. Ao fazer isso, Marx sugere que um sujeito histórico no sentido hegeliano, de fato, existe no capitalismo. Porém, ele não identifica esse sujeito com qualquer grupo social, tal como o proletariado ou a humanidade. Ao contrário, Marx o apreende com referência às relações sociais constituídas pelas formas práticas objetivantes compreendidas pela categoria de capital. A sua análise sugere que as relações sociais que caracterizam o capitalismo são de um tipo muito peculiar – elas possuem os atributos que Hegel confere ao *Geist*.

A interpretação de Marx do Sujeito histórico com referência à categoria de capital indica que as relações sociais no centro de sua crítica não deveriam ser entendidas essencialmente em termos de relações de classe, mas em termos de formas de mediação social expressas por categorias tais como valor e capital. Assim, o sujeito de Marx é similar ao de Hegel. É abstrato e não pode ser identificado com quaisquer atores sociais. Além do mais, ele se desdobra no tempo independente da vontade.

Em *O Capital*, Marx analisa o capitalismo em termos de uma dialética do desenvolvimento que, porque independente da vontade, apresenta a si mesmo como uma lógica. Ele trata o desdobramento de tal lógica dialética como uma expressão real das relações sociais alienadas que, embora constituídas pela prática, existem como se fossem independentes [*quasi-independent*]. Ele não analisa essa lógica como uma ilusão, mas como uma forma de dominação que é uma função das formas sociais do capitalismo. Marx agora analisa a lógica dialética da história como uma função do capitalismo em lugar de uma característica da história humana enquanto tal.

Como o Sujeito, o capital é um “sujeito” notável. Enquanto o sujeito de Hegel é trans-histórico e cognoscitivo, na análise de Marx ele é historicamente

determinado e cego. Como uma estrutura constituída por formas de prática determinadas, o capital pode, por sua vez, ser constitutivo de formas de prática e subjetividade sociais; como uma forma social autorreflexiva, ele pode induzir à autoconsciência. Diferentemente do *Geist* de Hegel, entretanto, ele não possui autoconsciência. A subjetividade e o sujeito histórico-social, em outras palavras, devem ser distinguidos na análise de Marx.

A identificação do sujeito-objeto idêntico com determinadas estruturas de relações sociais tem implicações muito importantes para uma teoria da subjetividade. Como vimos, Marx não identifica simplesmente com um agente social o conceito do sujeito-objeto idêntico com o qual Hegel buscou superar a dicotomia sujeito-objeto da epistemologia clássica. Em lugar disso, Marx altera os termos do problema epistemológico do sujeito cognoscitivo individual (ou supra-individual) e sua relação com um mundo externo (ou externalizado) para as formas de relações sociais, consideradas como determinações da subjetividade e da objetividade sociais⁹. Desse modo, o problema do conhecimento se torna uma questão da relação entre formas da mediação social e formas de pensamento.

Portanto, a crítica de Marx a Hegel é muito diferente da apropriação materialista lukacsiana de Hegel. Lukács implicitamente postula o “trabalho” como a substância constituinte de um sujeito, que é impedido, pelas relações capitalistas, de se realizar. O sujeito histórico neste caso é uma versão coletiva do sujeito burguês, constituindo a si mesmo e ao mundo através do “trabalho”. Ou seja, o conceito de “trabalho” e o do sujeito burguês (se interpretado como um indivíduo ou como uma classe) estão intrinsecamente relacionados.

A crítica de Marx a Hegel rompe com os pressupostos de tal posição (que, não obstante, tornou-se dominante no interior da tradição socialista). Em

⁹ Habermas reivindica que sua teoria da ação comunicativa altera o quadro de análises da teoria social crítica para longe do paradigma sujeito-objeto (HABERMAS, 1984, p. 390). Estou sugerindo que Marx, em seus trabalhos maduros, já teria efetivado tal alteração teórica. Além disso, eu argumento – apesar de não poder elaborar aqui – que o foco de Marx nas formas de mediação social lhe permite uma análise mais rigorosa da modernidade capitalista do que a virada da ação comunicativa empreendida por Habermas.

lugar de considerar as relações capitalistas como extrínsecas ao sujeito, como aquilo que impede a sua plena realização, Marx analisa essas próprias relações como constitutivas do sujeito. Devido às suas propriedades peculiares, como se fossem objetivas [*quasi-objective*], é que tais relações constituem o que Hegel apreendeu como um sujeito histórico. Esta virada teórica significa que a teoria madura de Marx nem postula e nem está restrita [*bound*] à noção de um meta-sujeito histórico, tal como o proletariado, que se autorrealizará em uma futura sociedade. Na verdade, a teoria madura de Marx implica uma crítica de tal noção.

Há uma diferença similar entre Marx e Lukács no que se refere ao conceito hegeliano de totalidade. Para Lukács, a totalidade social é constituída pelo “trabalho”, mas é velada, fragmentada e impedida de se autorrealizar pelas relações capitalistas. Tal totalidade representa o ponto de vista da crítica ao capitalismo atual e será realizada no socialismo. Todavia, a determinação categorial de Marx do capital como sujeito histórico indica que a totalidade e o trabalho que a constitui se tornaram os objetos de sua crítica. A formação social capitalista, de acordo com Marx, é única na medida em que é constituída por uma “substância” social qualitativamente homogênea. Consequentemente, ela existe como uma totalidade social. Outras formações sociais não são totalizadas dessa maneira; as suas relações sociais fundamentais não são qualitativamente homogêneas. Elas não podem ser apreendidas pelo conceito de “substância”, não podem ser desdobradas de um princípio estruturante único e não exibem uma lógica histórica imane e necessária.

A ideia de que o capital, e não o proletariado ou a espécie, é o sujeito total, claramente implica, para Marx, que a negação histórica do capitalismo não envolve a *realização*, mas sim, a *abolição* da totalidade. Segue-se que a noção da contradição impulsionando o desdobramento da sua totalidade também deve ser conceitualizada de modo diferente – presumivelmente ela não impulsiona a totalidade em direção à sua plena realização, mas, ao contrário, em direção à possibilidade de sua abolição histórica. Em outras

palavras, a contradição expressa a finitude temporal da totalidade apontando para além dela.

A determinação do capital como o sujeito histórico é consistente com uma análise que busca explicar a dinâmica direcional da sociedade capitalista. Tal análise apreende a dinâmica do capitalismo com referência às relações sociais que são constituídas por formas estruturadas de prática e, todavia, adquirem existência como se fossem independentes [*quasi-independent*] e sujeitam as pessoas a coações como se fossem objetivas [*quasi-objective*]. Esta posição possui um momento emancipatório não disponível para as posições que, explícita ou implicitamente, identificam o sujeito histórico com a classe trabalhadora. Tais interpretações “materialistas” de Hegel, que postulam a classe ou a espécie como o sujeito histórico, parecem valorizar [*enhance*] a dignidade humana ao enfatizar o papel da prática na criação da história. Na estrutura da interpretação aqui delineada, entretanto, tais posições são apenas aparentemente emancipatórias, pois a própria existência de uma lógica histórica é a expressão de heteronomia, de prática alienada. Além do mais, o apelo para a plena realização do sujeito só poderia implicar a plena realização de uma forma social alienada. Por outro lado, muitas posições atualmente populares que, em nome da emancipação, criticam a afirmação da totalidade, o fazem negando a existência da totalidade. Tais posições ignoram a realidade das estruturas sociais alienadas e não podem apreender as tendências históricas da sociedade capitalista; portanto, elas não podem formular uma crítica adequada da ordem existente. Em outras palavras, as posições que asseveram a existência da totalidade, mas ofazem de modo afirmativo, relacionam-se com as posições que negam a própria existência da totalidade para salvar a possibilidade de emancipação. Ambas as posições são unilaterais: postulam, embora de maneiras opostas, uma identidade trans-histórica entre o que é e o que deveria ser, entre reconhecer a existência da totalidade e afirmá-la. Marx, por sua vez, analisa a totalidade como uma realidade heteronômica para descobrir a condição de sua abolição.

A crítica madura de Marx, portanto, não mais envolve uma inversão antropológica, “materialista”, da dialética idealista de Hegel, do tipo empreendido por Lukács. Ao contrário, em certo sentido ela é a “justificação” materialista daquela dialética. Marx sustenta implicitamente que o assim chamado “núcleo racional” da dialética de Hegel é precisamente o seu caráter idealista. É uma expressão de um modo de dominação social constituído por estruturas de relações sociais que, porque alienadas, adquirem uma existência como se fossem independentes [*quasi-independent*] com relação aos indivíduos, e, em razão da sua peculiar natureza dualista, são de caráter dialético. O sujeito histórico, de acordo com Marx, é a estrutura alienada de mediação social que é constitutiva da formação capitalista.

A afirmação do conceito hegeliano de totalidade e da dialética defendida por Lukács na teoria social poderia ter oferecido uma crítica efetiva às tendências evolucionistas, fatalistas e deterministas do marxismo da Segunda Internacional. Não obstante, na estrutura sugerida pela determinação inicial da categoria de capital de Marx, tal teoria não constitui uma crítica ao capitalismo do ponto de vista da sua negação histórica. Em vez disso, ela aponta para a superação histórica das relações burguesas de distribuição antecedentes por uma forma mais adequada a uma mais nova configuração capitalista das relações de produção – para a superação de uma totalidade prévia, aparentemente mais abstrata, por uma totalidade aparentemente mais concreta. Se a totalidade em si é entendida como o capital, tal crítica se revela como aquela que, sem sabê-lo (às costas dos sujeitos), aponta para a plena realização do capital como uma totalidade como se fosse concreta [*quasi-concrete*], em lugar de apontar para a sua abolição.

3. Uma crítica das categorias de Lukács

Embora tanto Marx como Lukács se apropriem do conceito de Hegel de sujeito-objeto idêntico, as diferenças entre eles são fundamentais. Lukács apreende tal conceito socialmente como a classe universal, o proletariado, enquanto Marx o faz como a forma de mediação universal, o capital. O que,

para Lukács, é a base para a emancipação, o futuro, para Marxé a base da dominação, o presente.

Essa oposição tem implicações importantes para a questão de uma crítica categorial adequada. Anteriormente indaguei se é possível se apropriar da concepção mais abrangente de capitalismo de Lukács, assim como de sua análise categorial rigorosa da subjetividade, separando-as de seu entendimento específico das categorias e sua teoria do proletariado. As diferenças que esbocei indicam a possibilidade de tal separação. O fato de que Marx caracterize inicialmente a categoria de capital (*i.e.*, valor que se autovaloriza) nos mesmos termos com que Hegel determina seu conceito de sujeito-objeto idêntico indica que as categorias mais básicas da teoria crítica de Marx podem – e devem – ser lidas diferentemente da explicação de Lukács. E sugere a possibilidade do tipo de crítica categorial rigorosa da modernidade delineada por Lukács, mas baseada em um entendimento diferente das categorias.

Como Lukács compreende a mercadoria? Embora ele se refira explicitamente ao “problema da mercadoria [...] como o problema estrutural central da sociedade capitalista” (LUKÁCS, 2003, p. 193), ele não analisa diretamente a própria categoria. Não obstante, é possível reconstruir sua compreensão. Como se sabe, a mercadoria, de acordo com Marx, é a categoria mais fundamental da sociedade capitalista; é caracterizada por seu “duplo caráter”, como um valor e como um valor de uso (MARX, 1996, p. 165-167). O que é admirável na análise de Lukács em seu ensaio “Reificação” é que este separa e opõe o quantitativo e o qualitativo e, em conformidade com isso, forma e conteúdo. Essas oposições na análise de Lukács estão limitadas ao seu entendimento da relação entre valor e valor de uso e, conseqüentemente, da forma mercadoria; tais oposições diferenciam sua compreensão da forma mercadoria da de Marx.

Como vimos, Lukács analisa aspectos centrais da modernidade – por exemplo, a fábrica, a burocracia, a forma do Estado e da lei – com referência a processos de racionalização fundados na forma mercadoria. De acordo

com Lukács, totalizante, a mercadoria confereum caráter aparentemente unitário à sociedade capitalista; pela primeira vez, uma estrutura econômica unificada e uma estrutura de consciência unificada caracterizam a vida social (LUKÁCS, 2003, p. 220-223). Lukács descreve essa estrutura unificada em termos de subsunção do qualitativo pelo quantitativo. Ele sustenta, por exemplo, que o capitalismo é caracterizado pela tendência a crescente racionalização e calculabilidade, o que elimina os atributos qualitativos, humanos e individuais dos trabalhadores (*ibidem*, p. 201). Relacionado a essa tendência, o tempo perde sua natureza qualitativa, variável e fluida e se torna um *continuum* quantificável, preenchido por “coisas” quantificáveis (*ibidem*, p. 205). O caráter unitário do capitalismo, de acordo com Lukács, é abstrato, genérico e formalístico em razão da subsunção do qualitativo sob o quantitativo.

Entretanto, embora a racionalização do mundo efetuada pela relação da mercadoria possa parecer completa, Lukács argumenta que, na verdade, ela está limitada por seu próprio formalismo (*ibidem*, p. 223). Seus limites emergem claramente em períodos de crise, quando o capitalismo se revela como um todo constituído de sistemas parciais relacionados apenas contingentemente, um todo irracional de partes altamente racionais (*ibidem*, p. 224-226). Enquanto tal, o capitalismo não pode ser apreendido como uma totalidade. De fato, tal conhecimento do todo, de acordo com Lukács, equivaleria à virtual abolição da economia capitalista (*ibidem*, p. 226-227).

A análise de Lukács envolve aqui uma formulação sofisticada da crítica tradicional do mercado do ponto de vista do planejamento central. Em lugar de desenvolver este ponto, entretanto, devo aprofundar a questão da dimensão marxista tradicional do pensamento de Lukács, focalizando sua compreensão dualista da modernidade envolvida em sua oposição do qualitativo e do quantitativo. Para Lukács, o problema da totalidade e o da forma e do conteúdo estão relacionados. Ele sustenta que a principal debilidade das ciências modernas é seu formalismo; a sua própria realidade concreta subjacente permanece, metodologicamente e em princípio, para

além de sua apreensão (*ibidem*, p. 229). Esse problema de relacionar forma e conteúdo não é simplesmente, de acordo com Lukács, o problema de um pensamento inadequado, mas é uma expressão da maneira como o capitalismo é estruturado. Quando a teoria econômica, tal como a teoria da utilidade marginal, por exemplo, suprime o valor de uso como valor de uso, ela expressa a realidade do capitalismo: “quando conseguimos racionalizar integralmente a economia, metamorfoseá-la num sistema de ‘leis’ formal, abstrato e matematizado ao extremo, constituímos a barreira metodológica para a compreensão da crise” (*ibidem*, p. 231)¹⁰.

Portanto, para Lukács a inabilidade da ciência em penetrar em seu “substrato material real” está fundada na própria natureza do capitalismo. Essa inabilidade é metodologicamente inevitável para o pensamento que permanece preso às formas manifestas do capitalismo (*ibidem*, p. 232-233). Momentos de crise revelam a realidade por detrás de tais formas manifestas; o nível da superfície é rompido e o substrato material concreto da sociedade capitalista é revelado. Em tais momentos “o ser *qualitativo* das coisas, que leva sua vida extra-econômica como coisa em si [...] torna-se subitamente [...] o fator decisivo” (*ibidem*, p. 231; grifo do autor)¹¹. Em outras palavras, a crise revela que há condições qualitativas vinculadas [*attached*] às relações quantitativas do capitalismo, “não [são] apenas somas de valores simplesmente comensuráveis entre si, mas também valores de uso de uma espécie determinada e que devem preencher na produção e no consumo papéis determinados” (*ibidem*, p. 232)¹².

Portanto, Lukács compreende o capitalismo essencialmente em termos do problema do formalismo, como uma forma de vida social que não apreende

¹⁰ O próprio êxito com que a economia é totalmente racionalizada e transformada em um sistema de “leis” formais, abstrato e matematicamente orientado [...] cria a barreira metodológica para a compreensão do fenômeno de crise (N.T.).

¹¹ A existência *qualitativa* das “coisas” que conduz suas existências para além do alcance da economia como [...] coisas em-si-mesmas, como valores de uso, de repente se torna o fator decisivo (N.T.).

¹² [Não] é só uma mera questão de unidades de valor que podem ser facilmente comparadas umas com as outras, mas também valores de uso de um determinado tipo que precisam cumprir uma função definida na produção e no consumo (N.T.).

seu próprio conteúdo. Isso sugere que, quando Lukács afirma que a forma mercadoria estrutura a sociedade moderna, capitalista, ele concebe tal forma unicamente em termos de sua dimensão abstrata, quantitativa e formal – sua dimensão de valor. Por isso, ele postula a dimensão do valor de uso, o “substrato material real”, como se fosse um conteúdo ontológico [*quasi-ontological*], separável da forma, e que é constituído pelo trabalho, compreendido trans-historicamente.

Do ponto de vista dessa estrutura, ir além do pensamento burguês significa superar o racionalismo formalista de tal pensamento, *i.e.*, superar a disjunção de forma e conteúdo efetuada pelo capitalismo. E isso, diz Lukács, requer um conceito de forma orientado na direção do conteúdo concreto de seu substrato material; requer uma teoria dialética da práxis (*ibidem*, p. 270-296). Desse modo, para Lukács, um entendimento dialético, orientado pela práxis da relação de forma e conteúdo, superaria, no plano teórico, o formalismo abstrato associado com a categoria de valor. Vale dizer, apontaria para além do capitalismo.

A fim de elucidar tal entendimento dialético, Lukács delineia o percurso da filosofia ocidental moderna em termos dos problemas de totalidade e da relação de forma e conteúdo, culminando nas antinomias da primeira crítica de Kant e no problema da coisa-em-si. Ele sustenta que nem Kant, em sua segunda e terceira críticas, nem Fichte, nem Schiller, foram capazes de solucionar teoricamente tais problemas (*ibidem*, p. 240-294). Segundo Lukács, foi apenas Hegel que indicou o caminho para sua solução ao se voltar para a história como o processo dialético concreto e total entre sujeito e objeto. A noção de práxis histórica dialética, do sujeito como o produtor e o produto do processo dialético (*i.e.*, como o sujeito-objeto idêntico), abole a antítese entre sujeito e objeto, pensamento e existência, liberdade e necessidade (*ibidem*, p. 294-303). Porém, apesar de desenvolver o método dialético, que compreende a realidade da história humana e mostra o caminho para a superação das antinomias do pensamento burguês, Hegel é incapaz, afirma Lukács, de descobrir o sujeito-objeto idêntico na história, “o ‘nós’, o sujeito

da história, esse ‘nós’, cuja ação é realmente história” (*ibidem*, p. 303). Em lugar disso, ele o situa idealisticamente fora da história, no *Geist*. Do que resulta uma mitologia do conceito que reintroduz todas as antinomias da filosofia clássica (*ibidem*, p. 303-308).

Superar as antinomias do pensamento da filosofia clássica, de acordo com Lukács, envolve uma versão social e histórica da solução hegeliana. Tal solução é fornecida pelo proletariado, que é capaz de descobrir em si mesmo, com base em sua experiência de vida, o sujeito-objeto idêntico (*ibidem*, 2003, p. 308). Lukács passa então a desenvolver uma teoria da consciência de classe do proletariado (*ibidem*, p. 308-411). Eu não discutirei essa teoria com profundidade, a não ser para notar que, diferentemente de Marx, Lukács não apresenta sua explicação com referência ao desenvolvimento do capital – por exemplo, em termos de mudanças na natureza do mais-valor (do mais-valor absoluto ao mais-valor relativo) e de mudanças resultantes no desenvolvimento do processo de produção. Em lugar disso, ele delinea a possibilidade objetiva de uma dialética de imediatividade e mediação, quantidade e qualidade, que poderia conduzir à autoconsciência do proletariado como sujeito. Sua formulação é curiosamente desprovida de uma dinâmica histórica. Nesse ensaio, a história, que Lukács concebe como o processo dialético de autoconstituição da humanidade, é indeterminada; e não é analisada com referência ao desenvolvimento histórico do capitalismo.

De fato, Lukács trata o capitalismo essencialmente como uma forma quantitativa, abstrata e estática, que é sobreposta, e vela a verdadeira natureza do conteúdo social, concreto e qualitativo. Logo, a compreensão de reificação de Lukács, a forma de um erro de reconhecimento socialmente fundado característico do capitalismo, é de que as formas do capitalismo expressas pelas categorias velam as relações sociais “reais” de tal sociedade. Assim, por exemplo, em sua crítica à *Filosofia do dinheiro* de Simmel, Lukács cita a análise de Marx do capitalismo portador de juros como um resultado do processo capitalista de produção que, separado do processo, adquire

uma existência independente, como uma pura forma sem conteúdo. Para Lukács, portanto, o abstrato vela o concreto¹³. Por isso ele critica Simmel, por separar “essas forças de manifestação vazias do seu terreno natural capitalista, tornando-as [...] um tipo intemporal de possibilidades humanas de relações” (*ibidem*, p. 213).

A “base real capitalista”, para Lukács, consiste em relações de classe, que existem sob e são veladas pela superfície de formas capitalistas. Essas relações sociais “reais” se tornam manifestas na luta de classes. Nesse ponto, de acordo com Lukács, “as ‘leis eternas’ da economia capitalista falham e se tornam dialéticas” (*ibidem*, p. 357-358). Na estrutura dessa explicação, a dialética histórica, constituída pela práxis, opera no nível do conteúdo social “real”, isto é, relações de classe; em última instância, a dialética histórica está em oposição às categorias do capitalismo. Desse modo, tais categorias velam o que é constituído pela práxis; elas próprias não são categorias da práxis. A oposição traçada por Lukács entre “as tendências de desenvolvimento da história” e “os fatos empíricos”, por meio da qual a primeira constitui “uma realidade superior”, também expressa essa compreensão (*ibidem*, p. 362-370)¹⁴. História, aqui, refere-se ao nível da práxis, ao conteúdo social “real”, enquanto os “fatos” empíricos operam ao nível das categorias econômicas.

Sendo assim, como Lukács lida com a dinâmica capitalista? Ele se refere à dinâmica imanente e cega da sociedade capitalista, que ele caracteriza como uma manifestação do domínio do capital sobre o trabalho

¹³ Isto, entretanto, é apenas uma forma de erro de reconhecimento socialmente embasado, ou de “forma fetiche”, que Marx analisa. O que Lukács negligencia é que Marx também elucida formas de fetiche nas quais as dimensões concretas das formas sociais velam sua dimensão social abstrata. Assim, por exemplo, a mercadoria parece ser um objeto – e não, ao mesmo tempo, uma mediação social. Similarmente, o processo de produção, no capitalismo, parece ser um processo de trabalho – e não, ao mesmo tempo, um processo de valorização. Esta noção de fetiche, entretanto, está baseada em uma compreensão das formas categoriais como sendo dúplice de maneiras que diferem da oposição dualista de Lukács de abstrato (capitalismo) e concreto (ontológico).

¹⁴ A distinção entre as tendências da história e os “fatos” empíricos está implicitamente relacionada por Lukács à diferença entre os níveis lógicos da análise de Marx do valor e da mais-valia no Volume I de *O Capital* e sua análise do preço, lucro, renda e juros no Volume III, de *O Capital*, através da qual as últimas categorias velam as primeiras (cf. LUKÁCS, 2003, p. 362-370). O que é significativo aqui é que Lukács lê as categorias subjacentes do Volume I tais como “trabalho” e “valor de uso” como ontológicas e afirmativas.

(*ibidem*, p. 362-363). Entretanto, Lukács, no fundo, não leva a sério tal dinâmica como uma dinâmica histórica, como se fosse uma realidade social independente [*quasi-independent*] no coração do capitalismo. Ao contrário, ele trata a dinâmica como uma manifestação reificada de uma realidade social mais fundamental, um movimento fantasmagórico que vela a “história real”:

Esta imagem de uma rigidez fantasmagórica, que se move ininterruptamente, torna-se significativa tão logo essa realidade se dissolve no processo cuja força motriz é o homem. Que isso seja possível somente a partir do ponto de vista do proletariado explica-se não apenas pelo fato de que o sentido do processo que se manifesta nessas tendências é a abolição do capitalismo, mas também de que, para a burguesia, tornar-se consciente dessa questão significaria seu próprio suicídio espiritual. (*ibidem*, p. 363)¹⁵

Em última análise, portanto, para Lukács, a dinâmica histórica do capitalismo é um mero “movimento fantasmagórico”¹⁶. A história “real”, o processo histórico dialético constituído pela práxis, opera em um nível mais fundamental da realidade social do que é apreendido pelas categorias do capitalismo, e aponta para além dessa sociedade. Esse nível “mais profundo”, mais substantivo da realidade social, é velado pela imediaticidade das formas capitalistas; só pode ser compreendido desde um ponto de vista que rompa com tal imediaticidade. E esse ponto de vista, para Lukács, é uma possibilidade que está estruturalmente disponível para o proletariado. Na estrutura da análise de Lukács, o “autoconhecimento do proletariado é ao

¹⁵ Essa imagem de uma realidade congelada, que, todavia, é capturada em um movimento fantasmático permanente, logo se torna significativa quando a realidade é dissolvida no processo do qual o ser humano é a força motriz. Isso só pode ser visto do ponto de vista do proletariado porque o significado dessas tendências é a abolição do capitalismo e, portanto, para a burguesia tomar consciência delas equivaleria ao suicídio (LUKÁCS, 2003, p. 363).

¹⁶ A interpretação de Lukács acerca de Marx é reproduzida por Habermas, que declara que Marx teria tratado a dimensão sistêmica do capitalismo como uma ilusão, como a forma fantasmagórica das relações sociais, que teriam se tornado anônimas e fetichizadas (HABERMAS, 1987, pp.338-339). A leitura de Habermas é significativa uma vez que subentende sua tentativa de se apropriar criticamente de Talcott Parsons a fim de formular uma teoria que seria adequada para o que Habermas considera as dimensões sistêmicas e mundo da vida da sociedade moderna. A leitura de Marx que eu devo esboçar supera a objeção de Habermas, torna desnecessário o recurso a Parsons e devolve a crítica do capitalismo no centro da teoria crítica contemporânea.

mesmo tempo o conhecimento objetivo da essência da sociedade” (*ibidem*, p. 308-309)¹⁷. A superação histórica do capitalismo pelo proletariado envolveria então superar a dimensão formalista e quantitativa da vida social moderna (valor), permitindo, desse modo, a natureza real, substantiva e histórica da sociedade (a dimensão do valor de uso, o trabalho, o proletariado) emergir abertamente e realizar-se historicamente.

Nesse ponto deveria estar claro que Lukács apresenta positivamente uma versão materialista do método dialético de Hegel. Lukács afirma o processo dialético da história constituído pela práxis do proletariado (e, assim, as noções de história, totalidade, dialética, trabalho e proletariado) em oposição ao capitalismo. Essa apropriação afirmativa e materialista de Hegel é efetuada por uma inversão feuerbachiana, que Lukács modifica adicionando o elemento dinâmico da história (*ibidem*, p. 370-385)¹⁸. Essa abordagem resulta na identificação de Lukács do sujeito-objeto idêntico de Hegel com o proletariado.

Nós vimos, entretanto, que Marx interpreta o sujeito-objeto idêntico de Hegel com referência à categoria de capital. Isso indica, como já notado, que precisamente o que Lukács apropria de Hegel como crítico – a ideia de uma lógica histórica dialética, a noção de totalidade, o sujeito-objeto idêntico – foi compreendido por Marx com referência ao capital. A isso se segue que o que Lukács compreende como socialmente ontológico, longe do alcance das categorias, é apreendido criticamente como intrínseco ao capital pelas categorias da crítica da economia política de Marx.

¹⁷ Autoconsciência do proletariado é [...] simultaneamente a compreensão objetiva da natureza da sociedade (N.T.).

¹⁸ É significativo que Lukács adote a inversão antropológica de Feuerbach, mas a critique por ser a-histórica; Marx, entretanto, ao identificar o sujeito-objeto idêntico com o capital, implicitamente rejeita a própria inversão antropológica nas suas obras da maturidade.

4. Rumo a uma teoria crítica do capitalismo

Neste ponto eu devo delinear brevemente uma leitura das categorias de Marx muito diferente da apresentada por Lukács. Embora tributária do foco dado por Lukács às categorias, essa leitura poderia servir de base para uma teoria crítica do capitalismo capaz de superar o dualismo de sua abordagem específica, bem como suas suposições tradicionalistas.

Lukács, como vimos, interpreta a mercadoria como uma forma abstrata historicamente específica (valor), sobreposta a um conteúdo substantivo concreto trans-histórico (valor de uso, trabalho), o qual constitui a natureza “real” da sociedade. A relação de forma e conteúdo é contingente no capitalismo. De maneira semelhante [*relatedly*], um conceito de forma que não seja indiferente ao seu conteúdo apontaria para além do capitalismo.

Esse, no entanto, não é o caso da análise de Marx da mercadoria. No coração da análise de Marx está seu argumento de que o trabalho no capitalismo tem um “caráter duplo”: é tanto “trabalho concreto” quanto “trabalho abstrato” (MARX, 1996, p. 167-176). “Trabalho concreto” refere-se ao fato de que alguma forma do que consideramos atividade laboral medeia as interações dos seres humanos com a natureza em todas as sociedades. “Trabalho abstrato” não se refere simplesmente ao trabalho concreto em abstrato, “trabalho” em geral, mas é um tipo muito diferente de categoria. Significa que o trabalho no capitalismo também tem uma função social única, que não é intrínseca à atividade laboral como tal: ele medeia uma nova forma de interdependência social (POSTONE, 2014, p. 147-215), como se fosse objetiva [*quasi-objective*]. “Trabalho abstrato”, como uma função mediadora historicamente específica do trabalho, é o conteúdo, ou melhor, a “substância” do valor (MARX, 1996, p. 167-168). Forma e conteúdo estão, de fato, intrinsecamente relacionados aqui como uma determinação fundamental do capitalismo.

Trabalho no capitalismo, de acordo com Marx, então, não é apenas trabalho, como nós o entendemos comumente e trans-historicamente, mas é

também uma atividade social mediadora historicamente específica. Consequentemente seus produtos – mercadoria, capital – são ambos produtos de trabalho concreto e formas objetivadas da mediação social. De acordo com essa análise, as relações sociais que fundamentalmente caracterizam a sociedade capitalista têm uma característica formal peculiar, operando como se fossem objetivas [*quasi-objective*], e são dualistas: são caracterizadas pela oposição de uma dimensão homogênea, genérica, abstrata e uma dimensão material, particular, concreta, ambas as quais parecem ser “naturais”, ao invés de sociais, e condicionam concepções sociais da realidade natural. Enquanto Lukács entende a mercadoria somente nos termos de sua dimensão abstrata, Marx analisa a mercadoria como abstrata e concreta. Dentro dessa estrutura, a análise de Lukács é vítima de uma formade fetiche; ela naturaliza a dimensão concreta da forma mercadoria.

A forma de mediação constitutiva do capitalismo, na análise de Marx, dá origem a uma nova forma de dominação que sujeita as pessoas a imperativos e constrangimentos estruturais impessoais, cada vez mais racionalizados. É a dominação das pessoas pelo tempo. Essa forma abstrata de dominação é real, não fantasmagórica. No entanto, não pode ser adequadamente compreendida nos termos da dominação de classe ou, de maneira mais genérica, nos termos da dominação concreta de agrupamentos sociais ou de agências institucionais do Estado e/ou da economia. Não tem um lócus determinado¹⁹ e, embora constituída por formas determinadas de prática social, parece não ser, de modo nenhum, social.

Essa forma de dominação, como analisada por Marx n’*O capital*, é dinâmica, não estática. Examinando essa dinâmica, torna-se evidente que a forma abstrata de dominação que Marx coloca no coração do capitalismo não pode ser entendida adequadamente com referência apenas à dimensão de valor abstrato da mercadoria. Pelo contrário, a dualidade instável da

¹⁹ Esta análise fornece um poderoso ponto de partida para analisar a forma pervasiva e imanente de poder que Michel Foucault descreveu como característica das sociedades ocidentais modernas (cf. FOUCAULT, 1997).

forma mercadoria, como a identidade de identidade e não-identidade, dá origem a uma interação dialética de valor e valor de uso que fundamenta a dinâmica histórica abrangente do capitalismo. A dimensão do valor de uso é um momento essencial e integral das formas estruturantes subjacentes do capitalismo (POSTONE, 2014, p. 301-446).

Analisar a dialética das duas dimensões da forma da mercadoria fornece a base para uma compreensão crítica do capital em termos de uma dinâmica histórica não-linear muito complexa. Por um lado, essa dinâmica caracteriza-se por transformações contínuas dos processos técnicos de trabalho, da divisão social e técnica do trabalho e, de forma mais ampla, da vida social. Por outro lado, essa dinâmica histórica implica a reconstituição contínua de sua própria condição fundamental como uma característica imutável da vida social – nomeadamente, que a mediação social é, em última instância, efetuada pelo trabalho e, conseqüentemente, que o trabalho vivo permanece parte integrante do processo de produção (considerado em termos da sociedade como um todo), independentemente do nível de produtividade. A dinâmica histórica do capitalismo gera incessantemente o que é “novo”, enquanto reconstitui o que é o “mesmo”.

Essa interpretação do processo dialético da história difere fundamentalmente daquela de Lukács. Ao fundamentar este processo nas formas categoriais, esta abordagem trata a existência de uma dinâmica histórica como uma característica básica do capitalismo, ao invés de uma característica da vida social humana que é velada pelo capitalismo. Dentro desta estrutura o capitalismo é caracterizado não apenas pela sua superfície (“fatos” para Lukács), mas também por uma estrutura dinâmica profunda e dialética, que Lukács considera como independente do capitalismo (“tendências”). A existência de uma dinâmica histórica que, embora constituída pela prática, ocorre como se fosse independente [*quasi-independent*] da vontade e intenção humanas é, para Marx, uma característica central da forma de dominação abstrata que caracteriza o capitalismo.

Em outras palavras, as estruturas como se fossem objetivas [*quasi-objective*], apreendidas pelas categorias da crítica da economia política de Marx, não velam as relações sociais “reais” do capitalismo, isto é, as relações de classe, assim como não encobrem o sujeito histórico “real”, ou seja, o proletariado. Pelo contrário, essas estruturas são as relações fundamentais da sociedade capitalista. Além disso, elas não são estáticas, mas historicamente dinâmicas.

De acordo com essa interpretação, a dinâmica histórica não-linear elucidada pela análise categorial de Marx fornece a base para uma compreensão crítica tanto da forma do crescimento econômico como da forma de produção industrial baseada no proletariado, característica do capitalismo. Isto é, permite uma análise categorial dos processos de racionalização que Lukács descreveu criticamente, mas foi incapaz de fundamentar teoricamente. Essa abordagem não postula um esquema de desenvolvimento linear que aponte para além da estrutura e organização do trabalho existente (como fazem as teorias da sociedade pós-industrial), nem trata a produção industrial e o proletariado como as bases para uma sociedade futura (como fazem muitas abordagens marxistas tradicionais). Pelo contrário, indica que o capitalismo dá origem à possibilidade histórica de uma forma diferente de crescimento e produção; ao mesmo tempo, entretanto, o capitalismo estruturalmente mina a realização daquelas possibilidades.

A contradição estrutural do capitalismo, de acordo com essa interpretação, não é entre a distribuição (o mercado, a propriedade privada) e a produção, entre as relações de propriedade existentes e a produção industrial. Antes, ela emerge como uma contradição entre as formas existentes de crescimento e produção, e o que poderia ser o caso se as relações sociais não fossem mais mediadas pelo trabalho como se fossem objetivas [*quasi-objective*].

Ao fundamentar o caráter contraditório da formação social nas formas dualísticas expressas pelas categorias da mercadoria e do capital, Marx indica que a contradição social estruturalmente fundamentada é específica do capitalismo. À luz dessa análise, a noção de que a realidade ou as relações sociais em geral são essencialmente contraditórias e dialéticas só pode ser

assumida metafisicamente, mas não explicada. A análise de Marx, dentro dessa estrutura, sugere que qualquer teoria que postule uma lógica de desenvolvimento intrínseca à história como tal, seja dialética ou evolucionária, projeta aquilo que é o caso do capitalismo para a história em geral.

A reinterpretação da teoria de Marx que delinee constitui uma ruptura fundamental com – e crítica de – interpretações mais tradicionais. Como vimos, tais interpretações compreendem o capitalismo em termos de relações de classe estruturadas pelo mercado e pela propriedade privada, apreendem sua forma de dominação principalmente em termos de dominação de classe e exploração, e formulam uma crítica normativa e histórica do capitalismo do ponto de vista do trabalho e da produção (entendidos trans-historicamente em termos das interações dos seres humanos com a natureza material). Sustentei que a análise de Marx do trabalho no capitalismo, como historicamente específica, procura elucidar uma forma peculiar de mediação social e riqueza (valor) como se fosse objetiva [*quasi-objective*] e que constitui uma forma de dominação que estrutura o processo de produção no capitalismo e gera uma dinâmica historicamente única. Consequentemente, o trabalho e o processo de produção não são separáveis e opostos às relações sociais do capitalismo, mas constituem seu cerne. A teoria de Marx, então, estende-se muito além da crítica tradicional das relações burguesas de distribuição (o mercado e a propriedade privada); ela apreende a própria sociedade industrial moderna como capitalista. Trata a classe trabalhadora como o elemento básico do capitalismo e não como a corporificação de sua negação, e não conceitua o socialismo em termos de realização do trabalho e da produção industrial, mas em termos da possível abolição do proletariado e da organização da produção baseada no trabalho proletário, bem como do sistema dinâmico de compulsões abstratas constituído pelo trabalho como atividade socialmente mediadora.

Essa reinterpretação da teoria de Marx implica, portanto, um repensar fundamental da natureza do capitalismo e de sua possível transformação histórica. Ao desviar o foco da crítica para longe de uma preocupação

exclusiva com o mercado e a propriedade privada, ela fornece a base para uma teoria crítica da sociedade pós-liberal como capitalista e também dos chamados países “socialistas realmente existentes” como formas alternativas (e fracassadas) de acumulação de capital, ao invés de modos sociais que representaram a negação histórica do capital, embora de forma imperfeita. Esta abordagem também permite uma análise da configuração mais recente do capitalismo – do capitalismo global neoliberal – de maneira a evitar o retorno a uma estrutura marxista tradicionalista.

As rupturas estruturais e perturbações do passado recente sugerem que as teorias da democracia, identidade ou filosofias do não-idêntico que não levam em conta a dinâmica da globalização capitalista não são mais adequadas. No entanto, a história do século XX sugere que seria um erro ressuscitar o marxismo tradicional. O que se faz necessário é uma teoria crítica mais adequada do capitalismo. Lukács abriu o caminho para tal teoria crítica; ao mesmo tempo, ele permaneceu fundamentalmente limitado por algumas de suas suposições tradicionais.

Marx, como é bem conhecido, insistiu que a revolução social que virá deve extrair sua poesia do futuro, diferentemente das revoluções anteriores, que, focadas no passado, reconheceram erroneamente seu próprio conteúdo histórico (MARX, 2011, p. 28). A teoria crítica do capitalismo de Lukács, no entanto, fundamentada em sua apropriação “materialista” de Hegel, volta-se para um futuro que não apreende. É uma reminiscência da imagem de Walter Benjamin do anjo da história, impelida para um futuro para o qual está de costas (BENJAMIN, 1987, p. 226). Ao invés de apontar para a superação do capitalismo, a abordagem de Lukács implica um erro de reconhecimento que ratifica implicitamente a nova configuração “estadocêntrica” do capitalismo que surgiu após a Primeira Guerra Mundial²⁰. Paradoxalmente,

²⁰ A afirmação não intencional de uma nova configuração do capitalismo pode ser vista mais recentemente na virada anti-hegeliana para Nietzsche, característica de grande parte do pensamento pós-estruturalista das décadas de 1970 e 1980. Pode-se argumentar que tal pensamento também se voltou para um futuro que não compreendia adequadamente: ao rejeitar o tipo de ordem centrada no Estado que Lukács implicitamente afirmou, fez isso de uma maneira que, em um nível teórico profundo, afirmou, por sua vez, a ordem neoliberal que superou o capitalismo fordista centrado no Estado, o Oriente e o Ocidente.

a rica descrição crítica de Lukács do capitalismo é dirigida precisamente contra esse tipo de organização da sociedade. Sua compreensão específica das categorias da teoria crítica de Marx, no entanto, não fundamenta adequadamente essa descrição crítica do capitalismo. Em vez disso, como vimos, acaba por contrariar essa descrição. Repensar Marx através das lentes da interpretação de Lukács permite uma teoria crítica que é adequada à descrição de Lukács do capitalismo e à sua ideia de uma análise categorial rigorosa. Ao superar as suposições tradicionalistas de Lukács, tal abordagem poderia servir como ponto de partida para uma teoria crítica adequada da ordem capitalista hoje.

Referências

- ARATO, Andrew & BREINES, Paul. *The Young Lukács and the Origins of Western Marxism* [O jovem Lukács e as origens do marxismo ocidental]. New York: Seabury Press, 1979.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, pp.222-232.
- COHEN, Gerald. *History, Labour and Freedom* [História, trabalho e liberdade]. Oxford: Clarendon Press, 1988.
- DOBB, Maurice. *Political Economy and Capitalism*. London: Routledge, 1940. [ed. bras.: *Economia política e capitalismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978]
- ELSTER, Jon. *Making Sense of Marx* [O sentido de Marx]. Cambridge: University Press, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. *Theory of the communicative action*, vol. 1. Boston: Beacon Press, 1984 [ed. bras.: *A teoria do agir comunicativo*, vol. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2012].
- _____. *Theory of the communicative action*, vol. 2. Boston: Beacon Press, 1987 [ed. bras.: *A teoria do agir comunicativo*, vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2012].
- HEGEL, Georg W. F. “‘Preface’ to The Phenomenology of Spirit”. In: KAUFMANN, Walter. *Hegel: Texts and Commentary*. Garden City, N.Y.: Anchor Books, 1966.
- LUKÁCS, Georg. “A reificação e a consciência do proletariado”. In: LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.193-411.
- MARX, Karl. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858 – Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O Capital: crítica da economia política. Livro 1, vol. 1*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MEEK, Ronald. *Studies in the Labour Theory of Value* [Estudos sobre a teoria do valor trabalho]. New York/ London: Lawrence/ Wishart, 1956.
- PICCONE, Paul. “General Introduction”. In: ARATO, A. & GEPHARDT, E. *The Essential Frankfurt School Reader* [O essencial do leitor da Escola de Frankfurt]. New York: Continuum, 1982.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- STEEDMAN, Ian. “Ricardo, Marx, Sraffa”. In: STEEDMAN, Ian. *The Value Controversy* [A controvérsia do valor]. London: NLB, 1981.
- SWEEZY, Paul. *The Theory of Capitalist Development*. New York: Monthly Review Press, 1968 [ed. bras.: *A teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976].

RESENHA

CLAPP, J. & ISAKSON, S. R. SPECULATIVE HARVESTS: FINANCIALIZATION, FOOD AND AGRICULTURE

Halifax: Fernwood Publishing, 2018. 182p. ISBN: 978-1-77363-023-6.

Recebido em 02/04/2020
Aprovado em 03/05/2020

Jennifer Clapp e S. Ryan Isakson propõem uma espécie de “desmistificação” do papel da financeirização sobre temas aparentemente desconectados, como a volatilidade nos preços dos alimentos, o *land-grabbing*, a concentração do poder corporativo, a insegurança ambiental e social dos novos modos de produção agrícola, a homogeneização tecnológica e a perda da autonomia de produtores e consumidores. A ligação entre o mercado financeiro e o sistema alimentar não é de fácil compreensão, portanto, o uso de uma linguagem mais simples e exemplos concretos são os principais “trunfos” utilizados pelos autores para tornar palatável o diagnóstico político e econômico sobre as novas dinâmicas do setor agroalimentar. Nesse sentido, o livro *Speculative Harvets: financialization, food and agriculture* insere-se em um conjunto de obras contemporâneas da Economia Política Internacional que mostram como os problemas relacionados à segurança alimentar extrapolam e muito a questão da produção de gêneros alimentícios e do poder de compra dos indivíduos, relacionando-se com dinâmicas complexas que envolvem, inclusive, o funcionamento do sistema financeiro internacional, regras específicas de comércio e propriedade intelectual.

Logo no primeiro capítulo são apresentados os grandes objetivos do livro. São eles: examinar os mecanismos de financeirização que transformam componentes do setor agrícola em ativos e arenas de investimento; evidenciar como companhias agroalimentares usam instrumentos financeiros sofisticados para aumentar seus rendimentos e lucros; e

IGOR PALMA BARBOSA

Bacharel em Relações Internacionais e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (PPGCPR/UFPB).

E-mail: igorpalma12@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6293-1279>

documentar e examinar a participação e o escopo de diferentes atores nas mudanças recentes do sistema agroalimentar. O ponto central dos autores é demonstrar como a guinada do capital financeiro no final dos anos 1970, ascendendo como grande protagonista no processo de acumulação, agrega às relações agroalimentares novas dimensões e tensões, como o aumento da desigualdade entre diferentes setores e locais de produção, aumento das fragilidades socioeconômicas e ecológicas, bem como torna mais difícil a ação de movimentos de resistência por meio da ação coletiva.

Nos segundo e terceiro capítulos é evidenciado o papel dos derivativos nos processos de troca, especulação e custos no sistema agroalimentar. Esses produtos financeiros geram certa segurança aos negociadores em função da garantia dos preços das *commodities* em níveis específicos, mesmo em momentos de eventual superprodução. Com o enfraquecimento da regulação estatal sobre esses instrumentos a partir dos anos 1980, os derivativos passaram a ser utilizados pelos acionistas para fins de especulação. Um exemplo disso é a ação dos contratos de futuro, que representam transações a partir de valores especulados para uma data limite e condicionalidades específicas, não garantindo a efetuação da troca de mercadorias. A capacidade de manuseio sobre os riscos desses investimentos, no entanto, não se dá de forma equilibrada entre os participantes do sistema. Segundo os autores, a adição do capital financeiro, para além das fragilidades naturais de qualquer atividade agrícola, onera o pequeno agricultor ao impor a necessidade de adaptação forçada de suas culturas tradicionais aos modelos industriais capitalizados pelo mercado financeiro.

Esse processo de transformação para uma agricultura industrial favorece os grandes produtores e a concentração fundiária de terras. Com a maior produtividade alcançada pelas novas tecnologias, acelera-se um processo denominado pelos autores como uma das principais motivações da “corrida por terras” por parte dos grandes financistas. O quarto capítulo se dedica especificamente a essa questão. Com a crise de 2008 e a percepção da vulnerabilidade do setor imobiliário, o mercado global de *commodities* se

transforma em ambiente propício com a promessa de retornos mais seguros, tendo em vista a questão da produtividade da terra e da alta nos preços dos alimentos nesse mesmo período. Em virtude disso, e aliado aos novos instrumentos financeiros, diversos atores – bancos de investimento, fundos *hedge*, firmas comerciais e até mesmo instituições privadas de ensino superior – passaram a investir na compra de terras globalmente.

Para além do impacto ambiental deixado pelas monoculturas, como o processo de erosão do solo e aumento do desmatamento, o impacto social relacionado à segurança alimentar e à seguridade trabalhista também se relaciona com os progressos financistas. Em seu quinto capítulo, os autores comprovam o crescimento da influência do setor privado, aliado aos novos instrumentos financeiros, no processo de concentração de poder quase oligopolista nas mãos de grandes corporações. A rentabilidade da produção dos biocombustíveis também serviu como outro atrativo para o envolvimento de fundos de pensão e ações ligadas ao setor agroalimentar que se direcionaram para empresas preocupadas com técnicas industriais de melhoramento agrícola, como a indústria de pesticidas, maquinários e sementes com aprimoramento genético. O impacto sobre os preços age no sentido de diminuir o poder de compra dos produtores e consumidores, tornando ainda mais difícil o acesso ao alimento. O novo controle varejista sobre os processos de criação, produção, distribuição e consumo contribuem nesse sentido na medida em que lucros são aumentados à custa da precarização do trabalho e alienação financeira a partir da oferta de serviços financeiros como linhas de crédito especiais.

Por fim, os dois últimos capítulos do livro afirmam a necessidade de se voltar a fortalecer o papel do Estado sobre as atividades financeiras a fim de garantir a autonomia e segurança alimentar de agricultores e consumidores. Tais iniciativas, no entanto, têm encontrado forte resistência do setor privado aliado a instituições financeiras, ao passo que elas ainda buscam a abertura de novos mercados de altos rendimentos especulativos. Um exemplo importante foi a tentativa de impor limites ao capital financeiro no

setor de alimentos nos Estados Unidos. O ato Dodd-Frank para reforma de Wall Street e proteção ao consumidor de 2010 representou uma das iniciativas para limitar a ação do capital especulativo sobre o setor agroalimentar. O fracasso se deu em função da ação de coalizões e *lobbies* das grandes corporações alinhadas a esse setor no Congresso americano. No cenário internacional, ações conjuntas de diversas organizações também encabeçaram esse processo de resistência às especulações financeiras. O documento “Princípios para Investimento Agrícola Responsável que respeite Direitos, Vidas e Recursos” (PRAI), acordado pelo Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), propõe-se a garantir o reconhecimento de direitos naturais da terra, o fortalecimento da segurança alimentar, promoção de maior transparência nos processos de aquisição de terras, garantia da viabilidade econômica e de impactos sociais e ambientais positivos. Por não apresentar caráter obrigatório, muito do que foi acordado não se viabilizou na prática.

Nos parágrafos finais os autores reforçam a necessidade da ação coletiva para serem revertidos os impactos do capital financeiro na vida dos produtores rurais. Como parte de seu manifesto político, eles indicam a necessidade de se estabelecer um diálogo mais aberto para conscientizar as populações sobre os efeitos da financeirização e “desmistificar” a complexidade dos instrumentos financeiros. Em segundo lugar, a sociedade civil e movimentos sociais devem fortalecer os laços junto ao Estado e organizações internacionais a fim de pressionar por mais regulação. Por fim, devem ser fortalecidos os trabalhos de conscientização e popularização de sistemas alimentares alternativos ligados ao pequeno agricultor, como a agroecologia, a economia solidária e os bancos sociais.

Em síntese, o livro contribui para tornar mais claro o peso do setor privado, especialmente do sistema financeiro, em decisões relacionadas à segurança e soberania alimentar e para o fortalecimento da agenda de pesquisa ligada

ao estudo dos regimes alimentares internacionais. Diálogos podem ser traçados diretamente com o argumento do Philip McMichael sobre a constituição de um “Terceiro Regime Alimentar” comandado pelas grandes corporações, conforme abordado em seu livro *“Food Regime and Agrarian Questions”* (2013). Também é possível estabelecer pontes com outro livro da Jennifer Clapp, intitulado *“Food”* (2012), no qual se traça a influência de diversos setores, como as regras do comércio internacional, do setor privado corporativo e da financeirização, nas relações constituintes entre produtor e consumidor dos alimentos. Outra conexão que pode ser feita a partir do livro consiste na percepção do papel de um Complexo de Regimes que se traça para a promoção da segurança alimentar e nutricional no pós-Guerra Fria, com a participação de instituições ligadas à ONU, à Organização Mundial do Comércio (OMC) e ao setor privado, explanado por Matias Margulis em seu artigo “The Regime Complex for Food Security: Implications for the Global Hunger Challenge”, publicado em 2013 pela Global Governance. Por fim, o seu manifesto político pode servir de importante instrumento para auxiliar governantes, ativistas e organizações sociais na proposição de políticas públicas para enfrentar os novos desafios colocados à segurança alimentar.

Referências

CLAPP, J. & ISAKSON, S. R. *Speculative Harvests: financialization, food and agriculture*. Halifax: Fernwood Publishing, 2018.

CLAPP, Jennifer. *Food*. Cambridge: Polity Press, 2012.

MARGULIS, Matias E. "The Regime Complex for Food Security: implications for the Global Hunger Challenge", *Global Governance*, v.19, n. 1, p. 53-67, 2013.

MCMICHAEL, Philip. *Food Regimes and Agrarian Questions*. Nova Scotia: Fernwood Publishing, 2013.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS E RESENHAS

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÕES

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, o que significa que o manuscrito submetido não foi publicado anteriormente e não está sendo avaliado para publicação em outra revista. Registra-se que é necessário preencher e anexar o [Termo de Originalidade](#) digitalmente no sistema no ato da submissão.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O trabalho respeita os limites de páginas estabelecidos pela Revista, ou seja, o máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos; 4 laudas para resenhas. Em ambos os casos, o limite estabelecido inclui as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#).
7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), assegurar que a avaliação seja as cegas (verificar item 8 das [Diretrizes para Autores](#)).
8. Informações sobre identificação de autores, como ORCID, e-mail, instituição/afiliação e biografia são obrigatórios no ato da submissão nas informações dos autores. Não serão publicados artigos sem estas informações.

DIRETRIZES PARA AUTORES

1. A [Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política \(RSEP\)](#) publica artigos, resenhas, e entrevistas, inéditos e originais, em português, inglês ou espanhol. Em casos específicos, a serem definidos pelo Comitê Editorial, será aceita a publicação simultânea em revistas estrangeiras (inserir essa informação no ato da submissão em “Comentários ao Editor”). Além disso, são aceitas submissões de traduções de textos inéditos em português ([leia o tutorial específico para esta modalidade](#)), que tragam contribuições relevantes para os debates compreendidos no foco e no escopo da revista.
2. Todos os manuscritos submetidos à revista devem estar dentro da **orientação editorial** (ver em [Sobre a Revista](#)), e os textos passarão por uma avaliação preliminar do Comitê Editorial, que verificará se o manuscrito segue as diretrizes da revista e se enquadra em seu foco e escopo. Na fase de avaliação inicial, os editores também checarão se os autores seguiram às normas de ética e de boa conduta, de modo a evitar plágio ou autoplágio. Em seguida, os manuscritos serão submetidos à apreciação de pelo menos dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad-hoc*. Os textos podem ser aprovados ou rejeitados e, no caso de divergência, será enviado para um terceiro parecerista.
3. Os trabalhos submetidos à revista **não** devem estar identificados, para garantir uma avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos autores; (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (textos do tipo “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, verificar item 8. Também é necessário transferir como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s) autor(es) e a identificação institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista editada. Esta versão não será acessada pelos avaliadores.
4. A remessa de originais à revista implica a autorização para sua publicação pelo(s) autor(es). Não serão pagos direitos autorais.
5. Os autores e coautores deverão obedecer ao **interstício** de 1 (um) ano para publicar artigos novamente na Revista.

6. Os autores deverão ter titulação mínima de mestrado para publicarem na revista como autores principais. Serão aceitos artigos de mestrandos e graduandos somente como co-autores.

7. Para as submissões é necessário se cadastrar no sistema da Revista da SEP. Para tanto, acesse a página de cadastro. Se já está cadastrado, faça login como **Autor**. No lado direito da tela, sob o menu Autor, encontra-se o link “Nova submissão”. Clique e siga os passos para submeter o trabalho. Lembre-se de que, além de anexar os arquivos referentes ao texto do artigo, deve-se enviar o [Termo de Originalidade](#).

8. **Assegurando a avaliação pelos pares cega:** Para garantir a integridade da avaliação por pares cega para a submissão a esta Revista, todo esforço deve ser feito para evitar que as identidades dos autores e revisores seja conhecida um ao outro. Isto envolve os autores, editores e revisores (que carregam documentos como parte de sua revisão) verificando se as seguintes medidas foram tomadas em relação ao texto e as propriedades do arquivo :

- Os autores do documento devem excluir seus nomes do texto, com o literal “ Autor” e ano usada nas referências e notas de rodapé, em vez do nome dos autores, título do artigo, etc
- Em documentos do Microsoft Office , a identificação do autor deve igualmente ser removidas das propriedades do arquivo (ver no menu Arquivo no Word), clicando sobre o seguinte, começando com Arquivo no menu principal do aplicativo da Microsoft: Arquivo > Salvar como > Ferramentas (ou Opções no Mac) > Segurança > Remover informações pessoais das propriedades do arquivo ao salvar > Salvar.
- Com PDFs, os nomes dos autores também devem ser removidos das Propriedades do Documento, encontradas na opção Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

9. Para submeter os manuscritos, é necessário a utilização da seguinte formatação:

- Margens: de 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.

– Fonte: times new roman, tamanho 12 e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.

– Tamanho: máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos. Para resenhas o limite é de 4 laudas. Serão publicadas resenhas de livros que tenham sido lançados no Brasil ou no exterior nos três últimos anos. Incluir neste limite as notas (ao final da página), referências, gráficos e ilustrações.

– Numerar as tabelas, os gráficos e as figuras; e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (MARX, 1982, p. 124). As referências completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• **Livro:**

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. “Aspects sociaux de la décolonisation”. In: FAY, Victor. *En partant de Capital*. Paris: Anthropos, 1968, p. 297-333.

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. “Valdomiro Silveira e o dialeto caipira”, *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano 1, n. 2. p. 27-40, 1986.

• **Artigo publicado em Anais:**

DUFOURT. D. “Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique”. In: COLLOQUE ÉTAT ET RÉGULATIONS, 1980, Lyon. *Anais do Colloque État et Régulations*. Lyon: PUF, 1980, p. 49-72.

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moujiks*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais — École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1975.

• **Outros Documentos:**

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* publica artigos acadêmico-científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas em Marx, Keynes, Schumpeter, Veblen, entre outros – desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, o periódico faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza.

Em suma, a *Revista da SEP* discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, além disso, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento.

Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a *Revista da SEP* mantém o compromisso de que os manuscritos submetidos serão sempre julgados com isonomia.

Faculdade de Economia – Universidade Federal de Fluminense

Campus do Gragoatá, bloco F, sala 519 – Niterói, RJ - 24240-225

www.sep.org.br – sep@sep.org.br

www.revistasep.org.br

Acessar o sistema online da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em <http://revistasep.org.br> ou enviar email para a equipe editorial pelo endereço revista@sep.org.br.



XXV Encontro Nacional de Economia Política

As contradições do capitalismo contemporâneo e a virada conservadora

 **SEP**
Sociedade Brasileira de Economia Política

APOIO


UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO


C A P E S

 **CNPq**